Lindener Pareto Jr.

Pândegos, rábulas, gamelas:

Os construtores *não-diplomados* entre a engenharia e a arquitetura
(1890 - 1960)

São Paulo

2016

Lindener Pareto Jr.

Pândegos, rábulas, gamelas:

Os construtores *não-diplomados* entre a engenharia e a arquitetura

(1890 - 1960)

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

Orientadora Prof^a

Dr^a Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno.

[Exemplar revisado e alterado em relação à versão original, sob responsabilidade do autor e anuência do orientador. O original se encontra disponível na sede do programa.]

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Email do autor: lindenerpareto@gmail.com

P228p Pareto Júnior, Lindener
Pândegos, rábulas, gamelas: os construtores não diplomados entre a engenharia e a arquitetura (1890-1960) / Lindener Pareto Júnior. -- São Paulo, 2016.
p.416: il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.
Orientadora: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

1.História da arquitetura 2.Engenharia (História) 3.Distinção
4.Construtores não-diplomados – São Paulo – (1890-1960) I.Título

CDU 69

Revolta e melancolia

Agradecimentos

À minha orientadora de longa data, Beatriz Bueno, que com um telefonema para as Minas Gerais mudou a trajetória de uma vida. Por ter me acolhido e acreditado em mim, meu obrigado ad aeternum.

Aos professores e historiadores das cidades, da arquitetura e do urbanismo (e muitas vezes generosos coorientadores), Fernando Atique, Sylvia Ficher, Paulo Garcez, Maria Lucia Gitaby, Heliana Angotti, Heloísa Barbuy, Cristina Campos, Rita Francisco, Joana Mello, José Lira, Luis Ferla, Janes Jorge, Maria Gabriela Marinho e Ricardo Agarez, pela generosidade e contribuição fundamentais.

Às professoras e historiadoras Vania Carneiro de Carvalho e Solange Ferraz de Lima, que me ensinaram a arte da pesquisa nos meus tempos de estagiário no Museu Paulista.

Às caríssimas funcionárias da Secretaria e da Biblioteca da FAU-Maranhão, especialmente à Isa, Regina, Diná, Cristina e Maria José.

Alguns amigos fizeram da cidade de São Paulo a minha casa, o velho sábio - István Jancsó - dizia: Os lugares são as pessoas! Pelos anos de convívio, agradeço muito aos meus camaradas e grandes historiadores Alain El Youssef, Bruno Fabris Estefanes, André Nicácio Lima, Tiago Machado, Gabriel Ferreira Zacarias, Bruno Medeiros, Tamis Parron, Waldomiro Silva Jr, Ricardo Arashiro, Lucas Avelar, Diego Dalla Pria Blanco, Marcus Baccega, Renato de Mattos, Gabriela Megale, Marília Ariza, César Cruz, Mainá Rodrigues, Danilo Camargo, Luana Vieira de Siqueira, Leandro Calbente, Pedro Cattai,

Flávio Tito, Elisângela Maria da Silva, Roberto Canado, Vanessa Ribeiro, Rafael Prado de Oliveira, Keiko Nishie, José Hermes e todos que fizeram da cidade de São Paulo uma metrópole menos hostil. Existe (resiste) amor em SP.

Ao Fábio Augusto Morales, historiador das Antiguidades, dos mais graves e sisudos, um amigo e mestre que não me deixou sozinho.

À Suze Piza, amiga e foucaultiana da rebeldia inveterada.

Aos amigos e colegas da PUC-Campinas, pela amizade e compreensão de sempre, Janaína Camilo, Glauco Barsalini, Ana Rosa Cloclet e João Miguel Teixeira Godoy.

À Sheila Schneck pelo apoio de sempre! À Maíra Rosin e Giorgia Burattini pelo apoio fundamental.

À Stela Godoi, pela poesia do sublime.

À minha família, franca e risonha, que nos “tempos mais que modernos” das mensagens instantâneas do mundo virtual dedicaram um grupo só para me apoiar.

Ao Waldir Salvadore, pela fraternal e adorniana teoria da vida.

À Luíza Branco, Francisco Corazza, Fernanda Carnevalli (Fugulin), Rogério Mendes, Ricardo Mendes e Paulo Goya, pelas histórias que me permitiram contar.

A Todos os queridos e queridas que “esqueci” por aqui, meus mais ternos agradecimentos.

Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo apoio de ordem material da existência.

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo problematizar a formação dos campos da engenharia e da arquitetura, na cidade de São Paulo, a partir da perspectiva e da intensa atuação dos construtores não-diplomados. Principais agentes da construção civil e doméstica da cidade, na passagem do século XIX para o XX, os chamados não-diplomados não só continuaram atuando após a regulamentação da profissão em 1933, como tiveram importante participação na constituição do mercado de trabalho, no prestígio profissional e nos mecanismos de consagração de duas das mais importantes profissões da sociedade contemporânea. No entanto, por conta de sua paulatina exclusão profissional e de seu esquecimento historiográfico, ainda são interpretados como “menores” na história da arquitetura e do urbanismo. Não obstante, pela quantidade e pela qualidade do que produziram, suas trajetórias trazem à baila uma cidade produzida por centenas de sujeitos de múltiplas nacionalidades e práticas construtivas distintas. Portanto, não se trata apenas de narrar como e por que o movimento corporativo de engenheiros e arquitetos diplomados paulatinamente excluiu os profissionais sem diploma, mas perceber a historicidade da formação dos campos profissionais a partir de uma estreita relação entre os “licenciados” e os diplomados, evidenciando assim um círculo de distinção que não dependeu apenas da lógica do diploma.

Palavras-chave: Construtores, não-diplomados, São Paulo, distinção, história da arquitetura e da engenharia.

Abstract

This thesis discusses the formation of engineers' and architects' professional field in the city of Sao Paulo between the end of the nineteenth and beginning of the twentieth century, from the perspective of the intense activity of non-graduate builders. Major agents in the city public and private building activity, the so-called non-graduate builders not only remained in activity after the professional regulation in 1933, but also have an important participation in the formation of labor market and professional prestige of engineering and architecture, two of the most important professions of contemporary society. However, due to their gradual exclusion from professional field and oblivion from historiographical narratives, these builders are still taken as 'minor's characters' in the history of architecture and urbanism. Nevertheless, from the quantity and quality of their work, their personal and professional trajectoires reveal a city produced by multiple individuals, groups, nationalities and building knowledges and practices. Thus, more than the narrative of the professional exclusion, this thesis highlights the historicity of the formation of engineers and architects' professional fields, showing that the logical of professional distinction processes was not dominated only by the formal graduation.

Key-Words: Non-graduate builders, Sao Paulo, Professional distinction, History of Architecture and Engeneering.

*Mais uma vez, e sempre, aos meus pais
Lindener e Sueli da Silva Pareto e aos meus
irmãos Tiago, Léo e Caio.*

Sumário

Introdução

Faro, golpe de vista, intuição I

Pândegos, rábulas, gamelas II

Capítulo 1. Prelúdio do campo (1893-1915) 28

1. Na Província de São Paulo: As “patas do progresso” 28

1.1. “Empreiteiros”, registros, impostos 36

1.2. Uma São Paulo dos Kanz 54

1.3. Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro 98

Capítulo 2. Caminhos da distinção (1916-1933) 167

2. Na cidade de São Paulo: O “Grande ‘Pic-Nic’ em Villa Ema” 167

2.1. “Provas de competência”, registros, impostos 173

2.2. Os Corazza e a Lapa 203

2.3. Raphael Lanzara e a Família Sohn 212

Capítulo 3. Pândegos, rábulas, gamelas (1933-1960) 218

3. Um “nocturno” para o Rio de Janeiro 218

3.1. “Título de Habilitação”, registros, impostos 219

3.2. O Presidente Vicente Branco 250

3.3. Os Ranzini revisitados 264

Considerações finais 275

Referências bibliográficas 282

ANEXO: Relação dos construtores “licenciados” registrados pelo CREA-SP 289

A todos os construtores aqui “narrados” e seus familiares.

E o que é que a gente tem a fazer neste mundo, senão rir das fragilidades humanas, das bobices da terra, dos frivolisismos da vida? O melhor é olhar p'ra cima, aguardando na eternidade da alma o premio do bem que aqui se fizer. E isto, porque a terra, o homem e seus derivados, são simplesmente uns pandegos.

João Lellis Vieira

Introdução

*Faro, golpe de vista, intuição*¹

O “Edifício Ramos de Azevedo”, atual sede do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHMWL), originalmente projetado pelo “Escritório Técnico Ramos de Azevedo” em 1907 e inaugurado como “Gabinete de Eletrotécnica” da Escola Politécnica (1894) em 1920, guarda um amplo acervo sobre as memórias da municipalidade. Dentre inúmeros documentos produzidos pelos mecanismos de controle da Câmara (desde 1554) e da Prefeitura Municipal (a partir de 1898), destaca-se principalmente a *Série Obras Particulares*, uma das séries documentais mais solicitada pelo público, incluindo

¹ Esta pesquisa de doutorado é tributária não só dos resultados e (des) continuidades da dissertação de mestrado, mas sobretudo da minha participação (como estagiário recém-formado em História pela FFLCH-USP), entre abril de 2007 e setembro de 2008, no projeto “**Arquivo Histórico Municipal Washington Luís: A cidade de São Paulo e sua arquitetura**”, coordenado pela Prof^a Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno e Prof.Dr. Nestor Goulart Reis Filho. De 2007 a 2010, em parceria, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e o Arquivo Histórico Municipal Washington Luís realizaram o referido projeto, com financiamento da FAPESP, no âmbito do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas. O objetivo foi organizar, digitalizar e informatizar duas preciosas coleções de desenhos arquitetônicos de amplo interesse para a comunidade acadêmica e para os consultantes habituais do Arquivo Municipal - a Série Obras Particulares (1906-1915) e o Fundo Particular Escritório Técnico Ramos de Azevedo/ Severo e Villares. Cerca de 35.000 documentos mereceram tratamento arquivístico adequado - descrição documental em catálogo informatizado e reprodução digital dos desenhos arquitetônicos - com o intuito de facilitar a sua consulta e garantir a sua preservação. Informatizar as coleções, agilizar a pesquisa e divulgá-la em larga escala, via internet, foram as metas fundamentais deste projeto. Acredito, portanto, que o levantamento sistemático das referidas fontes foi um divisor de águas para a história da arquitetura e do urbanismo na cidade de São Paulo. Não só porque permitiu remontar a dinâmica da produção material e simbólica da cidade no momento crucial de sua expansão e identificar agentes antes esquecidos ou “desconhecidos”, mas também por ter divulgado e democratizado o acesso à documentação.

pesquisadores profissionais e consultentes comuns. Entre 1871 e 1893, a “Série” se caracteriza por requerimentos solicitando o devido alinhamento das testadas dos lotes em relação a via pública. A partir de 1893, a Intendência Municipal passou a exigir também a planta da obra a ser edificada e, por conseguinte, um alvará de licença para construir. A partir dos projetos e dos requerimentos, os sujeitos responsáveis pela produção do espaço urbano da cidade de São Paulo são paulatinamente identificados. Entre os proprietários, um Álvares Penteado, um Silva Prado, um Matarazzo; entre os construtores, um Ramos de Azevedo, um Samuel das Neves, um Giulio Micheli, um Dubugras e por aí em diante. Entretanto, os nomes mais corriqueiros eram outros. Nomes citados apenas de passagem pela historiografia ou sequer mencionados ao longo de mais de um século. Eram proprietários? Eram construtores? Certa reticência corporativa dizia que era impossível identificar os autores dos projetos, que eram construtores menores, sem importância. Vasculhando as fontes, cruzando dados, perambulando pelo acervo do arquivo, uma outra cidade era desvelada. Cidade feita por múltiplas mãos, projetada e construída por muitas nacionalidades e tradições construtivas. Cidade para além dos poucos nomes conhecidos e reconhecidos pela historiografia. Cidade que foi reinterpretada pelos indícios das fontes primárias.

Ainda na busca por algum tipo de registro que identificasse os nomes em profusão nos requerimentos da *Série Obras Particulares*, numa pequenina sala, entre as colunas das fundações do “Edifício Ramos de Azevedo”, uma série de livros de registros que representam a averbação municipal do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 6ª Região (CREA-SP), a partir de 1934, nos deu pistas cruciais. Dezenas deles eram registros de engenheiros e arquitetos diplomados pela Escola Politécnica, pelo Mackenzie College ou por universidades estrangeiras. Todavia, num canto e quase à sombra da estante, dois volumes destoavam dos demais com suas respectivas etiquetas brancas com

a seguinte inscrição: “*Construtores/construtores em cemitérios/escultores/ escultor em cemitério/ projetistas*”. Ao longo das páginas, centenas de sujeitos registrados com os termos “Licença de Arquiteto”, “Construtor só para o Município da Capital” ou “Construtor somente em cemitérios” e, eventualmente, um “escultor em cemitérios”. A disposição dos campos das fichas do CREA no interior dos dois livros eram absolutamente as mesmas dos demais livros de diplomados, só os termos e as etiquetas é que criavam uma intrigante distinção. Os termos restritivos poderiam ser meramente interpretados como resultado do processo de regulamentação da profissão e, por conseguinte, da devida categorização daqueles que não haviam passado pelas escolas de ensino superior. No entanto, certa cautela nos levou ao “método morelliano” e aos sinais do saber indiciário reivindicado por Carlo Ginzburg (1989, p.179):

Trata-se de formas de saber tendencialmente mudas – no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.

As denominações do registro evidenciam uma tensão, uma disputa e a produção de uma crença em torno da formação e legitimação de campos profissionais que não começou na década de 1930 e nem seria nela resolvida. Nessa perspectiva, no intuito de examinar nossas hipóteses, a narrativa que se segue, entre a reconstituição e explicação, problematiza as tensões acima indicadas a partir da biografia profissional dos construtores não-diplomados. Não se trata apenas de narrar o processo de exclusão dos profissionais sem diploma, uma vez que não foram sumariamente “expulsos” do campo em formação. Trata-se de perceber a historicidade da formação dos campos profissionais a partir da relação dialética entre os não-diplomados e os diplomados, evidenciando um círculo de distinção mais complexo e calculado, que não dependeu apenas da lógica do diploma.

Em setembro de 1940, o jornalista, cronista e escritor João Lellis Vieira (1880-1949), um dos inventores do popularíssimo personagem Juca Pato, publicava uma de suas apuradas crônicas no tradicional *Correio Paulistano*:²

Corra o barco...

Estamos convencidos, hoje mais que nunca: quem se propuzer a endireitar o mundo, morre louco, a família não sabe, os jornaes boycottam e o “cabra” entra bonito na galeria dos anônimos. O melhor é a gente dansar conforme o toque da gaita, e a vida, que deslize no asfalto da indiferença trololó pão duro. Não adianta dizer: “seu” Fulano, deixe de besteira, não se envaideça com a casa que você construiu a prestações, não esteja a falar a toda hora na sua “casa própria”, porque, de repente, quase sempre, 99 ½ % desse negocio a Companhia fica com o predio depois de ter recebido 8 ou 10 annos de

² Há uma interessante polêmica a respeito da origem do personagem Juca Pato. Muitos creditam sua invenção apenas a Benedito Bastos Barreto, o Belmonte (1896-1947), jornalista, chargista e cronista que trabalhou na imprensa paulista de 1914 a 1947. No entanto, ao que tudo indica, Belmonte criou o “desenho” e não a “persona”. O “Almanaque folha”, do Banco de Dados do jornal Folha de S.Paulo, não menciona nem de passagem o nome de Lellis Vieira quando trata de Belmonte e Juca Pato. Nos idos de 1996, um irritadiço leitor disparou contra o jornal: “Sobre a informação de que o criador do personagem Juca Pato foi o caricaturista Belmonte: essa afirmativa é inverídica e errônea. Transcrevo o art. 1º do regulamento da criação do troféu Juca Pato: A UBE (União Brasileira de Escritores de São Paulo) promove e administra anualmente em nível nacional a eleição do escritor para o prêmio 'intelectual do ano', conferindo-lhe o troféu Juca Pato, réplica do personagem criado pelo **jornalista Lellis Vieira e imortalizado pelo ilustrador e chargista Benedito Carneiro Belmonte** (1896-1947), tendo sido o prêmio criado em 1962, por iniciativa do escritor Marcos Rey. Questionei os arquivos da Folha bem como seu Banco de Dados que não informam que o autor da coluna Juca Pato e mais tarde Juca do Riso foi o jornalista João Lellis Vieira (1880-1949), que trabalhou também no 'Correio Paulistano', 'Diário Popular', 'A Gazeta', e as ilustrações, sim, estas eram feitas pelo caricaturista Belmonte, que deu forma à figura do mesmo. Espero que este renomado jornal venha a corrigir a falha cometida em suas publicações dos dias 1º/5, 4/5, 15/5, 17/5, 26/5, entre outras. Sergio Eduardo Vieira Santos (São Paulo, SP).” Folha de S.Paulo, Opinião, 4 de julho de 1996. Sobre Belmonte, ver Sandra Scovenna. *Nas linhas e entrelinhas do riso: As crônicas humorísticas de Belmonte* (1932-1935). Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, 2009. Sobre Lellis Vieira, um incômodo silêncio.

amortização e juro...E você acaba indo morar em cochicholo de aluguel, numa bruta dificuldade p'ra arranjar fiador.

“Seu” Fulano, não se metta a sebo, enfeitando-se com pennas de pavão, porque não falta por ahi quem diga que você é um idiota...

Ruy, o grande Ruy, recebeu certa vez uma carta anonyma dizendo que ele, a “Água de Haya”, podia ser tudo quanto diziam da sua genialidade, mas para o signatário da missiva, Ruy era só garganta, e nunca fôra nem era o que pensava ser, um gênio! Por isso não adeantam, realmente, preocupações de vaidade. Há poucos dias passava pela rua 15 de novembro, um cavalheiro sem perna, isto é, um moço com perna de páo. E vinha muito satisfeito na sua elegância pernil de caviúna, não só porque a perna era novinha em folha, como também porque se prestava á melhor articulação no andar.

Pois os senhores sabem o que aconteceu?

Um pandego, encostado no predio Michel, fez o perna de páo parar e lhe disse:

- Moço você me deixa dar uma volta “nisso”?

(Correio Paulistano, 17/09/1940)³

Do furor existencial às mazelas da casa própria e do aluguel, que assombram os paulistanos de longa data; da crítica às vaidades à surreal cena do “pândego” que importunou o cavalheiro da “perna de páo” na rua 15 de Novembro, Lellis Vieira vai preparando o terreno para falar do que nos interessa de perto:

Vejam bem o mundo: Leva uma creatura a estudar toda a sua mocidade, forma-se em direito, medicina, engenharia, pharmacia ou dentista, e entretanto os rabulas, os curandeiros, os gamelas, os praticos e os licenciados, quasi sempre fazem mais negocio...

Conta-se que em Paris, um medico de notavel competência, verificando que a clinica não ia nem a mão de Deus Padre, mudou-se para o interior, onde tentaria montar consultorio. Continuou o azar. Sala ás moscas. Mas o curandeiro da cidade estava “assim” de clientes. Resolveu o medico tirar a placa, raspar a barba, vestir-se á provinciana, e noutra rua dava consultas como mesinheiro, operando casos difíceis. A fama correu por toda a cidade e municipio, de que o curandeiro novo era um bicho! E a freguezia do outro desaparecia, indo toda ella para o colega. Houve denuncia contra ele. Processo por exercicio illegal da medicina. Trabalho politico do prejudicado, que se viu vencido.

³ Com algumas exceções, que serão indicadas, todos os periódicos daqui em diante utilizados foram pesquisados a partir dos arquivos da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br>.

Inquirições. Testemunhas. Provas. Tribunal. Julgamento. Juizes de facto. Promotor. Accusação, toda a idummentaria da Justiça. Na horinha agazota do curandeiro ser condenado, elle pede a palavra:

- Senhor presidente: Eu sempre suppuz que a vida, os homens, as academias, os diplomas, o saber, toda essa embromina que constitui a illusão humana, fosse uma coisa seria...mas veja v. exc. o meu caso: Estou aqui processado e em vias de condenação por exercer a medicina sem diploma...(o réo pigarreou ironicamente deante do augusto tribunal) e continuou: Tive de usar desse recurso para viver da minha profissão, visto como, sendo medico (espanto geral na sala!), meu consultório se conservava limpo de doentes...Appellei para o curandeirismo no interior e so ahi pude aplicar meu conhecimentos scientificos, academicamente conquistados, porque arranjei clientes. Estou convencido, portanto, sr. ministro, de que a vida é muito divertida, mórmente em seus aspectos mais sérios como este...

Termino aqui a minha defesa, exhibindo ao tribunal o meu diploma de medico pela Faculdade de Paris...

Escrito em 1940, durante a Era Vargas (1930-45), período decisivo e propício para o movimento corporativo que lutou pela regulamentação das profissões mais caras à organização da vida nas sociedades contemporâneas, o texto - para além de destilar o sarcasmo do cronista lamentando a “inutilidade” da vaidade de anos de estudos coroados por um diploma - deixa entrever um conflito que não havia começado na Era Vargas, mas que encontrava nela o auge dos embates pelas definições de campos profissionais hoje estabelecidos e consagrados. Ao elencar as chamadas “profissões liberais” mais tradicionais como direito, medicina, engenharia (arquitetura), farmácia e odontologia, Lellis Vieira compõe o quadro dos bacharéis que a partir do Estado e das instituições de ensino superior lutavam, desde o último quartel do século XIX, pela regulamentação de suas atividades.

Não nos deixemos iludir pela retórica do cronista, a “anedota” do médico de Paris que ignora o diploma e vai viver como “curandeiro” no interior é uma severa crítica à concorrência dos não-diplomados. A questão fica evidente com o *grand finale* diante da “idummentaria da Justiça”. Quando estava prestes a ser condenado pelo tribunal, o

curandeiro se transmuta em médico, anuncia o diploma (sua legitimidade de competente bacharel) e leva a plateia ao frenesi do espanto geral.

Essas representações “mentais”, diriam os historiadores, ou este “sistema aberto de disposições” submetido a diversas experiências que acaba por incorporar, denominado de *habitus* por Pierre Bourdieu (2010, p.62), é fundamental para que possamos historicizar a formação de campos profissionais recentemente constituídos. Usando uma boa dose de anacronismo - sempre com o temor de que seja uma dose mortal⁴ - poderíamos dizer que a atitude do médico e a reação da plateia não seriam as mesmas algumas décadas antes. Vale dizer, a construção das atitudes vistas na “anedota” são resultado, no dizer do sociólogo,

de uma história individual, de uma educação associada a determinado meio, além de serem o produto de uma histórica coletiva, e que em particular as categorias de pensamento, as categorias do juízo, os esquemas de percepção, os sistemas de valores, etc. são o produto da incorporação de estruturas sociais (Bourdieu;Chartier, 2010, p.58).

De fato, da perspectiva de muitos sujeitos do final do século XIX, o médico não teria “apelado para o curandeirismo”, e sim o curandeiro teria apelado para a medicina, na esteira do cientificismo moderno, mas sem a “farsa” do julgamento narrado por Lellis Vieira. Anedotas à parte, o debate deve passar pelo grau de importância destas mesmas ocupações no interior das estruturas sociais. De fato, não houve um caminho inexorável

⁴ Veja-se bem: o anacronismo é *inevitável* em história, a tal ponto que é possível, e mesmo desejável, avaliar o discurso do historiador segundo a sua capacidade de contorná-lo (...). Em história, a exposição pode ir diluindo esses componentes explicativos à medida que avança a *narração*, dada a preeminência da *temporalidade* na ordem do discurso. Veja-se bem: um certo grau de anacronismo é de fato *inevitável*, por inerente a toda historiografia, tradicional ou moderna. E é isto que expressam, a nosso ver, as afirmações sempre repetidas de que ‘a história é filha do tempo’, ou ‘toda história é contemporânea’. (Novais e Forastieri, 2011, p.31).

em direção à “competente” regulamentação profissional do direito, medicina, farmácia, odontologia, engenharia e arquitetura. Pelo contrário, os caminhos foram tortuosos e seus conflitos flagrantes de uma condição que foi se alterando ao longo das primeiras décadas do século XX.

É preciso, portanto, inserir o processo de “profissionalização” destas ocupações no quadro maior do controle e vigilância do indivíduo, em particular, e da coletividade em geral. Não seria o conjunto das atividades mencionadas um dos grandes sustentáculos de legitimação do funcionamento das sociedades contemporâneas? O controle sobre a vida/morte e o controle das formas de produzir/ocupar os espaços dão o tom da luta feroz pelo monopólio do exercício da medicina/farmácia e da engenharia/arquitetura, para ficarmos apenas com quatro das profissões mais prestigiadas. São exemplos maiores da crença na ciência e na técnica como redentoras da condição humana. Talvez por isso, com alguma revolta, melancolia e já cansado do mundo, Lellis Vieira tenha terminado a crônica com a seguinte lamentação:

E o que é que a gente tem a fazer neste mundo, senão rir das fragilidades humanas, das bobices da terra, dos frivolisismos da vida? O melhor é olhar p’ra cima, aguardando na eternidade da alma o premio do bem que aqui se fizer. E isto, porque a terra, o homem e seus derivados, são simplesmente uns pandegos.

Note-se que a insistência do cronista no uso de algumas expressões que adjetivam o debate não é gratuita. Ao usar termos como “pândegos”, “rabulas”, “curandeiros” e “gamelas” para atacar os não diplomados, o cronista se vale do poder da violência simbólica através do insulto (Bourdieu; Chartier, 2010, p.65). Violência que vinha sendo utilizada como discurso desde o último quartel do século XIX e que encontra em Lellis, cronista da metrópole moderna do século XX, um porta voz de peso.

Em todo caso, concentremos nossa atenção no uso dos termos. Como não estamos lidando com a medicina, deixemos a palavra “curandeiro” de lado. “Pândego”, palavra que caiu em desuso no português do Brasil contemporâneo, segundo os principais dicionários da língua portuguesa é um adjetivo e substantivo masculino: “que ou aquele que é dado a pândegas; alegre, engraçado”.⁵ Seria uma espécie de “brincalhão” ou dado a fanfarronices. Vale dizer, não leva as coisas a sério.

O significado de “rábula” é ainda mais intrigante para a lógica do insulto aqui reivindicada. Segundo o “Diccionario da Lingua Portugueza” do Padre Raphael Bluteau, desde o século XVIII “ra’bula” é o “advogado ignorante, e mui fallador”. Tem ainda interessantes variações:

Rabolaria, s.f. rabolaria de palavras; são parolas, ou palanfrorios que não provão, nem concluem nada; ou palavras arrogantes, e ameaçadoras, que desparão em nada.

Rabularia, s.f. fonfarrice: grandes parolas, ou vaas ameaças do rabula.⁶

Já no “Houaiss” contemporâneo encontramos:

substantivo de dois gêneros (1652)

1 pej. advogado que usa de ardis e chicanas para enredar as questões

2 pej. advogado muito falador, porém de poucos conhecimentos

3 *B* pessoa que advoga sem ser formada em Direito

4 indivíduos que fala muito mas não chega às conclusões do seu arrazoadado

⁵ Antônio Houaiss. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

⁶ Raphael Bluteau. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>.

Originalmente utilizado para designar um advogado falastrão, que fala em vão e faz ameaças que não dão em nada, no Brasil o uso do termo passou a denominar o sujeito que advoga sem ser formado em Direito. Nada mais sintomático para uma profissão tão cara ao país dos bacharéis. A expressão bem se aplica, pejorativamente, a todas as categorias de não bacharéis ou não-diplomados e configura a violência do insulto.

Finalmente, “gamela” nos aproxima ainda mais da engenharia e da arquitetura. Desde o século XIII é o substantivo feminino: “vasilha de madeira ou de barro, de vários tamanhos, em forma de alguidar ou quadrilonga, usada para dar de comer aos porcos, para banhos, lavagens e outros fins”. E por extensão, “porção de comida ou de líquido contida nessa vasilha”. Curiosamente, no Brasil passou a significar “mentira, falsidade”. E vai além, passou a significar também o “substantivo masculino pejorativo: indivíduo que, **sem ser diplomado** (destaque nosso), toma a si encargos que competem a engenheiros”.

Não sabemos exatamente o caminho que levou a “vasilha de dar comida aos porcos” à mentira, falsidade e ao “indivíduo não diplomado que toma os encargos do engenheiro”, mas certamente a associação à lavagem e ao animal “sujo” não é gratuita. A poder da violência simbólica é anunciado de forma implacável nas transformações históricas do significado da palavra. Depois do rodeio semântico, voltemos à crônica de Lellis Vieira no seguinte trecho:

Vejam bem o mundo: Leva uma creatura a estudar toda a sua mocidade, forma-se em direito, medicina, engenharia, *pharmacia* ou dentista, e entretanto os rabulas, os curandeiros, os gamelas, os *praticos e os licenciados* (itálico nosso), quasi sempre fazem mais negocio...

Não é à toa que os termos “práticos” e “licenciados” vem ao final da frase acompanhados das palavras que acabamos de elencar. Eles não estão aí por mero recurso estilístico do jornalista e nem só por conta de que “fazem mais negócio” que os diplomados, este um tema caro à sociologia das profissões que trata da reserva de mercado (Stevens, 2003, p.36-42).

Antes, é mais do que fundamental historicizar a expressão “prático licenciado”. Em nossa dissertação utilizamos a expressão para denominar os sujeitos não diplomados autorizados pelos poderes públicos para projetar e/ou construir mesmo depois da regulamentação da profissão (1933), desde que comprovassem experiência prévia (Pareto Jr, 2011). No entanto, é preciso ressaltar que a expressão não foi utilizada apenas para o campo da engenharia e da arquitetura. Foi largamente utilizada pela medicina, farmácia, enfermagem e odontologia desde a década de 1880. Sintomaticamente atividades diretamente ligadas à domesticação dos indivíduos e ao controle do corpo. Ocupações que passam, no Brasil, por um processo de constituição de seus campos profissionais a partir de meados do século XIX, e que terão os seus debates mais explicitados tanto nas páginas das publicações institucionais quanto nas páginas dos periódicos das principais capitais do país.

No caso específico da engenharia e da arquitetura, como tentaremos demonstrar adiante, as expressões “prático” e “prático licenciado” são usadas a partir de década de 1920, justamente quando o debate em torno da regulamentação da profissão começava a ganhar contornos mais dramáticos diante do expressivo aumento da influência dos diplomados na produção da cidade. A paulatina utilização do termo nas décadas de 1920 e 1930 está estreitamente relacionada à campanha pela regulamentação da profissão, que atinge seu auge na década de 1930. Ora, a carga pejorativa do termo é resultado direto da

consagração de um discurso que elege a lógica do diploma como estruturante na formação do campo profissional.

Continuar denominando os chamados não-diplomados de “práticos licenciados” sem a devida historicidade do termo é não somente reificar a exclusão profissional com a qual centenas de sujeitos foram assombrados ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950 (e nas décadas seguintes pela historiografia) mas cometer o pecado mortal daqueles que lidam com as temporalidades: o anacronismo. Isto porque, entre outras questões, nas representações documentais que estão relacionadas aos registros de “construtores”, num longo período entre 1890 e 1960, o termo “prático licenciado” não aparece em absolutamente nenhum caso.⁷ Os termos são outros e estão muitas vezes imbricados entre o projetar e o construir.

Com efeito, abordar a questão passa pelas transformações dos termos que designam o ato de projetar e construir pelo menos desde o século XIX. Uma vez que serão, no século XX, e em função da formação dos campos profissionais da engenharia e da arquitetura, ressignificados a partir da obrigatoriedade do diploma. Voltemos uma vez mais aos dicionários. No século XIX, os termos arquiteto, mestre de obras, empreiteiro e construtor tem mais em comum do que se costuma considerar:

Architecto, s.m. Que sabe, e pratica a Architectura, edificando.

Constructor, s.m. O que faz, traça e executa.

Empreiteiro, s.m. O que emprende (sic), e se obriga a fazer alguma obra por certa soma.

⁷ Os marcos cronológicos que abarcam a pesquisa, mesmo que sujeitos a recuos e avanços quando necessário, são pautados pelos registros de construtores, dos primeiros na década de 1890, aos últimos no início da década de 1960.

Engenheiro, s.m. O que se applica á Engenharia; que faz engenhos, ou maquinas bellicas para o ataque, ou a defesa de praças; que sabe a fortificação, a arte de tirar planos, medir geométrica, trigonometricamente; o que faz quaesquer maquinas físicas.

Mestre d’obras, director de architectura civil.⁸

Arquiteto, construtor e mestre de obras, mesmo depois de alguns séculos de tradição renascentista, possuem fronteiras de atuação absolutamente imbricadas. Distintas do “engenheiro”, que não só está ligado à tradição militar de defesa e fortificação (Bueno, 2011), como se identifica claramente às invenções tecnológicas tão caras à “ordem e progresso” do Positivismo oitocentista.

Ora, as demais denominações não só se aproximam em significado como também andam juntas na prática cotidiana dos canteiros. A questão se embaraça ainda mais nas definições de “Architecto” e Mestre das obras” do “Vocabulario portuguez & latino” de Raphael Bluteau de meados do século XVIII:

Architecto: não só é o que faz as plantas e desenhos dos edifícios, mas também o mestre das obras, o que sabe e põe em execução a arte de edificar”

Mestre das Obras: o diretor de qualquer obra de pedra e cal

O arquiteto é o mestre de obras e o mestre de obras é o arquiteto. O espelhamento não é um mero jogo de retórica, será um argumento importante para os não-diplomados da década de 1920. De fato, a proximidade de longa duração entre as categorias é sintomática e ajuda a entender as dificuldades de definição dos quadros profissionais do início do século XX. Os ofícios e competências ligadas à arquitetura e à construção foram

⁸SILVA, A. M. Dicionario da língua portugueza, Lisboa, 1813. IEB-USP.

por muito tempo indissociáveis e não padronizadas, longe de serem enquadradas no movimento corporativo que apenas se iniciava ao longo do século XIX (Woods, 1999; Stevens, 2003). Apesar das escolas de arquitetura e engenharia terem reivindicado um espaço secundário aos construtores não-diplomados, as interpretações das fontes apontam na direção de uma indefinição profissional que envolve, portanto, não apenas os termos e conceitos, mas um lugar, um espaço em disputa, que foi banido pelo movimento corporativo.

Esse é o nosso objetivo, evidenciar tais disputas e demonstrar que a produção da cidade e dos campos da engenharia e da arquitetura dependeu não só da nova ordem da engenharia e da redenção e consagração do diploma. Mas também de mais de uma centena de “constructores” brasileiros, italianos, portugueses, alemães e espanhóis que projetaram e construíram boa parte do patrimônio edificado paulistano ao longo das três primeiras décadas do século XX, e que não deixaram de atuar nem mesmo com a regulamentação da profissão em 1933. Pelo contrário, o conflito se tornou definitivamente flagrante e as disputas se deram até o ocaso de uma geração inteira que não havia se formado na lógica do diploma, invenção por excelência das sociedades escolarizadas e criadoras de distinção pelo processo escolar.

*Sim, sr. presidente, o fogozço cavallo dymnamico não tardará muito a pizar com as **patas do progresso** o dorso verdejante da formosa collina que circunda esta cidade.*

Um certo porteiro da Câmara de Campinas, 1871

*Acha-se fugido, desde o dia 7 do corrente, o **escravo** de nome Pedro, com os seguintes **signaes**: cheio de corpo, altura regular, bem preto, olhos grandes, bons dentes, sem barba; representa ter a idade de 22 a 23 annos. Tem sido visto aqui na cidade, onde ha annos trabalha pelo seu officio de **pedreiro**, e por isso é muito conhecido.*

Gratifica-se a quem capturar e entregar á Rua do Imperador, n.1.

Anúncio de um escravo pedreiro fugido na Capital, 1872

*Constando ter apparecido em Santo Amaro um novo Messias na engenbaria!!! propalando ter um titulo que não lhe pertence, com prejuizo da nobre classe da engenbaria, porque o tal senhor **não passa de empreiteiro de obras**; perguntamos-lhe então em que lugar do globo s. s. cursou? Seria na Europa, donde s. s. é filbo? Seria na China? Em Macaú? No Egypto? ora sr. Guimarães, outro officio; para se obter a mão da parenta do titular não precisa ser engenheiro...*

Novo engenheiro na villa de Santo Amaro, 1875

Capítulo 1. Prelúdio do campo (1893-1915)

1. Na Província de São Paulo: As “patas do progresso”

Na década de 1870, alguns diários da então “Imperial Cidade de São Paulo” noticiavam alguns fatos emblemáticos. O primeiro, numa dessas seções dedicadas “A pedido”, alguém identificado como “Nito” (provavelmente um político da oposição), atacava a administração da Câmara Municipal de Campinas. O “ataque”, com o conveniente título de “O Oculo Imparcial”, expunha as mazelas do município às vésperas da inauguração (1872) da estação ferroviária, tronco inicial da “Companhia Paulista de Estradas de Ferro”. O denunciante, investido da posição de um simples porteiro que anseia pela oportunidade de ser vereador, dispara:

É preciso que sem perda de tempo ponha-se um paradeiro á essa ordem de coisas, porque os contribuintes já murmuram em toda a parte e, quem sabe? já preparam a explosão nos campos sombrios da conspiração!! Não temos calçamentos, não temos luz, e no entanto está tão próximo o dia 25 de janeiro / Sim, sr. presidente, o fogo do cavallo dymnamico não tardará muito a pizar com as patas do progresso o dorso verdejante da formosa collina que circunda esta cidade. Para fallar o portuguez mais claro, vamos ter logo a estação de ferro entregue ao transito publico. Ninguém sabe ainda o horario da linha, mas é possível que as necessidades do trafego em uma extensão já não pequena, de Santos a Campinas, determinem a chegada do trem a esta cidade com a noite. Só de pensar nisto fico petrificado como um frade de esquina. Que triste figura vae representar esta municipalidade diante da turba multa de viajantes que hão de aportar ás nossas plagas. Supponha-se que o trem chega á noite e noite escura; os passageiros, confiados nessa fama immensa que lá fora apresenta esta cidade como rica de melhoramentos, adiantada a todos os respeitos, atiram-se incautos á pé e de carro por sobre os abysmos enormes das ruas que conduzem á estação! Que scenas de horror, meu Deus! Quantos narizes quebrados por ahi além, quantas caras formozas desfeitas pelo desastre, quantas pernas e braços quebrados, por consequencia quantas despesas de botica imprevistas para esses pobres passageiros!! Sr. presidente, tenho o coração muito sensível, e a minha alma se increspa de dor só com a perspectiva destas scenas de sangue.

(*Correio Paulistano*, 08/08/1871, p.2)

De uma ironia envolvente, caricata e digna de uma tese, o discurso do denunciante é uma vibrante representação da conjuntura social da época. A sobeja metáfora da ferrovia como “fogozo cavallo dymnamico” que com as “patas do progresso” pisará as colinas verdejantes da cidade é o índice da ideologia do progresso que aos poucos foi tomando conta das estruturas mentais e materiais da Província de São Paulo, e do Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. Modernidade controvertida, claro, mas que remonta os princípios de uma crença implacável que levará, não muito mais tarde, à proclamação da República (1889). Logo depois de pintar as “scenas de horror e sangue”, o “porteiro” continua:

Temos, por exemplo, um *engenheiro* que póde ser muito habil e muito perito na sua arte, mas que como empregado da camara não passa de méro luxo, e luxo que custa por anno um conto e duzentos mil réis! Para que isto? Onde estão as obras municipaes de tão difficil estrutura que não caiba na sciencia de um *pedreiro ou carpinteiro*?

A despeito de afirmar a crença no progresso, ele questiona a posição de “luxo” do engenheiro e propõe as benesses dos bons e velhos pedreiros e carpinteiros. Não se trata apenas de perceber o paradoxo da afirmação ou de constatar a penúria material da municipalidade, mas de constatar uma condição profissional indefinida e resistente à nova ordem tecnológica. Vale dizer, o que posteriormente será chamado de o campo da engenharia e da arquitetura em São Paulo a partir da tríade *Estado, Escolas de ensino superior e movimento corporativo* que levou à regulamentação da profissão, sequer existia ou estava definido, flutuando ainda nas representações de sujeitos que viviam numa Província que apenas iniciara sua entrada na ideologia do progresso. No entanto, passou a contar com o discurso da nova ordem e a incorporar suas principais prerrogativas.

No segundo fato, o discurso da redenção do progresso reaparece a partir da celeuma entre os habitantes da então “Villa de Santo Amaro” e um tal “sr. Guimarães”. A priori, Guimarães fora contratado para construir um chafariz, tendo anunciado seus serviços com o título de “engenheiro”:

Novo engenheiro na villa de Santo Amaro

Constando ter apparecido em Santo Amaro um novo Messias na engenharia!!! propalando ter um titulo que não lhe pertence, com prejuizo da nobre classe da engenharia, porque o tal senhor não passa de empreiteiro de obras; perguntamos-lhe então em que lugar do globo s. s. cursou? Seria na Europa, donde s. s. é filho? Seria na China? Em Macaú? No Egypto? ora sr. Guimarães, outro officio; para se obter a mão da parenta do titular não precisa ser engenheiro! Desejamos a sua resposta, para então podermos fazer-lhe algumas perguntas. Olhe, sr. Guimarães, o negócio é serio! Mostre o seu titulo, porque do contrario a villa de Santo Amaro ficará sabendo que o seu sogro foi logrado com a sua nobreza!! E os caipiras (phrase do seu sogro) baterão palmas de contentes. Ande, sr. Guimarães, não durma, o povo está com sede, quer ver logo o monumental chafariz! Comte.

(Diario de São Paulo, São Paulo, 17 mar. 1875, p. 3)

Teria sido o “novo Messias” um embusteiro que ao anunciar o título de engenheiro angariou a mão de uma pretendente, filha de um certo “titular” da Vila de Santo Amaro? Sob desconfiança geral, o forasteiro foi alvo do escárnio que o “rebaixou” à condição de “empreiteiro de obras”. Apesar do imbróglio pessoal, o caso é o indício da representação do engenheiro como símbolo de redenção (messias) diante dos problemas materiais da vila. Não é coincidência que o caso tenha se dado em torno da construção de um chafariz, fonte de água e, portanto, de sociabilidade fundamental nas vilas e cidades oitocentistas. Ademais, as dicotomias do período são explicitadas a partir do discurso dos denunciadores: Global (cosmopolita) x caipiras (locais); título de engenheiro (nobreza) x empreiteiro de obras (sem maior importância).

Passemos, neste breve compêndio, ao terceiro e último fato. Como é sabido, a controvertida modernidade não descartou de uma hora para outra um de seus grandes sustentáculos de origem, a acumulação de capital a partir da escravidão moderna e de suas políticas de estabilidade (Parron, 2011). De fato, uma das atividades que mais requisitou a mão de obra escrava africana desde os tempos coloniais, principalmente numa região periférica como a São Paulo de Piratininga, foi a de servente de pedreiro, pedreiro e mestre de obras. No século XIX, uma das cenas cotidianas mais comuns da cidade de São Paulo era a presença de escravos à frente da construção civil e doméstica. É corriqueiro encontrar nos periódicos da época anúncios de escravos para aluguel/venda ou anúncios requisitando a captura de escravos fugidos que eram pedreiros e/ou mestre de obras. Anúncios como o de um “Escravo Pedreiro” à venda em 1879:

Escravo Pedreiro

Vende-se de casa particular e pela primeira vez um bonito crioulo, bem preto, de 22 annos de idade, perfeito official em trabalhos de simalha, moldura, estuque e assentamento de tijolos e pedras, póde se indicar as obras da Estação do Norte e Casa do sr. commendador José Vergueiro na rua Alegre, onde ele tem trabalhado desde o princípio até agora; também entende de carpinteiro, está acostumado a servir em casa de família, não tem vício ou defeito algum. É uma boa aquisição para quem tenha obras a fazer em suas fazendas, e não se põe duvida de dalo em aluguel com contrato para trabalho pelo officio em alguma fazenda. O motivo da venda que se dirá ao comprador não desagradará. Para tratar na rua da Constituição, n.35.

Segue o motivo da venda um mistério, mas não do quadro social que o breve anúncio explicita. O “bonito crioulo” cujo nome não foi declarado, fato típico da violência física e simbólica da escravidão, trabalhou na construção da Estação do Norte (atual Brás) e na casa (na rua Alegre, Santa Efigênia), do influente Comendador e Visconde Nicolau José Pereira de Campos Vergueiro, filho do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, uma das figuras políticas mais conhecidas na passagem do I para o II Reinado.

É sintomático que sejam conhecidos os seus senhores e não a sua própria trajetória. Interessa notar ainda que as competências do pedreiro foram anunciadas a partir das provas de suas obras, na Estação do Norte e na casa do Visconde, algo que continuaria comum na vida dos construtores que ao longo das décadas de 1920 e 1930, dadas as devidas transformações e já no caminho da distinção do diploma, deveriam comprovar sua competente atuação a partir de obras anteriores. Note-se também que a utilização de tijolos e outros materiais e técnicas construtivas não eram benefício apenas dos construtores imigrantes europeus recém-chegados à cidade. Ainda na esteira da escravidão, as mazelas da mesma são apresentadas a partir da fuga de um cativo:

Escravo fugido

Acha-se fugido, desde o dia 7 do corrente, o escravo de nome Pedro, com os seguintes signaes: cheio de corpo, altura regular, bem preto, olhos grandes, bons dentes, sem barba; representa ter a idade de 22 a 23 annos. Tem sido visto aqui na cidade, onde ha annos trabalha pelo seu officio de *pedreiro*, e por isso é muito conhecido.

Gratifica-se a quem capturar e entregar á Rua do Imperador, n.1.

Correio Paulistano, São Paulo, 14 abr. 1872, p. 3. (16 abr. 1872, p. 4; 17 de abr. 1872, p. 3; 18 abr. 1872, p. 4; 19 abr. 1872, p. 4)

O anúncio foi exaustivamente repetido nas páginas do *Correio Paulistano* entre 14 e 19 de abril de 1872. A gratificação, eventualmente paga à Rua do Imperador, n.1, recompensaria aquele que trouxesse de volta o “conhecido” pedreiro. Tal foi condição de muitos construtores paulistanos durante bastante tempo: os “signaes” que definiam sua condição de escravo.

O breve compêndio de fatos anuncia os paradoxos de uma cidade, de uma província e de um campo de atividades em vias de transformação. Entre 1870 e 1900, a São Paulo que o lirismo de Álvares de Azevedo havia chamado de um "bocejar infinito" (Bruno, 1984) passaria não só por um sensível crescimento demográfico, como entraria

em definitivo num torvelinho de transformações urbano-arquitetônicas que levou à criação de epítetos mais do que conhecidos.

Na esteira das “patas do progresso” do “fogozo cavallo dymnamico” e toda sorte de contradições aqui anunciadas, o que significava ser pedreiro, mestre de obras, empreiteiro, engenheiro e arquiteto nesse período? Os termos se confundiam e/ou eram hierarquizados sem critérios? Para exercitarmos as possíveis respostas, faz-se necessário seguir as linhas gerais da ideologia do progresso em São Paulo. Há que se observar, antes de mais nada, a atuação da oligarquia política que irá administrar a cidade cooptando os representantes da “técnica” e da “competência”, no âmbito da construção civil, entre os imigrantes estrangeiros mais capacitados, nas fileiras do Liceu de Artes e Ofícios, e na Escola Politécnica (1894). Tal grupo, formado por membros do tradicional Partido Conservador do Império do Brasil (1822-1889), evidenciava sua ideologia num manifesto de 1881:

Vamos dar publicidade ás assignaturas dos cidadãos que adehriram a ‘União Conservadora’. Estes nomes são muito conhecidos nesta capital. E esta a prova a mais evidente do que, depois dos últimos acontecimentos eleitoraes, operou-se em todos os espiritos partidarios a mais benefica reacção. O partido conservador não podia continuar a viver ingloriamente. Uma longa experiencia demonstrava a indeclinavel necessidade de garantil-o no futuro, contra os elementos dissolventes que obstaram até hoje o seu engrandecimento. Viamos todos os sacrificios inutilizados pelas continuas traições. Quer no governo, quer na opposição, não podiamos adquirir a necessária força. Enfraquecidos por elementos heterogenios, desprestigiados constinualmente por transacções indecorosas com os adversarios, não podíamos inspirar confiança á opinião publica. Estavamos diante de um dilemma. Ou uma nova organização ou a debandada. Ou nos tornamos um partido serio e forte pela cohesao e solidariedade de idéas e acções, ou não reagimos mais contra aquelles que tem procurado fazer do partido conservador da província um instrumento de suas miseráveis especulações. Esta reunião da capital, sem igual na historia da vida de nossos partidos politicos, é a iniciação de uma grande idea que uma vez adoptada na província collocará o partido conservador em condições de alcançar no futuro as mais assignaladas victorias. Inspirados por tão generosos sentimentos – partidarios os illustres conservadores que assentaram as bases da ‘União Conservadora’ hão de encontrar em toda a província, estamos certos, todas as provas da mais enthusiatica

adesão. Todas as posições estão hoje bem definidas, e ninguém mais poderá por em dúvida aonde se acha o partido conservador.

(Correio Paulistano, 21/10/1881)

Entre os cidadãos, encabeçam a lista figuras como o Conselheiro Antônio da Silva Prado (1840-1929), advogado, empresário, político do Império e primeiro prefeito de São Paulo; Joaquim José Vieira de Carvalho, deputado do Império e Vice-Presidente da Província de São Paulo; Frederico José de Araújo Abranches, senador por São Paulo e ex-presidente de província (Paraná e Maranhão); Antônio Pinto do Rego Freitas, presidente da Câmara Municipal; Antonio Proost Rodovalho, coronel na Guerra do Paraguai (1864-1870), empresário de grande monta e presidente da Câmara Municipal.

Todos, ainda hoje, figuram no imaginário paulistano por meio das ruas que levam seus nomes. Serão os mesmos as grandes figuras empresariais e políticas do começo da administração republicana em São Paulo, garantindo, desse modo, sua própria consagração na toponímia dos logradouros da cidade.

Representantes da ala progressista do Partido Conservador - envolto em 1881 em “traições” e “transações indecorosas” - muitos deles foram abolicionistas e incentivadores da imigração europeia para o Brasil. Como nos lembra Eudes Campos Jr. (1997) em “Arquitetura paulistana sob o Império”, a ideologia burguesa já era uma realidade na cidade de São Paulo bem antes da Proclamação da República (1889) e o seu grupo dominante pode ser visto entre os nomes que assinaram o manifesto e que procuravam naquele momento uma alternativa à crise que se disseminava nas fileiras políticas do Império.

Do ponto de vista da liderança política e do entusiasmo progressista, a figura de Antônio da Silva Prado é central. Representante da “refinada” e “cosmopolita” elite paulistana ligada aos lucros do café e empreendedor de “grosso trato”, Prado fez notória

carreira política como vereador, prefeito, deputado, senador, conselheiro e ministro de Estado.⁹ O “Conselheiro”, no dizer de Naclério Homem,

A exemplo da maioria da elite do café, realizava longas viagens à Europa, onde, se dizia, era preciso “tomar banho de civilização” ou “despir o jequismo”. Paris, capital por excelência do século XIX, conhecida como a “Cidade Luz”, era a meta ou a Meca: “Paris, o resto é paisagem!” dizia Antônio Prado, que mantinha um profundo envolvimento com a cultura europeia moderna. (1998, p.3)

A despeito de ser um monarquista de longa data, o Conselheiro flertava com liberal-progressismo e representava, como poucos, o espírito da ideologia do progresso. Não sem contradições, como podemos perceber na seguinte observação de “Antonico” nos idos da década de 1860:

Não quero dizer que simpatizei com os países pouco adiantados em civilização, nem que menosprezo os mais civilizados, porém aprecio os países que sabem conservar o seu caráter de originalidade nessa grande transformação das idéias e dos costumes que eles recebem dos mais civilizados; infelizmente, nós devemos ser contados no número daqueles que renegam com facilidade os costumes de seus avós, para cobrir-nos do ridículo de uma imitação servil aos caprichos da moda parisiense (1998, idem).

Além de evidenciar as hierarquias “civilizatórias” dentro do concerto das nações e do nacionalismo europeu em construção no século XIX (Anderson, 1981), a passagem evidencia as contradições mais candentes entre tradição e modernidade. Será a partir delas e de sua habilidade política que o prefeito Antônio da Silva Prado articulará figuras estratégicas para constituir a base de sua administração municipal, entre 1899 e 1911, e congregar figuras centrais para o estabelecimento de planos urbanísticos para a cidade,

⁹ Antônio da Silva Prado (1840-1929), a despeito de ter sido uma das grandes figuras da passagem do Império à República, e de ter tido papel fundamental nos “rumos da cidade” de São Paulo (Campos Neto, 2002, p.77-93), ainda não mereceu um estudo mais amplo que dê conta de sua trajetória político-empresarial em momentos decisivos da história brasileira.

sobretudo escolhendo o engenheiro-arquiteto português Victor da Silva Freire para chefiar a “Diretoria de Obras”. Vejamos, ainda antes do primeiro prefeito, no início da década de 1890, algumas reformulações importantes que evidenciam o quadro de ocupações da construção civil no período.

1.1. “Empreiteiros”, registros, impostos

Interessa retomar algumas questões a partir dos “momentos decisivos” (Costa, 1998) da passagem do Império à República. Não no intuito de remontar todo o aparato administrativo da municipalidade, mas de evidenciá-lo a partir dos dispositivos de controle dos profissionais que circulavam e atuavam na produção do espaço urbano. Entre 1890 e 1898, a administração municipal foi marcada por impasses que determinaram mais de uma vez a reformulação de suas principais estruturas.¹⁰ Em maio de 1893, sob a tutela de apenas uma Intendência Municipal, a Lei n.38 é promulgada:

Lei n. 38

Estabelece a aprovação de plantas para novas edificações

O dr. Pedro Vicente de Azevedo. Presidente da Camara Municipal de S. Paulo:

Faço saber que a Camara em sessão de 20 do corrente mez, decretou e eu promulgo, na fôrma do regimento, a seguinte lei:

Art. 1. – Depende de planta aprovada pela Intendencia Municipal, toda e qualquer nova edificação.

Art. 2. – Essa aprovação só será dada:

¹⁰ As vicissitudes dos poderes municipais já foram bem delineadas em dezenas de trabalhos. Destacamos o organograma detalhado dos imbróglis do poder público municipal desde o período colonial em Barros, Liliana Schrank Lehmann de, e Moizo, Rosana Pires Azanha. “Formação administrativa da Cidade de São Paulo”. São Paulo: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. 1991, p. 10-111.

§ 1º - Sendo satisfeitas todas as condições do padrão municipal, no que respeita o pé direito, largura e altura das frestas.

§ 2º - Dispondo todos os dormitórios, amplamente, de ar e de luz.

Art. 3º - Por ocasião do alinhamento, o engenheiro respectivo deverá examinar o terreno em que se pretende levantar a construção e indicará ao proprietário ou empreiteiro quaes os trabalhos preliminares a executar e qual o systema de fundações a adoptar, afim de garantir a construção.

Art.4º - As paredes principaes de qualquer predio de um só pavimento, quando isolados, nunca deverão ter menos de 0.30 cm de espessura, nas casas de construcção de alvenaria de pedras ou tijolos.

Nos demais de um pavimento, suas paredes, e também quando isolados, deverão ter 0,15 cm de accrescimo na espessura para cada pavimento, de forma que o ultimo pavimento superior, tenha sempre 0,30 cm no mínimo. Quando, porém, os edifícios forem construídos entre outros, os quaes fiquem em contato immediato, essas dimensões serão obrigatorias sómente para as fachadas.

Art.5º - Comprehende-se nas disposições desta lei, as edificações ainda mesmo afastadas das ruas ou praças; e quando estas forem novas, projectadas e ainda não acceitas pela Camara, se observará que as ruas tenham a largura de dezeseis metros e as praças ou largos sejam quadrados, tanto quanto o terreno permitir.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrario.

Cumpra-se. E o Intendente Municipal a faça imprimir e publicar.

Paço da Camara Municipal de S. Paulo. 24 de maio de 1893

Dr. Pedro Vicente de Azevedo.

Registrada e archivado o original na mesma data supra declarada.

O Secretario da Camara. Antonio Vieira Braga.

Se desde 1870 os requerimentos eram apenas fragmentos discursivos sobre as propostas de edificação para a cidade, com a Lei n. 38 a obrigatoriedade da aprovação de planta pela Intendência permite desvelar intenções estéticas, identidade de proprietários, construtores, funcionários da municipalidade e toda sorte de intermediários no negócio da construção civil. A lei reitera ainda as prerrogativas de salubridade e higiene que já vinham sendo uma preocupação antes mesmo da república, mas que vão ganhar contornos mais vigilantes com a administração republicana (Lemos,1999a).

Fica patente a importância dada aos engenheiros na construção da “nova ordem” (Arasawa, 2008), uma vez requisitando a presença dos mesmos no canteiro de obras para avaliar o terreno e indicar a devida fundação a ser adotada. Finalmente, o termo utilizado para indicar o construtor/projetista é “empreiteiro”, que como vimos anteriormente, também “traça e executa” as obras. De fato, pelo menos para a década de 1890, as plantas que são submetidas raramente trazem os nomes dos projetistas. O que não configura necessariamente uma anomalia ou uma falta de cuidado, mas sim a imbricação entre projeto e execução na figura do empreiteiro.

É fundamental perceber que o critério da municipalidade, nesse momento, para registrar os responsáveis pelas obras passava pelo processo geral de controle das mais variadas atividades cotidianas e sobre as indústrias e profissões. O expediente existia desde o Império, mas a Constituição Republicana de 1891 conferiu mais autonomia aos Estados e Municípios.

Em setembro 1893, com a Lei n.64, o Intendente faz publicar uma “tabela de impostos municipaes”. A partir da mesma, estabelece a hierarquia de impostos na “Tabella do imposto de Alvarás, estacionamento e Localisações” (ver **fig.1**), que configura um curioso resumo das atividades da cidade de São Paulo na passagem do século XIX ao XX, além de uma aula de direito tributário. Entre pitorescos “Espectaculos de cavalinhos artificiaes” e “fantasmagoria, prestidigitação, quadros vivos e metempsychose”, encontram-se o “empreiteiro, mestre ou constructor de obras”, arrolados e imbricados na mesma “categoria”. Na mesma tabela não constam “engenheiros” e “architectos”.

Carroça de duas rodas para lixo	30\$000
Carroça de quatro rodas e de mola para carga	50\$000
Casas de jogos lícitos em dias de festa até 30 dias.	400\$000
Chapéus de sol, concertador ambulante de	15\$000
Cigarros, mercador ambulante de	6\$000
Circo para espectáculos em logares publicos, por mez	100\$000
Cordoeiro, sem estabelecimento	15\$000
Coreto, por 8 dias, cada um	10\$000
Corridas nos prados, por dia	50\$000
Corridas em outros logares, por dia	10\$000
⇒ <u>Empreiteiro, mestre ou constructor de obras</u>	
60\$000 e	100\$000
Engraxate com cadeira	30\$000
Engraxate sem cadeira	15\$000
Escovas, vassouras, etc., mercador ambulante de.	20\$000
Esmoleiro para festas, por freguezia que percorrer	250\$000
Espectaculo de cavallinhos artificiaes, um.	10\$000
Espectaculo de cavallinhos, gymnastica, acrobacia,	
taumachia 60\$000 e	100\$000
Espectaculo de phantasmagoria, prestidigitacão,	
quadros vivos, metempsychose, um.	50\$000
Espectaculo de jogo de pella, um	50\$000
Espectaculo lyrico, dramatico ou concerto, um	
50\$000 e	100\$000
Espectaculo, vendedor ambulante de bilhetes de	100\$000
Exercicio de esgrima, tiro ao alvo, patinação, bola	
e outros congeneres, por dia	20\$000
Exposição de figuras, quadros, animaes, por dia	20\$000
Festividades ou divertimentos publicos, por dia	
ou noite	20\$000
Forragens, mercador ambulante de 50\$000, 25\$000	
e	15\$000
Fructas, mercador de, em cestos ou balaies	10\$000
Garrafas, garrações, vidros etc., mercador am-	
bulante de.	15\$000
Generos alimenticios em carrocinhas, mercador	
ambulante de	5\$000

Figura 1. Parte da “Tabella do imposto de Alvarás, estacionamento e Localisações” que consta da Lei Municipal n.64 de 13/09/1893. **Fonte:** CÂMARA Municipal de São Paulo. Leis e Resoluções da Câmara Municipal da capital do Estado de S. Paulo de 29 de setembro de 1892 a 30 de dezembro de 1893. São Paulo: Casa Vanorden, 1914.

Ainda no corpo da lei n.64, a Câmara estabelece o regulamento geral para arrecadação do “Imposto de Industria e Profissões” do município de São Paulo:

Capítulo I

Do imposto e suas taxas

Art. 1 . O imposto de industrias e profissões é devido por todos os que, individualmente, em companhia, em sociedade anonyma ou em

commercial, exercerem no município indústrias ou profissões, arte ou ofício, exceptuados os de que trata o capítulo 2º deste regulamento.

Art. 2. O imposto compõe-se de taxas e proporcionais.

As taxas fixas tem por base a natureza e classe das indústrias e profissões, e são de 300\$000 para 1ª classe, 200\$000 para a 2ª, 150\$000 para a 3ª, 100\$000 para a 4ª, 50\$000 para a 5ª e diversos para a classe especial – e, quanto a determinados estabelecimentos industriais, o número de operários, as máquinas, utensílios e outros meios de produção.

As taxas proporcionais tem por base o valor locativo do prédio ou local onde se exercita a indústria ou profissão, e são de 5%, 10% e 20% sobre o valor locativo do ano.

Parágrafo único. A importância desta taxa nunca será inferior de 10\$000.

Art.3. O que exercer a indústria ou profissão sem estabelecimento satisfará a taxa fixa que lhe for aplicável, ainda que resida em outro município.

A natureza e a classe das indústrias e profissões são pautadas pela importância da atividade como renda para a municipalidade, o que envolve também as taxas proporcionais ligadas às rendas de aluguel ou “valor locativo do prédio”. No âmbito geral, as naturezas e classes são resultado do grau de importância das mesmas na hierarquia do liberalismo econômico e, portanto, no modo de produção econômico dominante em escala global.

A 1ª classe é composta por “mercadores por grosso” de açúcar, café, diamantes, fazendas, carne seca e, curiosamente, de mercadores e fabricantes de “chapéus de cabeça”, acessório fundamental da indumentária da época. Na 2ª classe, o rentável agente de aluguel de casas, alfaiate com estabelecimento, armeiro, fábrica de calçado, fábrica de charutos e cigarros, fabricante e mercador de chocolates, farmacêutico com estabelecimento, empresário ou diretor de teatros ou casas de espetáculo, o emblemático mercador de (tempo) relógios, dentre outros. Na 3ª classe, dentistas, advogados, empresário de fotografias, mercador e fabricante de pianos, fabricante de móveis de madeira e etc. Na 4ª classe encontra-se o “arquiteto ou contractor de obras”, mais uma

vez imbricados numa mesma categoria. Pelo menos na lista de 1893, não há a presença de engenheiros, indício não só da indefinição dos termos, mas de que seus serviços ainda não eram comuns na produção privada da construção civil.

QUARTA CLASSE		
Fixo 100\$000		
Arame, fabricante ou mercador de objectos de . . .		5 %
⇒ <u>Architecto ou contractador de obras</u>		
Armador, com estabelecimento		10 %
Arroz, beneficiador ou ensaccador de		5 %
Asphaltador		5 %
Avaliador ou balanceador		
Aves de luxo, mercador de		10 %
Azeite, mercador de		10 %
Azulejos e mosaicos, fabrica de.		5 %
Azulejos e mosaicos, mercador de		10 %
Balanças, mercador de		10 %
Banhos, empresario de botes de		
Banhos, empresario de casa de		5 %
Biscoutos, fabrica de		5 %
Biscoutos, mercador de		5 %
Bronzeador, com estabelecimento		5 %
Cabelleireiro e barbeiro com estabelecimento, não ven-		
dendo perfumarias		5 %
Cal, fabrica de		5 %

Figura 2. Trecho da “Tabella do Imposto de Industria e Profissões” que consta na Lei n.64 de 13/09/1893. **Fonte :** CÂMARA Municipal de São Paulo. Leis e Resoluções da Câmara Municipal da capital do Estado de S. Paulo de 29 de setembro de 1892 a 30 de dezembro de 1893. São Paulo: Casa Vanorden, 1914.

Havia ainda uma “Classe Especial” com as atividades que mais importavam à fase do liberalismo financeiro em expansão e às cidades modernas: “agente, director ou gerente de banco ou de sociedade bancaria”, “banqueiro”, “corretor de fundos públicos”, “corretor de mercadorias”, “empresa de carris de ferro”, “estrada de ferro”, “fábrica de galvanizar ferro”, “fábrica de gaz para illuminação”.

A partir dos critérios acima indicados, a “Secção de Obras” da Intendência Municipal organizou um interessante registro. Simplório, contém apenas o nome e a classe de imposto que o registrado deveria pagar. Apesar da tabela de indústria e profissão elencar “architecto ou contractador de obras”, todos os principais agentes da construção civil e doméstica da última década do século XIX são genericamente categorizados como “empreiteiros”, sem nenhuma distinção quanto à “especialidade” de cada um.

Tabela 1. “Registros de Empreiteiros de Obras e Pagamentos 1894”

Nome	Imposto
Luiz Corrêa de Andrade	60\$000
Carlos Milanesi	100\$000
Antonio de Madeiro Coimbra	60\$000
José Soares Liberal	60\$000
Frediani Narcizo	60\$000
João Gorgotti	60\$000
Pedro de Lourenzi	60\$000
Serafino Pezzoli	60\$000
Ângelo Triumpho	60\$000
Francisco Massini	100\$000
Domingos Lindini	100\$000
Guilherme Krug e Filho	100\$000
Francisco Marques Simões	60\$000
Antonio Reggio	60\$000
Souza & Rocha	60\$000
Bascelli Oriosto	60\$000
Joaquim Pinheiro	60\$000
Rossi & Brenni	100\$000
Francisco Simões Vaz	60\$000
Leopoldino Antonio dos Passos	60\$000
Pedro Alves da Paixão	60\$000
José Tellini	60\$000
Christiano [Pinasso]	60\$000
Paulo Victor Lanzioni	100\$000
Victorino de Souza Castro	60\$000
Andre [Margoni]	60\$000
Dr. Ramos de Azevedo	100\$000
[Dio] Mathes Luigi	60\$000
Santos Torres & Lima	60\$000
Possidonio Ignácio das Neves	60\$000
Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro	100\$000
Luiz Galeto	60\$000
Manoel Asson	60\$000

João Joaquim Lopes Braga	60\$000
Domingos Ferreira Bento e Cia.	100\$000
M. J. dos Santos Torres	60\$000
Ângelo Saviola	60\$000
José Fernandes Pinto	100\$000
Domingos Moreira & Sobrinho	60\$000
João Gioborg	60\$000
Ângelo Alfaia	60\$000
Hugo Rabe	60\$000
José Ferreira da Rocha	60\$000
José Merlini	100\$000
José da Costa	60\$000
João [Gross]	60\$000
José Cottini	60\$000
Isidoro Manoel Martin	60\$000
Francisco Ignácio Martin	60\$000
Luiz da Costa Ribeiro e Lima	60\$000
Demetrio Ricci & Cia	100\$000
Manoel dos Reis Pinto da Rocha	100\$000
Antonio Cavichioli	60\$000
Salvador Giacomo	60\$000
João Gullo	60\$000
Nicolau [Andriuy]	60\$000
José Margoni	60\$000
Manoel da Silva Leal	60\$000
Fried & Ekman	60\$000
Joaquim Pedro Mathias	60\$000
Antonio Venturi	60\$000
Manoel Matta	60\$000
Antonio Fernandes Marinheiro	60\$000
Joaquim Guedes Guimarães	60\$000
Henrique Consolini	60\$000
Calcagno e Irmão	60\$000
Antonio [Terralavouro]	60\$000
Affonso Siello	100\$000
Francisco de Souza Ramos	60\$000
Raphael Cardone	60\$000
Jorge Miller	60\$000
Guiseppe Rimolo	60\$000
Julio Ploy	60\$000
Lourenço Frittelli	60\$000
Silva & Azevedo	60\$000

Fonte: AHMWL – Etiquetas verdes, 1421. “Registro de Empreiteiros”.

A única distinção verificável no registro passa pela classe do imposto pago pelos “empreiteiros”. O fixo de **100\$000** vale para todas as indústrias e profissões de 4º classe. No entanto, a lista é marcada por uma maioria que paga 60\$000, seguindo os critérios da “Tabella do imposto de Alvarás, estacionamento e Localisações” que, como pontuamos

anteriormente, previa o valor de 60\$000 para negócios que funcionavam em localizações menos centrais e, por conseguinte, em edifícios com aluguéis mais baratos. Ora, significa dizer - com uma boa dose de obviedade - que o prestígio do “empreiteiro” não passava ainda pela lógica do diploma, e sim por um círculo de sociabilidade que valorizava a localização do escritório nas ruas do comércio e cosmopolitismo do triângulo histórico e arredores (Barbuy, 2006).

Entre os nomes elencados no registro, os únicos diplomados são o “Dr. Ramos de Azevedo”, estabelecido em São Paulo desde a década de 1880, e a conhecida dupla alemã-sueca “Fried & Eckman” (Augusto Fried e Carlos Eckman), todos eles pagando o valor fixo de 100\$000. Assim como o empreiteiro e mestre de obras português Manoel dos Reis Pinto da Rocha, conhecido construtor nas ruas do Triângulo desde o último quartel do século XIX. A indiscutível maioria flutua entre os nomes de construtores lusos, germânicos e italianos que atuavam desde a década de 1880, mas que de alguma forma também se representavam e eram representados com outras denominações além de mestre de obras.

Ainda no rastro dos registros, em 1897, sob a Intendência do Coronel Antonio Proost Rodovalho, a Lei n.286 altera levemente a “Tabella do imposto de indústrias e Profissões”. A categoria “Architecto, empreiteiro ou contractador de obras” passa a pertencer à 2ª classe de imposto, pagando o fixo de 200\$000. Curiosamente, a 4ª classe da tabela apresenta “Empreiteiros, mestre ou contractador de obras” e na linha de baixo “engenheiro, com escriptorio”, ambas as categorias pagando o fixo de 100\$000 e proporcionais de 5%.

Aqui, a imbricação dos termos/conceitos e os critérios incertos se tornam ainda mais patentes. Na hierarquia da municipalidade “architectos” pagavam um imposto mais

alto que um “engenheiro com escritório”? A partir das novas diretrizes, o “registro de empreiteiros” de 1897 apresenta a seguinte disposição:

Tabela 2. “Empreiteiros de 1897”

Nome	Classe	Data de pagamento	Imposto
Giandana Aristides	4 ^a	07/01/1897	100\$000
Leopoldino Antonio dos Passos	4 ^a	07/01/1897	100\$000
Francisco de Paula Ramos de Azevedo	2^a	08/01/1897	200\$000
Domingos Mansiani	4 ^a	09/01/1897	100\$000
Francisco Joaquim Constâncio	4 ^a	11/01/1897	100\$000
Manoel Belleza	4 ^a	11/01/1897	100\$000
Antonio Calabraz	4 ^a	11/01/1897	100\$000
Barbato Victorio	4 ^a	08/01/1897	100\$000
José Coelho de Sá	4 ^a	11/01/1897	100\$000
Francisco Maccini	4 ^a	11/01/1897	100\$000
Narcizo Frediani	4 ^a	11/01/1897	100\$000
Giulio Micheli	2^a	12/01/1897	200\$000
(Augusto) Fried e (Carlos) Ekmann	2^a	12/01/1897	200\$000
Ângelo Alfaia	4 ^a	13/01/1897	100\$000
Felix João Baptista	4 ^a	13/01/1897	100\$000
José Catoeira Campana	4 ^a	13/01/1897	100\$000
Rossi e Brenni	2^a	13/01/1897	200\$000
Antonio Alves da Rocha	4 ^a	13/01/1897	100\$000
Francisco de Souza Ramos	4 ^a	13/01/1897	100\$000
José Fernandes Pinto	4 ^a	15/01/1897	100\$000
José Joaquim da Silva Neiva	4 ^a	15/01/1897	100\$000
Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro	4 ^a	16/01/1897	100\$000
Silva e Azevedo	4 ^a	19/01/1897	100\$000
João de Carvalho	4 ^a	19/01/1897	100\$000
Guilherme Krug e Filho	4 ^a	20/01/1897	100\$000
[Bernardino Covaggio]	4 ^a	20/01/1897	100\$000
Antonio Melchert	4 ^a	23/01/1897	100\$000
Manoel Silva Leal	4 ^a	23/01/1897	100\$000
Pedro de Lourenzi M ^a	4 ^a	26/01/1897	100\$000
Jorge Miller e Irmão	4 ^a	27/01/1897	100\$000
Garcia (?)	4 ^a	04/02/1897	100\$000
Francisco Simão Vaz	4 ^a	11/02/1897	100\$000
Antonio Riggio	4 ^a	11/02/1897	100\$000
Victorino de Souza Castro	4 ^a	13/02/1897	100\$000
Jose Raphael	4 ^a	13/02/1897	100\$000
João Leoborg	4 ^a	13/02/1897	100\$000
Sante Bertolazzi	4 ^a	18/02/1897	100\$000
Luiz Fagnani	4 ^a	12/02/1897	100\$000
Domingos Citti	4 ^a	23/02/1897	100\$000
José Cotini M ^a	4 ^a	23/02/1897	100\$000

Joaquim Belleza	4 ^a	08/03/1897	100\$000
Manoel Asson	4 ^a	08/03/1897	100\$000
José Margone	4 ^a	17/03/1897	100\$000
Julio Ploy	4 ^a	27/03/1897	100\$000
Manoel Pereira Pinto	4 ^a	30/03/1897	100\$000
Pedro de Mello Souza Jr.	2 ^a	05/04/1897	200\$000
Francisco Sargaço	4 ^a	14/04/1897	100\$000
Francisco de Oliveira Reis	4 ^a	14/10/1897	100\$000

Fonte: AHMWL – Etiquetas verdes, 1421. “Registro de Empreiteiros”.

Note-se, em negrito, que Ramos de Azevedo, Giulio Micheli, Augusto Fried, Carlos Eckman e os italianos Rossi e Brenni pagavam o equivalente à 2^a classe, sendo enquadrados nesse momento na categoria “architecto, empreiteiro ou contractador de obras”. Não eram os mesmos considerados “Engenheiros-Architectos”? Seria o registro influenciado pelo prestígio dos mesmos junto às elites? A confusão no uso dos termos deixa entrever um campo que girava a descoberto nas fronteiras entre engenharia e arquitetura. Quanto aos demais “empreiteiros”, a maioria é enquadrada na 4^a classe ou como “Empreiteiros, mestre ou contractador de obras” ou como “engenheiro com escritório”.

Empreiteiros de 1897			
Classe	Nomes	Data do pag. ^{to}	Imposto
1ª classe	Agandana Custedes	4. 1. 1897	1008000
Idem	Leopoldino Antonio dos Passos	4. 1. 1897	1008000
	Mauel, dgo. Fran. ^{co} de Paula Ramos de Azevedo	8. 1. 1897	2008000
	Domingos Mancini	9. 1. 1897	1008000
1ª Clm	João de G. Constancia	11-1-97	1008000
1ª "	M. Balsa	11-1-97	1008000
1ª "	Antônio Calabaz	11-1-97	1008000
	Barbosa Victorio	8-1-97	1008000
	José Coelho da S.	11-1-97	1008000
1ª Classe	F. Macchini	11-1-97	1008000
	Narciso Gudião	11-1-97	1008000
2ª Classe	Giulio Micheli	12-1-97	2008000
1ª "	Friedrich Eckmann	12-1-97	2008000
4ª "	Angelo Alfain	13-1-97	1008000
	Felix José Baptista	13-1-97	1008000
	José Catarino Campaña	13-1-97	1008000
	Rossi Brenne	13-1-97	2008000
	Antônio Alves de Rocha	13-1-97	1008000
	Francisco de Souza Ramos	13-1-97	1008000
	José Fernando de Costa	15-1-97	1008000
	José João de S. Nino	15-1-97	1008000
	Jonquim Carlos Augusto Cavalheiro	16-1-97	1008000
	Bilbo e Almeida	19-1-97	1008000
	João de Carvalho	19-1-97	1008000
	Guilherme de Arag. e Bilbo	20-1-97	1008000
	Luiz de Coutinho, Remondin, Coag.	"	1008000
	Dr. Ant. Dreher	23-1-97	1008000
	Dr. Silva Leal	"	1008000
	Pedro de Lourenço V.	26-1-97	1008000
	Jorge Matheus de Gusmão	27-1-97	1008000
	Guaraci Fernando	27-2-97	1008000

Figura 3. Registro de Empreiteiros de Obras de 1897. No registro, os principais construtores que atuavam na cidade de São Paulo no final do século XIX. Da esquerda para a direita os campos "classe", "nome", "data de pagamento" e "imposto". Entre os nomes mais conhecidos estão Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro, Leopoldino Antonio dos Passos, Ramos de Azevedo, Carlos Eckman e Giulio Micheli. **Fonte:** AHMWL.

Em 1900, já sob a chancela do Prefeitura do Conselheiro Antônio da Silva Prado e sob a chefia do vigilante diretor Victor da Silva Freire, a “Diretoria de Obras” organiza um registro mais completo.

Tabela 3. “Registro de empreiteiros de 1900”

Nome	Endereço	Imposto
Miguel Marzo	Rua Esperança, 42	100\$000
Narciso Frediani	Rua Voluntários da Pátria, 53	100\$000
Felix João Baptista	Rua Rego Freitas, 28	100\$000
Rossi e Brenni	Rua Conselheiro Furtado, 50	200\$000
Filoteo Beneducci	Rua da Liberdade, 76	100\$000
Soter Caio Pequeno	Rua Bom Retiro, 29	100\$000
Thomaz Ferrari	Rua Maria Theresa, 31	100\$000
Emilio Victor de Lima	Alameda dos Andradas	100\$000
Pedro [Braz Sa](?)	Alto da Mooca	100\$000
João Borsai	Areal de Sant’ Anna	-
Francisco Bevilacqua	Largo da Liberdade	-
José Lopes Calças	Rua do Oriente	-
José Molica	Rua Major Diogo, 62	-
João Gullo	Rua Amaral Gurgel, 92	-
Domingos Cassiano	Av. Rangel Pestana, 98 e 100	-
Ângelo Triumpho	Rua São João, junto ao nº 70	-
Luiz Hippolyto	Rua do Espírito Santo, 59	-
Alberto Joan	Rua Florêncio de Abreu, 69	-
Carmine Ferrari	Alameda Lins de Vasconcellos, 1	-
Rocco Riensi	Rua Rego Freitas, 94	-
Guilherme Krug e Filhos	Rua Moreira César, 59	-
Jorge Muller e Irmão	Alameda dos Andradas, 77	100\$000
José Soares Liberal	-	100\$000
Domingos Citti	-	100\$000
Julio Ploy	Vila Marianna	100\$000
Francisco Sargasso	-	100\$000
Manoel Alves Ferreira	-	100\$000
Dr. João F. Washington Aguiar	B. Iguasu, 27	100\$000
José Longo	Rua Conselheiro Ramalho, 8	100\$000
Luigi Carbone	Rua São Domingos, 5	100\$000
Samuel Augusto das Neves	Alameda dos Bambus, 60	100\$000
Florindo Beneducci	Rua Helvetia, 102	100\$000
Emilio Paragallo	Rua Boa Vista, 44	100\$000
Adriano Gouvêa	Rua João Boemer, 1	100\$000
João Gallo	Rua Ipiranga, 72	100\$000
Manoel Duarte Pacheco	Rua Silva Telles, 23 A	100\$000
Raphael Fecundo	Rua Gomes Cardim, 5	100\$000
Julio Michelli	-	200\$000
Manoel dos Reis Pinto da Rocha	Rua Victoria, 87	100\$000
Tarquínio Paranti	Ladeira da Tabatinguera, 44	100\$000
F. Husson	Rua Palmeiras, 115	50\$000
Ettore Silva	Rua Aurora, 11	50\$000
José Valeri Walker	Rua Glycério, 152 e 166	50\$000

Manoel Justo Barreiros	Rua Vinte e Cinco de Março,75	50\$000
Carlos Eckman	Rua Dona Veridiana, 7	50\$000
Armando Ferreira	Rua Bonita, 24	50\$000
Dr. João Baptista Marcondes dos Reis	Av. Intendência, 69	50\$000
Dr. Aurélio Lopes Baptista dos Anjos	Rua Rio Branco, 35	50\$000
Arthur Mont Morencos e Cia	Rua Santo Antonio	50\$000
Raphael Noto e Cia	Rua Piratininga, 86A	50\$000
Raphael Pellegrino	Rua Spirita,12	50\$000
Nicolau Santoro	Rua Major Diogo,47	50\$000
Uriel Gaspar	Rua do Comércio,87	50\$000
Pedro Joaquim da Veiga	Rua Tamandaré,87	50\$000
Dr. Theodoro Antunes Maciel	Rua Guayanazes,1	50\$000
Raphael Ferrara	Rua Dr. Vila Nova, 16 – Vila Buarque	50\$000
Francisco Antonio Pedrozo	Rua Liberdade, 47	50\$000
Edmundo Busch Varella	Rua Pireneus, 18	50\$000
Alberto V. Araújo	Rua Duque de Caxias,4	50\$000

Fonte: AHMWL – Etiquetas verdes, 1421. “Registro de Empreiteiros”.

Aparentemente, o critério pautado pela valorização do endereço e do edifício prevalece. Além da 2ª e 4ª classes, o valor de 50\$000 se relaciona à “Tabella do imposto de Alvarás, estacionamento e Localizações” de 1893. O sueco Carlos Eckman, o arquiteto da Vila Penteados, é registrado com o valor proporcional de 50\$000 na rua Dona Veridiana, n.7, seu endereço residencial e, portanto, sem um “escritório comercial” estabelecido na região central depois do fim da parceria com Augusto Fried.

Os registros da Intendência/Prefeitura denotam uma estrutura burocrática em pleno processo de reestruturação, que ainda não dava conta de sistematizar os procedimentos. Os registros são esparsos, quase rascunhos ou ensaios burocráticos. Nomes importantes acabam não figurando regularmente ou até mesmo ignorando os procedimentos de registro da municipalidade. Contudo, identificam os principais sujeitos que dominaram o cenário da construção civil entre 1870 e 1910. Muitos deles, principalmente os italianos, buscaram ocupação em cargos na Intendência/Diretoria de Obras, no Liceu de Artes e Ofícios, com o “maestro da orquestra italiana” Ramos de Azevedo e seu faro na cooptação de talentos (Miceli, 2003) até mesmo na nova ordem

representada pela Escola Politécnica, caso de Felisberto Ranzini, por exemplo. Entretanto, com o indulto do trocadilho, nem todos eram do Ramos, mas eram do ramo.

A lógica do quadro de profissionais elencados é pautada pela conhecida presença dos mestres alemães desde meados do século XIX. Julius Ploy, Guilherme Krug, Jorge Müller & Irmãos, representam alguns deles. Entre os italianos, identificam-se aqueles listados por Anita Salmoni e Emma Debenedetti (1981) desde a década de 1950. Miguel Marzo, Carlo Milanesi, José Tellini, além dos conhecidos Pucci, Micheli e Chiapori. Entre os portugueses, eclipsados pelo discurso da São Paulo italiana, Manuel dos Reis Pinto da Rocha, Manoel Belleza e Luiz Corrêa de Andrade. Não menos importantes, os nacionais também se destacam com a intensa atuação de arquiteto-construtor do Brás e da Mooca Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro e do empreiteiro da Família Rudge Ramos, Leopoldino Antonio dos Passos.

Na imbricação das ocupações entre mestres, arquitetos e engenheiros, assim como na alardeada “autopromoção” de alguns italianos, o campo da construção civil segue seu prelúdio dentre os principais nomes elencados. Para a maioria deles, o livre exercício de sua ocupação não passava por nenhum crivo de distinção institucional ou de legislação específica. Os primeiros “insultos” ao patente domínio dos mesmos na produção da cidade surgem com os discursos dos primeiros politécnicos. Fazia-se necessário inventar uma tradição que se opusesse ao estado das coisas e que produzisse uma nova crença com decisiva convicção (Bourdieu, 2015, p.56).

6

Lista dos Empreiteiros - 1900 -

1	Miguel Marz - R. Esperança, 42. pg.	100.000
2	Narciso Freitas - R. Voluntários da Pátria 63 pg.	100.000
3	Felix José Baptista - R. Rep. Freitas 28. pg.	100.000
4	Rossi & Breen - R. Con. ¹ ² ³ ⁴ ⁵ ⁶ ⁷ ⁸ ⁹ ¹⁰ ¹¹ ¹² ¹³ ¹⁴ ¹⁵ ¹⁶ ¹⁷ ¹⁸ ¹⁹ ²⁰ ²¹ ²² ²³ ²⁴ ²⁵ ²⁶ ²⁷ ²⁸ ²⁹ ³⁰ ³¹ ³² ³³ ³⁴ ³⁵ ³⁶ ³⁷ ³⁸ ³⁹ ⁴⁰ ⁴¹ ⁴² ⁴³ ⁴⁴ ⁴⁵ ⁴⁶ ⁴⁷ ⁴⁸ ⁴⁹ ⁵⁰ ⁵¹ ⁵² ⁵³ ⁵⁴ ⁵⁵ ⁵⁶ ⁵⁷ ⁵⁸ ⁵⁹ ⁶⁰ ⁶¹ ⁶² ⁶³ ⁶⁴ ⁶⁵ ⁶⁶ ⁶⁷ ⁶⁸ ⁶⁹ ⁷⁰ ⁷¹ ⁷² ⁷³ ⁷⁴ ⁷⁵ ⁷⁶ ⁷⁷ ⁷⁸ ⁷⁹ ⁸⁰ ⁸¹ ⁸² ⁸³ ⁸⁴ ⁸⁵ ⁸⁶ ⁸⁷ ⁸⁸ ⁸⁹ ⁹⁰ ⁹¹ ⁹² ⁹³ ⁹⁴ ⁹⁵ ⁹⁶ ⁹⁷ ⁹⁸ ⁹⁹ ¹⁰⁰ ¹⁰¹ ¹⁰² ¹⁰³ ¹⁰⁴ ¹⁰⁵ ¹⁰⁶ ¹⁰⁷ ¹⁰⁸ ¹⁰⁹ ¹¹⁰ ¹¹¹ ¹¹² ¹¹³ ¹¹⁴ ¹¹⁵ ¹¹⁶ ¹¹⁷ ¹¹⁸ ¹¹⁹ ¹²⁰ ¹²¹ ¹²² ¹²³ ¹²⁴ ¹²⁵ ¹²⁶ ¹²⁷ ¹²⁸ ¹²⁹ ¹³⁰ ¹³¹ ¹³² ¹³³ ¹³⁴ ¹³⁵ ¹³⁶ ¹³⁷ ¹³⁸ ¹³⁹ ¹⁴⁰ ¹⁴¹ ¹⁴² ¹⁴³ ¹⁴⁴ ¹⁴⁵ ¹⁴⁶ ¹⁴⁷ ¹⁴⁸ ¹⁴⁹ ¹⁵⁰ ¹⁵¹ ¹⁵² ¹⁵³ ¹⁵⁴ ¹⁵⁵ ¹⁵⁶ ¹⁵⁷ ¹⁵⁸ ¹⁵⁹ ¹⁶⁰ ¹⁶¹ ¹⁶² ¹⁶³ ¹⁶⁴ ¹⁶⁵ ¹⁶⁶ ¹⁶⁷ ¹⁶⁸ ¹⁶⁹ ¹⁷⁰ ¹⁷¹ ¹⁷² ¹⁷³ ¹⁷⁴ ¹⁷⁵ ¹⁷⁶ ¹⁷⁷ ¹⁷⁸ ¹⁷⁹ ¹⁸⁰ ¹⁸¹ ¹⁸² ¹⁸³ ¹⁸⁴ ¹⁸⁵ ¹⁸⁶ ¹⁸⁷ ¹⁸⁸ ¹⁸⁹ ¹⁹⁰ ¹⁹¹ ¹⁹² ¹⁹³ ¹⁹⁴ ¹⁹⁵ ¹⁹⁶ ¹⁹⁷ ¹⁹⁸ ¹⁹⁹ ²⁰⁰ ²⁰¹ ²⁰² ²⁰³ ²⁰⁴ ²⁰⁵ ²⁰⁶ ²⁰⁷ ²⁰⁸ ²⁰⁹ ²¹⁰ ²¹¹ ²¹² ²¹³ ²¹⁴ ²¹⁵ ²¹⁶ ²¹⁷ ²¹⁸ ²¹⁹ ²²⁰ ²²¹ ²²² ²²³ ²²⁴ ²²⁵ ²²⁶ ²²⁷ ²²⁸ ²²⁹ ²³⁰ ²³¹ ²³² ²³³ ²³⁴ ²³⁵ ²³⁶ ²³⁷ ²³⁸ ²³⁹ ²⁴⁰ ²⁴¹ ²⁴² ²⁴³ ²⁴⁴ ²⁴⁵ ²⁴⁶ ²⁴⁷ ²⁴⁸ ²⁴⁹ ²⁵⁰ ²⁵¹ ²⁵² ²⁵³ ²⁵⁴ ²⁵⁵ ²⁵⁶ ²⁵⁷ ²⁵⁸ ²⁵⁹ ²⁶⁰ ²⁶¹ ²⁶² ²⁶³ ²⁶⁴ ²⁶⁵ ²⁶⁶ ²⁶⁷ ²⁶⁸ ²⁶⁹ ²⁷⁰ ²⁷¹ ²⁷² ²⁷³ ²⁷⁴ ²⁷⁵ ²⁷⁶ ²⁷⁷ ²⁷⁸ ²⁷⁹ ²⁸⁰ ²⁸¹ ²⁸² ²⁸³ ²⁸⁴ ²⁸⁵ ²⁸⁶ ²⁸⁷ ²⁸⁸ ²⁸⁹ ²⁹⁰ ²⁹¹ ²⁹² ²⁹³ ²⁹⁴ ²⁹⁵ ²⁹⁶ ²⁹⁷ ²⁹⁸ ²⁹⁹ ³⁰⁰ ³⁰¹ ³⁰² ³⁰³ ³⁰⁴ ³⁰⁵ ³⁰⁶ ³⁰⁷ ³⁰⁸ ³⁰⁹ ³¹⁰ ³¹¹ ³¹² ³¹³ ³¹⁴ ³¹⁵ ³¹⁶ ³¹⁷ ³¹⁸ ³¹⁹ ³²⁰ ³²¹ ³²² ³²³ ³²⁴ ³²⁵ ³²⁶ ³²⁷ ³²⁸ ³²⁹ ³³⁰ ³³¹ ³³² ³³³ ³³⁴ ³³⁵ ³³⁶ ³³⁷ ³³⁸ ³³⁹ ³⁴⁰ ³⁴¹ ³⁴² ³⁴³ ³⁴⁴ ³⁴⁵ ³⁴⁶ ³⁴⁷ ³⁴⁸ ³⁴⁹ ³⁵⁰ ³⁵¹ ³⁵² ³⁵³ ³⁵⁴ ³⁵⁵ ³⁵⁶ ³⁵⁷ ³⁵⁸ ³⁵⁹ ³⁶⁰ ³⁶¹ ³⁶² ³⁶³ ³⁶⁴ ³⁶⁵ ³⁶⁶ ³⁶⁷ ³⁶⁸ ³⁶⁹ ³⁷⁰ ³⁷¹ ³⁷² ³⁷³ ³⁷⁴ ³⁷⁵ ³⁷⁶ ³⁷⁷ ³⁷⁸ ³⁷⁹ ³⁸⁰ ³⁸¹ ³⁸² ³⁸³ ³⁸⁴ ³⁸⁵ ³⁸⁶ ³⁸⁷ ³⁸⁸ ³⁸⁹ ³⁹⁰ ³⁹¹ ³⁹² ³⁹³ ³⁹⁴ ³⁹⁵ ³⁹⁶ ³⁹⁷ ³⁹⁸ ³⁹⁹ ⁴⁰⁰ ⁴⁰¹ ⁴⁰² ⁴⁰³ ⁴⁰⁴ ⁴⁰⁵ ⁴⁰⁶ ⁴⁰⁷ ⁴⁰⁸ ⁴⁰⁹ ⁴¹⁰ ⁴¹¹ ⁴¹² ⁴¹³ ⁴¹⁴ ⁴¹⁵ ⁴¹⁶ ⁴¹⁷ ⁴¹⁸ ⁴¹⁹ ⁴²⁰ ⁴²¹ ⁴²² ⁴²³ ⁴²⁴ ⁴²⁵ ⁴²⁶ ⁴²⁷ ⁴²⁸ ⁴²⁹ ⁴³⁰ ⁴³¹ ⁴³² ⁴³³ ⁴³⁴ ⁴³⁵ ⁴³⁶ ⁴³⁷ ⁴³⁸ ⁴³⁹ ⁴⁴⁰ ⁴⁴¹ ⁴⁴² ⁴⁴³ ⁴⁴⁴ ⁴⁴⁵ ⁴⁴⁶ ⁴⁴⁷ ⁴⁴⁸ ⁴⁴⁹ ⁴⁵⁰ ⁴⁵¹ ⁴⁵² ⁴⁵³ ⁴⁵⁴ ⁴⁵⁵ ⁴⁵⁶ ⁴⁵⁷ ⁴⁵⁸ ⁴⁵⁹ ⁴⁶⁰ ⁴⁶¹ ⁴⁶² ⁴⁶³ ⁴⁶⁴ ⁴⁶⁵ ⁴⁶⁶ ⁴⁶⁷ ⁴⁶⁸ ⁴⁶⁹ ⁴⁷⁰ ⁴⁷¹ ⁴⁷² ⁴⁷³ ⁴⁷⁴ ⁴⁷⁵ ⁴⁷⁶ ⁴⁷⁷ ⁴⁷⁸ ⁴⁷⁹ ⁴⁸⁰ ⁴⁸¹ ⁴⁸² ⁴⁸³ ⁴⁸⁴ ⁴⁸⁵ ⁴⁸⁶ ⁴⁸⁷ ⁴⁸⁸ ⁴⁸⁹ ⁴⁹⁰ ⁴⁹¹ ⁴⁹² ⁴⁹³ ⁴⁹⁴ ⁴⁹⁵ ⁴⁹⁶ ⁴⁹⁷ ⁴⁹⁸ ⁴⁹⁹ ⁵⁰⁰ ⁵⁰¹ ⁵⁰² ⁵⁰³ ⁵⁰⁴ ⁵⁰⁵ ⁵⁰⁶ ⁵⁰⁷ ⁵⁰⁸ ⁵⁰⁹ ⁵¹⁰ ⁵¹¹ ⁵¹² ⁵¹³ ⁵¹⁴ ⁵¹⁵ ⁵¹⁶ ⁵¹⁷ ⁵¹⁸ ⁵¹⁹ ⁵²⁰ ⁵²¹ ⁵²² ⁵²³ ⁵²⁴ ⁵²⁵ ⁵²⁶ ⁵²⁷ ⁵²⁸ ⁵²⁹ ⁵³⁰ ⁵³¹ ⁵³² ⁵³³ ⁵³⁴ ⁵³⁵ ⁵³⁶ ⁵³⁷ ⁵³⁸ ⁵³⁹ ⁵⁴⁰ ⁵⁴¹ ⁵⁴² ⁵⁴³ ⁵⁴⁴ ⁵⁴⁵ ⁵⁴⁶ ⁵⁴⁷ ⁵⁴⁸ ⁵⁴⁹ ⁵⁵⁰ ⁵⁵¹ ⁵⁵² ⁵⁵³ ⁵⁵⁴ ⁵⁵⁵ ⁵⁵⁶ ⁵⁵⁷ ⁵⁵⁸ ⁵⁵⁹ ⁵⁶⁰ ⁵⁶¹ ⁵⁶² ⁵⁶³ ⁵⁶⁴ ⁵⁶⁵ ⁵⁶⁶ ⁵⁶⁷ ⁵⁶⁸ ⁵⁶⁹ ⁵⁷⁰ ⁵⁷¹ ⁵⁷² ⁵⁷³ ⁵⁷⁴ ⁵⁷⁵ ⁵⁷⁶ ⁵⁷⁷ ⁵⁷⁸ ⁵⁷⁹ ⁵⁸⁰ ⁵⁸¹ ⁵⁸² ⁵⁸³ ⁵⁸⁴ ⁵⁸⁵ ⁵⁸⁶ ⁵⁸⁷ ⁵⁸⁸ ⁵⁸⁹ ⁵⁹⁰ ⁵⁹¹ ⁵⁹² ⁵⁹³ ⁵⁹⁴ ⁵⁹⁵ ⁵⁹⁶ ⁵⁹⁷ ⁵⁹⁸ ⁵⁹⁹ ⁶⁰⁰ ⁶⁰¹ ⁶⁰² ⁶⁰³ ⁶⁰⁴ ⁶⁰⁵ ⁶⁰⁶ ⁶⁰⁷ ⁶⁰⁸ ⁶⁰⁹ ⁶¹⁰ ⁶¹¹ ⁶¹² ⁶¹³ ⁶¹⁴ ⁶¹⁵ ⁶¹⁶ ⁶¹⁷ ⁶¹⁸ ⁶¹⁹ ⁶²⁰ ⁶²¹ ⁶²² ⁶²³ ⁶²⁴ ⁶²⁵ ⁶²⁶ ⁶²⁷ ⁶²⁸ ⁶²⁹ ⁶³⁰ ⁶³¹ ⁶³² ⁶³³ ⁶³⁴ ⁶³⁵ ⁶³⁶ ⁶³⁷ ⁶³⁸ ⁶³⁹ ⁶⁴⁰ ⁶⁴¹ ⁶⁴² ⁶⁴³ ⁶⁴⁴ ⁶⁴⁵ ⁶⁴⁶ ⁶⁴⁷ ⁶⁴⁸ ⁶⁴⁹ ⁶⁵⁰ ⁶⁵¹ ⁶⁵² ⁶⁵³ ⁶⁵⁴ ⁶⁵⁵ ⁶⁵⁶ ⁶⁵⁷ ⁶⁵⁸ ⁶⁵⁹ ⁶⁶⁰ ⁶⁶¹ ⁶⁶² ⁶⁶³ ⁶⁶⁴ ⁶⁶⁵ ⁶⁶⁶ ⁶⁶⁷ ⁶⁶⁸ ⁶⁶⁹ ⁶⁷⁰ ⁶⁷¹ ⁶⁷² ⁶⁷³ ⁶⁷⁴ ⁶⁷⁵ ⁶⁷⁶ ⁶⁷⁷ ⁶⁷⁸ ⁶⁷⁹ ⁶⁸⁰ ⁶⁸¹ ⁶⁸² ⁶⁸³ ⁶⁸⁴ ⁶⁸⁵ ⁶⁸⁶ ⁶⁸⁷ ⁶⁸⁸ ⁶⁸⁹ ⁶⁹⁰ ⁶⁹¹ ⁶⁹² ⁶⁹³ ⁶⁹⁴ ⁶⁹⁵ ⁶⁹⁶ ⁶⁹⁷ ⁶⁹⁸ ⁶⁹⁹ ⁷⁰⁰ ⁷⁰¹ ⁷⁰² ⁷⁰³ ⁷⁰⁴ ⁷⁰⁵ ⁷⁰⁶ ⁷⁰⁷ ⁷⁰⁸ ⁷⁰⁹ ⁷¹⁰ ⁷¹¹ ⁷¹² ⁷¹³ ⁷¹⁴ ⁷¹⁵ ⁷¹⁶ ⁷¹⁷ ⁷¹⁸ ⁷¹⁹ ⁷²⁰ ⁷²¹ ⁷²² ⁷²³ ⁷²⁴ ⁷²⁵ ⁷²⁶ ⁷²⁷ ⁷²⁸ ⁷²⁹ ⁷³⁰ ⁷³¹ ⁷³² ⁷³³ ⁷³⁴ ⁷³⁵ ⁷³⁶ ⁷³⁷ ⁷³⁸ ⁷³⁹ ⁷⁴⁰ ⁷⁴¹ ⁷⁴² ⁷⁴³ ⁷⁴⁴ ⁷⁴⁵ ⁷⁴⁶ ⁷⁴⁷ ⁷⁴⁸ ⁷⁴⁹ ⁷⁵⁰ ⁷⁵¹ ⁷⁵² ⁷⁵³ ⁷⁵⁴ ⁷⁵⁵ ⁷⁵⁶ ⁷⁵⁷ ⁷⁵⁸ ⁷⁵⁹ ⁷⁶⁰ ⁷⁶¹ ⁷⁶² ⁷⁶³ ⁷⁶⁴ ⁷⁶⁵ ⁷⁶⁶ ⁷⁶⁷ ⁷⁶⁸ ⁷⁶⁹ ⁷⁷⁰ ⁷⁷¹ ⁷⁷² ⁷⁷³ ⁷⁷⁴ ⁷⁷⁵ ⁷⁷⁶ ⁷⁷⁷ ⁷⁷⁸ ⁷⁷⁹ ⁷⁸⁰ ⁷⁸¹ ⁷⁸² ⁷⁸³ ⁷⁸⁴ ⁷⁸⁵ ⁷⁸⁶ ⁷⁸⁷ ⁷⁸⁸ ⁷⁸⁹ ⁷⁹⁰ ⁷⁹¹ ⁷⁹² ⁷⁹³ ⁷⁹⁴ ⁷⁹⁵ ⁷⁹⁶ ⁷⁹⁷ ⁷⁹⁸ ⁷⁹⁹ ⁸⁰⁰ ⁸⁰¹ ⁸⁰² ⁸⁰³ ⁸⁰⁴ ⁸⁰⁵ ⁸⁰⁶ ⁸⁰⁷ ⁸⁰⁸ ⁸⁰⁹ ⁸¹⁰ ⁸¹¹ ⁸¹² ⁸¹³ ⁸¹⁴ ⁸¹⁵ ⁸¹⁶ ⁸¹⁷ ⁸¹⁸ ⁸¹⁹ ⁸²⁰ ⁸²¹ ⁸²² ⁸²³ ⁸²⁴ ⁸²⁵ ⁸²⁶ ⁸²⁷ ⁸²⁸ ⁸²⁹ ⁸³⁰ ⁸³¹ ⁸³² ⁸³³ ⁸³⁴ ⁸³⁵ ⁸³⁶ ⁸³⁷ ⁸³⁸ ⁸³⁹ ⁸⁴⁰ ⁸⁴¹ ⁸⁴² ⁸⁴³ ⁸⁴⁴ ⁸⁴⁵ ⁸⁴⁶ ⁸⁴⁷ ⁸⁴⁸ ⁸⁴⁹ ⁸⁵⁰ ⁸⁵¹ ⁸⁵² ⁸⁵³ ⁸⁵⁴ ⁸⁵⁵ ⁸⁵⁶ ⁸⁵⁷ ⁸⁵⁸ ⁸⁵⁹ ⁸⁶⁰ ⁸⁶¹ ⁸⁶² ⁸⁶³ ⁸⁶⁴ ⁸⁶⁵ ⁸⁶⁶ ⁸⁶⁷ ⁸⁶⁸ ⁸⁶⁹ ⁸⁷⁰ ⁸⁷¹ ⁸⁷² ⁸⁷³ ⁸⁷⁴ ⁸⁷⁵ ⁸⁷⁶ ⁸⁷⁷ ⁸⁷⁸ ⁸⁷⁹ ⁸⁸⁰ ⁸⁸¹ ⁸⁸² ⁸⁸³ ⁸⁸⁴ ⁸⁸⁵ ⁸⁸⁶ ⁸⁸⁷ ⁸⁸⁸ ⁸⁸⁹ ⁸⁹⁰ ⁸⁹¹ ⁸⁹² ⁸⁹³ ⁸⁹⁴ ⁸⁹⁵ ⁸⁹⁶ ⁸⁹⁷ ⁸⁹⁸ ⁸⁹⁹ ⁹⁰⁰ ⁹⁰¹ ⁹⁰² ⁹⁰³ ⁹⁰⁴ ⁹⁰⁵ ⁹⁰⁶ ⁹⁰⁷ ⁹⁰⁸ ⁹⁰⁹ ⁹¹⁰ ⁹¹¹ ⁹¹² ⁹¹³ ⁹¹⁴ ⁹¹⁵ ⁹¹⁶ ⁹¹⁷ ⁹¹⁸ ⁹¹⁹ ⁹²⁰ ⁹²¹ ⁹²² ⁹²³ ⁹²⁴ ⁹²⁵ ⁹²⁶ ⁹²⁷ ⁹²⁸ ⁹²⁹ ⁹³⁰ ⁹³¹ ⁹³² ⁹³³ ⁹³⁴ ⁹³⁵ ⁹³⁶ ⁹³⁷ ⁹³⁸ ⁹³⁹ ⁹⁴⁰ ⁹⁴¹ ⁹⁴² ⁹⁴³ ⁹⁴⁴ ⁹⁴⁵ ⁹⁴⁶ ⁹⁴⁷ ⁹⁴⁸ ⁹⁴⁹ ⁹⁵⁰ ⁹⁵¹ ⁹⁵² ⁹⁵³ ⁹⁵⁴ ⁹⁵⁵ ⁹⁵⁶ ⁹⁵⁷ ⁹⁵⁸ ⁹⁵⁹ ⁹⁶⁰ ⁹⁶¹ ⁹⁶² ⁹⁶³ ⁹⁶⁴ ⁹⁶⁵ ⁹⁶⁶ ⁹⁶⁷ ⁹⁶⁸ ⁹⁶⁹ ⁹⁷⁰ ⁹⁷¹ ⁹⁷² ⁹⁷³ ⁹⁷⁴ ⁹⁷⁵ ⁹⁷⁶ ⁹⁷⁷ ⁹⁷⁸ ⁹⁷⁹ ⁹⁸⁰ ⁹⁸¹ ⁹⁸² ⁹⁸³ ⁹⁸⁴ ⁹⁸⁵ ⁹⁸⁶ ⁹⁸⁷ ⁹⁸⁸ ⁹⁸⁹ ⁹⁹⁰ ⁹⁹¹ ⁹⁹² ⁹⁹³ ⁹⁹⁴ ⁹⁹⁵ ⁹⁹⁶ ⁹⁹⁷ ⁹⁹⁸ ⁹⁹⁹ ¹⁰⁰⁰ ¹⁰⁰¹ ¹⁰⁰² ¹⁰⁰³ ¹⁰⁰⁴ ¹⁰⁰⁵ ¹⁰⁰⁶ ¹⁰⁰⁷ ¹⁰⁰⁸ ¹⁰⁰⁹ ¹⁰¹⁰ ¹⁰¹¹ ¹⁰¹² ¹⁰¹³ ¹⁰¹⁴ ¹⁰¹⁵ ¹⁰¹⁶ ¹⁰¹⁷ ¹⁰¹⁸ ¹⁰¹⁹ ¹⁰²⁰ ¹⁰²¹ ¹⁰²² ¹⁰²³ ¹⁰²⁴ ¹⁰²⁵ ¹⁰²⁶ ¹⁰²⁷ ¹⁰²⁸ ¹⁰²⁹ ¹⁰³⁰ ¹⁰³¹ ¹⁰³² ¹⁰³³ ¹⁰³⁴ ¹⁰³⁵ ¹⁰³⁶ ¹⁰³⁷ ¹⁰³⁸ ¹⁰³⁹ ¹⁰⁴⁰ ¹⁰⁴¹ ¹⁰⁴² ¹⁰⁴³ ¹⁰⁴⁴ ¹⁰⁴⁵ ¹⁰⁴⁶ ¹⁰⁴⁷ ¹⁰⁴⁸ ¹⁰⁴⁹ ¹⁰⁵⁰ ¹⁰⁵¹ ¹⁰⁵² ¹⁰⁵³ ¹⁰⁵⁴ ¹⁰⁵⁵ ¹⁰⁵⁶ ¹⁰⁵⁷ ¹⁰⁵⁸ ¹⁰⁵⁹ ¹⁰⁶⁰ ¹⁰⁶¹ ¹⁰⁶² ¹⁰⁶³ ¹⁰⁶⁴ ¹⁰⁶⁵ ¹⁰⁶⁶ ¹⁰⁶⁷ ¹⁰⁶⁸ ¹⁰⁶⁹ ¹⁰⁷⁰ ¹⁰⁷¹ ¹⁰⁷² ¹⁰⁷³ ¹⁰⁷⁴ ¹⁰⁷⁵ ¹⁰⁷⁶ ¹⁰⁷⁷ ¹⁰⁷⁸ ¹⁰⁷⁹ ¹⁰⁸⁰ ¹⁰⁸¹ ¹⁰⁸² ¹⁰⁸³ ¹⁰⁸⁴ ¹⁰⁸⁵ ¹⁰⁸⁶ ¹⁰⁸⁷ ¹⁰⁸⁸ ¹⁰⁸⁹ ¹⁰⁹⁰ ¹⁰⁹¹ ¹⁰⁹² ¹⁰⁹³ ¹⁰⁹⁴ ¹⁰⁹⁵ ¹⁰⁹⁶ ¹⁰⁹⁷ ¹⁰⁹⁸ ¹⁰⁹⁹ ¹¹⁰⁰ ¹¹⁰¹ ¹¹⁰² ¹¹⁰³ ¹¹⁰⁴ ¹¹⁰⁵ ¹¹⁰⁶ ¹¹⁰⁷ ¹¹⁰⁸ ¹¹⁰⁹ ¹¹¹⁰ ¹¹¹¹ ¹¹¹² ¹¹¹³ ¹¹¹⁴ ¹¹¹⁵ ¹¹¹⁶ ¹¹¹⁷ ¹¹¹⁸ ¹¹¹⁹ ¹¹²⁰ ¹¹²¹ ¹¹²² ¹¹²³ ¹¹²⁴ ¹¹²⁵ ¹¹²⁶ ¹¹²⁷ ¹¹²⁸ ¹¹²⁹ ¹¹³⁰ ¹¹³¹ ¹¹³² ¹¹³³ ¹¹³⁴ ¹¹³⁵ ¹¹³⁶ ¹¹³⁷ ¹¹³⁸ ¹¹³⁹ ¹¹⁴⁰ ¹¹⁴¹ ¹¹⁴² ¹¹⁴³ ¹¹⁴⁴ ¹¹⁴⁵ ¹¹⁴⁶ ¹¹⁴⁷ ¹¹⁴⁸ ¹¹⁴⁹ ¹¹⁵⁰ ¹¹⁵¹ ¹¹⁵² ¹¹⁵³ ¹¹⁵⁴ ¹¹⁵⁵ ¹¹⁵⁶ ¹¹⁵⁷ ¹¹⁵⁸ ¹¹⁵⁹ ¹¹⁶⁰ ¹¹⁶¹ ¹¹⁶² ¹¹⁶³ ¹¹⁶⁴ ¹¹⁶⁵ ¹¹⁶⁶ ¹¹⁶⁷ ¹¹⁶⁸ ¹¹⁶⁹ ¹¹⁷⁰ ¹¹⁷¹ ¹¹⁷² ¹¹⁷³ ¹¹⁷⁴ ¹¹⁷⁵ ¹¹⁷⁶ ¹¹⁷⁷ ¹¹⁷⁸ ¹¹⁷⁹ ¹¹⁸⁰ ¹¹⁸¹ ¹¹⁸² ¹¹⁸³ ¹¹⁸⁴ ¹¹⁸⁵ ¹¹⁸⁶ ¹¹⁸⁷ ¹¹⁸⁸ ¹¹⁸⁹ ¹¹⁹⁰ ¹¹⁹¹ ¹¹⁹² ¹¹⁹³ ¹¹⁹⁴ ¹¹⁹⁵ ¹¹⁹⁶ ¹¹⁹⁷ ¹¹⁹⁸ ¹¹⁹⁹ ¹²⁰⁰ ¹²⁰¹ ¹²⁰² ¹²⁰³ ¹²⁰⁴ ¹²⁰⁵ ¹²⁰⁶ ¹²⁰⁷ ¹²⁰⁸ ¹²⁰⁹ ¹²¹⁰ ¹²¹¹ ¹²¹² ¹²¹³ ¹²¹⁴ ¹²¹⁵ ¹²¹⁶ ¹²¹⁷ ¹²¹⁸ ¹²¹⁹ ¹²²⁰ ¹²²¹ ¹²²² ¹²²³ ¹²²⁴ ¹²²⁵ ¹²²⁶ ¹²²⁷ ¹²²⁸ ¹²²⁹ ¹²³⁰ ¹²³¹ ¹²³² ¹²³³ ¹²³⁴ ¹²³⁵ ¹²³⁶ ¹²³⁷ ¹²³⁸ ¹²³⁹ ¹²⁴⁰ ¹²⁴¹ ¹²⁴² ¹²⁴³ ¹²⁴⁴ ¹²⁴⁵ ¹²⁴⁶ ¹²⁴⁷ ¹²⁴⁸ ¹²⁴⁹ ¹²⁵⁰ ¹²⁵¹ ¹²⁵² ¹²⁵³ ¹²⁵⁴ ¹²⁵⁵ ¹²⁵⁶ ¹²⁵⁷ ¹²⁵⁸ ¹²⁵⁹ ¹²⁶⁰ ¹²⁶¹ ¹²⁶² ¹²⁶³ ¹²⁶⁴ ¹²⁶⁵ ¹²⁶⁶ ¹²⁶⁷ ¹²⁶⁸ ¹²⁶⁹ ¹²⁷⁰ ¹²⁷¹ ¹²⁷² ¹²⁷³ ¹²⁷⁴ ¹²⁷⁵ ¹²⁷⁶ ¹²⁷⁷ ¹²⁷⁸ ¹²⁷⁹ ¹²⁸⁰ ¹²⁸¹ ¹²⁸² ¹²⁸³ ¹²⁸⁴ ¹²⁸⁵ ¹²⁸⁶ ¹²⁸⁷ ¹²⁸⁸ ¹²⁸⁹ ¹²⁹⁰ ¹²⁹¹ ¹²⁹² ¹²⁹³ ¹²⁹⁴ ¹²⁹⁵ ¹²⁹⁶ ¹²⁹⁷ ¹²⁹⁸ ¹²⁹⁹ ¹³⁰⁰ ¹³⁰¹ ¹³⁰² ¹³⁰³ ¹³⁰⁴ ¹³⁰⁵ ¹³⁰⁶ ¹³⁰⁷ ¹³⁰⁸ ¹³⁰⁹ ¹³¹⁰ ¹³¹¹ ¹³¹² ¹³¹³ ¹³¹⁴ ¹³¹⁵ ¹³¹⁶ ¹³¹⁷ ¹³¹⁸ ¹³¹⁹ ¹³²⁰ ¹³²¹ ¹³²² ¹³²³ ¹³²⁴ ¹³²⁵	

Como apontou Sylvia Ficher (2005, p.30), o conhecido discurso de Alexandre de Albuquerque, a partir da revista do “Gremio Polytechnico” em 1905, demonstra o ímpeto corporativista que se anunciava:

a regulamentação do exercício da sua profissão, a debatida questão que a todos preocupa, mas a toda individualidade desanima...a árdua e paciente conquista de uma lei que traga à esquecida classe dos engenheiros a mesma garantia que gozam o médico, o advogado, o farmacêutico, garantia justíssima de honestamente trabalhar, livre da concorrência desleal e assustadora de uma legião de exploradores; uma lei que arranque essa digna classe à situação tristíssima em que se debate, em que se vê nivelado ao arquiteto, ao artista, ao mestre de obras boçal e grosseiro, em que o engenheiro civil, formado em longo e penoso curso de escola oficial, deve ainda lutar com a concorrência absurda dos *engenheiros* de arribação, portadores de títulos incompreensíveis, caçados em rápida viagem de recreio aos Estados Unidos, ou dos bacharéis de engenharia, imitação destes últimos falsificada bem perto de nós...

Os ecos do discurso de Albuquerque são identificados no texto de Lellis Vieira evocado na **Introdução**. Com a diferença de que o ferino discurso do politécnico não é tributário das artimanhas do humor pândego do jornalista. Não obstante, a lógica do insulto prevalece. É espantoso pensar que ainda hoje alguns discursos são capazes de reificar a máxima de que o mestre de obras (geralmente o de origem italiana) não passava de um *boçal e grosseiro* que riscava com a ponta de um guarda-chuva as suas plantas. Uma breve pesquisa nas *Obras Particulares* é o suficiente para invalidar o surrado bordão.

A equiparação de arquitetos, mestres e artistas com o *boçal* é flagrante da consagração do engenheiro (do modelo politécnico) como redentor e primordial na nova ordem (Arasawa, 2008; Ficher, 2005). Será a partir dessa ideia que os mecanismos de registro de construtores da década de 1920 irão conceder aos não-diplomados um certificado (feito pelo governo estadual) de “architecto”, mas nunca um de “engenheiro”, prerrogativa exclusiva da formação de ensino superior.

A despeito do ensaio corporativista, os profissionais sem diploma não só configuram maioria absoluta no quadro de registros que expusemos anteriormente, como participam ativamente da produção do espaço urbano e da popularização dos profissionais do desenho e do canteiro entre os cidadãos. O prestígio do mestre italiano entre as elites e sua popularização posterior é prova cabal disso. Mas a questão que se coloca é que essas tensões foram muito mais nuançadas do que o discurso corporativista dá a entender.

Entre a atuação livre de maiores impedimentos e os registros da burocracia, podemos inferir que a percepção dos envolvidos com a construção civil e doméstica não passava pelo temor da autoridade do diploma, as representações se davam de outra forma. Por isso o processo de construção de uma nova ordem se arrasta para além da regulamentação dos anos 1930 e mesmo assim não impede a atuação, aliás nada menor ou coadjuvante, de muitos não-diplomados em diversos setores.

Podemos citar alguns desde já: **Felisberto Ranzini** à frente do Escritório Técnico Ramos de Azevedo, **Vicente Branco** como presidente do *Sindicato da Construção Civil de Pequenas Estruturas* e ligado à FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Ambos não-diplomados registrados pelo CREA-SP a partir de 1934 com licenças de arquiteto ou de construtor/projetista e atuantes até a década de 1960. Voltaremos aos mesmos mais adiante. Por ora, vejamos algumas biografias profissionais do período evidenciado pelos registros da passagem do século XIX ao XX.

1.2. Uma São Paulo dos Kanz

Mesmo não estando entre os sujeitos registrados como empreiteiro pela municipalidade - pelo menos não de forma oficial - José Kanz é sem dúvida alguma o agente da construção civil com a atuação mais intensa dentre os seus contemporâneos. Sua singular trajetória exigirá uma certa dose de “autobiografia profissional” não muito comum no universo das regras acadêmicas. No entanto, o leitor entenderá a necessidade de fazê-lo.

Em 2007, quando iniciamos nosso estágio no AHMWL, não imaginávamos que uma figura como José Kanz pudesse ser o centro das atenções de uma série de jovens que, recém-formados, buscavam nas fontes primárias da municipalidade histórias *escovadas a contrapelo*. Isso porque o carro chefe do projeto, e com razão de ser, eram os exímios e monumentais projetos do Escritório Severo-Villares, o antigo Escritório Técnico Ramos de Azevedo.¹¹ Como não se deleitar com os projetos de um dos escritórios mais longevos e consagrados da história da arquitetura e engenharia brasileiras?¹²

Todavia, os milhares (sem exagero algum) de requerimentos assinados por José Kanz nos deixaram a todos espantados. No cotidiano do arquivo, pelo menos para aqueles que abriam e analisavam requerimento por requerimento, Ramos de Azevedo foi logo “esquecido”. O queurgia era descobrir qual a verdadeira grafia do sobrenome. Seria José Hans? Hanz? José Kans ou Kanz? Com alguma variação, logo descobriu-se que era Kans

¹¹ Para maiores detalhes sobre o projeto, ver **Introdução**.

¹² Para uma história do “Escritório Técnico Ramos de Azevedo” a partir da perspectiva dos múltiplos profissionais que nele atuaram, ver Siqueira Bueno. B.P. Escritório Técnico Ramos de Azevedo, Severo & Villares: longevidade, pluralidade e modernidade (1886-1980). **Revista CPC**, [S.l.], n. 19, p. 194-204, jun. 2015. ISSN 1980-4466.

ou Kanz, conforme atesta o termo de compromisso da “Directoria de Obras” no qual aparece como testemunha.¹³

O termo (ver **fig.5**) faz parte da “pedagogia” da construção da cidade formulada e ensinada por Victor da Silva Freire e seus engenheiros à frente da “Directoria de Obras” da Prefeitura Municipal desde 1899. É comum encontrar nos processos de pedido de licença para construir extratos de leis, termos de compromisso e todo tipo de regulação que orientasse proprietários e construtores na produção do espaço. No caso em questão, Kanz, Raul dos Santos Oliveira e João Innocêncio foram testemunhas do proprietário, o italiano Thomas Luppo, orientado por Freire a não transformar sua propriedade, na rua Rui Barbosa no Bexiga, em “um cortiço ou habitação colectiva”. Receio recorrente entre os funcionários que implantavam àquela altura as premissas da cidade da higiene.

Contudo, o que fez de José Kanz uma testemunha sempre próxima aos desígnios da Prefeitura? Como pôde estar à frente de milhares de solicitações de alvará para construir em todos os cantos da cidade na primeira década do século XX? A resposta passa em parte pelo fato de ter ocupado um singelo, mas estratégico cargo na então “Secretaria de Obras”, poucos anos antes da assunção de Victor da Silva Freire como diretor, conforme portaria de 1897:

¹³ A despeito do empenho pessoal em decifrar o “fenômeno” José Kanz, contei, ao longo do projeto, com a colaboração dos pesquisadores e historiadores Sheila Schneck, Elisângela Maria da Silva, Roberto Canado Jr., Adilson Teodoro e Lorena Pugliese. Agradeço mais uma vez a todos eles pelo companheirismo de longa data.

PREFEITURA MUNICIPAL
DIRECTORIA DE OBRAS

(COPIA).

Termo que assigna Thomas Luppó pelo qual se compromette a não permittir no immovel de sua propriedade sito á rua Ruy Barbosa n.º 24, a criação de cortiço ou habitação collectiva, sob pena de multa de cem mil reis (100\$000) por cada infracção verificada.

Para constar e todos os effeitos lavrou-se o presente termo que será assignado pelo proprietario acima declarado e pelas testemunhas José Kans e Raul dos Santos Oliveira. Eu, Thomé de Oliveira, Amanuense, o escrevi.

Directoria de Obras da Prefeitura do Municipio de S. Paulo,
23 de março de 1905. (Assignado) Thomé de Oliveira.
(ASSIGNADOS).

Victor da Silva Freire

A rogo de Thomas Luppó, por não saber escrever,

João Innocencio

→ José Kans

Raul dos Santos Oliveira.

Figura 5. Termo de compromisso da “Directoria de Obras” da Prefeitura de São Paulo. José Kans como testemunha da “pedagogia” da cidade da higiene. **Fonte:** AHMWL.

Por portaria desta data, foram nomeados para os cargos acima referidos os seguintes cidadãos:

Secretaria

Director, Benjamin Bueno.

Official, Raul de Toledo.

Escripturario, Francisco de Sousa Ribeiro.

Amanuenses: Benedicto Augusto de Aguiar e Raphael Fortunato de Oliveira.

Porteiro, Vicente Sommer.

Contínuo-servente, David Lourenço da Silveira.

Secção Technica

Director, dr. Luiz Cesar de Amaral Gama.

Ajudante, dr. Joaquim Octávio Nebias.

Engenheiros auxiliares, Heitor Gergotich e Emilio Pedroso.

Engenheiros alinhadores: drs. Jose Alves Paes Leme e Eugenio Silva.

Desenhista, Desiré Costes.

Architecto, Carlos Milanese.

Amanuense, Fernando Simões.

Almoxarife, Brazilio Marques.

Auxiliares alinhadores: Amaro Antonio Alves e *José Kanz.*

Ajudantes de Campo: Antonio Pereira Maia e José Mertüs.

Comissão Technica de Melhoramentos

Director, dr. João Pereira Ferraz.

Ajudante, dr. José Brant de Carvalho.

Architecto, Victor Andrew.

Primeiros auxiliares: Frederico Guilherme de Faria, dr. José Maria de Sá e Conrado Manuel Ereckesen.

Segundos auxiliares: Jorge Berthold, Florimond Colpaert e João de Camargo Rangel.

Escripturario, Antonio de Oliveira Ferraz.

Amanuense, Manoel Bento da Cruz.

Continuo servente, Cosme Alves dos Santos.

Por portaria também desta data foi nomeado director interino da Secretaria o official Raul de Toledo.

São Paulo, 4 de março de 1897

(*Correio Paulistano*, 06/03/1897, p.2)

A disposição dos cargos e de seus respectivos ocupantes, na “Secção Technica” e na “Comissão de Melhoramentos”, aponta hierarquias sociais que vão além do organograma de poder da Intendência de Obras. Os engenheiros, além de dominarem a hierarquia, representavam abastadas e bem situadas famílias brasileiras, como os Nébias, os Paes Leme e os Amaral Gama.¹⁴ Ainda entre os engenheiros, a multiplicidade das nacionalidades que conviviam no dia a dia da repartição é representada por Heitor ou Ettore Gergotich, italiano diplomado pela Universidade de Pádua.¹⁵ Entre os funcionários ligados ao desenho e à arquitetura, mais dois estrangeiros, o “desenhista” francês Desiré Costes e o “architecto” italiano Carlos Milanesi, conhecido mestre de obras italiano e parceiro de Miguel Marzo no escritório “Milanesi & Marzo”.¹⁶

Quanto à Kanz, o cargo de “Auxiliar alinhador” lhe deu a experiência necessária para obter “facilidades” e influência entre os quadros funcionais da Prefeitura, assim como conhecer todas as regiões de uma cidade que se expandia a partir do loteamento das antigas chácaras que paulatinamente deram lugar aos bairros centrais. Todavia, sua

¹⁴ Ver Amaral, Antônio Barreto do: *Dicionário de história de São Paulo*. São Paulo Imprensa Oficial do Governo do Estado de São Paulo, 2006.

¹⁵ *Correio Paulistano*, 19/02/1898.

¹⁶ Desiré Costes também parece ter flutuado entre o cargo público de “desenhista” e os serviços privados de projetista de obras particulares. Em 1907, o francês esteve entre os ilustres convidados para o banquete oferecido pela colônia francesa em São Paulo ao Barão D’Anthouard, ministro francês em visita à cidade. *Correio Paulistano*, 11/08/1907, p.8.

intensa atuação não se deve apenas ao cargo. Sua trajetória é parte da tradição construtiva germânica em terras paulistas desde meados do século XIX.

Figura 6. Requerimento assinado por José Kanz para construir uma casa à Rua José Kaufer, no Brás, em 1907. Geralmente o empreiteiro assinava o requerimento pela parte interessada. No caso em questão, o proprietário Paulino Pereira da Silva. O pedido era, no início do XX, dirigido ao Prefeito Municipal. Notar a assinatura do Prefeito Antônio Prado na parte superior do documento. Quando o caso não era resolvido pelo corpo diretor de Victor Freire, a celeuma era levada ao arbítrio do Conselheiro.

Mestre Valentim e a “philosophia kanciana”

Antes de José, outro Kanz fez carreira na construção civil paulista. A história do mestre Valentim não é de todo desconhecida. Eudes Campos Jr. (1997), Silvia Siriani (2003) e Pareto Jr. (2011) indicaram a importância do mesmo como um dos primeiros mestres de obras alemães que vieram, desde meados dos Oitocentos, trabalhar nas obras públicas da Província. Em 1858, Valentim já se destacava como “Inspetor Geral de Obras Públicas” liderando turmas de trabalhadores.¹⁷ Diante de sua intensa atuação em obras e reformas pagas pela “Presidência da Província”, logo surgiram acusações de favorecimento e incompetência, rebatidas pelo “mestre” em 1 de novembro de 1862:

Illm. Sr. Freguez do Braz

Achamos seu procedimento, tão demonstrativo de sua ignorância que não sabemos como lhe responder devidamente, e muito principalmente, não tendo v.s. tido a coragem necessária de assignar as sandices que mandou publicar. Estamos bem certos que o publico sensato nos fará justiça porque conhece o nosso character, e attendendo a circumstancia de que as obras do aterrado do Brás ainda não estão por concluidas e entregues; tornando-se portanto desnecessarios os *conselhos* de nosso inimigo gratuito, podendo ainda ficar certo, de que os engenheiros do governo encarregados de receber as obras, tem illustração bastante para poder dispensar *Espirito Santo de Orelha* de sua qualidade. Em conclusão temos mais a dizer: que lhe responderemos mais amplamente, quando largar a capa cobarde e miserável do “Anonymo”.

São Paulo, 1º de Novembro de 1862

Valentim Kanz, mestre.

(Correio Paulistano, 04/11/1862, p.3)

As polêmicas em torno das obras do aterro do Brás se estenderam por toda a década e parecem se inscrever na mesma celeuma entre Liberais e Conservadores quando das “desastrosas” atuações de Antônio Bernardo Quartim à frente das obras do Teatro

¹⁷ *Correio Paulistano*, 16/11/1858. “Expediente do Presidente da Província”.

São José (Campos Jr.,2009).¹⁸ Em 1869, outro “anônimo” publicava críticas ao andamento, desta feita, às obras de encanamento d’água para o Jardim Botânico. Depois de criticar Quartim (o administrador do Jardim) e o Sr. Coimbra (o engenheiro da Província) o denunciante constatava:

A questão resume-se ao seguinte dilemma:

Ou os tubos supportam a devida pressão ou não. No 1º caso porque não se faz a obra pelo modo mais facil e menos oneroso aos cofres públicos? Qual a necessidade de esbanjar os tres contos mais ou menos em que importa ella pelo logar em que está fazendo? Na 2ª hypothese para que as despesas com chafarizes e repuchos, correndo o risco de fazer rebentar os tubos, e como se explica o compromisso tomado com os particulares?

Além desse esbanjamento há outro que não podemos deixar passar desapercibido. É o excessivo salario pago por ordem do inspector das obras publicas a empregados até aqui desconhecidos. Sabemos com certeza que o Sr. Valentim Kans com o título de *conducteur* está ganhando o jornal de 8\$000 diarios.

Ignoramos quaes as funcções e obrigações do *conducteur*, mas parece-nos que a obra dirigida em pessoa pelo sr. barão de Itauna e tres engenheiros, não necessitava sinão de operarios e feitores.

¹⁸ O Capitão Antônio Bernardo Quartim (1822-1888) representa um sintomático exemplo do prelúdio do campo da engenharia e da arquitetura na cidade de São Paulo. Não à toa o arquiteto e historiador Eudes Campos (1997) se debruçou sobre a trajetória de Quartim para ressaltar a ruptura da tradição a partir dos “*novos valores burgueses que então se disseminavam por entre os setores mais avançados da sociedade paulista*”. No fogo cruzado entre os membros do Partido Conservador e os correligionários do Partido Liberal, Quartim foi alvo de grandes polêmicas, tendo sido acusado inúmeras vezes pelos liberais de não ter a competência necessária para exercer a função de “empreiteiro de obras”. Para além da desastrosa atuação do mesmo, trata-se de compreender os termos que designavam a posição de Quartim como construtor em função do discurso do progresso. Ele é o exemplo claro da flutuação dos termos que designavam o ato de projetar e construir no último quartel do século XIX. Ao mesmo tempo “Empresário leigo”, “mestre de obras” e “empreiteiro”, Quartim foi aos poucos sucumbindo diante do discurso da nova técnica e competência representadas pelos engenheiros diplomados. Seu pitoresco caso reafirma mais uma vez a redenção messiânica da ideologia do progresso através da engenharia, em sintonia com as notícias do cotidiano elencadas anteriormente, entre as “patas do progresso” e as permanências da escravidão. No entanto, não se trata apenas de uma disputa entre tradição e modernidade, mas de um discurso em função da formação de um campo cultural ainda inexistente. Para a trajetória de Quartim ver: CAMPOS, Eudes. O capitão Antônio Bernardo Quartim ou o ABC da Engenharia. INFORMATIVO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL, 5 (25-26): jul/out.2009 <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>.

Dar-se-ha acaso que o sr. Coimbra, suppondo ser o sr. Valentim parente de um antigo philosopho, queira fazer a obra segundo a philosophia Kanciana?

(O Ypiranga, 07/03/1869)

“Orgam do Partido Liberal em S. Paulo”, o periódico “O Ypiranga” não poupou o sr. Coimbra, Valentim e seu sobrenome alemão dos trocadilhos e “imperativos categóricos” da filosofia kantiana. O alvo maior certamente era o sr. Barão de Itaúna ou Cândido Borges Monteiro (1812-1872), do Partido Conservador e trigésimo quinto Presidente da Província de São Paulo, entre 27 de agosto de 1868 e 25 de abril de 1869 (Amaral, 2006, p.433-434).

Contudo, talvez seus “inimigos” tivessem se deleitado com o processo de penhora de bens que sofreu em 1873:

Editaes

O dr. Francisco de Paula Rabello e Silva, juiz municipal desta imperial cidade e seu termo, por S. M. O Imperador, que Deus guarde, etc. Faço saber aos que este edital virem ou delle notícia tiverem, que o porteiro deste juízo, Benedicto da Costa Braga, ou quem suas vezes fizer, ha de trazer em publico pregão de venda e arrematação, por espaço de vinte dias sucessivos, os bens abaixo mencionados, penhorados a Valentim Kans e sua mulher, na execução que por este juízo e cartorio do escrivão abaixo nomeado, lhes move Jacob Asser; e são elles os seguintes: uma morada de casas, sita na rua da Gloria desta cidade sob n. 48, contendo dous lanços, tendo em cada um duas janelas e uma porta de frente, com um pequeno terreno murado ao lado, e seu competente quintal, com poço de agua de beber, um telheiro e uma estrabaria; cuja casa e quintal dividem-se, por um lado, com terrenos dos executados, por outro com terrenos de Celestino Bourroul, e pelos fundos com terrenos do dr. Francisco José de Azevedo Junior; avaliada pela quantia de 3:000\$000. Um terreno sito na mesma rua da Gloria, contento 10 braças de frente, dividindo-se pelo lado esquerdo com propriedade dos executados, e por outro com a rua chamada – Oliveira, e pelos fundos com diversos proprietários; avaliado pela quantia de 200\$000. Uma casa sita na rua Senador Feijó, desta cidade, freguezia da Sé, sob n.23, com duas janelas e uma porta na frente, confrontando-se de um lado com a casa de Francisco Fernandes, de outro, com d. Francisca Cantinho, e pelos fundos com o quintal da casa da herança do finado Antonio Rodrigues Villares; avaliada por 2:800\$000.

(Diário de S. Paulo, 03/07/1873)

O edital, como fonte primária, configura uma pequena síntese dos bens que o mestre Valentin adquiriu na cidade desde a década de 1850. Apresenta também as características da vida material, disposição do espaço e formas de habitar na São Paulo oitocentista. Ao mesmo tempo, é a pista para decifrar uma outra vida que, com certo exagero, é capaz de configurar a síntese das sociedades ocidentais do período, com as especificidades do Brasil escravocrata. Trata-se de Jacob Asser. Executor da ação de penhora contra o alemão Kanz, era um judeu francês da região da Alsácia e Lorena, anexada em 1871 pelo Império Alemão de Otto Von Bismarck e do Kaiser Guilherme I. Inferimos que por trás da ação da penhora, esteja uma rivalidade que atravessou a Europa central e o Atlântico. Em 1871, Asser e outros membros da colônia francesa em São Paulo publicaram uma nota de “Protestation” repudiando a ação do Kaiser e reafirmando o nacionalismo francês.

A agitada vida do francês paulistano ainda seria marcada por outras polêmicas. Proprietário de um escravo chamado Carlos, em 1868 Asser se viu perante o tribunal do júri depois de sua “propriedade” ter sido acusada de assassinar um português chamado Motta. A priori, tomado de ciúmes por conta de um suposto adultério entre sua esposa Maria Luiza e o português Francisco José da Motta, Carlos seguiu ambos até a estrada do Vergueiro, no caminho de Santos, e barbaramente os matou. O caso teve grande repercussão entre os estudantes e professores da Faculdade de Direito e contou com a defesa do dr. José Maria Correa de Sá e Benevides:

Jury – Na sessão de 21, que terminou a 22, pelas 4 horas da manhã, foi julgado o importante processo em que é a justiça autora e o réu o africano Carlos, escravo de Jacob Asser, acusado como perpetrador dos homicídios de sua mulher Maria Luiza e do português Francisco José da Motta. A acusação foi sustentada brilhantemente, em face da vigorosa defeza, de que se encarregára o exm. sr. dr. Benevides, uma das mais belas intelligencias da nossa Faculdade jurídica. Os dous athletas do direito mediram armas e provaram forças com tal denodo,

que o publico admirado, e o auditório ilustrado, não sabe a quem conferir a palma da victoria na justa renhida da dialetica. Saudamos sinceramente o jovem jurisconsulto. O réu foi condenado a galés perpétuas por maioria absoluta de votos.

(O Ypiranga, dezembro de 1868)

Certamente o leitor de hoje há de se espantar com o resultado do julgamento. Todavia, galé perpétua para um “escravo assassino” era visto por alguns como redenção mais do que razoável naquela situação. Daí as efusivas palmas para a defesa contratada por Jacob Asser.

Já na década de 1870, Asser protagoniza alguns episódios dramáticos. Depois de perder esposa e sogro em 1875, resolveu processar o cunhado Antonio Francisco Pedroso, provavelmente por conta de divisão de bens dos falecidos. Em 1879, manda publicar uma “declaração” um tanto curiosa, mas bastante coerente com seu fervor nacionalista:

Jacob Asser, cidadão francez, declara que não autorisou á pessoa alguma para naturalisal-o brasileiro. É levado a essa declaração para que não o incommodem agora, como já o incomodaram em 1868.

S. Paulo, 26 de maio de 1879.

(*Correio Paulistano*, 27/05/1879)

Não sabemos o exato motivo, mas depois das atribulações citadas, Asser – controversa figura – foi condenado à prisão em 1883. Depois de pedir uma espécie de perdão Imperial, vamos encontra-lo novamente interditado pelo juiz de “orphãos”:

Interdicção á Jacob Asser

O doutor Manoel Antonio Dutra Rodrigues, juiz de orphãos interino nesta imperial cidade de S. Paulo e seu termo, etc. etc. Faço saber aos que o presente edital virem, ou delle notícia tiverem, que Jacob Asser, morador em a rua da Gloria nesta capital, por sentença do meritíssimo doutor juiz de direito da 1ª vara, datada de hontem, foi julgado interdicto para reger a sua pessoa e administrar os seus bens por se achar demente; havendo-lhe dado curador, cuja nomeação recahiu na pessoa do doutor Carlos Reis, que já prestou juramento e entrou no exercicio desse cargo: mando por isso que, de ora avante, ninguem contracte com o referido interdicto Jacob Asser, sob pena de nullidade. E para que chegue á noticia de todos mandei também lavrar este e mais dous de

igual theor para serem affixados nos lugares do costume, e publicado pela imprensa, de que se lavrarão as necessarias certidões onde convier. Dado e passado nesta imperial cidade de S. Paulo, aos 8 de novembro de 1884. Eu, Januario Moreira, escrivão que o escrevi. – Manoel Antonio Dutra Rodrigues.

(*Correio Paulistano*, 09/11/1884)

De figura notória à demência e interdição, Asser certamente se viu arrebatado pelos dispositivos de controle e segurança da sociedade disciplinar (Foucault, . Teria sido o judeu francês alvo das perseguições da São Paulo católica? De qualquer forma, a partir de 1885 seus bens são aos poucos arrematados em leilões:

Arrematação de 4 casinhas sitas á travessa da rua dos Ingleses, pertencentes ao interdicto Jacob Asser

(...) após audiência do sr. dr. juiz de orphãos, se fará praça para arrematação destas propriedades, que se acham avaliadas a 600\$000 cada uma, e constam de porta e janela de frente, tendo sala, alcova, cosinha, e pequena área; com a numeração de 2, 4, 6 e 8.

(*Correio Paulistano*, 23/04/1885)

Num outro edital de leilão na própria casa de Asser, é possível verificar os objetos de cultura material do cotidiano do “interdicto”:

Arrematação dos bens moveis pertencentes ao interdicto Jacob Asser

De conformidade com os editais afixados, faço publico que no dia 8 do corrente mez (quinta-feira) as onze horas, em a rua da Gloria, a casa n.61, pertencente ao interdicto Jacob Asser, se fará praça para arrematação de seus bens moveis, em cujo numero se acham compreendidos os seguintes objetos:

Uma cômoda, avaliada por 12\$000

Um armario \$500.

Dois lavatorios e pertences por 3\$000.

Uma cama franceza 25\$000.

Um sofá de encesto por 20\$000.

Dois consollos por 6\$000.

Um revolver de 6 tiros por 3\$000.

Um tacho de cobre por 8\$000.

(*Correio Paulistano*, 08/01/1885)

Ao que tudo indica, a rara cama francesa de Asser parece ter sido alvo das maiores cobiças. Em todo caso, em uma década, Asser, de executante de uma penhora contra Kanz, tornou-se o próprio penhorado.

Quanto ao mestre Valentim Kanz, os reveses e as disputas políticas não impediram que seu prestígio e redes de sociabilidade para além da colônia germânica, permitisse aos seus filhos uma inserção ativa na sociedade paulistana em intensa transformação. Casado com Anna Maria Kanz, foi pai seis filhos. Identificamos alguns deles a partir de atividades comerciais, funcionais e artísticas exercidas na cidade. Carlos Kanz (1855-1878), artista e funcionário de Victor Nothmann, o provável filho mais velho do mestre Valentim, falecido aos 23 anos¹⁹; João Baptista Kanz, tipógrafo, Valentim Kanz (o filho), contínuo da Câmara dos Deputados, Theodoro Kanz, negociante; José Kanz, auxiliar alinhador e, a posteriori, agenciador de milhares de obras na capital. O casal teve ainda duas filhas, Balbina Kanz, que se casou com o sr. João Rodrigues de Castro e Filippina Kanz Queiroz, casada com um membro da família Queiroz.

O mestre Valentim faleceu de pneumonia (além do provável desgosto da penhora dos bens) e foi sepultado no Cemitério Municipal (Consolação) no 17 de abril de 1880:

Obituario

Sepultaram-se no Cemitério Municipal os seguintes cadáveres:

Dia 17

Dario, 3 mezes e meio, filho de Juliana, escrava de d. Maria Barbosa de Almeida e Silva. Bronchite.

¹⁹ Diário de S. Paulo, 03/07/1878. “Carlos Kanz, 23 annos, solteiro, brasileiro: albuminuria”. A *causa mortis* da albuminúria é a insuficiência renal.

Joanna, 22 meses, filha legítima de João das Chagas Fernandes.
Afecção gastro intestinal.

Valentim Kanz, alemão, 55 anos, casado. Pneumonia.

(*Correio Paulistano*, 17/04/1880, p.3)

Numa nota discreta, e acompanhado pelo bebê escravo, o mestre de obras alemão deixava as disputas dos vivos para trás. Quanto aos descendentes, Valentim Kanz (1863-1911, o filho) não foi figura menos notória. Em 1887 foi registrado como eleitor (lembrar que no Império do Brasil o voto era censitário) da Comarca de São Paulo, “Parochia da Sé”, “Districto do Sul”, “12º Quarteirão” com a idade de 24 anos, solteiro, negociante, filho de Valentim Kanz e com a módica renda de 600\$000.²⁰ Para se ter uma ideia do abismo nas hierarquias de renda, o conhecido advogado, empresário e político Dr. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches (1842-1903) foi registrado com a renda de 4:000\$000.

Domiciliado à rua Espírita, n.13, entre a Liberdade e o Cambuci, a década de 1890 foi decisiva para Valentim “filho”. Tornou-se funcionário público, “contínuo da Câmara dos deputados”. No tribunal do “Jury”, foi intérprete de um réu suíço acusado de assassinato²¹ e, em 1892, casou-se com Clementina dos Santos Marques.²² Todavia, uma

²⁰ *Correio Paulistano*, 01/12/1887.

²¹ *Correio Paulistano*, 09/07/1890.

“Apresentou-se ao tribunal, para ser julgado, o réu Jacob Gssel, natural da Suíça, de 37 annos de idade, casado, modelador, sabendo ler e escrever, acusado de haver assassinado o seu companheiro de trabalho, Guilherme Zurgens, também suíço, em lucta havida entre ambos, nas officinas de Lacerda, Camargo & Comp., arremassando uma plaina, sobre a cabeça de Guilherme, produzindo fractura do craneo. Não sabendo o acusado falar portuguez, foi nomeado para seu interprete o sr. Valentim Kanz.”

²² *Correio Paulistano*, 13/04/1892.

das grandes questões de sua vida parece ter sido a causa abolicionista, conforme atesta pedido de publicação de 1890:

“Sr. redactor – Pedimos o favor de publicar a seguinte noticia: Um grupo de abolicionistas pretendendo prestar homenagem ao chefe do abolicionismo no norte deste Estado – João China, mandaram imprimir o jornal “A Patria” com o retrato do mesmo cidadão saudando o seu anniversario natalício (49) hoje 24 do corrente pelo que ficamos gratos.

A Comissão, Valentim Kanz, I. de Araújo Lima, Arthur Carlos”.

(*Correio Paulistano*, 24/07/1890)

Se seu pai viera da conturbada Confederação Germânica na condição de trabalhador livre para atuar nas obras públicas da Capital, Valentim não deixara de sentir os horrores da sociabilidade escrava no cotidiano da cidade. Quanto ao homenageado, não está entre os abolicionistas mais conhecidos pela historiografia. Trata-se de João Rodrigues de Oliveira Silva ou, por *antonomásia* (como costumava escrever ao final de seus textos), João China. Advogado e membro do Partido Liberal, foi figura pública das mais atuantes em Caçapava, além de inveterado abolicionista.²³

Valentim Kanz também foi tenente da Guarda Nacional, a priori mais uma possibilidade de inserção e busca de *status* numa corporação herdada das fileiras do Império. Em 1906 pediu aposentaria por invalidez e por contar mais de 15 anos como

²³ Em junho de 1883 se envolveu na causa de liberdade de 78 “libertandos” em Caçapava. João China enfrentou o poderoso deputado, do Partido Liberal, Antonio Moreira de Barros (1841-1896), que movia uma ação para reduzir os libertandos novamente à escravidão. Segue a transcrição do imbróglio: “Causa da Liberdade. Foi-nos comunicado hontem o seguinte telegrama do advogado de Caçapava o Sr. João China: ‘Chegou soldadesca. Palhaçada. 78 homens manumitidos. Querem prender. Veremos. Chefe de policia iludido. Juiz suspeito’. Na mesma ocasião recebemos a seguinte comunicação: ‘Este telegrama refere-se aos 78 escravos que há tempos pleiteiam a liberdade no fôro de Caçapava. Esses manumitidos – que se julgam livres por declaração do finado senhor, foram depositados naquella localidade, e quem move a causa para redusil-os novamente a captiveiro é o deputado geral Moreira de Barros.’” *Correio Paulistano*, 23 de junho de 1883.

contínuo da Câmara dos Deputados. E, em 1911, falece aos 8 dias do mês de janeiro. Valentim Kanz e Clementina, sua esposa, deixaram uma única herdeira, a menor Agrippina Kanz. Orfã e aparentemente desamparada pelos tios e parentes mais próximos, Agrippina foi alvo de uma execução hipotecária que lhe tomou a casa da rua Espírita no Cambuci.²⁴ A sina de penhoras sofridas pelos Kanz teve uma duração considerável.

José Kanz, o agenciador-empreiteiro

Quanto a José, suas conexões desde cedo penderam para a família do cunhado João Rodrigues de Castro, casado com Balbina Kanz. Em 1877, ainda bem jovem, foi secretário do *Club Therpsicoreense*, aparentemente um clube de dança da colônia alemã em São Paulo.²⁵ Na década de 1880 foi proprietário, em parceria com irmãos e com seu cunhado João Rodrigues de Castro, de duas charutarias ou de uma só, mas com mudança de denominação e endereço. A “Kanz & Castro Charutaria Oriental” no Largo Municipal, nº19 e a “Kanz, Irmãos & Companhia. *Charutaria Aymoré*” no Largo da Sé, 2D.²⁶

Sem muito sucesso nos negócios com o tabaco, José Kanz, seguindo o caminho do irmão Valentim, ingressou nos quadros do emprego público na década de 1890. A partir daí já conhecemos sua inserção na hierarquia da Intendência de Obras e seus

²⁴ Correio Paulistano, 03/07/1911.

²⁵ Terpsicore ou Terpsícora, do grego Τερψιχόρα, é uma das nove musas da cosmogonia grega e significa "a que goza das danças": é um composto do verbo grego τέρωμαι e de χορός, "dança".

²⁶ Os anúncios da charutaria foram publicados na edição de 1887 do “Almanach da Província de São Paulo”. IEB-USP.

conhecimentos e redes de sociabilidade. Somados ao capital simbólico na construção civil, herdado do mestre Valentim, o fenômeno José Kanz se anuncia mais plausível.

A carreira pública de José durou menos de uma década. A partir da “Diretoria de Obras” de Victor da Silva Freire, seu nome não é mais encontrado no quadro de funcionários. No primeiro quinquênio do século XX, passa a ser o grande agenciador de obras da cidade de São Paulo. Agenciador porque negociava com proprietários, construtores e funcionários da prefeitura. Intermediava conflitos e fazia negócios. Entre 1906 e 1915, dentre os **32.851** projetos submetidos à Diretoria de Obras da Prefeitura Municipal, Kanz assinou como “interessado” aproximadamente **1.154** requerimentos solicitando alvará de licença para construir e reformar em absolutamente todas as regiões da cidade, o que corresponde a aproximadamente **3,5%** dos pedidos do referido período.²⁷

Foi o agenciador-empreiteiro de dezenas de construtores, incluindo italianos e portugueses já mencionados nos registros. Estava à frente, portanto, de uma espécie de escritório técnico não formalizado legalmente. Os projetos (plantas) submetidos geralmente têm o mesmo padrão e a mesma letra, feitos numa lógica de linha de produção. Raramente apresentam a fachada da edificação e seguem os trâmites do Padrão Municipal, ou pelo menos tentavam seguir, uma vez que entravam em constante conflito com as novas premissas implantadas pelos engenheiros fiscais Arthur Saboya, José de Sá Rocha e Luiz Bianchi Betoldi, a trinca de ferro que sustentava as ações de Victor Freire e Antonio Prado da Silva Prado. Poder-se-á argumentar que Kanz era apenas uma espécie de despachante, o que não diminuiria sua importância como agente da construção civil.

²⁷ As referências estatísticas são baseadas em nossos levantamentos na Série Obras Particulares e cotejados com a digitalização dos projetos no <http://www.projetosirca.com.br/>. Site que resultou do projeto de políticas públicas mencionado na **Introdução**.

No entanto, insistimos no fato de que participava diretamente da produção dos projetos e respectiva submissão à Diretoria de Obras, conforme podemos observar num requerimento de dezembro de 1907:

Exmo Snr. Dr. Prefeito

Diz José Kanz que tendo sido encarregado de fazer uma planta para construção de uma barracão destinado a uma fabrica de sabão e sito á rua Catão canto da rua Roma (Villa Sophia) vem por meio deste pedir a V^a Ex^a digne-se a mandar a Directoria de Obras informar si o local presta-se para a dita fabrica e bem assim se pode ser concedida a licença para os proprietários da fabrica encanarem as aguas servidas para um correjo que fica próximo conforme vê-se num esboço junto.

Do deferimento

E.R.M (Espera receber mercê)

São Paulo, 4 de dezembro de 1907

José Kanz

(Série Obras Particulares)²⁸

Além de atestar sua participação direta, põe na berlinda a industrialização de São Paulo e o problema do seus rios e córregos. No caso em questão, um longo parecer do engenheiro Bianchi Betoldi submeteu o pedido ao “Serviço Sanitário”. Durante pelo menos uma década (1905-1915), por conta de sua ampla atuação, Kanz esteve envolvido diretamente nos imbróglis mais candentes da tentativa de controle da produção da cidade por parte dos poderes públicos municipais.

²⁸ **Fonte:** Série Obras Particulares, AHMWL.

Dos projetos, parcerias e clientela

Nas fronteiras tênues entre os poderes públicos e a iniciativa privada, podemos afirmar, portanto, que José Kanz contribuiu decisivamente para a produção da cidade. Seguindo e eventualmente burlando as normas edilícias, deu feição à cidade das casas simples, dos armazéns do cotidiano popular e das pequenas oficinas e fábricas. Na estética do desenho da arquitetura simples, mas nem por isso menor, sua produção e associação tentacular alcançou a região central, deu forma às ruas de bairros centrais e suburbanos, atingiu as várzeas do Tamanduateí e Tietê, indo até a região de Santana. Apresentamos adiante, entre obras novas e reformas, parte de sua principal produção.

a) Projetos residenciais e de uso misto

Dos milhares de projetos emcampados pelo descendente do mestre Valentim, a maioria é constituída por pequenas e médias residências. Produção maior de todos os construtores aqui considerados, os projetos residenciais de Kanz flutuam entre a casa de “padrão operário”, com 3 cômodos, e a casa de classe média com 4 ou 5 cômodos (Gennari, 2005; Schneck, 2010). Na década de 1900, seus projetos raramente contam com elevação. Junto às residências, a coexistência dos armazéns e pequenas oficinas. Assinou como interessado, entre 1906 e 1914, aproximadamente **812** requerimentos solicitando a construção de residências (**667**) e residências de uso misto, com comércio (**145**). Seguem abaixo alguns dos principais projetos.

Figura 8. Projeto para construção de uma casa simples, três cômodos e latrina na rua da Mooca. Ano: 1909. Bairro: **Mooca**. Proprietário: Francisco Mori. **Fonte:** Obras Particulares, AHMWL.

Figura 9. Projeto para a construção de padrão médio simples na rua Brigadeiro Galvão. Ano: 1908. **Barra Funda.** Proprietário: Aniello Fremonte. **Fonte:** Obras Particulares, AHMWL.

Figura 10. Projeto para a construção de seis casa em série na rua 14. Ano: 1914. Bairro: Lapa. Proprietários: Achiles Isola & irmãos. Fonte: Obras Particulares, AHMWL.

Figura 11. Projeto para construção de uma casa de padrão médio alto na Avenida Angélica. **Ano:** 1908. Bairro: **Higienópolis**. Proprietário: Rafael Pailunha. **Fonte:** Obras Particulares, AHMWL.

Figura 12. Projeto de quatro casas em série na rua Conde de Sarzedas. Ano: 1909. Bairro: **Sé**. Proprietária: Dona Agostinha Carolina Bresser Monteiro. **Fonte:** Obras Particulares, AHMWL.

Figura 13. Projeto quatro casas em série e barracão para carpintaria na rua Galvão Bueno. Ano: 1908. Bairro: **Liberdade**. Proprietário: Possidônio Ignácio das Neves. **Fonte:** Obras Particulares, AHMWL.

Figura 14. Projeto de uma casa e um armazém na rua Muller. Ano: 1909. Bairro: Brás. Proprietário: Joaquim de Souza Azevedo. **Fonte:** Obras Particulares, AHMWL.

b) Comercial/serviços

Entre barracões e oficinas, Kanz assinou aproximadamente **75** pedidos para edificar prédios comerciais e de serviços.

Figura 15. Barracão para ferraria na Avenida da Intendência. Ano: 1908. Bairro: **Brás**. Proprietário: Miguel Carbone. **Fonte:** Obras Particulares, AHMWL.

Figura 16. Projeto para construção de 4 armazéns na rua Paula Souza. Ano: 1908. Bairro: **Sé**. Proprietária: Dona Francisca de Paula Souza. **Fonte:** Obras Particulares, AHMWL.

Figura 17. Projeto para construção de um forno para padaria na Avenida da Intendência. Ano: 1908. Bairro: Brás. Proprietário: Juvenal Kirsten. Fonte: Obras Particulares, AHMWL.

Figura 18. Projeto para salão e forno para fabricação de massas na rua Tamandaré. Ano: 1908. Bairro: **Liberdade**. Proprietário: Valentim Golker. **Fonte:** Obras Particulares, AHMWL.

c) **Manufatureiro/industrial**

Dos projetos de pequenas e médias fábricas, **17** solicitações.

Figura 19. Projeto de um galpão para a fábrica da **Cia. Pinotti & Gamba** na rua Dr. Climaco. Ano: 1909. Bairro: **Cambuci**. Proprietário: Egídio Pinotti Gamba. **Fonte:** Obras Particulares, AHMWL.

Figura 20. Projeto para uma fábrica de biscoitos na rua Deocleciana. Ano: 1908. Bairro: Bom Retiro. Proprietário: Dzioli e Irmão. **Fonte:** Obras Particulares, AHMWL.

Figura 21. Barracão para fábrica de instrumentos musicais na rua Guarapiranga. Ano: 1910. Bairro: Poprietário: Guilherme Frizo. **Fonte:** Obras Particulares, AHMWL.

d) Kanz, croquis de uma cidade imaginada

Dos desenhos mais corriqueiros de Kanz, chamam a atenção os croquis que esboçam uma cidade imaginada, os arredores da edificação, espaços vazios de ruas e casas ainda inexistentes. Muitas vezes esboçados no próprio papel do requerimento, num tipo de

“improvisação” que desvela heterotopias - no jargão foucaltiano - ideias de espaço, de forma, de cidade.

Figura 22. Região da Santa Cecília, Campos Elíseos e Barra Funda em 1908. Ao fundo das ruas projetadas, a Estrada de Ferro Sorocabana. **Fonte:** Obras Particulares, AHMWL.

Figura 23. Região da Bela Vista próxima à rua Artur Prado e Avenida Paulista em 1908. Altura do Paraíso.
Fonte: Obras Particulares, AHMWL.

Figura 24. Região da Bela Vista entre as ruas Pedroso, Ruy Barbosa e Av. Brigadeiro Luiz Antonio em 1909.
Fonte: Obras Particulares, AHMWL.

Figura 25. Região de Santana próximo à rua Alfredo Pujol em 1910.

A questão da espacialização

No intuito de evidenciar uma produção presente em toda a cidade, optamos por geocodificar parte das obras dos construtores mais atuantes entre 1906 e 1915. De fato, a tentativa ainda se mostra em fase experimental, mas é uma possibilidade a mais de vislumbrar uma produção que certamente constituiu a identidade arquitetônica de boa parte da cidade de São Paulo no início do século XX.

Da concepção

O conjunto cartográfico desenvolvido a partir da base “Série Obras Particulares, AHMWL”, contou com o desenvolvimento de 4 tipos de cartas distintas para cada construtor. Os mapas intitulados: Mapa 1, Mapa 2, Mapa 3 e Mapa 4 representam a tematização das seguintes variáveis: ano da construção da obra, tipo de uso, o tipo da obra e a relação entre o proprietário e o construtor.

Cada projeto catalogado na base tem um endereço específico. Assim, é comum encontrar endereços com grafias antigas, o que exigiu um tratamento de adaptação. Além disso, parte dos endereços não tem numeração do imóvel e outros não batem com a numeração atual da base de logradouros utilizada, uma vez diante da história dos novos emplacamentos. Para os endereços que não tem numeração foi utilizado o ponto médio da rua, já nos outros casos foi levado em conta a altura da rua contida na numeração da base a partir do cotejo com a base de logradouro utilizada.

Outra limitação foi a ausência de CEPs na base. Para o processo de geocodificação o código de endereçamento acaba sendo uma informação essencial, pois evita a localização errônea em endereços homônimos aumentando a taxa de assertividade. Em geral a taxa de compatibilidade no processo de geocodificação se manteve sempre acima dos 90% dos endereços.

Como resultado final, os mapas demonstram razoável assertividade com os polos de concentração dos diferentes tipos de obras e a atuação dos construtores nas diferentes regiões e bairros da cidade. O processo de geocodificação, no entanto, não garante a exata localização de cada obra em escala de metros. Não permite análise mais próxima do ponto localizado, mas possibilita uma boa visão geral.

Todos os mapas seguem a mesma identidade visual no que diz respeito às simbologias, cores, fontes e elementos cartográficos como escala e norte. Seus elementos são: Título do mapa, nome do construtor, fonte dos dados, legenda do mapa, escala gráfica e norte. As cartas foram exportadas em A4 nos formatos PDF (300dpi) e JPEG (120 dpi).

Nota sobre a legenda

Os totalizadores das legendas dos mapas dizem respeito ao total de obras no campo de visão de cada escala, portanto eles podem divergir do total de obras geral da base ou de cada construtor. Isso ocorre por conta da dispersão e da quantidade de obras. Em suma, a partir das técnicas da geocodificação, os mapas a seguir, divididos em 4 categorias analíticas, evidenciam a natureza dos projetos de José Kanz e a relação com seus principais clientes/parceiros. A mesma explicação se aplica aos demais mapas apresentados ao longo da tese.

MAPA 1

Obras de José
KANZ entre 1906-1915

**Fonte para especialização:
Série Obras Particulares, AHMWL.**

Legenda

Nº de obras por biênio

- 1906 - 1907 (329)
1908 - 1909 (242)
1910 - 1911 (72)
1912 - 1913 (40)
1914 - 1915 (11)

* A quantidade de obras representada na legenda corresponde ao campo de visão do mapa.
Total de obras da base: 1025

Estrutura urbana Perímetros

Bairros

Hidrografia

Arquiteto

Central
Urbano
Suburbano

Concepção: Leandro Braga, Lindener Pareto
Victor Ricardini.

**Fonte para especialização:
Série Obras Particulares, AHMWL.**

Legenda

Tipo de Uso

●	Residencial (446)
▲	Anexos (36)
▼	Misto (111)
■	Comercial/serviço (73)
●	Infraestrutura (3)
■	Manufatureiro/industrial (11)
●	n/e (2)
□	Religioso (2)
■	Lazer (1)

* A quantidade de obras representada na legenda corresponde ao campo de visão do mapa.
Total de obras da base: 1025

Estrutura urbana Perímetros

Bairros

Hidrografia

Arramento

Central
Urbano
Suburbano

Concepção: Leandro Braga, Lindener Pareto
Victor Ricardini.

MAPA 3

Obras de José KANZ entre 1906-1915

Fonte para espacialização:
Série Obras Particulares, AHMWL.

Legenda

Tipo de Obra

- Nova (496)
- ▲ Reforma (189)
- Regularização (10)

* A quantidade de obras representada na legenda corresponde ao campo de visão do mapa. Total de obras da base: 1025

Estrutura urbana Perímetros

- Bairros
- Hidrografia
- Arramento
- Central
- Urbano
- Suburbano

Concepção: Leandro Braga, Lindener Pareto
Victor Ricardini.

MAPA 4

Obras de José KANZ entre 1906-1915

Fonte para espacialização:
Série Obras Particulares, AHMWL.

Legenda

Relação Construtor/proprietário

- Joaquim Antunes dos Santos (5)
- ▲ Manoel Alves de Faria (5)
- ▲ Possidônio Ignácio das Neves (5)
- Antônio Maria (4)
- Joaquim Fernandes Estrada (2)

* A quantidade de obras representada na legenda corresponde ao campo de visão do mapa.
Total de obras da base: 1025

Estrutura urbana Perímetros

- Bairros
- Central
- Urbano
- Suburbano
- Hidrografia
- Arruamento

Concepção: Leandro Braga, Lindener Pareto
Victor Ricardini.

1.3. Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro ²⁹

Francisco Cavalheiro, o pai

Uma casa na rua Uruguaiana, no tradicional bairro do Brás, que guarda “reliquias” inestimáveis não só de um empreiteiro típico dos bairros centrais do início do século XX, mas da história da passagem do Império à República, da escravidão à mão de obra assalariada e de uma cidade marcada pela presença de chácaras paulatinamente loteadas. Assim, nos arquivos pessoais do empreiteiro e proprietário paulistano, encontram-se documentos do cotidiano pessoal e profissional de um “capitalista” e construtor característico da passagem do século XIX para o XX. Esboços de projetos para habitação, rabiscos de genealogia, títulos de eleitor do Império e da República, fotografias de viagens e passeios, são alguns fragmentos da vida de um sujeito que figurou dentre os principais

²⁹ *Joaquim Cavalheiro*: um arquiteto-construtor nos Brás e na Mooca. São Paulo: Cultura Acadêmica-Unesp, 2015, foi publicado em dezembro de 2015 como parte da “Coleção Ecletismo Paulista”. Idealizada por iniciativa do historiador Waldir Salvadore e nossa após um frutífero encontro em 2014. A produção da coleção foi levada a cabo pela equipe da “Casa Ranzini”, centro de pesquisa em educação patrimonial e fotografia. A trajetória da casa se confunde com a história de seus compradores. Waldir Salvadore, Percival Tirapelli, dentre outros colaboradores, adquiriram a casa projetada, construída e habitada pelo professor de composição e desenho da Escola Politécnica e arquiteto licenciado Felisberto Ranzini. Um dos netos de Felisberto, Renzo Ranzini ainda morava na casa até a data da venda em 2006. Além da impecável casa de estilo florentino - na rua Santa Luzia, bairro da Liberdade – construída entre 1922 e 1924 com os melhores materiais e técnicas da época, Salvadore pôde encontrar e “salvar” fontes documentais relativas à vida pessoal e profissional de Felisberto, uma das figuras mais importantes à frente do “Escritório Técnico Ramos de Azevedo” durante mais de meio século. Como parte da coleção, além do volume sobre Cavalheiro, o volume *Italiano e nosso*: Felisberto Ranzini e o “Estilo Florentino” de Waldir Salvadore e o volume “Breve introdução à Arquitetura Clássica em São Paulo”, do professor de História Antiga da Unifesp, Gilberto da Silva Francisco. A coleção foi contemplada com o Edital PROAC da Secretaria de Estado da Cultura, SP em 2014.

empreiteiros responsáveis pelo agenciamento e construção de centenas de obras na capital paulista nas primeiras décadas do século passado. Nesse período, Cavalheiro fez parte de um negócio lucrativo e em franca expansão: o mercado da construção civil na cidade de São Paulo.

Diferente de inúmeros pequenos construtores que começaram com dificuldades construindo a própria casa e depois expandindo suas atividades, Cavalheiro já gozava de uma razoável condição social herdada de seu pai, Francisco de Assis Cavalheiro. Este, nomeado pessoalmente pelo 2º governador do Estado de São Paulo na era republicana, Jorge Tibiriçá, para ocupar o mediano cargo de suplente de delegado de polícia no Brás, *“devendo prestar, perante a autoridade competente, o compromisso solenne de ser fiel á causa da Republica”*.³⁰ Além de funcionário do governo, Francisco Cavalheiro era cidadão eleitor desde o período Imperial, algo raro num país escravocrata e com uma Constituição que previa voto censitário.

³⁰ Arquivo da Família Mendes-Cavalheiro. Declaração de nomeação.

Figuras 26 e 27. Diploma de eleitor do Império do Brazil de Francisco de Assis Cavalheiro em 1889. Província de S.Paulo. Camarca da Capital, Município da Capital, Parochia do Senhor Bom Jesus de Matosinhos do Braz. “Qualificativos: 44 anos, casado, proprietário, renda de 2:000\$000.

Natural de Mogi das Cruzes e nascido em 1831, Francisco Cavalheiro também foi proprietário de escravo, conforme atesta a “Taxa dos Escravos” (ver figura 17) paga pelo mesmo no ano de 1877. A condição “privilegiada” de Francisco é evidenciada pela condição do cativo assim definida pela “escriptura de venda”:

por que comprou de Francisco Maria Franco, o escravo de nome Joaquim pto. Vinho de vincomta e cinco

Nº 47

TAXA DOS ESCRAVOS

Art. 18 da lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867.

Exercicio de 1876--1877

Taxa	\$	600.00
Multa	\$	0.00
Rs.		600.00

A fl. 22 do Livro do Recibo fica em cargo ao Agente do
 Com. App. Trib. Agente a Pereira
 a) quantia de Seis mil reis que pagou
Sen. Francisco D. Assis Cavalheiro
 pela taxa de Escrava que lhe foi collectada neste anno financeiro
Com. Magalhães em 28 de Fevereiro de 1877

O Agente João D. Alvares O Escrivão [Signature]

Caros vataalha Francisco de
 Maria Fran. Carlos Couto
 Franco Lute.

Figura 28. “Taxa dos Escravos” paga por Francisco de Assis Cavalheiro em Mogi das Cruzes, 1877. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

[...] Ambos conhecidos de mim escrivão do que dou fé, e por Francisca Maria Franco, foi dito que de hoje para sempre vende como de facto vendido tem ao sr. Francisco de Assis Cavalheiro e Silva, um escravo de nome Joaquim, viúvo de cincoenta e cinco annos de idade, desconhecido, por preço de tresentos mil reis livre de meia siza quantia que neste acto disse ter recebido, isto é, tendo pago a meia siza o comprador, e pela vendedora foi dicto que transferia toda a posse, juízo e dominio que desse dicto escravo tinha obrigando-se por sua pessoa e bens a faser boa a venda quando este o chamar a autoria.³¹

Major Joaquim, o filho

A partir de uma razoável posição na sociedade monárquica e escravocrata, Francisco não teve maiores dificuldades em se tornar parte do projeto republicano. De fato, foi a partir do generoso capital simbólico e material de seu pai que Joaquim Cavalheiro pôde começar sua carreira de “capitalista” no Brás e na Mooca. Morador da região desde os tempos do Império, Cavalheiro foi um dos empreiteiros brasileiros mais atuantes na “estrangeira” cidade de São Paulo entre 1880 e 1930. Nascido em Mogi das Cruzes no dia 17 de agosto de 1856, onde passou parte da infância, mudou-se com seus pais para a cidade de São Paulo no final da década de 1870. Identificamos suas atividades como “proprietário” e “capitalista” nas ruas do Brás e da Mooca desde 1890.³² Adquiriu alguns terrenos na Rua Piratininga entre 1890 e 1892. Comprou em 1890, por exemplo, um terreno no valor de 1:100\$000 dos grandes proprietários e investidores Victor Nothman e Martim Burchard. Construiu, em 1883, sua casa na rua Uruguaiana, nº 42

³¹ Escritura de venda de escravo. Fonte: Arquivo Mendes-Cavalheiro. Sobre o imposto da “Meia Siza”, imposto sobre qualquer transação envolvendo escravos nascidos no Brasil, ver Wilma Peres Costa “Estratégias Ladinhas: o imposto sobre o comércio de escravos e a legalização do tráfico (1831-1850)”. In: Novos Estudos Cebrap, n.67, São Paulo, Novembro 2003, pp.57-75.

³² “Arquivo Aguirra – Museu Paulista da Universidade de São Paulo” - Fichas de Escrituras e Compra de Terrenos – Bairro do Brás.

(posterior nº 168) onde estabelecera não só sua residência, mas também seu escritório de trabalho. A partir daí empreendeu centenas de projetos de construções novas e reformas.

Autor de 445 projetos (entre obras novas e reformas) entre 1906 e 1915, Cavalleiro era tão conhecido em seu tempo e local de atuação, que lhe renderam homenagem com nome de rua no bairro do Brás, a partir de 1916, conforme consta na Seção de Logradouros do AHMWL.³³ Trata-se da Rua Cavalleiro, próxima à atual estação Brás do Metropolitano de São Paulo. Sua posição e prestígio lhe valeu também a patente de Major da Guarda Nacional, conforme “Carta Patente” assinada pelo Presidente Campos Sales (1898-1902) em 1901.

A rede de relações do “Major” envolvia uma intensa agenda corriqueiramente registrada nas “páginas sociais” do Correio Paulistano. Mesário em dias de eleição, jurado do Tribunal de Justiça, organizador de festas na Igreja Matriz do Brás como presidente do “Centro Cathólico”, além de constante presença em casamentos e velórios. Em 1897, foi registrado como “Empreiteiro de Obras”, de acordo com o Registro de Empreiteiros da Seção de Obras do Município. Não passou pelos bancos do Liceu de Artes e Ofícios, como muitos italianos, e nem pelo ensino superior que apenas começava com a Escola Politécnica (1894). Sua intensa atuação desconstrói a tese de que os bairros centrais foram, em sua maioria, projetados/construídos somente por mestres italianos.

³³ Para maiores detalhes ver “Dicionário de Ruas de São Paulo”. Disponível em: <http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br>

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Faço saber, aos que esta Carta Patente virem, que, por decreto de 20 de Abril de 1901, foi nomeado Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro para o posto de Major Fiscal do 66º Batalhão da Reserva da Guarda Nacional da Comarca da Capital do Estado de S. Paulo

e como tal gozará de todas as honras e direitos inherentes ao posto; pelo que mando a auctoridade competente que lhe dê posse depois de prestada a solemne promessa de bem servir, aos Officiaes superiores que o reconheçam, e a todos os seus subalternos que lhe obedeçam e guardem suas ordens. Para servir de título, lhe mandei passar a presente Carta, por mim assignada, e que se cumprirá depois de sellada com o sello das Armas da Republica.

Palacio da Presidencia no Rio de Janeiro, em quatorze de Setembro de mil novecentos e um, decimo terceiro da Republica

Campos Sales.

Antônio Pereira

10.11.2010 20:43

Figura 29. Carta Patente assinada pelo Presidente Campos Sales em 20 de abril de 1901 conferindo o título de Major Fiscal do 66º Batalhão da Reserva da Guarda Nacional da Comarca da Capital do Estado de São Paulo a Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

O inventário do espólio de sua esposa Maria da Glória Cavalheiro, falecida em 1933, pode não relatar uma grande fortuna, mas dá o tom da confortável posição da família. O montante relatado pelo escrivão configura a generosa soma de “*duzentos e noventa e seis contos, seiscentos e noventa e cinco mil e cincoenta reis (296:695\$050)*”. O valor envolve também os imóveis: três casas na rua Uruguaiana; duas casas na rua Gomes Cardim; duas casas na rua Piratininga; duas casas na rua Coronel Mursa e uma casa, no valor de 30:000\$00, na então “chácara da Vila Emma” ou “Chácara Cavalheiro” (atual Vila Ema na Zona Leste), onde a família costumava folgar com piqueniques e festejos.³⁴

Figura 30. O Major Joaquim Cavalheiro com os trajes da Guarda Nacional em 1901. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

³⁴ Inventário do espólio de Maria Glória Cavalheiro. 1933. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

Figura 31. Diploma de Eleitor do Império de Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro. Como alcançou o período republicano, a parte interna do título já é da “Republica dos Estados Unidos do Brasil” e não conta mais com o “qualificativo de renda” para permitir o voto. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

Casado com Maria da Glória Cavalheiro em “primeiras e únicas núpcias” foi pai de numerosa prole. Sempre zeloso com a memória da família, é corriqueiro encontrar em seu acervo pessoal “rabiscos” com anotações de contas a pagar/receber, desenhos de casas e nomes de parentes próximos numa espécie de genealogia. Fotografias da cidade de Santos e da “Chácara Cavalheiro” na Vila Ema evidenciam a vida privada e os hábitos de lazer de Joaquim e seus familiares.

Figuras 32 e 33. Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro e Maria da Glória Cavalheiro em retratos do início do século XX. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

Figuras 34 e 35. À esquerda, Joaquim (do lado direito) em Monte Serrat com sujeito não identificado. À direita, Joaquim posa para foto na serra de Santos em meados da década de 1920. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

Figura 36. A família na “Chácara Cavalheiro” (Vila Ema) na década de 1920. De cabelos grisalhos, de pé, no centro da fotografia e ao fundo, Joaquim Cavalheiro. Filhos, genros, netos e empregados acompanham o “chefe” da família. Note-se que a despeito das poses “despojadas” e “irreverentes”, Cavalheiro mantém a seriedade, talvez lembrando a todos ali que o mundo do trabalho e as diferenças de gênero não poderiam ser apagados pelo lazer que temporariamente “negava” as distinções de classe. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

Figura 37. Cavaleiro e familiares na “Chácara Cavaleiro”. Bem trajado, aparentemente “mal-humorado”, grave e sisudo, Joaquim é o segundo (sentado) da direita para a esquerda, desviando seu olhar da lente da câmera. Os netos, todos descalços, evidenciam o lazer familiar na então Chácara na zona leste de São Paulo.

Figura 38. Casa da Chácara na década de 1920, entremeada por cerca e pela vegetação. As sobrevergas, acima das janelas, denunciam que os tijolos laminados são apenas revestimentos. A entrada, com peças de madeira, evoca a solução dada a chalés. Os frisos, logo abaixo do telhado, são decorados em estilo floreal. Ainda na entrada, dois homens (não identificados) parecem posar para o fotógrafo. A fotografia de uma casa de chácara na zona leste é um raro e precioso vestígio material de uma sociabilidade outrora muito comum nos arrabaldes da cidade de São Paulo. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

Figura 39. Numa perspectiva mais próxima, os detalhes dos ornamentos apontados na fotografia anterior. Próximas à singela cerca de madeira, duas mulheres posam para as lentes. À direita, provavelmente a filha mais velha de Joaquim, Alzira Cavalheiro e seu marido, João Cardoso. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

Ainda entre os documentos de seu acervo, uma quantidade significativa de recortes de jornais, panfletos e exortações à revolução denunciavam o entusiasmo e o engajamento da família na *Revolução Constitucionalista* de 1932. Com efeito, o imaginário de paulista orgulhoso e de brios feridos - fomentado pelas elites paulistas sacadas do poder com a ascensão de Getúlio Vargas - levou Joaquim e toda sua prole à defesa fervorosa da “Pátria Bandeirante”. Não são poucos os retratos e toda sorte de decoração que ainda hoje figuram nas paredes da velha casa da rua Uruguaiana.

Figuras 40 e 41. Panfletos da Revolução Constitucionalista exortando a população a denunciar os supostos traidores da causa paulista contra o Governo Provisório (1930-34) de Getúlio Vargas. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

Cavalheiro e suas obras

Além dos fragmentos biográficos, a trajetória de atuação de Joaquim Cavalheiro põe na berlinda uma cultura profissional cara à produção do espaço urbano da cidade de São Paulo. Com efeito, Cavalheiro não fez parte da tradição construtiva dos mestres lusitanos ou italianos e também não integrou o universo dos arquitetos e engenheiros diplomados, que ainda se afirmava na tentativa de controlar os discursos e práticas que definiriam o “cânone” oficial de construtores da cidade. A presença de construtores como Cavalheiro não era de forma alguma exceção entre os profissionais da construção civil. Apesar da paulatina presença de italianos projetando e construindo a cidade, principalmente a partir de 1890, a atuação de brasileiros sempre foi uma constante, muitas vezes superando o número de obras dos italianos.

Certamente os projetos de Joaquim não estavam entre os mais próximos dos desenhos ecléticos da chamada Arte Floreal e, ao que tudo indica, diferente de muitos mestres italianos, não tinha no seu acervo pessoal manuais como o de Vignola. Sua dimensão estética circulava por um neoclássico despojado e por invenções ecléticas variadas. Seguindo as normas da legislação edilícia, o construtor projetou e executou principalmente residências e imóveis de uso misto (casa e comércio). Os mapas adiante dão a dimensão da atuação de Cavalheiro não só na região do Brás e da Mooca, mas também no Cambuci, Bela Vista, Liberdade e Bom Retiro.

MAPA 1

Obras de Joaquim
Carlos Augusto
CAVALHEIRO entre 1906-1915

Fonte para espacialização:
Série Obras Particulares, AHMWL.

Legenda

Nº de obras por biênio

- 1906 - 1907 (40)
- 1908 - 1909 (48)
- 1910 - 1911 (66)
- 1912 - 1913 (119)
- 1914 - 1915 (30)

* A quantidade de obras representada na legenda corresponde ao campo de visão do mapa. Total de obras na base: 456

Estrutura urbana Perímetros

- Bairros
- Hidrografia
- Aviamento
- Central
- Urbano
- Suburbano

Concepção: Leandro Braga, Lindener Pareto
Víctor Ricardini.

MAPA 2

Obras de Joaquim
Carlos Augusto
CAVALHEIRO entre 1906-1915

Fonte para espacialização:
Série Obras Particulares, AHMWL.

Legenda

Tipo de Uso

- ◆ Lazer (1)
- Infraestrutura (2)
- Manufatureiro/industrial (8)
- Comercial/serviço (17)
- ▲ Anexos (16)
- ▲ Misto (60)
- Residencial (200)

* A quantidade de obras representada na legenda corresponde ao campo de visão do mapa.
Total de obras na base: 456

Estrutura urbana Perímetros

- Bairros
- ~ Hidrografia
- ~ Arruamento
- Central
- Urbano
- Suburbano

Concepção: Leandro Braga, Lindener Pareto
Victor Ricardini.

MAPA 3

Obras de Joaquim
Carlos Augusto
CAVALHEIRO entre 1906-1915

Fonte para espacialização:
Série Obras Particulares, AHMWL.

Legenda

Tipo de Obra

- Regularização (10)
- Reforma (94)
- Nova (200)

* A quantidade de obras representada na legenda
corresponde ao campo de visão do mapa.
Total de obras na base: 456

Estrutura urbana Perímetros

- Bairros
- Hidrografia
- Arvoredo
- Central
- Urbano
- Suburbano

Concepção: Leandro Braga, Lindener Pareto
Victor Ricardini.

MAPA 4

Obras de Joaquim
Carlos Augusto
CAVALHEIRO entre 1906-1915

Fonte para especialização:
Série Obras Particulares, AHMWL.

Legenda

Relação Construtor/proprietário

- ★ Joaquim C. A. Cavalheiro (8)
- Caetano Cardamone (3)
- Guilherme G. B. da Cunha (3)
- ▲ Luiz Laurelli (3)
- ▲ Manoel Cruz (3)
- ▲ Manoel Ramos de Paiva (3)
- ▲ Manoel Antonio Rodrigues (3)
- Domingos Ferrage (5)
- Eduardo Pereira da Silva (3)
- Jose A. de Souza Marques (5)
- Manoel Prata (4)
- Raphael Avino (9)

* A quantidade de obras representada na legenda corresponde ao campo de visão do mapa. Total de obras na base: 436

Estrutura urbana Perímetros

- Bairros**
- Central**
- Urbano**
- Suburbano**
- Hidrografia**
- Arramento**

Concepção: Leandro Braga, Lindener Pareto
Victor Ricardini.

Num levantamento que cobre o período de 1906 a 1915, o **Mapa 1** evidencia a produção bienal de Cavalheiro, que segue uma ordem crescente entre 1906 e 1913 e um brutal declínio entre 1914 e 1915, provavelmente como consequência da crise deflagrada pela I Guerra Mundial. Com 456 projetos no referido período, fica evidente a concentração da produção de Joaquim no Brás e na Mooca. No entanto, sua presença se fez sentir também no Pari, no Belém, no Cambuci (baixada do Glicério), na Bela Vista, Aclimação e Bom Retiro. O **Mapa 2** identifica as tipologias programáticas mais recorrentes. Os projetos residenciais dominam a produção de Cavalheiro num total de 308. Os imóveis de uso misto (casa e comércio) vêm em segundo lugar com 75 projetos. O uso estritamente comercial envolve 13 projetos e o uso industrial 7. Anexos, lazer, infraestrutura e serviços contabilizam outros 42 projetos. A produção residencial de Joaquim Cavalheiro representa praticamente 70% do montante total produzido por ele no período. É interessante ressaltar ainda, conforme indica o **Mapa 3**, que 315 projetos representam construções novas e 114 representam reformas. Tais números indicam que longe de ser um mero projetista de pequenas reformas, o construtor produziu significativa parcela do patrimônio edificado da região.³⁵

O **Mapa 4** relaciona a produção de Joaquim com seus principais contratantes e também a quantidade de obras cuja propriedade era do próprio construtor. Dos 445 projetos, Joaquim era proprietário de apenas 9. *A priori* um número irrisório, mas o suficiente para garantir confortáveis rendas de aluguel. Só na rua Uruguaiana, rua onde residia, Cavalheiro projetou 16 residências. Das 16, cinco eram de sua propriedade.

³⁵ O número de obras da legenda de cada mapa não representa o número exato total das obras do construtor. A quantidade das legendas corresponde ao que o geoprocessamento conseguiu identificar a partir dos endereços.

Quanto aos seus contratantes principais, num montante bastante diversificado de brasileiros e italianos, destacamos *Raphael Avino* com 11 projetos entre 1906-1915. Proprietário no Brás, Mooca e Belém, Avino contratou a construção de 6 residências, provavelmente para aluguel, e mais 5 imóveis de uso misto (comércio e residência). Os exemplares abaixo evidenciam as tipologias programáticas mais recorrentes projetadas por Cavalheiro.

a) Projetos residenciais e de uso misto

Figura 42. Projeto aprovado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, Diretoria de Obras, para a construção de duas casas entre a rua Joaquim Carlos e a Av. da Intendência (atual Celso Garcia) no **Brás** em 1906. Observa-se o recorrente uso misto com comércio de esquina (armazém). **Projeto:** Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro. **Proprietário:** Raphael Avino. **Fonte:** Série Obras Particulares, AHMWL.

Figura 43. Projeto para a construção de duas casas na rua Firmiano Pinto, Bairro do Belém, sendo a da direita, de esquina, de uso misto para um açougue. A fachada denuncia uma solução corriqueiramente utilizada por Joaquim Cavalheiro, janelas com sobrevergas de tímpanos simplificados com aduelas e pedra chave. O recuo lateral e os porões elevados evidenciam os novos hábitos de conforto e higiene apregoados pela legislação urbanística. **Projeto:** Joaquim Cavalheiro. **Proprietário:** José Cirillo. **Fonte:** Série Obras Particulares, AHMWL.

Figura 44. Projeto de duas casas em série (espelhadas) na rua Tabatinguera, 41, **Centro**, em 1913. Tipologia recorrente em todos os bairros da cidade, as casas em série representavam significativa parcela dos negócios da construção civil e do mercado imobiliário para aluguel em São Paulo. Um dos poucos projetos de Cavalheiro na região central. **Projeto:** J.C.A. Cavalheiro. **Proprietário:** Luiz Laurelli. **Fonte:** Série Obras Particulares, AHMWL.

Figura 45. Projeto para a construção de 9 (nove) casas em série de “Padrão Operário” (três cômodos) na rua Santa Rita, bairro do **Pari** em 1913. Na esquina, à esquerda, casa de uso misto. **Projeto:** J.C.A. Cavalheiro. **Proprietário:** Francisco Maria Barata. **Fonte:** Série Obras Particulares, AHMWL.

Figura 46. Projeto para a construção de uma casa simples de classe média baixa na Travessa Joli, Brás, 1913. Com 4 cômodos: sala, quarto, sala de jantar e cozinha. **Projeto:** J.C.A Cavalheiro. **Proprietário:** Raphael Avino. **Fonte:** Série Obras Particulares, AHMWL.

Figura 47. Projeto para a construção de uma casa de classe média baixa na rua Conselheiro Carrão, 126, Bairro da **Bela Vista** em 1913. **Projeto:** J.C.A. Cavalheiro. **Proprietário:** Maximo José. **Fonte:** Série Obras Particulares, AHMWL.

Figura 48. Projeto para construção de uma casa de classe média na rua Carlos Botelho,17, Bairro do Brás em 1913. **Projeto:** J.C.A. Cavalheiro. **Proprietário:** Paschoal Cardarella. **Fonte:** Série Obras Particulares, AHMWL.

Figura 49. Projeto para a construção de uma casa na rua Uruguaiana, 188, no **Brás** em 1912. Com sala, escritório, três quartos, sala de jantar, copa, cozinha, quarto de criada, despensa e banheiro interno. Os onze cômodos, incluindo o “quarto de criada” (típico de uma condição social mais abastada) evidenciam o padrão classe média do período. **Projeto:** J.C.A. Cavalheiro. **Proprietária:** Ernestina de Abreu. **Fonte:** Série Obras Particulares, AHMWL.

Figura 50. Projeto para a construção de um sobrado, com negócio no térreo, na rua Ana Néri no **Cambuci** em 1914. No pavimento superior uma sala, uma saleta, dois quartos, sala de jantar, cozinha, um terraço e um banheiro. **Projeto:** J.C.A. Cavalheiro. **Proprietário:** Castilho e Irmão. **Fonte:** Série Obras Particulares, AHMWL.

Figura 51. Projeto para a construção de um sobrado e uma cocheira na rua Marcial, 15, **Mooca**, em 1913. No térreo: Armazém, depósito, salão de trabalho e um forno para o funcionamento de uma padaria. No pavimento superior: sala de frente, sala e dormitório. **Projeto:** J.C.A. Cavalheiro. **Proprietário:** Baptista Picca. **Fonte:** Série Obras Particulares, AHMWL.

b) comercial/serviços

Figura 52. Projeto para a construção de uma casa para negócio na rua do Sol junto ao n.34. Projeto: J.C.A. Cavalheiro. **Proprietário:** Miguel Provita. **Fonte:** Série Obras Particulares, AHMWL.

Figura 54. Projeto para construção de um salão de trabalho e de um forno para padaria. Rua Álvaro Ramos, Belém, 1913. **Projeto:** J.C.A. Cavalheiro. **Proprietário:** Antônio de Oliveira Silva. **Fonte:** Série Obras Particulares, AHMWL.

O canteiro de obras

Entre casas, sobrados, armazéns e padarias, Cavalheiro se consolidou como importante empreiteiro da região, expandindo seus negócios para outros bairros centrais da cidade. Diferente de muitos construtores, não começou como pedreiro, mestre de obras e depois empreiteiro. A partir da inserção social de seu pai, pôde especular desde cedo com terrenos no Brás e na Mooca e a partir disso passou a projetar e construir. Quanto às questões que envolvem relações de trabalho com uma equipe, algumas notas de contas a pagar/receber esboçam o quadro de relações profissionais de Joaquim Cavalheiro, assim como exemplificam materiais de construção e técnicas construtivas. São anotações num velho caderno escolar convertido em “planilha” de contas. Em cada página o nome do cliente que o contratou e as diversas despesas com a casa a ser construída ou reformada. Um dos clientes é *Augusto Urioste*, que contratou em 1910 a construção de uma casa na rua Piratininga, Brás, entre os números 84 e 86 (ver figura 45). A relação de gastos inclui dias de trabalho pagos aos trabalhadores da obra e dias pagos ao próprio Joaquim Cavalheiro, aparentemente sujando seus pés no lodo do canteiro de obras:

“Ilmo Snr. Agto Urioste

Scerviços meos 20 e ½ dias, 102\$500

3 gfas de espirito, 36 gramas, 1\$500

½ gfa de vernis 6 anos de Pinho, \$600

16 dias e ¼ de cervisso do Snr Delphino, 2\$200 (por dia), 35\$200

1e ¾ de Manuel de Almeida, 6\$650

2 ½ kilos de zarcão, 1\$500

9 dias do Benedito, 3\$000 (por dia), 27\$000

9 ¾ do Pascoal, 29\$250

Roxo rei e sombra para tingir, \$600

1 barrica de alvaiade, 18\$000

1 lata de óleo, 7\$000

4 parafusos com pólea de 1,10.c , 4\$000

500 gramas de roxo 1º Vermelho, \$300

2 gfas de espirito, 36 gramas, 1\$000

2 gfas de espirito, 40 gramas, 1\$200

3 folhas de lixa, \$120

5 gfas de espirito, 40 gramas, 3\$000

3 gfas de espirito, 40 gramas, 1\$800

Imparte de vidros que comprei, 14\$320

3,600 gramas de aguarraz, 2\$300

10 dias e ¾ de Pascoal (3\$000), 32\$250

11 e ½ dias meos, 56\$250

1 kilo de rocho rei, 1\$000

Aluguel da escada grande e carroto, 17\$300

3600 gramas de aguarraz, 2\$300

4 folhas de lixa, \$760

2 pacotes de secante azul, \$400

1,8 kilo de verniz epral, 4\$320”³⁶.

A listagem representa apenas uma parte do processo de construção da dita casa. Os tipos de materiais de construção indicam a fase de acabamento da obra. Lixas, verniz, roxo-rei (pó ocre-amarelo utilizado na preparação da tinta vermelha) e alvaiade (pigmento branco a base de chumbo utilizado na pintura de exteriores) são materiais utilizados na pintura da residência. As recorrentes “gfas (garrafas) de espirito” na listagem intrigam o leitor de hoje. Dos muitos significados da palavra “espirito”, nos interessa de perto aquele utilizado pelos antigos alquimistas.³⁷ O “espirito” utilizado por Joaquim nada mais é que

³⁶ Lista de despesas de Joaquim Cavalheiro na construção da casa de Augusto Urioste. **Fonte:** Arquivo Mendes- Cavalheiro.

³⁷ Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, “espirito”, no seu 18º significado, é *líquido obtido pela destilação; álcool*. Ainda na *Etimologia* define: *lat. spirītus,us 'sopro, exalação, sopro vital, espírito, alma', ligado ao v.lat. spirāre 'soprar, respirar'; esprito, espírito foi, segundo Nasc, o nome que os antigos*

o “Espírito de Vinho”, ou seja, produto da fermentação alcóolica do açúcar contido no mosto das uvas. O espírito de vinho puro é um líquido incolor bastante volátil utilizado para dissolver matérias orgânicas não solúveis com água, como resinas e óleos. Também era corriqueiramente utilizado em *espiriteiras* (lamparinas a álcool), para aquecimento de água e iluminação.

Contudo, o que mais intriga na lista são os dias pagos aos trabalhadores da obra, destacados em negrito. Pascoal, Benedito e Manuel de Almeida recebiam, individualmente, 3\$000 (três mil réis) por dia de trabalho. Já o “Snr Delphino” recebia 2\$200 por dia. Seriam os três primeiros os pintores e o último o ajudante? De fato, qualquer que seja a resposta, os maiores ganhos ficavam por conta do “empreiteiro” Joaquim Cavalheiro (identificado em sua própria lista com “dias meos”/ “serviços meos”), tendo auferido por 20 dias e meio de trabalho a soma de 102\$500 (cento e dois mil e quinhentos réis); e por 11 dias e meio, o valor de 56\$250. A partir dos valores citados, Cavalheiro recebia 5\$000 (cinco mil réis) por dia e praticamente 160\$000 (cento e sessenta mil réis) por mês apenas pelo controle de uma obra. Certamente seus pés não se sujavam por completo no lodo atroz da espoliação de um canteiro de obras (Ferro, 2006).

químicos deram aos produtos de destilação, por sua primitiva volatilidade, conservado até hoje em 'espírito de vinho'; cp. fr. esprit-de-vin (1575) 'produto de uma destilação'; ver espírita e -spir(o)-; f.hist. sXIII espirito, sXIII spirito, sXIII esperito.

Figura 55. Projeto para a construção de uma casa de padrão médio na rua Piratininga, Brás, 1913. **Projeto:** J.C.A. Cavalheiro. **Proprietário:** Augusto Urioste. **Fonte:** Série Obras Particulares, AHMWL.

[illegible]

Figura 56. Projeto para construção de um barracão para depósito de restos de materiais de pedreiro na rua Gonçalves Dias, n.29. Brás, 1913. **Projeto:** J.C.A. Cavalheiro. **Proprietário:** Sabatino Milhaccio. **Fonte:** Série Obras Particulares, AHMWL.

Se as fontes acima apontam para uma equipe de trabalho, O “Diário Oficial do Estado de São Paulo” (DOSP)³⁸ desvela uma faceta importante dos capitalistas da construção civil no início do liberalismo republicano, a formação de “sociedades anonymas”. Em março de 1914, Cavalheiro fundou com outros sócios “A Modelar: Companhia Edificadora Paulista”, os termos definidos foram:

“Artigo 1º. Fica constituída sob o titulo de “A Modelar” uma sociedade anonyma regida por estes estatutos e pela legislação em vigor.

Artigo 2º. A sociedade terá a sua sede e fôro nesta Capital e agencias em todo o Brazil.

Artigo 3º. O prazo de sua duração será de 50 annos, podendo ser prolongado.

Artigo 4º. São fins da “A Modelar”:

- 1) Construir para seus sócios casas de moradia com pagamento por prestações mensais, estabelecidas em contracto.
- 2) Construir casas e vendel-as.
- 3) Adquirir e vender terrenos.
- 4) Edificar em terrenos de ontrem que serão hypothecados á sociedade.
- 5) Levantar plantas e administrar por sua conta edificações particulares ou do Governo.

Ao que tudo indica, era de fato um empresário “especulador”, negociando ações da construção civil. Só não sabemos se a sociedade anônima durou os 50 anos previstos, eventualmente sobrevivendo à crise da Primeira Grande Guerra (1914-1918).

³⁸ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP) de 31 de março de 1914. p.1484. Disponível em: www.jusbrasil.com.br

Na década de 1920, Joaquim contratou os serviços do “Architecto” José Cevenini para projetar duas casas. Uma delas é a casa da Rua Uruguaiana, n.54 (atual n.284) onde ainda hoje reside um dos bisnetos de Cavalheiro. E a outra na rua Piratininga, n.91. Sempre autor de seus projetos, conforme se constata a partir de sua letra característica e em seus carimbos bem apagados próximos aos selos de pagamento de impostos colados nas plantas, inferimos que Cavalheiro tenha se associado à Cevenini para legitimar sua posição de construtor num momento de ascensão do discurso corporativo. No entanto, paira sobre o próprio José Cevenini a dúvida de sua condição profissional. No “Almanak Laemmert” de 1931, Cevenini é anunciado como “Engenheiro” com escritório na rua do Seminário, n.36. Em 1936 é anunciado como proprietário de uma empresa construtora no mesmo endereço. Nos projetos para Joaquim Cavalheiro se identifica como “Empreza Constructora Cevenini Ltda”. Nos carimbos das plantas, como “Escriptorio Technico José Cevenini”. Indícios da indefinição das categorias profissionais e das estratégias de sobrevivência dos não diplomados.

Figura 57. Cartão de visitas de Joaquim Cavalheiro. A rasura no número da casa indica o novo emplacamento dos logradouros de São Paulo em 1916. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

Figura 59. Detalhe do carimbo e assinatura de José Cevenini

Casas de Joaquim

A casa da rua Uruguaiana, 42

A casa da rua Uruguaiana, 42 ou 168 (já demolida) onde viveram e morreram Joaquim Cavalheiro e sua esposa Maria da Glória Cavalheiro, foi construída em 1883. Passou por uma significativa reforma em 1913. Numa fotografia, provavelmente da década de 1920, é possível vislumbrar sua fachada. Foi nela que Joaquim criou seus filhos, projetou suas obras e passou em revista sua vida e a de seus entes queridos no início da década de 1930.

Figura 60. Fotografia da casa da rua Uruguaiana, 42, onde viveu Joaquim Cavalheiro e Família por praticamente 60 anos. Na fachada, a platibanda tem balaustrada adossada no corpo central, encimada por um frontão curvilíneo. Nas quinas laterais da platibanda veem-se ânforas de evocação clássica. Abaixo da cornija veem-se denticulos circundando todo o corpo da fachada. O alpendre é encimado por adornos recortados, os lambrequins, acompanhando o conjunto do portão. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

Foi também nesse endereço que convidou familiares e amigos para o casamento de sua filha caçula, Alzira Cavalheiro, e também onde perdeu sua esposa por conta de um “colapso cardíaco” aos 72 anos, no dia 21 de junho de 1931.

Figura 61. Convite de casamento de Alzira Cavalheiro, filha mais nova de Joaquim. 16/06/1918. **Fonte:** Arquivo Mendes- Cavalheiro.

CARTÓRIO:
R. João Antonio de Oliveira, 279
(Eq. C/ Rua da Mooca, Alt. 1900)

REGISTRO CIVIL DO 16.º SUBDISTRITO

MOÓCA

Distrito e Comarca da Capital
Estado de São Paulo

CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que, no livro C36- , deste cartório, a fls. 96-
e sob n.º 557- , encontra-se o registro de MARIA DA GLORIA CA-
VALHEIRO,-
do sexo feminino,- , com 72 anos,- de idade,
de cor branca,- , filh. ade Pedro Alves Faxeira e de Brasília
Amélia de Castro, falecidos,-
natural de sta Capital, doméstica, casado com Joaquim Carlos Augus-
to Cavalheiro, deixando seis filhos maiores a saber: Francisco,
Brasília, Ernestina, o declarante e Alzira, deixou bens,-
O falecido deixou também um filho de nome Julio,-
Ressalva-se a rasura supra onde se lê: "Brasília".-
Falecido no dia 21 de Junho de 19 31- , as 17:00- horas
na rua Uruguaiense nº 42,-
deste subdistrito, vítima de colapso cardíaco, doença, insuficiência
cardio renal,-
conforme atestado do Dr. Heitor Valery,-
arquivado em cartório, foi sepultado no cemitério de Consolação,-

Observações: foi declarante; José Cavalheiro,-
Ressalva-se a rasura supra onde se lê: "Brasília".///

O referido é verdade e dou fé.

São Paulo, 06 de Novembro de 19 89.

Pel Oficial

Therese Higashi Couto

Figura 62. Certidão de óbito de **Maria da Glória Cavalheiro**, esposa de Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro. Reprodução de certidão solicitada pelos familiares em 1989.

A crônica social que perpassou o espaço dessa casa tem seus sujeitos identificados a partir da comemoração das “Bodas de Ouro” do casal:

"O sr. Major Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro, antigo constructor e proprietario, nesta capital e sua esposa d. Maria da Glória Cavalheiro, festejam hoje seu 50º anniversario de seu feliz matrimonio. O venerando casal, que goza da estima de nossa sociedade, conta com os seguintes filhos d. Francisca Cavalheiro Dias, casada com o sr. Major Julio Dias, chefe aposentado da contadoria de Estradas de Ferro; d. Benedicta Cavalheiro Alves casada com o sr. capitão Arlindo Roberto Alves, capitalista; João Alves Cavalheiro, pharmaceutico, casado com d. Laura Campos Cavalheiro; d. Ernestina Cavalheiro Ferreira, viuva do fallecido Ernesto Luiz Ferreira; Jorge de Assis Cavalheiro, funcionario da Repartição de Aguas, casado com d. Florisa Cavalheiro; Julio Cavalheiro, funcionario da Contadoria da E. de Ferro Ingleza; José Cavalheiro, empregado no commercio, casado com d. Aracy Racy Cavalheiro e d. Alzira Cavalheiro de Mello. casada com o sr. João de Mello, guarda-livros. Conta com 17 netos e três bisnetos.

O trecho, da seção de “Chronica Social” do Correio Paulistano de 03/05/1928, evidencia círculos de pertencimento pessoal e profissional, compondo-se como um pequeno quadro da sociedade paulistana do bairro do Brás. A partir da festa do “feliz matrimônio” de seus pais, os filhos, um a um, vão mostrando as respectivas posições na hierarquia social. De alguma maneira, a maioria está ligada à elementos centrais da configuração do espaço urbano daquele período. A ferrovia, a repartição de águas, o comércio e o curioso caso de João de Mello - o genro de Joaquim Cavalheiro e esposo da caçula Alzira - cuja profissão era a de guarda-livros. Profissão regulamentada desde 1870 no Brasil e que configurava a função do atual contador ou profissional contábil, alicerce do mundo financeiro. É sintomático que profissões como arquitetura e contabilidade estivessem passando por processos corporativos de profissionalização no mesmo período.

Atual número 284, essa é a casa onde ainda hoje reside um dos bisnetos de Joaquim Cavalheiro. É também o lugar onde está parte da documentação aqui utilizada. A casa foi construída em 1906. Conforme apontado anteriormente, foi reformada com um projeto de José Cevenini em 1926, incluindo alterações internas (indicadas em vermelho na planta) e a construção de uma garagem para automóvel. Foi também a casa onde morou Alzira Cavalheiro e João Cardoso de Mello (o guarda-livros), casados desde 1918.

Figura 63. Detalhe da garagem construída em 1926.

Figura 64. Projeto de José Cevenini para a reforma da casa da rua Uruguaiana, n.54 (atual número 284), em 1926. Além da construção da “garage”, alterações nas escadas que dão acesso à sala de visitas e a transformação da janela da sala de jantar em porta com vidraça. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

Figura 65. Projeto esboçado por **João Cardoso de Mello** (genro de Joaquim Cavalheiro) na década de 1940. Observam-se alterações no uso dos cômodos. O dormitório ao lado da sala de visita se tornou escritório. A antiga despensa foi transformada em dormitório. A região do antigo tanque se tornou um W.C e outro dormitório foi construído na área livre do quintal ao lado da garagem. **Área total:** 227,90 m2. **Área construída:** 154,02 m2. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

Levemente alterada por João Cardodo de Mello e Alzira Cavalheiro, a casa ainda persiste numa paisagem urbana bastante diferente daquela da primeira metade do século XX. A região, antes majoritariamente residencial, foi tomada por pequenas fábricas de tecidos adaptadas às antigas casas com suas fachadas alteradas. Guichês de linhas “não oficiais” de ônibus acompanham a “íntacta” casa. Quanto à sua disposição, evidencia as normas de salubridade, higiene e conforto exigidos pelo poder público na República Velha, com recuo lateral e porão elevado (Lemos,1999a). A fachada sóbria evidencia a platibanda simples e os dentículos apontam o Ecletismo Classicizante. As janelas, com bandeiras, tem um curioso guarda corpo de ferro bastante estreito e estilizado com ramos, folhas e flores.

Figura 66. Fachada da casa da Rua Uruguaiana, 54 (atual 284). Brás, 2015. **Fotografia:** Roger Hama Sasaki, 2015.

Figura 67. Detalhes da fachada e das janelas, 2015. **Fotografias:** Roger Hama Sasaki, 2015.

Na parte interna da casa pode-se alcançar a ampla área que dá acesso à sala de visita e mais adiante à sala de jantar, à cozinha e à garagem. Adentrando a sala de visitas, vislumbra-se o generoso pé direito, o papel de parede azul com motivos de folhagem (certamente não original) e um velho piano da família.

Figuras 68, 69. À esquerda, escadas de acesso à sala de visitas. À direita, escada com acesso à sala de jantar. Ambas foram construídas/reformadas no projeto de José Cevenini em 1926. **Fotografias:** Roger Hama Sasaki, 2015.

Figuras 70,71,72. Conjunto de detalhes da sala de visitas, com assoalho e forro bem preservados.
Fotografias: Roger Hama Sassaki, 2015.

Na sala de jantar, o ponto central da casa, além do papel de parede verde e de um telefone de parede, vislumbra-se a própria composição pessoal das memórias do bisneto de Joaquim. Objetos como pratos decorativos e quadros compõem o ambiente juntamente à mobília antiga. Um quadro representando São Paulo relembra o IV Centenário (1554-1954) da “metrópole rumo ao inexorável progresso”, trata-se de uma das “folhinhas” do pintor e desenhista Vicente Caruso (1912-1986).

Figura 73. Sala de jantar. Observa-se ao fundo um dos dormitórios. Na parede, à esquerda, a “pin-up” (modelos “voluptuosas” típicas da cultura gráfica de propaganda de calendários nos EUA) paulista segurando a bandeira (cortina) de São Paulo descortina a janela de seu apartamento e vislumbra a Metrópole pujante com o “Banespão” (Edifício Altino Arantes, 1947), o edifício Martinelli (1934) e o prédio do Banco do Brasil (1954). Na parede atrás da moça é possível ver um quadro que remonta à fundação da capital. A ilustração é uma das obras mais famosas de Vicente Caruso, o adaptador das “pin-ups” americanas à realidade de São Paulo. Foi feita como propaganda para a Goodyear por ocasião do IV Centenário de São Paulo (1954). **Fotografia:** Roger Hama Sasaki, 2015.

Figuras 74,75. Mais detalhes dos elementos que compõem a sala de jantar. A partir da porta à esquerda, acesso ao W.C e à cozinha. **Fotografias:** Roger Hama Sasaki, 2015.

Figura 76. Porta da sala de jantar com acesso ao quintal. **Fotografia:** Roger Hama Sasaki, 2015.

Figuras 77 e 78. No topo, detalhe do telefone de parede. Acima, detalhe do papel de parede vermelho do dormitório/escritório da parte da frente da casa. **Fotografias:** Roger Hama Sasaki, 2015.

Figura 79. Detalhe da Cozinha. Do lado esquerdo é possível ver o corredor que dá acesso à sala de jantar. No chão, o ladrilho hidráulico xadrez. **Fotografia:** Roger Hama Sasaki, 2015.

Figuras 80 e 81. No topo, detalhe da maçaneta do portão de entrada da casa. Acima, maçaneta de uma das portas da sala de jantar. **Fotografias:** Roger Hama Sasaki, 2015.

Joaquim: portas e janelas entreabertas

Praticamente indelimitável, a História carece sempre de uma dose um tanto artística de recortes e representações de um passado acessível somente através de fragmentos, as chamadas fontes primárias. A trajetória de Joaquim Cavalheiro flutua assim entre as trivialidades de um cotidiano comum, com elementos que ajudam a elucidar questões relativas à produção do espaço e à cultura profissional de construtores que foram decisivos para a constituição do espaço urbano paulistano. Os elementos biográficos aqui expostos nem de longe esgotam outras tantas histórias de profissionais que contribuíram para a formação do campo profissional da arquitetura e da engenharia. Num “Desafio biográfico” (Dosse, 2010), as portas entreabertas da trajetória de um sujeito como Joaquim sempre convidarão leitores, investigadores e novas interpretações.

Acostumado a esboçar memórias de vida e morte, com longos 84 anos de vida, depois de passar por inúmeros governos, golpes de Estado e revoluções, Joaquim já não pôde mais esquivar da “indesejada das gentes”. No dia 13 de outubro de 1940, faleceu na casa nº 168 da rua Uruguaiana. No dia seguinte, os vizinhos e transeuntes acompanharam de perto o féretro que seguiu em direção ao Cemitério da Consolação, onde o “extinto” se juntou aos seus iguais. A família contratou uma *“Organização especializada em serviços funerários e publicidade”* para divulgar o falecimento, organizar o enterro e a missa de sétimo dia do “Major Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro”. Entre os dias 15 e 21 de outubro seu nome circulou pelos principais jornais da cidade. Em contrapartida, desde 1940 sua história permanecia adormecida nos papéis avulsos da casa número 284 da rua Uruguaiana, bairro do Brás, São Paulo.

N. _____
(Dado no Tribunal Regional)

TITULO DE ELEITOR

ESTADO DE SÃO PAULO

1ª zona Capitais (Município)

Domicílio eleitoral Braz

Número de ordem da inscrição 1880

Data da inscrição no cartório 4 de Março de 1933

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)
J. Carlos Aug. Cavalleiro

Qualificativos { Filiação Francisco de Assis Cavalleiro
Naturalidade Mogy das Cruzes
Idade 76 anos — Data do nascimento 17 de Agosto de 1856
Estado civil Viúvo
Profissão Proprietário

J. Carlos Aug. Cavalleiro
ASSINATURA DO ELEITOR
O Juiz de Direito L. 2ª Vara Cível
Albino de Almeida

O presente título é expedido de acôrdo com o Código Eleitoral da República e em cumprimento ao despacho do Presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo e recebeu o número 1880 aos 25 dias do mês de Março do ano de mil novecentos e trinta e 3

Albino de Almeida
Diretor da Secretaria

Formula dactiloscópica

Polegar direito

Figura 82. Título de Eleitor do “viúvo” e “proprietário” Joaquim Carlos Augusto Cavalleiro em 1933 aos 76 anos de idade. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalleiro.

ORGANIZAÇÃO ESPECIALISADA EM SER-
VICOS FUNERARIOS E PUBLICIDADE
Av. Rangel Pestana, 12 - Sala 204, esq. Pça. da Sé
Telephone, 3-5921 — S. Paulo

MAJOR

JOAQUIM CARLOS AUGUSTO CAVA-

LHEIRO

FALLECIDO

EM 13 DE OUTUBRO DE

1940

EM

SÃO PAULO

Figura 83. Capa da “Cartilha” de anúncio do falecimento de Joaquim Cavalheiro produzida pela “Organização Especializada em Serviços Funerários e Publicidade”. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

ORGANIZAÇÃO ESPECIALISADA EM SERVIÇOS FUNERARIOS E PUBLICIDADE
Av. Rangel Pestana, 12 - Sala 204, esq. Pça. da Sé
Telephone, 3-5921 — S. Paulo

São Paulo, 17. de 10. de 1940.

Exmo. Snr.
Saudações.

A Organização Especialisada em Serviços Funerarios vem á presença de V. Excia. para apresentar-lhe pezames pelo doloroso golpe por que acaba de passar e, ao mesmo tempo, offerecer seus prestimos para tratar de quaesquer serviços de que necessite no momento taes como: contracto de missas, cartões de agradecimentos, convites e publicidade em todos os jornaes da capital, para o que mantem um bem organizado corpo de auxiliares. Qualquer que seja a incumbencia que nos seja confiada será promptamente executada e a preços módicos.

Agradecendo a honrosa preferencia que se dignar dispensar-nos, somos

de V. Excia.
Amos. e Admos. Altos.
Pela Org. Esp. em Serviços Funerarios

Figura 84. Parte interna da cartilha de anúncio. No texto, além da publicidade dos pêsames, a morte como negócio é anunciada “a preços módicos”. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

ORGANIZAÇÃO ESPECIALISADA EM SER-
VIÇOS FUNERARIOS E PUBLICIDADE
Av. Rangel Pestana, 12 - Sala 204, esq. Pça. da Sé
Telephone, 3-5921 — S. Paulo

PUBLICADO NO "ESTADO DE SÃO PAULO"
DE 15 DE OUTUBRO DE 1940.

JOAQUIM CARLOS AUGUSTO
CAVALHEIRO — Falleceu ante-
hontem, nesta capital, aos 84 annos
de idade, o sr. major Joaquim Car-
los Augusto Cavalheiro, viuvo da
sra. d. Maria da Gloria Cavalheiro.
Deixa os seguintes filhos: Francisca,
viuva do sr. Julio Dias; Brasilia,
casada com o sr. Arlindo Roberto
Alves; Ernestina, viuva do sr. Er-
nesto Ferreira; José e Alzira, casada
com o sr. João Cardoso de Mello.
Deixa ainda 20 netos e 13 bisne-
tos. O feretro sahiu hontem, ás 13
horas, da rua Uruguayana, n. 168,
para o Cemiterio da Consolação.

Figura 85. Anúncio de falecimento do Major Joaquim Cavalheiro publicado no jornal "O Estado de São Paulo" de 15 de outubro de 1940. "Falleceu anteontem, nesta capital, aos 84 annos de idade, o sr. major Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro, viuvo da sra. d. Maria da Gloria Cavalheiro. Deixa os seguintes filhos: Francisca, viuva do sr. Julio Dias; Brasilia, casado com o sr. Arlindo Roberto Alves; Ernestina, viuva do sr. Ernesto Ferreira; José e Alzira, casada com o sr. João Cardoso de Mello. Deixa ainda 20 netos e 13 bisnetos. O féretro sahiu ontem, ás 13 horas, da rua Uruguayana, n.168, para o Cemiterio da Consolação. Fonte: Arquivo Mendes-Cavalheiro.

Figura 86. Anúncio de Missa de 7º dia publicado na “Folha da Manhã” de 20 de outubro de 1940. Fonte: Arquivo Mendes-Cavalheiro.

Figura 87. Nota, parte da cartilha de anúncio, exortando a Família Cavalheiro a anunciar a missa do 30º dia do “passamento” de Joaquim Cavalheiro. **Fonte:** Arquivo Mendes-Cavalheiro.

(...) que não poderia o legislador, pela simples discriminação dos vocábulos, extremar as profissões de architecto e constructor, que se confundem na pratica, permitindo apenas esta diferença subtil: architecto é o constructor de obras de luxo e de grande arte; constructor é o architecto de obras sem luxo e de arte modesta.

(Centro de Construtores e Industriais de Santos, 1926)

Capítulo 2. Caminhos da distinção (1916-1933)

2. Na cidade de São Paulo: O “Grande ‘Pic-Nic’ em Villa Ema”

Em maio de 1918, o antigo construtor e proprietário Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro (1856-1940) e família protagonizavam um festivo evento da vida cotidiana na cidade de São Paulo:

Grande Pic-Nic em Villa Emma

Chácara denominada “Villa Cavalheiro”

Programa e demais detalhes

Maio

Dia 11 – Sabbado

Pelo trem das 11:35 da estação do Braz deverá seguir a comitiva, sendo o trajecto do Ipiranga até a Chacara “VILLA CAVALHEIRO” feito em carroças, aranhas e etc. Fica incumbido todo o pessoal sem distincção para o arranjo da casa e preparo do jantar que será servido ás 17 horas impreterivelmente. A noite grande illuminação (as escuras) e será queimado um lindo e atrahente fogo de arteficio pelo habil pyrotechnico SALVADOR MOLLA.

Dia 12 – Domingo

As 4 horas da madrugada salva com 21 tiros para dispertar o pessoal para o banho ao ar livre. As 6 horas café com BUXO (PARA QUE O MEU BOI NÃO PUCHE). Depois do café passeio campestre, aproveitando todo o pessoal na colheita da MASELLA. Para os arranjos da casa e preparo do almoço ficam incumbidas as senhoritas Elisabeth e Isaura, e para a faxina, lenhar e etc. ficam os jovens João Bananiere e José Cavalheiro.

Depois do almoço grandes pesseiatas pelos arredores da villa. Ás 13 horas café com pamonha feita pelas mãos das senhoritas BELINHA e MARIA ANTONIA. O jantar que será servido as 17 horas será feito pelas habeis culinarias Madames. Maria de Lima e Francisca Dias, coadjuvadas pelas senhoritas. Depois do jantar preparo para o grande bailado das múmias. A noite prossegue as illuminações (as escuras). Fogueiras, fogos e etc. Ás 22 horas dará começo ao grande bailado, não havendo rigor no traje tanto as damas quanto os cavalheiros poderão trajar-se a vontade.

Dia 13 – Segunda-Feira

As 5 horas da manhã grande alvorada pela banda MUSICAL DOS BATRACHIOS em homenagem a data da abolição dos NEGRINHOS, e será queimado nessa ocasião grande quantidade de girandolas, baterias e etc. Ás 7 horas será servido café com amendoim, e em seguida

passaio a vontade. Às 10 horas segundo café com bastante tranqueira após o café, após o café visitas aos moradores visinhos e despedida.

Às 15 e ½ horas improrogavelmente terá logar o grande jantar, depois do jantar todo o pessoal entregar-se-ão aos preparativos de MARCHA que effectuar-se-á infalivelmente às 17 horas e meia, com destino ao Ipiranga para tomarem o trem das 21 horas e 6 minutos.

São Paulo, Maio de 1918.³⁹

O roteiro detalhado do convescote da Família Cavalheiro permite entrever uma fascinante síntese sobre as práticas e representações culturais de uma parcela da sociedade da época. A “Chácara Cavalheiro” já não era como aquelas que deram lugar aos bairros mais tradicionais da cidade no final do século XIX. A Vila Ema, entre o Ipiranga, Vila Alpina, Belenzinho e Vila Formosa, era ainda uma região da cidade fora do perímetro urbano e permitia aos Cavalheiros escapar da “vida agitada” de uma cidade que, entre 1900 e 1920, foi a sede de uma explosão demográfica que mais do que dobrou sua população, saltando de 239.820 para quase 580 mil habitantes.⁴⁰ Joaquim Cavalheiro e família pertenciam a uma classe média urbana paulistana que se assentara no Brás, vindos de Mogi das Cruzes, desde a década de 1880. Seu pai fora delegado e membro do Partido Conservador ao lado das figuras políticas congregadas pelo Conselheiro Antônio da Silva Prado. Desde esse período, o jovem Joaquim passou a negociar terrenos e construir casas, tendo se tornado, como vimos nos registros do início do século XX, um dos empreiteiros mais atuantes da cidade.

³⁹ Documento do acervo pessoal da Família Mendes-Cavalheiro. Agradeço mais uma vez ao Rogério e ao Ricardo Mendes, bisnetos de Joaquim, por abrirem as portas da casa projetada e construída por Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro na rua Uruguaiana, Brás, e permitir que eu investigasse suas memórias familiares.

⁴⁰ Histórico demográfico do Município de São Paulo. Disponível em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br>.

Na folga e folguedo da família, a realidade de uma cidade atravessada por linhas férreas utilizadas por todas as classes sociais. Depois de tomar o trem no Brás e descer na estação Ipiranga (linha da antiga São Paulo Railway ou Inglesa) era necessária a utilização de carroças e aranhas para enfrentar as estradas de terra até a Vila Ema. José Cavalheiro, nascido em 1894 e um dos filhos mais jovens de Joaquim, levou parte da família em uma de suas “aranhas”, cuja permissão para guiar era exigida pela lei municipal nº 120 de 31 de outubro de 1894.

O sistemático convescote, ou “Pic-Nic” no termo anglicizado, teve início no sábado, 11 de maio, e contou com as habilidades de Salvador Molla, morador da Vila Ema e aparentemente um especialista em pirotecnia, fotografia - conhecido por registrar diversas festas pela cidade - e “chauffeur”.⁴¹ No domingo, dia 12, uma saraivada de tiros às 4h da manhã para despertar o “pessoal” para banho ao ar livre. Provável banho em algum riacho no entorno da chácara? Às 6h um café com buxo com o provérbio popular “para que meu boi não puche”, adaptado de “café sem bucha meu boi não puxa”. Logo depois, o passeio campestre onde todo o pessoal fez a colheita da “Masella” ou macela, nada mais que a *Achyrocline satureioides* também chamada de camomila-nacional. Suas flores de aroma agradável e efeito calmante são utilizadas como estofos de travesseiros e colchões. A infusão das mesmas, conforme literatura especializada, traz alívio para dores

⁴¹Ao que tudo indica, Salvador Molla teve uma vida mais do que agitada. As páginas dos periódicos indicam um sujeito polêmico e figura “carimbada” na São Paulo das décadas de 1910 e 1920.

Em 1925, Molla foi parar nas páginas policiais após ser agredido por dois alemães em sua casa na Vila Ema: “Quando a lenha canta...Ao Forum Criminal foram remetidos so autos do inquerito aberto na 6ª Delegacia de policia, sobre a agressão a pau de que fora victima ha dias, proprietario Salvador Molla, residente em Vila Emma. No decorrer do inquerito ficou apurado que, no dia da agressão o sr. Molla foi procurado em sua residência, pelos irmãos Emilio e Carlos Walter, alemães, moradores no referido bairro, para tratarem de uma questão de interesse. Nessa ocasião, deu-se uma discussão entre os três, da qual resultou Molla ser agredido a pau por Emilio Walter, ficando ferido na cabeça.” *O Combate*, 06/01/1925.

de cabeça, cólicas e dores estomacais possuindo efeitos anti-inflamatórios e antiespasmódicos. Suas propriedades também são utilizadas pela cosmética na formulação de “shampoos” para clareamento e fortalecimento dos fios de cabelo.⁴² Propriedades provavelmente bem apreciadas pela família Cavaleiro.

Depois de passeios pela Vila e café com pamonha, a noite reservou um “grande bailado das múmias” entre fogueiras, fogos e trajes despojados. Ao que tudo indica, o imaginário do “baile das múmias” tem estreita relação com as referências do Romantismo e da aproximação com o macabro.

Finalmente, a segunda-feira dia 13 de maio da abolição, foi marcada por uma alvorada com a “Banda Musical dos Batrachios” tocando em homenagem à abolição dos “negrinhos”. A memória recente da abolição encontra no controvertido termo “negrinhos” as mazelas da escravidão. Vale lembrar que o pai de Joaquim Cavaleiro, Francisco de Assis Cavaleiro, algumas décadas antes havia sido proprietário de escravo em Mogi das Cruzes. Após mais café - um dos grandes símbolos do “capitalismo límbico” desde a expansão da Revolução Industrial⁴³ - amendoins e despedidas, a turma marcha em direção à estação Ipiranga para às 21 horas e 6 minutos tomar o trem de volta ao Brás.

⁴² Para mais detalhes ver LORENZI, H.; MATOS, F.J.A. *Plantas Medicinais do Brasil Nativas e Exóticas*. Ed. Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda., Nova Odessa, 2002, p.131-132.

⁴³ Sobre a revolução psicoativa e o “capitalismo límbico” ver David T. Courtwright. *Forces of Habit: Drugs and the making of the modern world*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2002.

Figura 88. “Carta de Cocheiro. O Sr. José Cavalleiro tendo sido devidamente examinado, acha-se habilitado nos termos dos arts 15 e 19 da Lei nº 120, de 31 de Outubro de 1894, a dirigir aranha tirada por um animal. Inspectoria Geral de Fiscalização, 1 de agosto de 1914. O Inspector Geral, José Vergueiro Steidel”. **Fonte:** Acervo pessoal da Família Mendes-Cavalleiro.

O pequeno, mas intenso retrato de uma parcela da sociedade paulistana demonstra as sociabilidades de uma cidade com quase meio milhão de habitantes. Das heranças da escravidão às formas de inserção de imigrantes como Salvador Molla, São Paulo era alvo de uma nova etapa de expansão urbana para além dos antigos bairros centrais. Contudo, mesmo às vésperas da “agitada” década de 1920, as percepções de mudanças radicais ainda eram bastante relativas para os diversos grupos em conflito e acomodação numa tessitura social com profundas diferenças culturais e de classe. Será nesse “caldeirão” de estrangeiros e nacionais, ainda à luz do liberalismo excludente e das agitações sociais das “classes perigosas”, que outros tantos construtores irão inventar formas, ludibriar ou seguir as normas edilícias e de exercício profissional para garantir sua sobrevivência.

Nesse sentido, a partir de 1916, o processo de controle da produção do espaço urbano da cidade de São Paulo já contava com um rito consolidado por um corpo técnico atuante desde 1899. A essa altura, Victor Freire, Sá da Rocha e Arthur Saboya já eram figuras consolidadas e conhecidas entre os profissionais mais atuantes na cidade. Depois das administrações do Conselheiro Prado, Raimundo Duprat e às vésperas da administração de Washington Luís, os procedimentos de submissão de requerimentos e projetos à Diretoria passaram por uma sensível alteração.

Além de submissão do requerimento com o projeto a ser edificado, passou-se a exigir um memorial descritivo explicitando técnicas e materiais utilizados. Com o procedimento do memorial há um significativo aumento na identificação das especializações de cada profissional. No entanto, dezenas de construtores que atuavam desde a primeira década do século continuavam a trabalhar e muitos outros, principalmente estrangeiros, vinham engrossar a fileira dos não-diplomados. Do ponto de vista legal, nada impedia a livre atuação dos mesmos.

Entretanto a conjuntura era outra, desde as primeiras levadas de diplomados na Escola Politécnica e dos “melhoramentos” experimentados pela *Diretoria de Obras e Viação* (denominação adotada a partir de 1913) que a consagração dos diplomados ganhava cada vez mais espaço. Não à toa o período é conhecido como, na interpretação de Sylvia Ficher, o das associações profissionais (Ficher, 2005, pp.175-236). Como resultado das mesmas, São Paulo será o primeiro Estado a regulamentar a profissão, sem, contudo, conseguir impedir de imediato a atuação dos não-diplomados.

2.1. “Provas de competência”, registros, impostos

Em 1924 o Governo do Estado promulgou a Lei 2.022 de 17 de dezembro, que primeiro regulamentou o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor no Brasil. Para que possamos explicar a lógica municipal dos registros da década de 1920 e apresentar os principais nomes do período, é preciso apontar algumas questões colocadas pela lei:

Artigo 1.º - O exercício da profissão de engenheiro, de architecto e de agrimensor, em qualquer dos ramos sómente será permittido:

- a) aos que se mostrarem habilitados por titulo conferido pelas escolas de engenharia officiaes da União ou do Estado de São Paulo, ou pelas equiparadas;
- b) aos que, sendo graduados por escola ou faculdade estrangeira, se habilitarem perante qualquer dessas escolas na fórmula dos respectivos regimentos;
- c) aos que, na data da promulgação desta lei, exercerem cargo effectivo de engenheiro architecto agrimensor em repartição federal, estadual ou municipal;
- d) aos que já contatam cinco annos de exercicio da profissão de engenheiro, architecto ou agrimensor, no territorio do Estado,

e) aos agrônomos diplomados pela Escola Agrícola "Luiz de Queiroz", na divisão e demarcação de propriedades rurais.⁴⁴

À revelia do movimento de classe, dos institutos de engenharia, arquitetura e das escolas de ensino superior, a continuidade da atuação dos não-diplomados, prevista na “letra d” do Artigo 1º, não pode ser vista meramente como uma falha ou anomalia que a lei não conseguiu resolver. Veremos que a quantidade de não-diplomados que atuavam na década de 1920 era mais do que significativa, contava só na cidade de São Paulo com centenas deles e, por conseguinte, com uma sensível oposição.

Reiteramos a complexidade da questão e a dialética do exercício de ocupações que vinham de uma indefinição quase secular. Os não-diplomados não eram um mero estorvo, eles circulavam nos mesmos espaços de sociabilidade que qualquer outro diplomado, anunciando em almanaques publicitários e partilhando dos mesmos fornecedores de materiais de construção, para ficarmos em exemplos cruciais. Além de muitas vezes ocuparem posições importantes nas estruturas do campo.

Ainda na Lei, os parágrafos do “Artigo 1º” delimitam fronteiras e estabelecem as provas de competência:

§ 1.º - Poderão ser dispensados do exames de habilitação a que se refere a letra "b", os professores ou ex-professores de escolas extrageiras e os que, sendo diplomados por uma dessas escolas, provarem a autoria de livros ou obras notáveis da especialidade. Neste ultimo cada deve ser previamente ouvida a congregação da Escola Polytechnica de São Paulo.

§ 2.º - No caso da letra "d", o interessado receberá um titulo de licença na Secretaria da Agricultura, desde que prove, dentro de um anno, a contar da publicação desta lei, que executou ou dirigiu trabalhos profissionaes.

⁴⁴ Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br>.

§ 3.º - Serão dispensados da habilitação a que se refere a letra "b", do artigo 1º, os brasileiros que registarem o seu título na Secretaria da Agricultura, até cinco anos depois da promulgação desta lei e provarem ter feito o curso regular da escola ou faculdade que expediu o diploma.

§ 4.º - A mesma faculdade é concedida aos que, estando matriculados na data desta lei, em escolas, cujos títulos já foram aceitos pelo Secretario da Agricultura, concluirem o seu curso dentro de cinco annos.

O § 1º consagra na letra da lei a ordem corporativa e a amálgama entre Estado e Escola Politécnica, existente desde a fundação da mesma em 1894. Os sábios e suas obras notáveis são consagrados pelo discurso de autoridade da cultura legítima e universal que o Estado naturaliza e monopoliza. No entanto, diante das permanências, a Secretaria da Agricultura, no §2º, estabelece o critério para aceitar os não-diplomados: a prova de competência. De fato, será esse parágrafo o mais propício a interpretações flexíveis e fraudes, largamente denunciadas pelas agremiações corporativas. Suscita também o debate que posteriormente levará à divisão da profissão e à primazia tecnológica da engenharia. Os sujeitos que comprovavam experiência e competência não eram registrados como engenheiros licenciados, mas com a licença de arquiteto ou com a licença de construtor, mesmo dominando cálculos de estrutura. Há aqui uma hierarquização entre os termos, que encontrará na década de 1930 e no CREA sua consolidação.

Entre o engenheiro e o arquiteto, o primeiro prevalece e controla o campo. Entre o arquiteto e o construtor, o primeiro se torna o artista do projeto e o segundo o executor de “obras modestas”, menor e, eventualmente, grosseiro. Um exemplo claro sobre tal hierarquização pode ser visto nas reivindicações do “Centro de Construtores e Industriais de Santos” que em 1926 recorriam, na Assembleia Legislativa do Estado, de uma lei municipal que os impedia de atuar:

Parecer Nº 50 de 1926

Recorre o Centro de Construtores e Industriaes de Santos e Gervasio Fernandes Sobreira contra a lei municipal n.744, de 10 de abril do anno corrente, que dispõe sobre licença para construcção e o exercício de profissão de constructor no município.

I – Os recorrentes declaram fazel-o por considerarem a lei recorrida attentatoria á Constituição Federal (arts.11, n.3, e 72, paragrapho 24º), ao Código Civil (art. 6º) e á lei estadual n.2022, de 27 de dezembro de 1924; e para demonstral-os, alegam:

- a) que o artigo 1 da lei recorrida reza: “Nem uma licença para construcção será expedida sem que a respectiva planta esteja assignada por profissional habilitado nos termos da lei estadual n.2.022 de 27 de dezembro de 1924, e pelo constructor encarregado da construcção, salvo si tal construcção aq. (?) elle se encarregar”.
- b) que a lei estadual citada estatue no seu artigo I:
“O exercicio da profissão de engenheiro, de architecto e de agrimensor, em qualquer dos ramos, somente será permitido:
“Letra D - aos que já contarem cinco anos de exercicio da profissão de engenheiro, architecto ou agrimensor no território do Estado;
- c) que a dita lei concedeu o prazo de um anno para, mediante a devida documentação, habilitarem-se os architectos *praticos* (itálico nosso) mencionados na letra D, transcripta, obtendo com isso, na Secretaria da Agricultura, titulo de licença para continuação da actividade profissional;
- d) que, por se julgarem obrigados ás disposições da lei estadual citada, vários constructores de obras requereram á Secretaria da Agricultura titulo de habilitação, entre elles Annunziato Gallo e Antonio Ignacio Serra, de Santos, sendo-lhes dado sempre, com ligeiras modificações de frase, o seguinte despacho: “Não há que deferir. O exercicio da profissão de constructor independe de licença”;
- e) que, pela própria interpretação da Secretaria da Agricultura, os constructores de obras continuavam, e continuam, não obstante a superveniência da lei n.2022 citada, a ter livre o exercicio da sua profissão;

O caso é o emblema do caminho da distinção e exclusão forjado pelas interpretações legais. A lei 2.022 foi reinterpretada e adaptada pelos governos municipais. Geralmente pressionados e administrados por profissionais diplomados, passam a dificultar a atuação dos não diplomados. Ao mesmo tempo, pelo que se pode inferir das

alegações, o governo estadual – Secretaria da Agricultura – também usava das interpretações para criar uma distinção e fortalecer hierarquias antes fluidas. A Prefeitura de Santos alegava estar de acordo com a lei do governo estadual, mas o mesmo governo não deferia o pedido dos recorrentes por considerar a “profissão de constructor” livre e não dependente de licença, por conseguinte, relegada a uma espécie de hiato profissional, caindo num vazio antes inexistente, já que a “licença” estadual era a nova chave para poder atuar. A liberdade de atuação típica do liberalismo desde o período Imperial encontrava finalmente uma barreira. Os recorrentes não podiam se encaixar nem numa esfera e nem em outra. Mas continuavam argumentando:

- f) que a recorrida, com sua lei n.774, citada, estabeleceu expressa diferenciação entre a profissão de architecto e a de constructor, e, cuidando de obedecer aos princípios da lei estadual, positivamente a contrariou, por isso que o legislador estadual não podia tolher ou restringir o exercício de uma profissão até agora considerada livre, como é a de constructor. Depois de estudarem o elemento histórico da nossa legislação sobre o assumpto e confrontarem as accepções dos termos **architectos** e **constructor (destaque nosso)**, mediante consulta de dictionarios da nossa lingua e tratadistas estrangeiros, acrescentam os recorrentes:
- g) que não poderia o legislador, pela simples discriminação dos vocábulos, extremar as profissões de architecto e constructor, que se confundem na pratica, permitindo apenas esta diferença subtil: architecto é o constructor de obras de luxo e de grande arte; constructor é o architecto de obras sem luxo e de arte modesta.
- h) que, assim, os constructores de obras estavam, em Santos, a praticar uma profissão honesta e livre, cujo exercício lhes era, e é, assegurado pela Constituição Federal, no seu artigo 72, paragrapho 24, quando veiu a lei municipal n.774, citada, perturbal-os nesse exercicio, atingindo, demais, os seus direitos adquiridos, com o que violou ainda a Constituição Federal , no seu artigo 11, n.3, e o Codigo Civil; e que, em razão disso, pedem ao senado a annulação, que lhes parece justa, da lei municipal, contra a qual recorrem.

Se a lei de 1924 não criou uma categoria “constructor”, ela possibilitou, através das interpretações, a criação de uma categoria, entre a engenharia e a arquitetura, que pudesse servir ao “rebaixamento” dos não diplomados. Com efeito, a proximidade

histórica entre as categorias é reivindicada pelos recorrentes quando invocam tratadistas e dicionários: Arquiteto é construtor e o construtor é arquiteto. No entanto, anunciam o que se tornaria parte da profissão do arquiteto daquele momento em diante: O arquiteto (e o diploma) faz obra de luxo e de grande arte, e o construtor é o arquiteto não diplomado que, sem luxo, faz arte modesta. É de fato uma maneira de resistir à nova ordem procurando um espaço de sobrevivência na manipulação da historicidade dos termos.

O imbróglio se torna ainda mais interessante quando os recorridos da Prefeitura de Santos respondem aos argumentos dos construtores. Depois de citarem que estavam apenas cumprindo os dispositivos da lei estadual, garantindo sua aplicação na lei municipal e defendendo a Constituição Federal (1891), argumentam:

que por, propositadamente, confundirem duas entidades tão distintas, como **architecto** e **construtor** é que os recorrentes tentam descobrir um golpe no paragrapho 24 do artigo 72 da Constituição Federal;

que, entretanto, há muita diferença entre as profissões de architecto e constructor sendo que a do primeiro se caracteriza no projetar edifícios, dirigir construções, desenhar planos, fazer orçamentos, reclamando-lhe conhecimentos de desenho, geometria, perspectiva, estereotomia, resistência, estabilidade, etc., ao passo que a do segundo se caracteriza na realização da obra, na **obediência passiva** (destaque nosso) às determinações do architecto.

Aos poucos o discurso da autoridade legítima, no jargão de Pierre Bourdieu, vai afastando as possibilidades de interpretação que possam beneficiar os recorrentes. Imbuídos do *habitus* da nova ordem, os recorridos (Prefeitura de Santos) não só invalidam o argumento da proximidade das categorias como submetem os não diplomados à obediência passiva. Não há exemplo mais cabal da violência do poder simbólico na ordem da submissão. O interessante é que a submissão do “constructor” ao “architecto” que tem os devidos conhecimentos será muito próxima da “submissão” do arquiteto ao engenheiro após a regulamentação federal da profissão em 1933. Celeuma que tem desdobramentos

até o século XXI, como é sabido.⁴⁵ O pequeno tratado da submissão e da obediência passiva ensinada pelos recorridos continua:

que a lei estadual – todo mundo o sabe – não cogita da profissão ou melhor, officio de constructor, o que confirmam inumeras decisões do sr. secretario da Agricultura, que isso mesmo declaram, havendo um de seus despachos em que, depois de traçar bem definidamente a linha distinctiva de **architecto** e **constructor**, assim sentencia aquele titular: “o impetrante provou que é perito mestre de obras, mas não architecto, pelo que indefiro o pedido”;

que, pois, para que nas nossas cidades não mais se ostentem as mostras do mau gosto dos curiosos sem preparo e dos mestres de obras sem escrúpulos coalhando-as criminosamente de verdadeiros aleijões em figuras de prédios, deve ser mantida a lei municipal objeto do recurso, que nada mais fez do que secundar e defender uma das mais sabias e moralizadoras leis do Estado de São Paulo.

A linha da distinção é finalmente traçada. Aos construtores cabe a perícia do mestre de obras e nada mais. Não é difícil perceber que foi a partir desse tipo de celeuma que a figura do mestre de obras, chamada de boçal desde os primeiros diplomados da Escola Politécnica, foi aos poucos submetida ao escrutínio da moralidade e ao crivo do insulto. “Curiosos sem preparo” e de “mau gosto”; “mestres sem escrúpulos” e “criminosos”. A moralização do debate foi crucial para o discurso da autoridade. Não é de surpreender que daí em diante o recrudescimento do moralismo e do juízo de valor fossem sentidos em todas as escolas de ensino superior, principalmente depois do triunfo do movimento moderno. Os “sábios” pareciam ignorar definitivamente o imbricar das ocupações e a importância crucial da figura do mestre de obras não só no Estado de São Paulo, mas em toda a história da arquitetura e da construção.

⁴⁵ Um desdobramento mais recente da celeuma apontada remonta à criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU) pela Lei Federal nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010.

Tudo atentamente visto e ponderado, os recorridos reforçam o argumento com a “Comissão de Recursos Municipaes” de Santos:

que, todavia, a lei municipal n.774, com adoptar os dispositivos da lei estadual n.2022, não tolheu o exercício da profissão aos constructores de Santos, tendo se limitado a modificar-lhes as condições, para beneficio da cidade e dos seus habitantes, com maiores garantias de boa architectura, segurança e hygiene;

que, com a indagação nos dictionarios e o compulsar dos autores, os Recorrentes, embora amparados pelo talento do seu patrono e pelo brilho de suas razões, não conseguiram estabelecer a pretendida synonymia dos termos **architecto** e **constructor**, que, como faz ver a Recorrida, secundada pela interpretação do sr. Secretario da Agricultura, constituem entidades diversas;

que, quando assim não fosse, nem uma culpa caberia á Recorrida pela sorte de requerimentos dos constructores de Santos, que no indeferimento derivam, e não da recorrida, o desagrado dos seus percalços, consequências de uma interpretação cujas responsabilidades lhe não cabem.

E o que fez a Commissão dos Recursos Municipaes oferecer á consideração do Senado, cuja aprovação pensa merecer, a seguinte:

Resolução N.16 de 1926:

O Senado do Estado de São Paulo resolve negar provimento ao Recurso n.2, de 1926, em que o Centro dos Constructores e Industriaes de Santos e Gervasio Fernandes Sobreira recorrem contra a lei n.774, de 10 abril de 1926, que dispõe sobre a licença para construção e o exercício da profissão de constructor no Municipio de Santos.

Sala das comissões, 10 de novembro de 1926 – Freitas Valle, A. J. Pinto Ferraz, Cesario Bastos.

Na esteira da ordem e do progresso, “Boa architectura”, “segurança” e “hygiene”, são apenas três das muitas expressões que transformam o não-diplomados em “golpistas” e “criminosos”. A despeito do suposto “talento” e “brilho” de suas ações e razões, aos constructores de Santos não coube interpretar os “verdadeiros” significados de categorias que exerciam de longa data. O golpe estava dado. Mas não por parte dos não-diplomados. Casos como o dos constructores de Santos seriam comuns a partir de então. À revelia das interpretações mais corriqueiras, as brechas da lei 2.022 foram mais propícias às “fraudes” dos novos donos do poder do que das fraudes dos não-diplomados que,

además, conheciam mais a natureza histórica das ocupações da arquitetura do que seus novos alçozes. Recurso negado.

Finalmente, lembremos que no início do parecer (letra c) os recorrentes usam a expressão “architectos praticos”. O uso do termo seria cada vez mais recorrente a partir da regulamentação de 1924. Com efeito, se inicialmente sua utilização, por parte dos diplomados, se relacionava às provas de competências práticas necessárias para atuar, aos poucos foi revestida pelo véu das interpretações pejorativas como as que vimos ao longo do parecer analisado.

Entrementes, no caso do município de São Paulo, a lei estadual de 2.022 não foi o suficiente para aplacar o ímpeto corporativo. Em 1926, por iniciativa do engenheiro-arquiteto e vereador Alexandre de Albuquerque, a Câmara aprovou a Lei 2.986 de 7 de julho. Valendo-se das prerrogativas da lei 2.232 de 9 de novembro de 1920, que dispunha sobre a responsabilidade na aprovação de plantas, a lei 2.986 reforçava as prerrogativas da mesma e regulamentava as “profissões de constructor, electricista e encanador”:

Art. 1º - Para aprovação de projectos para construir, de accôrdo com a lei n. 2.332, de 9 de novembro de 1920, todas as vias do projecto e o memorial descriptivo, deverão conter as assignaturas do constructor encarregado das obras e do proprietario.

Paragrapho unico – As assignaturas da primeira via dos projectos, do memorial e do requerimento deverão ser reconhecidas por tabellião.

Art. 2º - Só podem assignar projetos, os constructores que tiverem seus nomes registrados na Directoria de Obras da Prefeitura, de accôrdo com a presente lei, e estiverem quites com os cofres municipaes, dos impostos de industrias e profissões e de qualquer multa que lhes tenha sido imposta por infracção da lei n. 2.332.

Art. 3º - Podem registrar-se como constructores:

- a) Os engenheiros que tenham seus nomes registrados na Secretaria da Agricultura, de accôrdo com a lei estadual 2.022, de 27 de dezembro de 1924.
- b) Os architectos registados na mesma Secretaria, de accôrdo com a mesma lei.
- c) Os empreiteiros de obras particulares que satisfaçam as exigências do art.4º da presente lei.

Paragrapho único – Serão aceitos registos de formas commerciaes, companhias ou sociedades anonymas, desde que declarem os nomes dos responsáveis pelas edificações, responsáveis, estes, que deverão satisfazer qualquer das condições das alíneas.

Artigo 4º - Os empreiteiros de obras particulares poderão registar seus nomes como constructores, mediante prova de competência, a juízo da Prefeitura, demonstrada na execução de obras na cidade de São Paulo ou em outras localidades, por um prazo não inferior a tres annos. Este registo deverá ser feito até 31 de dezembro de 1926.

Paragrapho único – Findo este prazo, só serão aceitos, a registo, os empreiteiros que provarem sua competencia, a juízo da Prefeitura, com attestado de constructor, registado de accôrdo com as alíneas “A” ou “B” do art. 3º, da presente lei. Este registo poderá a qualquer tempo ser cancellado pelo Prefeito, mediante requisição da Directoria de Obras, desde que fique provada a incapacidade do constructor

O primeiro fato a se observar é de que “constructor” é tomado como “profissão”, diferente da interpretação da lei municipal 774, de Santos. Engenheiros, arquitetos e empreiteiros de obras são genericamente registrados como “construtores”. O termo “empreiteiro de obras particulares”, mesmo não explicitado pelo texto da lei, é a expressão utilizada para denominar os não-diplomados. A prova de competência, a juízo da Prefeitura, é reafirmada. Além dos artigos citados, a lei ainda previa artigos relacionados a multas e suspensões claramente dirigidas às possíveis infrações dos não-diplomados. Mais vulneráveis na nova condição, seus nomes eram corriqueiramente publicados nas seções oficiais da Prefeitura:

Prefeitura do Municipio de São Paulo

Diretoria de Obras e Viação

Edital

Faz-se público que, o Prefeito do Município de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo art.7º, alinea “c”, da lei n.2986, de 7 de julho de 1926, e atendendo á representação da Directoria de Obras e Viação constante do processo n.16.136-S/83, suspendeu, por sessenta dias, o constructor Luiz Bahia, sem prejuízo do disposto no paragrapho 3º, visto construir os predios nºs, 83 e 85 da rua Canuto Saraiva, em desaccôrdo com as plantas aprovadas.

O Director, Luiz Pedrosa
(Correio Paulistano, 30/03/1928)⁴⁶

Os registros municipais da década de 1920

Da Lei n.2.986 resultou o “Registro de Constructores” da “Directoria de Obras e Viação” da Prefeitura Municipal de São Paulo. Ao contrário dos registros municipais do final do século XIX, o registro de 1926 - amparado pela Lei estadual 2.022 de 1924 – é um exaustivo compêndio dos principais nomes da construção civil do período. Conforme vimos nos termos da lei 2.986, disposto em páginas-fichas, o registro compreende os seguintes campos de preenchimento: nome; nº do registro; categoria (art.3º, letra a, b ou c); escritório; residência; nacionalidade; diplomado pela; Título registrado na Secretaria da Agricultura em; Assignatura individual; Nome da firma e responsável.

Depois do cabeçalho, um breve texto indicando o processo das provas de competência: *“Foram apresentadas, e julgadas sufficientes pela 2º Secção de Obras e Viação e de accordo com o art.4º da Lei 2.986 conforme informações subscriptas pelo Snr Chefe da Secção e, o Proc. Nº ____ de 192____ as seguintes provas de competência”*. Se o registrado havia se licenciado pela Secretaria de Agricultura, a prova de competência era descrita da seguinte maneira:

Licença para o exercício da profissão de architecto concedida por despacho de (data), pelo Snr Secretário d’ Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, de accordo com o disposto no paragrapho 2º, artº 1 da Lei 2.022. Registrada na folha nº ____ do livro competente de registros de licenças em (data).

⁴⁶ Luiz Bahia atuava com construtor desde 1906. Foi registrado pelo CREA-SP com a “Licença de Arquiteto” na década de 1930. Para maiores detalhes, ver lista de registros do CREA-SP que segue como anexo ao final da tese.

Tendo sido preenchidas todas as formalidades exigidas, nos termos da Lei 2.986 de 7 de julho de 1926, é concedido de ordem do snr. Prefeito, registro como 'constructor' de ___ ordem ao snr _____.

São Paulo (data)

O director (assinatura).

DIRECTORIA DE OBRAS E VIAÇÃO			
NOME <i>Euzebio Belleza</i>		N.º DO REGISTRO <i>16</i>	CATEGORIA <i>Letra B</i>
Escritório	Residência <i>Rua dos Andradas 49</i>	Nacionalidade <i>Portuguez</i>	
Diplomado pela	Título registrado na Secretaria da Agricultura em <i>10</i> de <i>Dezembro</i> de <i>1925</i> sob o n.º <i>108</i>		
Assinatura individual <i>Euzebio Belleza</i>	Responsável		
OBSERVAÇÕES			
<p>Foram apresentadas, e julgadas sufficientes pela 2.ª Secção de Obras e Viação e de accordo com o art.º 4.º da Lei 2.986 conforme informações subscritas pelo Sr. Chefe da Secção em o Proc. N.º 24.343 de 1926 as seguintes provas de competencia: <i>Desempenha a função de projectista e de engenheiro de obras publicas, de accordo com o disposto no paragrapho 2.º artigo 1.º da lei 2.986, registrada na folha n.º 108 do livro o competente do registro da engenharia 10 de Dezembro de 1926.</i></p>		<p>O registrado exhibiu o recibo de pagamento de imposto para o exercicio de 1926 em 1927 - 32 \$ 000,00 (32 mil)</p> <p>1928 - 32 \$ 000,00 (32 mil)</p> <p>1929 - 32 \$ 000,00 (32 mil)</p> <p>1930 -</p> <p>1931 -</p> <p>1932 -</p> <p>1933 -</p> <p>1934 -</p> <p>1935 -</p> <p>1936 -</p> <p>1937 -</p> <p>1938 -</p> <p>1939 -</p> <p>1940 -</p> <p>1941 -</p> <p>1942 -</p> <p>1943 -</p> <p>1944 -</p> <p>1945 -</p> <p>1946 -</p> <p>1947 -</p> <p>1948 -</p> <p>1949 -</p> <p>1950 -</p> <p>1951 -</p> <p>1952 -</p> <p>1953 -</p> <p>1954 -</p> <p>1955 -</p>	
<p>Tendo sido preenchidas todas as formalidades exigidas, nos termos da Lei 2.986 de 7 de julho de 1926, é concedido de ordem do Sr. Prefeito, registro como <i>Constructor</i> de <i>2ª</i> ordem ao snr <i>Euzebio Belleza</i></p> <p>São Paulo, <i>28</i> de <i>agosto</i> de <i>1926</i></p> <p>O Director <i>[Assinatura]</i></p>			

Figura 89. Exemplo de página do Livro da "Directoria de Obras e Viação" com o registro do "constructor de 2ª ordem" o português Euzebio Belleza, em 28 de agosto de 1926.

Conforme evidenciamos no caso dos construtores de Santos, o termo “architecto” era geralmente dado aos não-diplomados que conseguiam comprovar na Secretaria da Agricultura tal condição. Como no início do século, a “ordem”, 1ª (300\$000) e 2ª (200\$000), está relacionada à valorização do endereço e dos impostos sobre indústrias e profissões.

Quando o “constructor” não é registrado pela Secretaria de Agricultura, o texto do processo explicita as provas de competência, como no caso do italiano João Olivieri (ver **figura 90**):

“Foram apresentadas e julgadas (...) as seguintes provas de competência:

Contracto com a Cia Edificadora da Villa America para construir nas ruas seguintes: Padre João Manoel 57 e 62, Franca 91 e Itú 82. Idem com o Snr. Brasil Vasoni para construir na rua Domingos de Moraes. Alvará de Licença, n. 2710 de 1917 para construir augmento na rua S. Pedro 43. Alvará 458 de 1911 para construir casa na rua S. Pedro n.6.

Tendo sido preenchidas todas as formalidades exigidas, nos termos da Lei 2.986 de 7 de julho de 1926, é concedido de ordem do snr. Prefeito, registro como ‘constructor’ de 1º ordem ao snr João Olivieri.

São Paulo, 9 de setembro de 1926.

O director”.

Insistimos no fato de que diplomados e não-diplomados eram registrados com o termo genérico de “constructor”. Os registros, de acordo com as leis citadas, não mencionam o termo “não-diplomado” e nem o termo “prático” ou “prático licenciado”. No entanto, como apontamos anteriormente, as provas de competências literais eram pedidas apenas aos que não tinham passado pelas escolas de ensino superior.

DIRECTORIA DE OBRAS E VIAÇÃO

NOME *João Olivieri*

N.º DO REGISTRO *26*

CATEGORIA *Engenheiro de 1.ª ordem*

Escritório

Residência *R. São Pedro 43*

Nacionalidade *Italiano*

Diplomado pela

Título registrado na Secretaria da Agricultura em de 19 sob o n. *X*

Assinatura individual

João Olivieri

Nome da firma

Responsável

Foram apresentadas e julgadas suficientes pela 2.ª Seção de Obras e Viação e de acordo com o art.º 4.º da Lei 2.986 conforme informações subscriptas pelo Sr. Chefe da 2.ª Seção em o Proc. N.º 2.603.3 de 1926 as seguintes provas de competência: Contrato com a 1.ª e 2.ª Seções da Prefeitura Municipal de Vila Rica para construir duas ruas pequenas: a) Rua João Manoel 53 e 62, Tração 91 e 112 m. b) Rua com o Sr. Brasil Vasconcelos para construir na R. Domingos de Moraes. Rua de tração n.º 3710 de 1913 para construir anexo na R. Pedro 43. Alvará n.º 2 de 1911 para construir casa na R. Pedro n.º 6.

O registrado exibiu o recibo de pagamento de imposto para o exercício de:

1926 em 2 de Setembro de 1926
1927 em 29 de Agosto de 1927
1928 em 16 de Setembro de 1928
1929 em 26 de Setembro de 1929
1930
1931
1932
1933
1934
1935
1936
1937
1938
1939
1940
1941
1942
1943
1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
1951
1952
1953
1954
1955

Multado por infração do art.º

da Lei em

Suspenso por infração cometida no art.º 7.º da Lei 2.986

alinea: em de de 19 Intimação em

OBSERVAÇÕES

Tendo sido preenchidas todas as formalidades exigidas, nos termos da Lei 2.986 de 7 de Julho de 1926, é concedido de ordem do Sr. Prefeito, registro como

construtor de 1.ª ordem ao Sr. *João Olivieri*

São Paulo, 9 de Setembro de 1926

O Diretor

Antônio Rosa

Figura 90. Registro do italiano João Olivieri como “constructor de 1ª ordem” após apresentar as provas de competência exigidas.

Havia também a possibilidade, na esteira da hierarquia e da “obediência passiva”, de um diplomado, geralmente um engenheiro, atestar a competência de um não diplomado:

“Foram apresentadas e julgadas (...) as seguintes provas de competência:

Declaração do Engenheiro Aurelio Pires de Campos de que conhece o requerente ha mais de cinco anos como constructor de reconhecida competencia. Alvará nº 98 de 1913 autorizando o requerente a construir na rua Madeira nº18. Alvará 2716 para a mesma construção. Outros alvarás e atestados também julgados pela 2 Secção e que ficam archivados junto ao processo.”

Tendo sido preenchidas todas as formalidades exigidas, nos termos da Lei 2.986 de 7 de julho de 1926, é concedido de ordem do snr. Prefeito, registro como ‘constructor’ de 2º ordem ao Snr Luiz Ferreira da Rocha.

São Paulo, 13 de outubro de 1926.

O director”.

Quando o construtor é de fato um diplomado, o texto do processo apresenta a escola na qual se formou:

“Foram apresentadas e julgadas (...) as seguintes provas de competência: Diploma de Engenheiro architecto concedido pela Escola Polytechnica de São Paulo ao Snr Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello em 5 de março de 1914. Registrado nas folhas nºs 138 e 139 do livro competente de registro de diplomas.

Tendo sido preenchidas todas as formalidades exigidas, nos termos da Lei 2.986 de 7 de julho de 1926, é concedido de ordem do snr. Prefeito, registro como ‘constructor’ de 1º ordem à Companhia Iniciadora Predial.

São Paulo, 15 de setembro de 1926.

O director”.

Anhaia Mello e Ricardo Severo, sócios de Ramos de Azevedo, assinam como responsáveis pela firma “Companhia Iniciadora Predial”, com escritório na Rua Boa Vista, 18, conforme se vê na **figura 91**.

DIRECTORIA DE OBRAS E VIAÇÃO

NOME Cia Iniciadora Predial

N.º DO REGISTRO 39

CATEGORIA Início 3.ª letra B, digito letra A.

Escritório Rua Boa Vista, 18

Residência

Nacionalidade

Diplomado pela Escola Polytechnica de São Paulo

Título registrado na Secretaria da Agricultura em 10 de Abril

de 1926 sob o n.

Assinatura individual

Luiz de Anhaia Mello Ricardo Severo

Responsável

Luiz de Anhaia Mello Ricardo Severo

Nome da firma

Companhia Iniciadora Predial

OBSERVAÇÕES

Form apresentadas, e julgadas suficientes pela 2.ª Seção de Obras e Viação, e de acordo com o art.º 4.º da Lei 2.986, conforme informações subscritas pelo Sr. Chefe da Seção em 11 de Maio de 1926 as seguintes provas de competência: Diploma de Engenheiro Architecto concedido pela Escola Polytechnica de São Paulo ao Sr. Luiz Ignácio Henriques de Anhaia Mello em 2 de Março de 1914. Registrado nas folhas nº 138 e 139 do livro com rubrica de registro de diplomas.

O registrado exhibiu o recibo de pagamento de imposto para o exercício de:

1926 em 11.9.1926
1927 " 23.9.26 (12 meses)
1928 " 18.3.26 (12 meses)
1929 " 21.3.27 (12 meses)
1930 "
1931 "
1932 "
1933 "
1934 "
1935 "
1936 "
1937 "
1938 "
1939 "
1940 "
1941 "
1942 "
1943 "
1944 "
1945 "
1946 "
1947 "
1948 "
1949 "
1950 "
1951 "
1952 "
1953 "
1954 "
1955 "

Multa por infração do art.º da Lei em

Suspensão por infração cometida no art.º 7.º da Lei 2.986

alinea:

em de de 19 Intimação em

* Pelo processo nº 49.134 do corrente anno a Cia Iniciadora Predial, pediu a alteração do Sr. Prefeito que figurasse como responsável pela Cia o engenheiro Ricardo Severo da Fonseca Costa cuja o registro figura a folha nº 75 do livro 2.

Certificado processo nº 80

Incl. Certificado o pedido de Luiz Ignácio Henriques de Anhaia

para o efeito de registro dele em poder desta Comissão, para ser entregue ao Sr. Prefeito o diploma - Título - Engenheiro Architecto - Sr. Polixena de Anhaia Mello em 3.9.1914

o Sr. Polixena de Anhaia Mello, de 29 de Agosto de 1914, de 34

Plinio Severo

Proc. 1140

Tendo sido preenchidas todas as formalidades exigidas, nos termos da Lei 2.986 de 7 de Julho de 1926, e concedido de ordem do Sr. Prefeito, registro como

lo constituintes de 1.ª ordem ao Sr. Companhia Iniciadora Predial

São Paulo, 12 de Setembro de 1916

O Diretor

Luiz de Anhaia Mello

Figura 91. Registro da Cia Iniciadora Predial com os diplomados Luiz de Anhaia Mello e Ricardo Severo.

Uma vez estabelecida a natureza do registro, organizamos uma série de tabelas a partir das “provas de competência”. Na **tabela 4**, apresentamos os construtores cuja prova de competência foi a licença da Secretaria de Agricultura, conforme a lei estadual 2.022 de 1924 e considerada pela lei municipal 2.986 de 1926 para fins de habilitação do construtor. Quando o texto da prova de competência não explicita o termo de denominação, corroborando o interdito que se anunciava, empregamos o termo genérico do registro, ou seja, construtor.

Tabela 4. Construtores com a prova de competência da Secretaria de Agricultura

Nome	Nacionalidade	Endereço	Competência	Termo
1. Colombo Leoni Salvardi	Brasileira	Rua Conselheiro Coteype, 98	Secr.Agricultura	Construtor
2. Jayme Pladevall	Espanhola	Rua Brigadeiro Machado, 10	Secr.Agricultura	Arquiteto
3. Abondio Umberto Gandolfo	Italiana	Rua Onze de Agosto, 33/Rua Pinto Ferraz, 53	Secr.Agricultura	Engenheiro, arquiteto e agrimensor
4. D. (Francisco) Ferreira Cintra & Cia.	Brasileira	Rua Sergipe, 4	Secr.Agricultura	Arquiteto
5. Abílio Silveira	Brasileira	Rua Voluntários da Pátria, 527	Secr.Agricultura	Arquiteto
6. José Camillo de Souza	Brasileira	Rua Líbero Badaró, 85/ Rua Conselheiro Nébias, 152	Secr.Agricultura	Arquiteto
7. Augusto Carlson	Sueca	Pça. da Sé – Palacete Santa Helena/Av. Brig. Luiz Antonio, 16	Secr.Agricultura	Arquiteto
8. Daniel Ottuzzi	Italiana	Rua 15 de Novembro, 3, 2º and./Rua Madre de Deus, 20	Secr.Agricultura	Arquiteto
9. Otto Nilson	Sueca	Pça. da Sé – Palacete Santa Helena/ Rua José Maria Lisboa, 1	Secr.Agricultura	Arquiteto
10. Antonio Ferreira de Azamabuja	Portuguesa	Rua Felipe Camarão, 33	Secr.Agricultura	Arquiteto
11. João Bradaschia	Austríaca	Rua Vergueiro, 479	Secr.Agricultura	Arquiteto
12. João Victor Longo	Brasileira	Rua Clelia, 21	Secr.Agricultura	Arquiteto
13. Raul dos Santos Oliveira	Brasileira	Rua Líbero Badaró, 85/ Rua Appeninos, 69	Secr.Agricultura	Arquiteto

13. Manoel Robilotta	Italiana	Rua Anna Nery, 12A	Secr.Agricultura	Arquiteto
14. Euzebio Belleza	Portuguesa	Rua dos Andradas, 59	Secr.Agricultura	Arquiteto
15. Angelo Nappi	Brasileira	Rua Sallette, 52	Secr.Agricultura	Construtor
16. Alfredo Alves Abral	-	Rua Raphael de Barros, 63	Secr.Agricultura	Arquiteto
17. Benedicto Bettoi	Brasileira	Av. Celso Garcia, 979	Secr.Agricultura	Arquiteto
18. Francisco Tosto	Italiana	Rua 13 de Maio, 198	Secr.Agricultura	Arquiteto
19. Francisco Martins Pompêo	Brasileira	Rua São Leopoldo, 158	Secr.Agricultura	Arquiteto
20. Caetano Piccardi	Italiana	Av. Lins de Vasconcellos, 51	Secr.Agricultura	Arquiteto
21. Augusto Pinazzoni	Italiana	Rua Apiahy, 80	Secr.Agricultura	Engenheiro, arquiteto e agrimensor
22. Luiz Rossi	Italiana	Rua Alfredo Pujol, 106	Secr.Agricultura	Arquiteto
23. Alvaro Veiga Coimbra	Brasileira	Rua Direita, 7/ Rua Vergueiro, 129	Secr.Agricultura	Construtor
24. Antonio Cavichioli	Italiana	Rua Tamandaré, 62	Secr.Agricultura	Construtor
25. Gino Pinotti	Italiana	Rua Líbero Badaró, 85/ Rua José Getúlio, 10	Secr.Agricultura	Construtor
26. Genaro Orsini	Italiana	Rua São Bento, 40, s.19	Secr.Agricultura	Arquiteto
27. João Fürtinger	n/c	Rua Álvares Penteado, 33	Secr.Agricultura	Arquiteto
28. Alvaro Carlos de Arruda Botelho	n/c	Rua São Bento, 40	Secr.Agricultura	Arquiteto
29. José Fenoy Bonilha	Espanhola	Rua São Bento, 12B/ Rua Gandavo, 52	Secr.Agricultura	Arquiteto
30. Miguel Lettieri Netto	Brasileira	Rua Condessa de São Joaquim, 50	Secr.Agricultura	Engenheiro-arquiteto
31. José Chiappori	Italiana	Rua José Bonifácio, 11, 2º and.	Secr.Agricultura	Arquiteto
32. Aldo Lanza	Italiana	Rua José Bonifácio, 11, 2º and.	Secr.Agricultura	Arquiteto
33. João Antonio dos Passos	Brasileira	Rua da Consolação, 120	Secr.Agricultura	Arquiteto
34. Arnaldo Maia Lello	Brasileira	Rua São Bento, 40, s.11	Secr.Agricultura	Arquiteto
35. Carlos Alexandre Oelsner	Alemã	Rua São Bento, 25/ Av. Brasil, 10	Secr.Agricultura	Engenheiro
36. Angelo Bitelli	Italiana	Rua Scuvero, 59A	Secr.Agricultura	Arquiteto
37. Walter Brune	Brasileira	Rua Líbero Badaró, 134, 2º and./ Rua Saphira, 10	Secr.Agricultura	Arquiteto
38. Mario Silvio Polacco	Italiana	Rua Líbero Badaró, 28/ Rua Castro Alves, 80	Secr.Agricultura	Arquiteto
39. Joaquim Miranda	Portuguesa	Rua Frei Caneca, 67	Secr.Agricultura	Arquiteto
40. Angelo Cristoforo	Italiana	Av. Rebouças, 45	Secr.Agricultura	Arquiteto
41. Augusto Marchesini	Italiana	Rua Benjamin Constant, 7A	Secr.Agricultura	Arquiteto

42. Florencio Prota	Brasileira	Rua São Bento, 14, s.14/ Rua Frei Caneca, 123 ^a	Secr.Agricultura	Arquiteto
43. Miguel Prota	Brasileira	Rua São Bento, 14/ Rua Frei Caneca, 123A	Secr.Agricultura	Construtor
44. José Rossi	Suíssa	Rua São Bento, 14/ Rua Paraíso, 119	Secr.Agricultura	Arquiteto
45. João Baptista Faria	Portuguesa	Rua Netto Araujo, 39A	Secr.Agricultura	Construtor
46. Carlos Ekman	sueca	Rua São Bento, 59, 3º and.	Secr.Agricultura	Arquiteto
47. Domingos del Papa	Italiana	Rua Justo Azambuja, 7	Secr.Agricultura	Arquiteto
48. Arthur Guilherme Krug	Norte Americana	Rua Direita, 7/ Rua Brasília Machado, 16	Secr.Agricultura	Engenheiro
49. Alberto Barsuglia	Brasileira	Rua da Penha, 84	Secr.Agricultura	Arquiteto
50. Victor Darienzo	Brasileira	Rua Xingú, 59	Secr.Agricultura	Arquiteto
51. Luiz Pedalini	Italiana	Rua Pedro Taques, 31	Secr.Agricultura	Arquiteto
52. José Malerbi	Italiana	Rua Conselheiro Brotero, 185	Secr.Agricultura	Arquiteto
53. Pedro Carboni	Italiana	Rua do Hipódromo, 2	Secr.Agricultura	Arquiteto
54. Affonso Desiderio	Italiana	Rua Iguatemi, 6	Secr.Agricultura	Arquiteto
55. Samuel. M. Roder	Russa	Lgo. Do Tesouro, 5	Secr.Agricultura	Arquiteto
56. Cirillo Bellettato	Italiana	Rua da Independencia, 63	Secr.Agricultura	Arquiteto
57. Fernando Corazza	Brasileira	Rua 12 de Outubro, 71A	Secr.Agricultura	Arquiteto
58. Francisco Penine	Italiana	Rua Bela Cintra, 186	Secr.Agricultura	Arquiteto
59. José Cevenini	Brasileira	Rua do Seminário, 3	Secr.Agricultura	Arquiteto
60. Luiz Bianco	Brasileira	Rua Conselheiro Furtado, 225	Secr.Agricultura	Arquiteto
61. Francisco di Pace	italiana	Rua Asdrubal do Nascimento, 62	Secr.Agricultura	Arquiteto
62. Adolpho Zoccola	Italiana	Rua Julio de Castilhos, 71	Secr.Agricultura	Arquiteto
63. Natale Felippi	Italiana	Rua Voluntarios da Patria, 216	Secr.Agricultura	Arquiteto
64. Francisco Regnani	Italiana	Rua do Tesouro, 3, 2º and.	Secr.Agricultura	Arquiteto
65. Humberto Badolato	Brasileira	Rua Maria José, 50	Secr.Agricultura	Arquiteto
66. José Vieira Pucci	Brasileira	Rua Líbero Badaró, 46, 2º and.	Secr.Agricultura	Arquiteto
67. Francisco Corazza	Brasileira	Rua Clemente Alvares, 23	Secr.Agricultura	Arquiteto
68. Antonio Rebello da Silva	Portuguesa	Rua Venancio Aires, 17	Secr.Agricultura	Arquiteto
69. Romulo Rossi	Brasileira	Rua Peixoto Gomide, 28	Secr.Agricultura	Arquiteto
70. Gregorio Colás	Brasileira	Rua do Canário, 16	Secr.Agricultura	Arquiteto
71. Del Cima Michele	Italiana	Av. Tiradentes, 31	Secr.Agricultura	Arquiteto
72. Ernesto Misso	Italiana	Rua Muller, 55	Secr.Agricultura	Arquiteto
73. Raul Simões	Brasileira	Rua Nicolau Barreto, 19	Secr.Agricultura	Arquiteto

74. Alexandre de Battisti	Italiana	Rua Vergueiro, 704	Secr.Agricultura	Arquiteto
75. Rogerio Vieira Tucci	Brasileira	Rua do Lavradio, 13	Secr.Agricultura	Arquiteto
76. André Margoni	Brasileira	Rua Boa Vista, 11, 1º and./ Rua Turiassu, 133	Secr.Agricultura	Arquiteto
77. Joaquim Martins Corrêa	Portuguesa	Rua José Maria Lisboa, 53	Secr.Agricultura	Arquiteto
78. Sisto Ranzini	Italiana	Rua Duílio, 19	Secr.Agricultura	Arquiteto
79. José Vicente Fernandes Martins	Espanhola	Av. Nazare, 14	Secr.Agricultura	Arquiteto
80. Domenico (?) Corazza	Italiana	Rua 12 de Outubro, 36	Secr.Agricultura	Arquiteto
81. João Serrato	Italiana	Rua Barata Ribeiro, 53	Secr.Agricultura	Arquiteto
82. Arthur Travaglini	Italiana	Rua Líbero Badaró, 35	Secr.Agricultura	Arquiteto
83. Alberto Tanganelli	Italiana	Rua Silva Jardim, 37	Secr.Agricultura	Arquiteto
84. Sante Bertolazzi	Italiana	Pça. Da Sé, 9, s.18/ Rua Bresser, 258	Secr.Agricultura	Arquiteto
85. Adelardo Soares Caiuby	Brasileira	Rua São Bento, 40	Secr.Agricultura	Arquiteto
86. Francisco Riggio	Brasileira	Rua Monteiro de Mello, 36	Secr.Agricultura	Arquiteto
87. Julio Zaveri	Italiana	Rua Conselheiro Brotero, 43	Secr.Agricultura	Arquiteto

Com raras exceções, e conforme o critério da “supremacia” da engenharia, a “licença de architecto” da Secretaria de Agricultura geralmente indica a condição de não-diplomado. Contudo, as presenças de alguns nomes apontam que um eventual diplomado numa universidade estrangeira poderia ter dificuldades de validação de seu diploma no Brasil, como parece ser o caso do sueco Carlos Eckman. Há também a conhecida prática de alguns dos registrados terem começado a cursar uma escola de arquitetura ou engenharia e terem abandonado antes da diplomação. Vale lembrar que tal prática era muito comum não só no Brasil, como atesta a trajetória de Frank Lloyd Wright nos EUA (Secrest, 1992). Mais uma vez reiteremos que a prática da construção civil em boa parte do mundo ocidental não passava pela lógica do diploma (Woods, 1999).

Ressaltamos ainda que a distinção do diploma não era a única forma de hierarquização entre os construtores. Entre os não-diplomados, garantir a licença da

Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas era uma forma de conseguir um certificado, uma espécie de “diploma” do Governo do Estado, por conseguinte uma autoridade legítima, sem ter de passar pelo incipiente e elitizado ensino superior. Com o certificado, a maioria dos listados acima iria garantir uma licença de arquiteto até mesmo no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura a partir de 1934. Casos de Alexandre de Battisti e Alberto Tanganelli, italianos; e também Francisco Corazza e João Antonio dos Passos, brasileiros. Francisco Corazza, por exemplo, era um conhecido arquiteto-construtor da região da Lapa e portador de um “diploma” de licenciado pela Secretaria da Agricultura em 1924, conforme atesta seu neto, também Francisco Corazza, ao nos permitir reproduzir o certificado do avô (ver **figura 92** na página **204**).

Vale lembrar que os licenciados acima estão entre os mais atuantes na cidade, alguns desde o início do século XX, casos de Antonio Cavichioli e Sante Bertolazzi, conhecidos mestres italianos. O poder simbólico do prestígio do construtor italiano durou mais tempo do que comumente se considera. Numa lista de **87** construtores, os italianos somam **35** nomes. Os descendentes ou naturalizados brasileiros, com sobrenomes de origem italiana, somam outros **22** nomes. Vale dizer, a origem italiana representa **65%** dos construtores listados.

A continuidade da presença de portugueses e alemães é patente. Soma-se a estes, espanhóis, austríacos, suecos, suíços, norte americanos e até mesmo um russo, caso de Samuel Markowitz Roder, judeu ucraniano de Kiev, que àquela altura fazia parte do Império Soviético. Roder fez parte do grupo modernista do IAB-SP. Quanto aos escritórios técnicos, há um equilíbrio entre endereços centrais e endereços de bairros, uma vez que muitos eram bem situados e atuavam desde o final do século XIX ou início do XX.

Na **Tabela 5** apresentamos os construtores que comprovaram a competência com experiência pregressa, contratos, alvarás de licença de obras efetuadas, recomendações de outras repartições, de clientes e, como vimos, de diplomados.

Tabela 5. Construtores com prova de competência por experiência

Nome	Nacionalidade	Endereço	Competência	Termo
1. João Olivieri	Italiana	Rua São Pedro, 43	Contratos de trabalho	Construtor
2. Antonio Marques Simões	Brasileira	Av. Brig. Luiz Antonio, 232	Certificado Dir. de Obras	Construtor
3. Antonio Domingues de Azevedo	n/c	Rua Parahyba, 38	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
4. Oreste Biolcati	Italiana	Rua Cajurú, 118	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
5. Marco Migliacci	Italiana	Rua da Consolação, 550	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
6. Agostinho Morone	Italiana	Rua João Pereira, 71	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
7. Costabile Amato	Italiana	Rua Humberto I, 87	Contratos de trabalho	Construtor
8. Manoel Rocha	Portuguesa	Rua do Gazometro, 203	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
9. Gustavo Mazzola	Brasileira	Rua Yolanda, 6	Declarações de competência diversas	Construtor
10. José Minozzi	Italiana	Rua Fortes Junior, 77	Contratos de trabalho	Construtor
11. Antonio D. Santos	Portuguesa	Rua Mato Grosso, 26	Declaração de competência	Construtor
12. João Frittoli	Italiana	Rua Behring,	Declaração de competência	Construtor
13. Luiz Ferreira da Rocha	Brasileira	Rua Prates, 95	Declarações de competência diversas	Construtor
14. Domingos Correia	Portuguesa	Rua 21 de Abril, 411	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
15. João Grabenweger	Austríaca	Rua Herminio Lemos	Declarações de competência diversas	Arquiteto
16. Luiz Lo Sardo	Brasileira	Av. Lins de Vasconcelos, 185	Contratos de trabalho	Construtor
17. (Antonio Ferreira de) Almeida & Filho	n/c	Rua Juvenal Parada, 18	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor

18. Augusto Costa	Italiana	Rua Lino Coutinho, 35	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
19. Antonio Puertas Truevas	Espanhola	Rua Andre Lamas, 35	Declaração de competência	Construtor
20. José & Antonio Fugulin Junior	Italianas	Rua Manoel Dutra, 9	Certificado Dir. de Obras	Construtor
21. João Murari	Brasileira	Rua Conselheiro Furtado, 101	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
22. Ignacio Ferrara	Italiana	Rua Joaquim Piza, 16	Exercício da profissão há mais de 5 anos	Construtor
23. José Pierri	Brasileira	Rua Mamore, 53	Declaração de competência	Construtor
24. Curcio Giovannini	Italiana	Rua Herval, 9	Declaração de competência	Construtor
25. José Antonio Quinta	Portuguesa	Rua do Gazometro, 211	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
26. Olindo Bonomo	Italiano	Rua dos Trilhos, 202	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
27. Arthur Farinelli	Italiano	Rua Bresser, 420	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
28. José Rabello da Silva	Portuguesa	Rua Venancio Aires, 11	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Arquiteto
29. Armino Luanello	Brasileira	Rua Antonio Raposo, 40	Declaração de competência	Construtor
30. Pedro Cardoso	Portuguesa	Rua Alfredo Pujol, 258	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
31. Francisco de Oliveira e Silva	Brasileira	Rua da Consolação, 8	Declarações de competência diversas	Construtor
32. Cezare Giambartolomeu & Americo Del Carlo	Italiana	Rua Catão, 165	Declaração de competência	Construtor
33. Adolpho Valori	Brasileira	Rua dos Alpes, 5	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
34. Leonardo Testoni	Italiana	Rua dos Coqueiros, 42	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
35. Paschoal Buono	Italiana	Rua Guaiarina, 11	Declaração de competência	Construtor
36. Marco Pasqual	Italiana	Lgo. do Tesouro, 5, s.39	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
37. João Rodrigues Tadei	Brasileira	Rua Jorge Dransfield	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
38. Biaaggio Catto	Italiana	Rua Antonio de Barros, 116	Declaração de competência	Construtor
39. Armando Righi	Brasileira	Av. Cantareira, 170	Projetos aprovados e realizados	Construtor

40. Manoel Oliveira Rocha	Portuguesa	Lgo. do Arouche, 29	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
41. Francisco Antonio Giorgi	Brasileira	Rua Jaraguá, 31A	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
42. Manoel Monteiro Praça	Brasileira	Rua Brigadeiro Galvão, 162	Contrato de trabalho realizado	Construtor
43. Miguel Poli	Brasileira	Freguesia do Ó	Declarações de competência diversas	Construtor
44. Carlos Guiraldelli	Italiana	Av. Jacira, 1	Licença Secr. Municipal de Pederneiras	Construtor
45. Julio Rodrigues	Brasileira	Pça. da Sé, 34	Contratos de trabalhos realizados	Construtor
46. Cipriano Terracuzo	Italiana	Al. Rocha Azevedo, 51	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
47. José Tannone	Italiana	Rua da Consolação, 280	Contrato de trabalho realizado	Construtor
48. José Lippi	Brasileira	Rua Jandira, 22	Contrato de trabalho realizado	Construtor
49. Manoel da Encarnação Affonso	Portuguesa	Rua Itapiricaba, 75	Projeto aprovado e realizado	Construtor
50. João Ferreira	Portuguesa	Rua Ubaldino do Amaral, 3	Contrato de trabalho realizado	Construtor
51. Paschoal Buono	n/c	Rua Guyanna, 11	Contrato de trabalho realizado	Construtor
52. Henrique Marazzi	Italiana	Rua Albuquerque Lins, 16	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
53. Temistocle Marazzi	Italiana	n/c	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
54. Pedro Fuentes	Argentina	Rua Vinconde de Parnaíba, 167	Contrato de trabalho realizado	Construtor
55. Evaristo Bucchi	Italiana	Rua Frei Germano, 24	Contrato de trabalho realizado	Construtor
56. Victorio Avancini	Brasileira	Rua Washington Luiz, 12	Declaração de competência	Construtor
57. Paolo Lembo	Italiana	Av. Rebouças, 159	Exercício da profissão há mais de 3 anos	Construtor
58. Joaquim Pereira Lopes	Portuguesa	Rua São Leopoldo, 103	Contrato de trabalho realizado	Construtor
59. Antonio Venditto	Brasileira	Rua Arthur Motta, 204	Contrato de trabalho realizado	Construtor
60. Nicola Cicalise	Italiana	Rua Coronel Alves, Poá	Projeto aprovado e realizado	Construtor
61. Francisco Calió	Italiana	Rua Barão de Jaguará, 63	Contrato de trabalho realizado	Construtor
62. João Strapetti	Italiana	Rua Camaragibe, 55	Projeto aprovado e realizado	Construtor
63. Emilio Simonetti	Italiana	Rua Netto de Araujo, 21	Projeto aprovado e realizado	Construtor
64. Romano Giordano	Brasileira	Rua Domingos de Moraes, 80	Contrato de trabalho realizado	Construtor

65. Raphael Monteforte	Brasileira	Rua Antonio Carlos, 97	Projeto aprovado e realizado	Arquiteto
66. José F. Romano	Italiana	Rua Faustolo, 125	Projeto aprovado e realizado	Construtor
67. Antonio Alberto de Castro	Portuguesa	Rua Parahyba, 4	Contrato de trabalho realizado	Construtor
68. Stefano Composto	Italiana	Rua Raul Pompeia, 54	Apresentação de três testemunhas	Construtor
69. De Luca Florio	Italiana	Rua João Boemer, 42	Contrato de trabalho realizado	Construtor
70. Candido Cortez	Portuguesa	Rua João Ramalho, 59	Contrato de trabalho realizado	Construtor
71. Antonio Janussi	Italiana	Rua da Consolação, 445	Contrato de trabalho realizado	Construtor
72. Agide Gorgatti	Italiana	Rua Cubatão, 10	Contrato de trabalho realizado	Construtor
73. Antonio Sorrentino	Italiana	Rua Ciryno (?) Abreu, 7	Contratos de trabalhos realizados	Construtor
74. Angelo Fermi	Italiana	Rua Cesario Alvim, 16	Contrato de trabalho realizado	Construtor
75. Giovanni Battista Salimberri	Italiana	Rua Padre João, 33	Contrato de trabalho realizado	Construtor
76. Hermann Steffen	Alemã	Rua Marselhesa, 52B	Contrato de trabalho realizado	Construtor
77. Caetano Reina	Italiana	Rua Pedroso de Moraes, 59	Projeto aprovado e realizado	Construtor
78. Manoel A.dos Santos Nunes	n/c	n/c	Contrato de trabalho realizado	Construtor
79. Silvestre Antonio Granato	Brasileira	Rua Antonio do Valle, 6	Contrato de trabalho realizado	Construtor
80. Guido Puccinelli	Brasileira	Rua Humberto I, 58	Contrato de trabalho realizado	Construtor
81. Antonio Depieri	Brasileira	Rua Tito, 9	Contratos de trabalhos realizados	Construtor
82. Giacomo Lanfranchi	Brasileira (naturalizado)	Rua Conselheiro Carrão, 117	Contrato de trabalho realizado	Construtor
83. João Mischi	n/c	Rua Direita, 7	Contratos de trabalhos realizados	Construtor
84. Julio Albieri	Brasileira	Rua do Limão, 14, Casa Verde	Projeto aprovado e realizado	Construtor
85. Antonio Ferreira	Portuguesa	Rua Chavantes, 129	Contrato de trabalho realizado	Construtor
86. Raphael Lopasso & Filhos	Brasileira	Rua Augusta, 362	Certificado Pref. Mun. de Mococa	Construtor
87. José Perez	Espanhola	Rua Coronel Maranhão, 11 A	Contrato de trabalho realizado	Construtor
88. Frederico Fausto	Brasileira	Rua Conselheiro Rodrigues Alves, 86	Projeto aprovado e realizado	Construtor
89. Antonio Maria Desiderio	Portuguesa	Rua Gustavo Godoy, 3, Penha	Contrato de trabalho realizado	Construtor
90. De Marco Paris & Rottardelli	Italiana	Rua do Tesouro, 5, s.39	Contrato de trabalho realizado	Construtor
91. Adriano Manzini	Italiana	Rua Dransfield, 5	Projeto aprovado e realizado	Construtor
92. Celso Malta	Brasileira	Rua Aracaju, 3	Projeto aprovado e realizado	Construtor
93. Vicente Lamana	Italiana	Rua da Mooca, 403	Projeto aprovado e realizado	Construtor

94. Pedro Sanchez	Espanhol	Rua Brigadeiro Jordão, 94	Contrato de trabalho realizado	Construtor
95. Ulysses Moretti	Italiana	Rua Independencia, 69	Contrato de trabalho realizado	Construtor
96. Dante Maziero	Italiana	Rua Mazzini, 29	Contrato de trabalho realizado	Construtor
97. Francisco Gola	Italiana	Rua Salete, 50	Projeto aprovado e realizado	Construtor
98. João Stopiglia	Italiana	Joaquim Piza, 25	Projetos aprovados e realizados	Construtor
99. José Galvani	Italiana	Rua da Penha, 146B/ Rua Rodovalho Junior, 175	Projeto aprovado e realizado	Construtor
100. Luiz Paglino	Brasileira	Rua Henrique Dias, 40	Contrato de trabalho realizado	Construtor
101. Humberto Toledo	Brasileira	Al. Olga, 36	Contrato de trabalho realizado	Construtor
102. Paschoal B. Purchio	Italiana	Rua Corrêa de Mello, 30	Exercício da profissão há mais de 8 anos	Construtor
103. Antonio Ambrozio	Italiana	Rua Boa Vista, 18/ Lgo. Cons. Moreira de Barros, 7	Certificado pag. Imposto de Ind.e Profissões	Construtor
104. José Victorio Viadana	Brasileira	Rua Moxey, 20	Contrato de trabalho realizado	Construtor
105. José Lopomo	Italiana	Rua Cayowa, 108	Projeto aprovado e realizado	Construtor
106. Francisco Rozzi	Italiana	Lgo. da Concordia, 15	Projeto aprovado e realizado	Construtor
107. Pedro Amadesi	Italiana	Rua Veneza, 27, Jardim Paulista	Contrato de trabalho realizado	Construtor
108. Alberto Domingues de Azevedo	Portuguesa	Rua Paraiba, 8 A	Projeto aprovado e realizado	Construtor
109. Jacob Corazza	Brasileira	Rua 12 de Outubro, 71 A	Contrato de trabalho realizado	Construtor
110. Florindo Alvares	Espanhola	Rua Conde de Porto Alegre, 26	Contrato de trabalho realizado	Construtor
111. João Carrati	Italiana	Rua Villela, 10	Contrato de trabalho realizado	Construtor

Entre os licenciados pela Secretaria da Agricultura como arquitetos **(87)** e os diplomados por escolas de ensino superior **(48)**, os construtores acima relacionados configuram maioria, com **111** registrados. São os mesmos enquadrados pelo art. 3º, alínea C da lei municipal 2.986 de 1926. Vale dizer, nem tinham diploma e nem tinham a habilitação de arquiteto da Secretaria de Agricultura. Comprovaram a competência com apresentação de contrato de trabalho, com tempo de exercício da profissão e com declarações de competência.

Nesse sentido, o triunfo do diploma estava longe de ser uma realidade consolidada. Pelo contrário, o quadro profissional da década de 1920 parecia ser a inexorável continuidade de uma condição secular. Lembremos do anúncio do “escravo pedreiro”, no **Capítulo 1**, do último quartel do século XIX, que também apresentava provas de competência para ser aceito e poder atuar. Quanto aos escritórios do grupo das provas literais de competência, são em geral no próprio endereço residencial, ou seja, nos bairros onde residiam. Certamente um passo atrás dos imigrantes do final do século XIX já consolidados e os nacionais mais bem situados. Isso porque o grupo da prova de competência literal é composto por uma maioria acachapante de estrangeiros, e mais uma vez com predominância italiana.

Por último, na **tabela 6**, apresentamos os construtores diplomados por escolas estrangeiras e nacionais.

Tabela 6. Construtores com a prova de competência do diploma

Nome	Nacionalidade	Endereço	Competência	Termo
1. João Klasing	Austríaca	Rua Maria Paula, 28	Imperial e Real Escola Politécnica Superior em Graz	Engenharia Civil
2. Presgrave & Mello (Miguel Frederico Presgrave e Rubens de Mello)	Brasileira	Pça. da Sé, 34, s.307/ Hadock Lobo, 91	Escola Politécnica do Rio de Janeiro	Engenheiro Civil
3. Fritz Richter	Alemã	Lgo.do Palácio, 7, s.9/ Rua Vergueiro, 137	Escola Ducal Technica Superior de Brusvico	Engenheiro
4. Arthur Rangel Christoffel	Brasileira	Rua José Bonifácio, 12	Faculdade de Engenharia do Paraná	Engenheiro
5. Julio Ferraz Braga	Brasileira	Rua da Quitanda, 2A	Mackenzie College	Engenheiro Civil
6. Cia. Iniciadora Predial (Luiz Ignacio Romeiro de Anhaia)	n/c	Rua Boa Vista, 18	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro Arquiteto
7. F. P. Ramos de Azevedo & Cia. (Ramos de Azevedo)	Brasileira	Rua Boa Vista, 18, 6º and.	Escola Especial de Engenharia Civil e Artes (Faculdade Gand, Bélgica)	Engenheiro Arquiteto

8. Monteiro, Heirsfurter & Rabinovitch (Eduardo Marco Monteiro)	n/c	Rua José Bonifácio, 30	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro Civil
9. José de Vargas Cavalheiro	Brasileira	Rua do Carmo, 39/ Rua Gal. Jardim, 116	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro Civil
10. Americo Salfati	Brasileira	Rua 11 de Agosto, 40, s.5	Real Instituto de Bellas Artes de Lucca	Engenheiro-arquiteto
11. Albuquerque & Longo (Alexandre Albuquerque)	Brasileiras	Pça. da Sé, 22	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro Civil
12. Albuquerque & Longo (Nicolau Henrique Longo)	Brasileiras	Pça. da Sé, 22	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro Civil
13. J.M. Malheiro & Cia. (José de Mello)	Brasileiras	Rua João Brícola, 12, 2º and.	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro Civil
14. Henrique Julia Ruffin	Brasileira	Rua Líbero Badaró, 46	Mackenzie College	Engenharia Civil
15. Mario Buchignani	Brasileira	Rua 11 de Agosto, 40A	Real Instituto de Bellas Artes de Lucca	Arquiteto
16. João Alves da Cunha	Brasileira	Rua Pimenta Bueno, 48	Universidade do Estado de Nova York, Mackenzie College	Engenheiro Civil
18. José Diez	Brasileira	Rua São Bento, 70/ Rua São João Baptista, 5	Escola Técnica Superior Fridericiana, Karlsinke, Alemanha	Engenheiro
19. Amleto Nipote	Italiana	Pça. da Sé, 3, 5º and./ Rua Amaral Gama, 36	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro Civil
20. Soc. Constructora e de Immoveis (Alvaro da Costa Vidigal)	n/c	Rua do Theatro, 22	Mackenzie College	Engenheiro Civil
21. Roberto Zimmerman	Brasileira	Rua Peixot Gomide, 119	Escola Politécnica de Mittweida, Saxonia/ Universidade de Berlim	Engenheiro e Construtor de Máquinas
22. Adhemar Queiroz de Moraes	Brasileira	Rua Quintino Bocaiuva, 29, 5º and.	Mackenzie College	Engenheiro Civil
23. Guido Noschese	Brasileira	Rua 15 de Novembro, 29	Mackenzie College	Engenheiro Civil
24. Felix Hegg	Suíssa	Rua Conselheiro Rodrigues Alves, 18	Escola Politécnica Federal Suíssa	Engenheiro
25. Oscar de Paula Bernardes	Brasileira	Rua São Bento, 40/ Rua Appa, 8	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro Civil
26. George Kemnitz	Alemã	Rua Líbero Badaró, 46	Escola Técnica de Berlim, Alemanha	Engenheiro-arquiteto

27. Durval C.A. Ribeiro	Brasileira	Rua São Bento, 21	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro Civil
28. Luiz Espinheira Alfredo Becker	Brasileira	Trav. do Comércio, 9	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro Civil
29. (Paulo Pereira Coelho de) Souza & (Leonida Mendes de) Castro	Brasileiras	Rua São Bento, 40, s.14	Escola Politécnica do Rio de Janeiro/ Faculdade de Engenharia do Paraná	Engenheiro Civil
30. Jones Paul Urner	Brasileira	Rua Barão de Itapetininga, 37 A/ Al. Lorena, 53B	Universidade de Cornell, Ithaca, Estados Unidos	Engenheiro Civil
31. Sylvio Frediani	Brasileira	Rua Voluntários da Pátria, 234	Real Academia Albertina de Belas Artes de Turim	Professor de desenho arquitetônico
32. Paulo Prado Von Atzingen	Brasileira	Rua São Bento, 33, 2º and./ Rua Mario Amaral	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro Civil
33. Monteiro & Aranha	Brasileiras	Rua Líbero Badaró, 128, 2º and./ Pque. Anhangabaú, 18, 3º and.	Certificado pag. Imposto de Ind.e Profissões	Engenheiro Construtor
34. Elias Machado de Almeida	Brasileira	Trav. do Comércio, 2	Univ. do Estado de Nova York, Mackenzie College	Engenheiro Civil
35. Francisco de Salles Vicente de Azevedo	Brasileira	Rua Líbero Badaró, 18, 2º and./ Rua Duque de Caxias, 34	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro Civil
36. Angelo Di Vernieri	Brasileira	Rua João Antonio de Oliveira, 80	Real Instituto Técnico Superior de Milão	Engenheiro Civil
37. Henrique Doria de Vasconcellos	Brasileira	Pça. da Sé, 14, s.9-10/ Rua Formosa, 18	Esc. Livre de Engenharia de Pernambuco	Engenheiro Civil
38. Ranulpho da Motta Pinheiro Lima	Brasileira	Rua Líbero Badaró, 8, 1º and.	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro Civil
39. Cia. Constructora São Paulo (Nelson de Rezende)	Brasileira	Rua Boa Vista, 5, 5º and.	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro Civil
40. Luiz Alvaro da Silva	Brasileira	Rua Benjamin Constant, 1/ Al.das Crisandalias, s/n.	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro-arquiteto
41. Guilherme Seraphico de Assis Carvalho	Brasileira	Pça. da Sé, 3, s.5	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro Civil
42. Oscar Machado de Almeida	Brasileira	Rua Aracaju, 7	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro Civil
43. Betzalel Rabinovitch	Brasileira	Rua José Bonifácio, 90	Universidade de Lausanne	Engenheiro-construtor

44. Floriano de Freitas	Brasileira	Rua Voluntários da Pátria, 5 A	Escola de Engenharia Mackenzie College	Engenheiro Civil
45. J.O. Nebias	n/c	n/c	Diretoria de Obras	Engenheiro chefe
46. Renato Aguiar	Brasileira	Rua Benjamin Constant, 7 A	Escola de Engenharia Mackenzie College	Engenheiro-arquiteto
47. Odil Campos de Sais	Brasileira	Rua Líbero Badaró, 153, 3º and.	Escola de Engenharia Mackenzie College	Engenheiro Civil
48. Francisco Salles Malta Junior	Brasileira	Pça. do Patriarca, 12, 6º and.	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro Civil

Não só configuram, nesse momento e por essa amostra, minoria em relação aos demais (48), como são, geralmente, brasileiros formados pela Escola Politécnica de São Paulo e pela Escola de Engenharia do Mackenzie College, com escritórios estabelecidos em endereços de negócios e comércio tradicionais como São Bento, Boa Vista, Líbero Badaró e Praça da Sé. Entre os politécnicos mais conhecidos, Alexandre de Albuquerque e Anhaia Mello. Além do já consagrado Ramos de Azevedo e seu escritório técnico. Alguns diplomados também representam outras escolas brasileiras, como a Escola Livre de Engenharia de Pernambuco, Faculdade de Engenharia do Paraná e Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Entre as escolas estrangeiras, a Imperial e Real Escola Politécnica Superior em Graz da Áustria; Escola Ducal Technica Superior de Brusvico, na Alemanha; Escola Especial de Engenharia Civil e Artes, Faculdade Gand, Bélgica (onde estudou Ramos de Azevedo); Real Instituto de Bellas Artes de Lucca, Itália; Universidade do Estado de Nova York, EUA; Escola Técnica Superior Fridericiana, Karlsinke, Alemanha; Escola Politécnica de Mittweida, Saxonia/Universidade de Berlim, Alemanha; Escola Politécnica Federal Suíssa; Universidade de Cornell, Ithaca, EUA; Real Academia Albertina de Belas Artes de Turim, Itália.

Considerando todas as provas de competência e o total de **246** registrados no município da Capital no biênio 1925-26, **198** profissionais apresentaram provas que não passavam pela ordem do diploma. Representam, por conseguinte, assombrosos **80%** dos construtores “legalizados” da cidade de São Paulo. Não é de se estranhar, portanto, que o ímpeto da campanha corporativista tenha investido tanto no discurso da autoridade legítima e na paulatina desqualificação moral dos não-diplomados. Contudo, na década de 1920 ainda eram maioria e estavam atuando, a exemplo de Joaquim Cavaleiro, em todos as regiões da cidade.

2.2. Os Corazza e a Lapa

Tal é a condição dos Corazza na região da Lapa. Para a maioria dos moradores, trabalhadores e frequentadores do bairro, outrora um tradicional reduto de italianos, os nomes Francisco Corazza e Pedro Corazza são respectivamente apenas a rua e a praça pela qual passam sempre com pressa em direção a uma saída rápida até a Marginal do rio Tietê. Não imaginam que os Corazza se confundem com a própria produção arquitetônica do bairro desde a primeira década do século XX.

Naturais da cidade de Rio Claro, os irmãos Corazza - Otávio, Francisco, Jacob e Fernando - eram filhos de Luigi Corazza, imigrante italiano da Toscana e “amante da arquitetura”. Uma vez em São Paulo, os irmãos se dedicam à construção civil. Otávio enveredou pelo ramo das casas de materiais de construção, deixando um legado de longa data na área de ferragens. Os demais, principalmente Francisco Corazza, se dedicaram a projetar e construir na própria região da Lapa e arredores. Habilitado pela Secretaria de Agricultura com a licença de arquiteto, Francisco recebeu da mesma um “certificado-diploma” comprovando sua devida “competência”.

Figura 92. Certificado de “licença para o exercício para a profissão de architecto” para Francisco Corazza expedido pela Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas em 5 de dezembro de 1925. **Fonte:** Família Francisco Corazza.

Segundo as memórias de seu neto, também Francisco, construiu a segunda torre da Igreja Matriz da Lapa. Avarento, obrigava seu filho, Pedro Corazza, a usar do excuso expediente de pegar escondido as chaves da “burra” (o cofre) e “confiscar” um dinheiro para dar à mãe, “refém” do avaro marido. Francisco, além de empreiteiro, foi também uma espécie de “delegado” no bairro, operando – segundo o depoimento do neto – como um tipo de “carcamano” rodeado de “amigos”, mediando conflitos e sempre posando para fotos montado em seu cavalo.

Pai de cinco filhos, dentre eles Pedro Corazza, Francisco quis casar uma de suas filhas, Isautina. Porém exigiu que fosse um legítimo italiano o pretendente. Para tanto, mandou buscar na região da Toscana (Lucca) um amigo de longa data, Eurico Banchieri, que acabou se tornando o amigo mais velho de Francisco Neto, filho de Pedro Corazza.

Com os generosos lucros como construtor, Francisco pôde pagar a formação universitária de Pedro Corazza, que se tornou engenheiro civil diplomado pelo Mackenzie em 1939. Pedro continuou a tradição familiar e o escritório do pai na própria Lapa, tendo fundado a “Labor Engenharia”. Francisco Corazza, o neto, seguiu na mesma tradição e se tornou empresário do ramo com a construtora “F. Corazza”, responsável por diversos edifícios de apartamento na região de perdizes desde a década de 1980.

Abaixo seguem os registros municipais de década de 1930 de Francisco Corazza e Jacob Corazza, além dos mapas espacializando as obras de Francisco Corazza entre 1906 e 1915.

PREFEITURA MUNICIPAL DE S. PAULO

DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO — 5.ª SECÇÃO

Registro No. 5.0571

NOME Francisco Corazza Escritório r. Clemente Alvares 113
 Nacionalidade Brasileira Residência Assinatura Francisco Corazza

Em cumprimento do despacho exarado em 4 de Janeiro de 1935 no processo No. 76392 de 1934, pelo Sr. Diretor de Obras e Viação, faço ao lado a averbação da carteira profissional outorgada pelo Conselho Regional de Engenharia e Architectura, da 6.ª Região, em 22 de Outubro de 1934, de acordo com o Decreto Federal No. 23.569 de 14 de Dezembro de 1933, a Francisco Corazza.

5.ª Secção da Diretoria de Obras e Viação, em 4 de Janeiro de 1935
 O escriturário Delagio Fontes
 VISTO

Chefe da Secção

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARCHITETURA

CARTEIRA PROFISSIONAL

Carteira No. 145 6.ª REGIÃO S. Paulo, 22 de Out. de 1934
 Registro no CREA No. 156
 Nome Francisco Corazza A. Couto de Barros
 Nacionalidade Brasileira Presidente do Conselho Regional
 Naturalidade Rio Claro - São Paulo Assinatura do Profissional Francisco Corazza
 Nascido a 27 de Fev. de 1888
 Repartição em que se licenciou Sec. Agricultura
 em 3 de 12 de 1925
 Estado São Paulo
 Título de habilitação Lic. de Architecto no 104

De acordo com o art. 15 do Decreto N.º 23.569 a presente serve de carteira de identificação, substitue o diploma e tem fé publica.

NÃO É VÁLIDO O RETRATO SEM O CARIMBO DO CONSELHO E A ASSINATURA DO PRESIDENTE

POLGEGAR DIREITO

Anotações

Vide verso

ANOTAÇÕES SOBRE MULTAS		PAGAMENTO DE IMPOSTOS (Indústrias e Profissões)	
		Exibio os recibos referentes aos exercicios de:	
1934	1.º Semestre em <u>1</u> de <u>3</u> de 19 <u>34</u>	Recibo n.º <u>903</u>	Talão <u>24</u> a)
	2.º Semestre em <u>1</u> de <u>1</u> de 19 <u>34</u>	Recibo n.º <u>"</u>	Talão <u>"</u> a)
1935	1.º Semestre em <u>6</u> de <u>2</u> de 19 <u>35</u>	Recibo n.º <u>1841</u>	Talão <u>-</u> a)
	2.º Semestre em <u>21</u> de <u>10</u> de 19 <u>35</u>	Recibo n.º <u>1544</u>	Talão <u>2541/00</u> a)
1936	1.º Semestre em <u>9</u> de <u>6</u> de 19 <u>36</u>	Recibo n.º <u>1293</u>	Talão <u>2541/00</u> a)
	2.º Semestre em <u>8</u> de <u>9</u> de 19 <u>36</u>	Recibo n.º <u>285</u>	Talão <u>1541/00</u> a)
1937	1.º Semestre em <u>/</u> de <u>/</u> de 19 <u>37</u>	Recibo n.º <u>"</u>	Talão <u>"</u> a)
	2.º Semestre em <u>/</u> de <u>/</u> de 19 <u>37</u>	Recibo n.º <u>"</u>	Talão <u>"</u> a)
1938	1.º Semestre em <u>/</u> de <u>/</u> de 19 <u>38</u>	Recibo n.º <u>"</u>	Talão <u>"</u> a)
	2.º Semestre em <u>/</u> de <u>/</u> de 19 <u>38</u>	Recibo n.º <u>"</u>	Talão <u>"</u> a)
1939	1.º Semestre em <u>/</u> de <u>/</u> de 19 <u>39</u>	Recibo n.º <u>"</u>	Talão <u>"</u> a)
	2.º Semestre em <u>/</u> de <u>/</u> de 19 <u>39</u>	Recibo n.º <u>"</u>	Talão <u>"</u> a)
1940	1.º Semestre em <u>/</u> de <u>/</u> de 19 <u>40</u>	Recibo n.º <u>"</u>	Talão <u>"</u> a)
	2.º Semestre em <u>/</u> de <u>/</u> de 19 <u>40</u>	Recibo n.º <u>"</u>	Talão <u>"</u> a)

Figura 93. Registro da averbação municipal da Carteira Profissional do CREA-SP de Francisco Corazza com o título de Habilitação "Licença de Architecto". 4 de janeiro de 1935.

93

PREFEITURA MUNICIPAL DE S. PAULO

DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO — 5.ª SEÇÃO

Registro No. _____

NOME Jacob Corazza Escritório Barão Jundiahy 379 - Tel. 5-0239
 Nacionalidade Brasileira Assinatura Jacob Corazza

Em cumprimento do despacho exarado em 3 de Janeiro de 1935 no processo No. 76277 de 1934, pelo Sr. Diretor de Obras e Viação, faço ao lado a averbação da carteira profissional outorgada pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, da 6.ª Região, em 10 de Dezembro de 1934, de acordo com o Decreto Federal No. 23.569 de 14 de Dezembro de 1933, a Jacob Corazza

5.ª Seção da Diretoria de Obras e Viação, em 3 de Janeiro de 1935
 O escrivão Delagio Fontes
 VISTO

Chefe da Seção

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

CARTEIRA PROFISSIONAL

Carteira No. 469 6.ª REGIÃO S. Paulo, 10 de Dez de 1934
 Registro no CREA No. 704
 Nome Jacob Corazza A. Couto de Barros
 Presidente do Conselho Regional

Nacionalidade Brasileira Assinatura do Profissional Jacob Corazza
 Naturalidade Rio Claro - Paulo
 Nascido a 28 de Janeiro de 1897

Repatrição em que se licenciou Prefeitura S. Paulo (Cap)
 em 17 de 2 de 1927
 Estado São Paulo
 Título de habilitação Lic. Const. p.º o município Capital

De acordo com o art. 15 do Decreto N.º 23.569 a presente servirá de carteira de identificação, substitui o diploma e tem fe pública.

NÃO É VÁLIDO O RETRATO SEM O CARIMBO DO CONSELHO E A ASSINATURA DO PRESIDENTE

PULGECAR DIREITO

Vide verso

Anotações

ANOTAÇÕES SOBRE MULTAS	PAGAMENTO DE IMPOSTOS (Indústrias e Profissões)
Exibio os recibos referentes aos exercícios de:	
1934	1.º Semestre em <u>17</u> de <u>2</u> de 19 <u>34</u> Recibo n.º <u>809</u> Talão <u>37</u> a) <u>37</u>
	2.º Semestre em <u>"</u> de <u>"</u> de 19 <u>"</u> Recibo n.º <u>"</u> Talão <u>"</u> a) <u>"</u>
1935	1.º Semestre em <u>24</u> de <u>1</u> de 19 <u>35</u> Recibo n.º <u>1855</u> Talão <u>-</u> a) <u>-</u>
	2.º Semestre em <u>24</u> de <u>1</u> de 19 <u>35</u> Recibo n.º <u>1855</u> Talão <u>-</u> a) <u>-</u>
1936	1.º Semestre em <u>27</u> de <u>6</u> de 19 <u>36</u> Recibo n.º <u>27</u> Talão <u>18804</u> a) <u>18804</u>
	2.º Semestre em <u>1</u> de <u>7</u> de 19 <u>36</u> Recibo n.º <u>332</u> Talão <u>154130</u> a) <u>154130</u>
1937	1.º Semestre em <u>"</u> de <u>"</u> de 19 <u>"</u> Recibo n.º <u>"</u> Talão <u>"</u> a) <u>"</u>
	2.º Semestre em <u>"</u> de <u>"</u> de 19 <u>"</u> Recibo n.º <u>"</u> Talão <u>"</u> a) <u>"</u>
1938	1.º Semestre em <u>"</u> de <u>"</u> de 19 <u>"</u> Recibo n.º <u>"</u> Talão <u>"</u> a) <u>"</u>
	2.º Semestre em <u>"</u> de <u>"</u> de 19 <u>"</u> Recibo n.º <u>"</u> Talão <u>"</u> a) <u>"</u>
1939	1.º Semestre em <u>"</u> de <u>"</u> de 19 <u>"</u> Recibo n.º <u>"</u> Talão <u>"</u> a) <u>"</u>
	2.º Semestre em <u>"</u> de <u>"</u> de 19 <u>"</u> Recibo n.º <u>"</u> Talão <u>"</u> a) <u>"</u>
1940	1.º Semestre em <u>"</u> de <u>"</u> de 19 <u>"</u> Recibo n.º <u>"</u> Talão <u>"</u> a) <u>"</u>
	2.º Semestre em <u>"</u> de <u>"</u> de 19 <u>"</u> Recibo n.º <u>"</u> Talão <u>"</u> a) <u>"</u>

Figura 94. Registro da averbação municipal da Carteira Profissional do CREA-SP de Jacob Corazza com o título de Habilitação "Licença de constructor para o município da Capital. 3 de janeiro de 1935.

MAPA 4

Obras de Francisco CORAZZA entre 1906-1915

Fonte para espacialização:
Série Obras Particulares, AHMWL.

Legenda

Relação Construtor/proprietário

- ★ Francisco Corazza (5)
- Martinelli e Corazza (1)

* A quantidade de obras representada na legenda corresponde ao campo de visão do mapa. Total de obras na base: 6

Estrutura urbana		Perímetros
Bairros		Central
Hidrografia		Urbano
Arreamento		Suburbano

Concepção: Leandro Braga, Lindener Pareto
Victor Ricardini

2.3. Raphael Lanzara e a Família Sohn

Entre os grotões dos antigos rios e córregos mutilados e escondidos pelas Avenidas 23 de Maio e Nove de Julho, em frente às obras de “revitalização” da Vila Itororó, existe uma casa que poucos paulistanos percebem no dia a dia da “metrópole que nunca para”. Trata-se de um exemplar raro da arquitetura eclética construída na década de 1920, na rua Pedroso, 267, e que ainda hoje sobrevive às pressões do mercado imobiliário e à falta de coerência e conjunto das políticas de preservação do patrimônio cultural edificado.

Projetada e construída pelo “arquiteto licenciado” Raphael Lanzara, a casa da Família Sohn, franceses da região da Alsácia, é o exemplo vivo das histórias cruzadas dos estrangeiros na cidade de São Paulo. Contratado pelo francês alsaciano de Estrasburgo, Ernest Sohn, Lanzara - por sua vez filho de italiano e nascido em Jundiaí - projetou, orçou meticulosamente, e dirigiu a construção do monumental “Casarão do Belvedere”, que originalmente abrigou quatro gerações da família Sohn, a começar pelo casal Ernest e Juliette Alphonsine.

No início da década de 2000, o casarão quase veio abaixo por conta de imbróglios entre os herdeiros e as tentativas de preservação. Os vitrais da Casa Conrado acabaram vendidos, assim como a escadaria do saguão central. Desde 2003, sob os cuidados de um dos herdeiros do casal Sohn, o generoso ator Paulo Goya, o “Casarão Belvedere” resiste através do teatro, rodas de conversas sobre patrimônio e muita resistência por parte de Goya e seus colaboradores. Ainda em fase de estudos iniciais, apresentamos a seguir alguns aspectos da construção da casa, erguida sobre as ruínas do antigo Chalé da família de franceses, habitantes dos velhos caminhos do Vale do Itororó.

Figura 95. Projeto de Raphael Lanzara em 1927 para o proprietário Ernest Sohn. **Fonte:** Acervo do “Casarão Belvedere”.

Figura 96. Fachada da obra em construção no início da década de 1930. **Fonte:** Acervo do “Casarão Belvedere”.

Figura 97. Fundações e início da construção em alvenaria de tijolo. Ao fundo, as casas vizinhas à Vila Itororó e a rua Pedroso. **Fonte:** Acervo do “Casarão Belvedere”.

8

PREFEITURA MUNICIPAL DE S. PAULO

DIVISÃO DO EXPEDIENTE
Departamento de Obras e Serviços Municipaes

REGISTRO N.º 387

Nome Rafael Lanzara Escriptorio 17. Arizita 36-1.º sala 3-Fone 2-4814
Nacionalidade Brasileira Assignatura Lanzara

Em cumprimento do despacho exarado em 5 de 7 de 1940 no processo N.º 54.038 de 1940 pelo Snr. Director de Obras e Viação, faço ao lado a averbação da carteira profissional autorizada pelo Conselho Regional de Engenharia e Architectura, da 6.ª Região, em 14 de 12 de 1934, de accordo com o Decreto Federal N.º 23.569 de 14 de Dezembro de 1933, a Rafael Lanzara

Divisão do Expediente (4.ª Secção) do Departamento de Obras e Serviços Municipaes em 9 de 7 de 1940

O Escriptorio
V. W. Mendes
VISTO: VIRGINIA MARCONDES
Escr. Serv. 1
Chefe da Divisão

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARCHITECTURA

CARTEIRA PROFISSIONAL

Carteira N.º 547 6.ª Região S. Paulo, 14 de Dez. de 1934

Registro no CREA N.º (4)

Nome Rafael Lanzara J. Bento de Barros
Presidente do Conselho Regional

Nacionalidade Brasileira

Naturalidade Indiápolis

Nascido a 29 de Abri de 1893

Titulos Licenciado - arquiteto

Licença n.º 92

Diplomada pela Escola Sec. de Engenharia em 23/11/1925

Revalidou o titulo no _____ em _____ / _____ / 19____

Estado _____

Titulo de habilitação _____

CHEFE DA DIVISÃO

A N N O T A Ç Ã O

Anotações sobre Multas	Pagamento de Impostos (Industrias e Profissões)																																																								
	EXHIBIO OS RECIBOS REFERENTES AOS EXERCICIOS DE :																																																								
	<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 10%;">1934</td> <td style="width: 40%;">1.º Semestre _____ / _____ / 19____</td> <td style="width: 10%;">Recibo N. _____</td> <td style="width: 10%;">Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.º " _____ / _____ / 19____</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td>1935</td> <td>1.º " _____ / _____ / 19____</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.º " _____ / _____ / 19____</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td>1936</td> <td>1.º " _____ / _____ / 19____</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.º " _____ / _____ / 19____</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td>1937</td> <td>1.º " _____ / _____ / 19____</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.º " _____ / _____ / 19____</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td>1938</td> <td>1.º " _____ / _____ / 19____</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.º " _____ / _____ / 19____</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td>1939</td> <td>1.º " _____ / _____ / 19____</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.º " _____ / _____ / 19____</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td>1940</td> <td>1.º " _____ / _____ / 19____</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.º " _____ / _____ / 19____</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> </table>	1934	1.º Semestre _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)		2.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)	1935	1.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)		2.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)	1936	1.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)		2.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)	1937	1.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)		2.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)	1938	1.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)		2.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)	1939	1.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)		2.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)	1940	1.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)		2.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)
1934	1.º Semestre _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																						
	2.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																						
1935	1.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																						
	2.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																						
1936	1.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																						
	2.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																						
1937	1.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																						
	2.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																						
1938	1.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																						
	2.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																						
1939	1.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																						
	2.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																						
1940	1.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																						
	2.º " _____ / _____ / 19____	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																						

Figura 98. Registro da averbação municipal da Carteira Profissional do CREA-SP de Rafael Lanzara com o titulo de Habilidade "Licenciado-Arquiteto". 9 de julho de 1940.

Pergunta e resposta

- *Porque o profissionalismo não “anda”?*

- *Porque a gamela é pequena e todo mundo quer comer...*

(Il Pasquino Coloniale, 1938)

Capítulo 3. Pândegos, rábulas, gamelas (1933-1960)

3. Um “nocturno” para o Rio de Janeiro

No dia 9 de junho de 1935, o *Correio Paulistano*, na pequena seção “Associações”, anunciava:

Syndicato dos Industriaes de Construções Civis

Tendo este Syndicato interposto perante o Conselho Federal de Engenharia e Architectura um recurso, do acto n.1 do Conselho Regional da 6ª Região, seguirá hoje pelo segundo nocturno para o Rio de Janeiro, o sr. **Vicente Branco**, presidente do Syndicato que vae tratar junto aos poderes federaes, para uma solução, dentro dos limites do Direito e da Justiça.

(Correio Paulistano, 09/06/1935, p.7)

Presidente do “Syndicato dos Industriaes de Construções Civis”, Vicente Branco foi à capital da República, no nostálgico trem “nocturno”, tratar de uma questão central para o exercício de sua profissão: a continuidade da atuação dos construtores não-diplomados. Esta não seria nem a primeira e nem a última luta do ítalo-brasileiro, exímio construtor-projetista, licenciado como “*constructor só para o Município da Capital*” pelo CREA-SP em 1934. Branco foi representar centenas de construtores que, assim como ele, atuavam projetando e/ou construindo na cidade de São Paulo desde o início do século XX.

No entanto, desta feita, os entraves corporativos anunciados com mais frequência desde a década de 1920 substituiriam gradativamente o liberalismo profissional que vicejou na chamada República Velha (1889-1930). Das crises econômicas, sociais e políticas dos anos 20, e das agitações culturais em busca de uma identidade nacional para grupos sociais e regiões tão distintas, resultará a ascensão do gaúcho Getúlio Vargas (1882-1954). Associado aos interesses do maior colégio eleitoral do país naquele

momento, Minas Gerais, às forças militares que apoiaram o Tenentismo e ao ideário político corporativista e centralizador, Vargas encampará um fortalecimento estatal sem precedentes. Encontrará também a oposição dos paulistas sacados do poder pela Aliança Liberal de 1930. Entre as promessas de uma nova constituição (1934) e a implantação do Estado Novo (1937-45), as organizações corporativas e sindicatos patronais serão contemplados pelas diretrizes centralistas e autoritárias da república varguista.

Vicente Branco representava um desses sindicatos. Todavia numa condição bastante adversa. Precisaria, no Rio de Janeiro, convencer os arautos da justiça de que os construtores não-diplomados tinham a devida competência para continuar atuando. Isso porque no final do ano 1933, no bojo do projeto político centralizador da Era Vargas (1930-1945), o “*Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*”, com o decreto n. 23.569 de 11 de dezembro, subordinou, em definitivo, o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor às disposições ancoradas nas competências do diploma universitário. Longe de ser o fim da linha para os construtores que não tinham a legitimação do diploma respaldado pelo poder simbólico das universidades e do Estado, o decreto evidenciou de vez um conflito que se arrastava, como já apontamos, desde o início da década de 1920.

3.1. “Título de Habilitação”, registros, impostos

Mais uma vez a nova legislação não significou uma exclusão sumária. O decreto, no seu artigo 3º, definia:

É garantido o exercício de suas funções, dentro dos limites das respectivas licenças e circunscrições, aos arquitetos, arquitetos-construtores e agrimensores que, não diplomados, mas licenciados pelos Estados e Distrito-Federal, provarem, com as competentes

licenças, o exercício das mesmas funções à data de publicação deste decreto, sem notas que os desabonem, a critério do Conselho de Engenharia e Arquitetura.

Parágrafo único. Os profissionais de que trata este artigo perderão o direito às licenças se deixarem de pagar os respectivos impostos durante um ano, ou se cometerem erros técnicos ou atos desabonadores apurados pelo Conselho de Engenharia e Arquitetura.

Se na década de 1920 os arbítrios sobre a atuação estavam subordinados às repartições públicas estaduais ou municipais, a partir da nova lei teriam de passar pelo escrutínio dos conselhos regionais de engenharia e arquitetura compostos, na sua maioria, por profissionais diplomados. De fato, a posição dos não-diplomados a partir desse momento entraria em definitivo num torvelinho de punições, rebaixamentos e mandados de segurança que se arrastariam ao longo de toda a década. Compreender a fragilidade de tal condição passa por observar os métodos da burocracia kafkiana ligada ao conselho, às escolas e ao diploma, que nos idos de 1935 deixava até mesmo um diplomado num “beco sem saída”:

Mandado de segurança e favor do dr. Mario Whately

A favor do illustre engenheiro sr. Mario Whately, lente cathedratico por concurso, da Escola Polytechnica, diplomado pela mesma Escola, e profissional largamente conceituado nos meios technicos, foi requerido, pelo advogado sr. Abrahão Ribeiro, um mandado de segurança, para que elle possa exercer livremente a sua profissão, em virtude de constrangimento que vem sofrendo, devido a ter perdido o seu diploma. É o seguinte o requerimento do mandado de segurança dirigido pelo sr. Abrahão Ribeiro á Justiça Federal:

Exmo sr. dr. juiz federal da Secção de S. Paulo, O Dr. Mario Whately, domiciliado nesta capital, onde tem escriptorio á rua Conselheiro Chrispiniano, 60, e residência á Alameda Eugenio de Lima, 75, engenheiro civil, profissão que exerce há longos anos em São Paulo, individualmente e como sócio da firma Mario Whately & Cia., diplomado pela Escola Polytechnica de São Paulo, da qual é lente cathedratico por concurso, vem, por seu advogado, expor e requerer a v. ex. o seguinte:

Promulgado o decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, que regula o exercício das profissões de engenheiro, de architecto e de agrimensor, o suplicante, em odediencia ao seu art. 10, por força do qual os profissionaes a que o mesmo se refere “só poderão exercer legalmente a engenharia, a architectura ou a agrimensura, após o prévio

registo de seus títulos, diplomas, CERTIFICADOS-DIPLOMAS e cartas no Ministerio da Educação e Saúde Pública” – requereu ao Conselho Regional de Engenharia e Architectura de São Paulo, creado pelo mesmo decreto, o registo do seu titulo de engenheiro civil, para o fim de receber sua carteira profissional, que substituiria o seu diploma nos termos do art.15 do mesmo decreto. Como, porém, ao fazer esse requerimento, tinha-se extraviado o original de seu diploma, e não lhe sendo possível obter uma segunda via do mesmo, ex vi do artigo 68 do Regulamento da Escola Polytechnica, que declara “em nenhum caso será expedido segundo título, dando-se, porém, certificado no caso de extravio”, - obteve o supplicante esse certificado do seu diploma, apresentando-o ao Conselho Regional de São Paulo, cujo digno secretário, dr. Plinio de Queiroz, lhe passou o incluso recibo, em que diz: “Certifico, a pedido do interessado, que, para efeito de registo, está em poder deste Conselho, que o reconhece authenticico, o certificado do diploma do sr. Mario Whately com o seguintes característicos: Titulo – Engenheiro Civil – Escola: Polytechnica de São Paulo. Data da emissão do certificado do diploma – 9-8-1934 – São Paulo, 17 de novembro de 1934. Em observação á margem declara o recibo que “a carteira profissional somente será expedida mediante a devolução deste certificado provisório”. Não obstante a natureza urgente desse serviço, visto haver graves penalidades e até suspensão do exercício da profissão (art.42) para o profissional que não registrar o seu diploma ou o respectivo certificado, somente agora, decorrido um anno, recebeu o supplicante do digno presidente, dr. Argemiro Couto de Barros, do Conselho Regional de Engenharia e Architectura de São Paulo, o incluso officio n.462, em que lhe avisa que “de accôrdo com uma comunicação recebida da Directoria Geral da Educação não podem ser registados nessa Directoria os certificados de diplomas expedidos por Escolas de Engenharia Nacionaes”. Entretanto, acrescente o aviso, generosamente, que mediante requerimento dos interessados, entre os quaes está o supplicante aquella Directoria autorizará as Escolas a expedir segundas vias de diplomas extraviados”.

O supplicante não obstante o direito que lhe assiste por disposição expressa do decreto que lhe regula a profissão de registrar, em vez do diploma, um certificado do mesmo, consultou agora a Escola Polytechnica de São Paulo, obtendo a inclusa resposta categorica, formada pelo seu digno secretario dr. Alexandre Albuquerque, em que declara “*que o regulamento da Escola (Dec. 7071 de 6 de abril de 1935) não permite a expedição do segundo titulo*”.

Está o supplicante, assim, mettido num beco sem sahida, ou cuja sahida está sendo trancada pelas autoridades com o auxilio de distinctos collegas certamente na melhor das intenções, mas seguramente laborando em erro lastimável, de graves consequências moraes e patrimoniaes.

(Correio Paulistano, 23/10/1935)

O episódio se deu contra uma figura “pública e notória” que lecionava na própria Escola Politécnica e era, segundo sua defesa e conhecida atuação, um engenheiro

devidamente diplomado. Os imbróglis jurídicos e as confusões de hierarquia seriam, principalmente contra os não diplomados, cada vez mais comuns. O fato é que como resultado da criação do decreto federal e dos respectivos conselhos regionais, a Prefeitura Municipal de São Paulo organizou um novo registro de profissionais. Porém, os registros seriam uma versão ou averbação municipal dos registros e carteiras expedidas pelo CREA-SP e estariam a ele subordinados.

Fosse o construtor um diplomado, seria catalogado nas dezenas de livros de registros de diplomados que vão se somando ao longo das décadas de 30, 40, e 50. Neles podemos encontrar figuras consagradas da história da arquitetura brasileira e mundial como Oscar Niemeyer Soares Filho, Ricardo Severo da Fonseca, Alexandre de Albuquerque, Carlos Alberto Cerqueira Lemos, Rino Levi e Prestes Maia. No entanto, fosse ele um controvertido não-diplomado, licenciado desde a década de 1920, seria registrado nos dois livros separados do demais e à sombra do diploma, como evocamos na **Introdução**. Apesar de qualquer defesa corporativa, os dois livros “isolados” são a própria inscrição material dos novos tempos de distinção.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
 SECRETARIA DE OBRAS
 DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA
 SEÇÃO DE EXPEDIENTE

1-01.542-7
 REGISTRO N.º 1542

Nome Oscar Niemeyer Soares Filho Escritório _____
 Assinatura: Oscar Niemeyer Soares Filho Residência R. Carvalho de Aguiar 94 - Dist. Federal

Em cumprimento do despacho exarado em 1.º de Setembro de 1950 no processo n.º 90234 de 1950 pelo Snr. _____ Chefe da Divisão de Aprovação de Plantas de Obras Particulares, faço ao lado a averbação da carteira profissional expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 6.ª Região, de acôrdo com o Decreto Federal n.º 23.569 de 14 de Dezembro de 1933, a Oscar Niemeyer Soares Filho

Divisão de Aprovação de Plantas de Obras Particulares do Departamento de Arquitetura 23 de Setembro de 1950
 O Escriturário _____

_____ VISTO:
BOYMO Chefe da Divisão
 CHEFE DE SEÇÃO - ARQ. III

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
 CARTEIRA PROFISSIONAL

Carteira n.º 2895-D 6.ª Região S. Paulo, 9 de abril de 1946
 Registro no CREA n.º 3908
 Nome Oscar Niemeyer Soares Filho a) ilegível
 Nacionalidade Brasileira Presidente do Conselho Regional
 Naturalidade Distrito Federal Oscar Niemeyer Soares Filho
 Nascido a 15 de 12 de 1907 Assinatura do Profissional
 Títulos e atribuições Engenheiro
Arquiteto
 Diplomado pela Escola Nac. de Belas
Artes em 22 de 12 de 1934
 Revalidou o título no _____
 em _____ / 19 _____
 Estado _____
 Título de habilitação _____

ANOTAÇÕES

Pagou cr\$ 55,00, conforme recibo n.º 185317-Mod. 6517.

Figura 99. “Livro de Diplomados”. Registro da averbação municipal da carteira profissional de Oscar Niemeyer (Soares Filho) em 1950, quando de sua estadia em São Paulo. Título de habilitação: Engenheiro-arquiteto diplomado pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Nas anotações, os implacáveis impostos. 23 de setembro de 1950.

140

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
 SECRETARIA DE OBRAS
 DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA
 SEÇÃO DE EXPEDIENTE

1-01.632-6
 REGISTRO N.º 632.

Nome Carlos Alberto Cerqueira Lemos Escritório _____
 Assinatura: [Signature] Residência Rua Francisco Peitão 287

Em cumprimento do despacho exarado em
8 de Março de 1951 no pro-
 cesso n.º 26506 de 1951 pelo Snr.
 Chefe da Divisão de Aprovação de Plantas de Obras
 Particulares, faço ao lado a averbação da carteira pro-
 fissional expedida pelo Conselho Regional de Engenharia
 e Arquitetura da 6.ª Região, de acôrdo com o Decreto
 Federal n.º 23.569, de 14 de Dezembro de 1933, a
Carlos Alberto Cerqueira Lemos.

Divisão de Aprovação de Plantas de Obras Particulares
 do Departamento de Arquitetura 13 de
Março de 1951.

O Escriturário
[Signature]
 VISTO:
[Signature]
 Chefe da Divisão

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
 CARTEIRA PROFISSIONAL

Carteira n.º 7913 D 6.ª Região S. Paulo, 22 de 5 de 1951
 Registro no CREA n.º 5772
 Nome Carlos Alberto Cer-
queira Lemos
 Nacionalidade Brasileira
 Naturalidade S. Paulo - Cap.
 Nascido a 2 de 6 de 1915
 Títulos e atribuições Arquiteto
 Diplomado pela Escola Facul. Arquit.
Mackenzie em 18/12/1950
 Revalidou o título no _____
 em _____ / 19____
 Estado _____
 Título de habilitação _____

[Signature]
 Presidente do Conselho Regional
[Signature]
 Assinatura do Profissional

ANOTAÇÕES

Pagou R\$ 5500, conforme recibo n.º 195803 mod. 657.
Registrou a título precário por 180 dias, a partir de 9-1-51, a vencer
em 9-7-51, conforme estatuto do CREA-R. 572/50.
Apresentou carteira profissional em 23-7-51

Figura 100. “Livro de diplomados.” Registro do arquiteto e professor Carlos Alberto Cerqueira Lemos em 1951, quando de sua parceria com Oscar Niemeyer na cidade de São Paulo. Diplomado pela Faculdade de Arquitetura do Mackenzie College.

Organizados pela “Directoria de Obras e Viação – 5º Secção” os livros também são fichas com campos de inscrição e são exatamente as mesmas tanto para diplomados quanto para não diplomados. Na verdade, mais uma vez não há o uso da expressão “não-diplomado” ou “prático licenciado” em nenhum campo ou forma de registro. Os campos de preenchimento compreendem, na década de 1930, os seguintes itens: “Nome”; “nacionalidade”; “escritório/residência”; “assinatura”. Ao longo da ficha, o seguinte conteúdo:

Em cumprimento ao despacho exarado em (data) no processo nº _____ de 193__, pelo Snr. Diretor de Obras e Viação, faço ao lado a averbação municipal da carteira profissional outorgada pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, da 6º Região em (data) de acordo com o Decreto Federal Nº 23.569 de 14 de dezembro de 1933 a (nome) 5ª Secção da Directoria de Obras e Viação, em (data).

Ao lado do texto acima, a carteira profissional com o “nº da carteira”; “Registro CREA nº”; “nome”; “nacionalidade”; “naturalidade”; “data de nascimento”; “repartição em que se licenciou”; “Estado” e “Título de Habilitação”. Abaixo dos campos descritos, informações de multas e anotações de impostos pagos ou devidos. Interessa notar uma pequena sutileza, sinal das mudanças e permanências de um paradigma. Nas fichas dos primeiros livros, de 1934, o item “repartição em que se licenciou” é a permanência do tipo de licença dado anteriormente por repartições estaduais e municipais, como as que apontamos para a década de 1920. Com a consolidação do CREA, o item é substituído por “Diplomado pela Escola”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE S. PAULO

DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO — 5.ª SECÇÃO

Registro No. _____

NOME Del Cima Michele Escritório * Avenida Viadentes 131
 Nacionalidade Italiana Assinatura Del Cima Michele

Em cumprimento do despacho exarado em 15 de Januário de 1935 no processo No. 46441 de 1934 pelo Snr. Diretor de Obras e Viação, faço ao lado a averbação da carteira profissional outorgada pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, da 6.ª Região, em 30 de Novembro de 1934, de acordo com o Decreto Federal No. 23.569 de 14 de Dezembro de 1933, a Del Cima Michele

5.ª Secção da Diretoria de Obras e Viação, em 15 de Januário de 1935

O escrivão Pelagio Fontz

VISTO

Chefe da Secção

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARCHITETURA

CARTEIRA PROFISSIONAL

Carteira No. 405 6.ª REGIÃO S. Paulo, 30 de Nov de 1934
 Registro no CREA No. 416
 Nome Del Cima Mi-
chile
 Nacionalidade Italiana
 Naturalidade Lucca
 Nascido a 24 de Julho de 1868
 Repartição em que se licenciou Sec. Agricultura
em 23/11/1925
 Estado São Paulo
 Título de habilitação Cia de
Arquiteto 113.

A. Conto de Barros
Presidente do Conselho Regional

Assinatura do Profissional Del Cima Michele

NÃO É VÁLIDO O RETRATO SEM O CARIMBO DO CONSELHO E A RUBRICA DO PRESIDENTE

COLLEGAR DIREITO

De acordo com o art. 15 do Decreto N.º 23.569 a presente servirá de carteira de identificação, substitue o diploma e tem fé publica.

Anotações

Vide verso

ANOTAÇÕES SOBRE MULTAS	PAGAMENTO DE IMPOSTOS (Indústrias e Profissões)
	Exibio os recibos referentes aos exercicios de:
	1934 1.º Semestre em <u>16/4</u> 19 <u>34</u> Recibo n.º <u>1057</u> Talão <u>3</u> a)
	2.º Semestre em <u>1/8</u> 19 <u>34</u> Recibo n.º <u>1675</u> Talão <u>68</u> a)
	1935 1.º Semestre em <u>11/3</u> 19 <u>35</u> Recibo n.º <u>20804</u> Talão <u>-</u> a)
	2.º Semestre em <u>7/8</u> 19 <u>35</u> Recibo n.º <u>20804</u> Talão <u>a)</u> <u>Fontz</u>
	1936 1.º Semestre em <u>16/10</u> 19 <u>36</u> Recibo n.º <u>1959</u> Talão <u>22500</u> a)
	2.º Semestre em <u>/</u> 19 <u>/</u> Recibo n.º <u>/</u> Talão <u>a)</u>
	1937 1.º Semestre em <u>/</u> 19 <u>/</u> Recibo n.º <u>/</u> Talão <u>a)</u>
	2.º Semestre em <u>/</u> 19 <u>/</u> Recibo n.º <u>/</u> Talão <u>a)</u>
	1938 1.º Semestre em <u>/</u> 19 <u>/</u> Recibo n.º <u>/</u> Talão <u>a)</u>
	2.º Semestre em <u>/</u> 19 <u>/</u> Recibo n.º <u>/</u> Talão <u>a)</u>
	1939 1.º Semestre em <u>/</u> 19 <u>/</u> Recibo n.º <u>/</u> Talão <u>a)</u>
	2.º Semestre em <u>/</u> 19 <u>/</u> Recibo n.º <u>/</u> Talão <u>a)</u>
	1940 1.º Semestre em <u>/</u> 19 <u>/</u> Recibo n.º <u>/</u> Talão <u>a)</u>
	2.º Semestre em <u>/</u> 19 <u>/</u> Recibo n.º <u>/</u> Talão <u>a)</u>

Figura 101. O arquiteto licenciado italiano, de Lucca, e atuante desde o início do século XX, Del Cima Michele.

213

PREFEITURA MUNICIPAL DE S. PAULO

DIVISÃO DO EXPEDIENTE
Departamento de Obras e Serviços Municipais

Nome Bartolomeu Coppola REGISTRO N.º 512
 Nacionalidade Italiana Assinatura Bartolomeu Coppola

Em cumprimento do despacho exarado em 8 de outubro de 1947 no processo N.º 81369 de 1947 pelo Snr. Chefe de Divisão, faço ao lado a averbação da carteira profissional autorizada pelo Conselho Regional de Engenharia e Architectura, da 6.ª Região, em 9 de setembro de 1947, de accordo com o Decreto Federal N.º 23.569 de 14 de Dezembro de 1933, a Bartolomeu Coppola

Divisão do Expediente (1.ª Seção) do Departamento de Obras e Serviços Municipais em 11 de outubro de 1947

O Escripturário
J. P. Fiança
VISTO:
[Assinatura]
Chefe da Divisão de Reg. (1947)

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARCHITECTURA CARTEIRA PROFISSIONAL

Carteira N.º 2829-I 6.ª Região S. Paulo, 9 de setembro de 1947.
 Registro no CREA N.º 4115
 Nome Bartolomeu Coppola (a) Antonio Augusto de Sousa Custado
 Nacionalidade Italiana
 Naturalidade Nápoles - Italia
 Nascido a 14 de março de 1868
 Titulo Construtor com spec. exclusivamente em S. Paulo
 Diplomado pela Faculdade de Engenharia Municipal de São Paulo em 1938
 Revalidou o titulo no _____ em _____ / 19 ____
 Estado _____
 Titulo de habilitação _____

Assinatura do Profissional
Bartolomeu Coppola

CHEFE DA DIVISÃO

A N N O T A Ç Ã O

Anotações sobre Multas	Pagamento de Impostos (Indústrias e Profissões)																																																																						
<p>Pagou Br. 2.650,00 pelo recibo 92.579, modelo 65-T. Apresentou carteira de identidade "Modelo 19" registro geral n.º 92.1024 de 9.8.1944.</p>	<p style="text-align: center;">EXIBIO OS RECIBOS REFERENTES AOS EXERCICIOS DE:</p> <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 10%;">1934</td> <td style="width: 10%;">1.º Semestre</td> <td style="width: 10%;">/ / 19</td> <td style="width: 10%;">Recibo N. _____</td> <td style="width: 10%;">Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.º</td> <td>/ / 19</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td>1935</td> <td>1.º</td> <td>/ / 19</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.º</td> <td>/ / 19</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td>1936</td> <td>1.º</td> <td>/ / 19</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.º</td> <td>/ / 19</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td>1937</td> <td>1.º</td> <td>/ / 19</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.º</td> <td>/ / 19</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td>1938</td> <td>1.º</td> <td>/ / 19</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.º</td> <td>/ / 19</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td>1939</td> <td>1.º</td> <td>/ / 19</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.º</td> <td>/ / 19</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td>1940</td> <td>1.º</td> <td>/ / 19</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.º</td> <td>/ / 19</td> <td>Recibo N. _____</td> <td>Talão _____ a)</td> </tr> </table>	1934	1.º Semestre	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)		2.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)	1935	1.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)		2.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)	1936	1.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)		2.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)	1937	1.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)		2.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)	1938	1.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)		2.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)	1939	1.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)		2.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)	1940	1.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)		2.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)
1934	1.º Semestre	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																																			
	2.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																																			
1935	1.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																																			
	2.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																																			
1936	1.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																																			
	2.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																																			
1937	1.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																																			
	2.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																																			
1938	1.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																																			
	2.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																																			
1939	1.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																																			
	2.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																																			
1940	1.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																																			
	2.º	/ / 19	Recibo N. _____	Talão _____ a)																																																																			

Figura 102. O registro de Bartolomeu Coppola, de Nápoles, também um mestre italiano do início do século XX. Em 1947, sua habilitação era a de "construtor com exercício exclusivamente em São Paulo".

Quanto à categorização, entre os não-diplomados, os primeiros registros do CREA ainda se valem das licenças de arquiteto dos anos 20. No campo “repartição em que se licenciou”, geralmente a “Secretaria da Agricultura”. No título de habilitação: “Licença de arquiteto, nº x”. Além da “Licença de arquiteto”, outras habilitações são corriqueiras: “Construtor só para o Município da Capital” e “Projetista/Construtor para o Município da Capital”.

Vale lembrar que o termo “construtor” aos poucos vai se tornando uma categoria menor que “arquiteto”, como no caso dos termos discutidos pelos construtores de Santos (ver **Cap.2**). Para que não imaginemos uma discussão estéril em torno das designações, a utilização calculada das mesmas tem estreita relação com a economia simbólica do insulto e do rebaixamento. Nessa perspectiva, o sistema CONFEA-CREA foi categórico em 1936:

RESOLUÇÃO N.º 012, DE 24 DE MAIO DE 1936

“Regula o uso de título e designações”.

O Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, usando das atribuições facultadas pelo Decreto n.º 23.569 e dos poderes que especialmente lhe confere o art. 22, - e,

Considerando a necessidade de dirimir as dúvidas surgidas nos Conselhos Regionais quanto à aplicação dos arts. 3º, 7º, e 14º do aludido decreto;

Considerando que as associações de classe, os institutos de ensino técnico e a representação de Arquitetos nos Conselhos de Engenharia e Arquitetura já se têm repetidamente manifestado sobre o uso irregular e indevido do título de Arquiteto, privativo dos profissionais diplomados e **inaplicáveis aos práticos, licenciados e leigos**, que não possuem o correspondente tirocínio de estudos escolares;

Considerando os interesses superiores da harmonia e união da classe de engenheiros e arquitetos e a identidade de aspirações e regalias perante a legislação reguladora do exercício da profissão;

Considerando que o Decreto n.º 23.569 não teve nem podia ter por objetivo conferir títulos ou **dignidade científicas**, da competência exclusiva das organizações de ensino superior, segundo a legislação própria;

Considerando que o citado decreto regula apenas o exercício da profissão do engenheiro, do arquiteto e do agrimensor, provendo das necessárias garantias, seguranças e limitações, fundadas no interesse público, a prática das atividades concernentes;

Considerando que, pelo art. 3º, a lei garantiu o exercício de suas funções, dentro dos limites das respectivas licenças e circunscrições, aos arquitetos-construtores e construtores que, não diplomados, mas licenciados pelos Estados e Distrito Federal, provassem, com as competentes licenças, o exercício das mesmas funções à data da publicação do Decreto n.º 23.569;

Considerando que a designação de arquitetos, arquitetos-construtores e construtores, enumerada na lei, era aquela que o Distrito Federal adotava para discriminar as atribuições das três categorias de licenciados que o regulamento municipal autorizava: a) a organizar e assinar plantas e projetos (arquitetos); b) projetar e executar (arquitetos-construtores); c) ou simplesmente executar construções civis (construtores);

Considerando que tal classificação era acertada e precisa quanto à hierarquia e ordem das incumbências e misteres, mas dava lugar à **injusta e errônea condescendência do título de arquiteto liberalizado, de modo ambíguo e postiço, aos que não possuíam os correlativos requisitos de capacidade legal**;

Considerando que, na elaboração do Decreto n.º 23.569, foi preferida a classificação do Distrito Federal pela sua simplicidade e clareza em face da extrema variação de critérios e regimes ocorrentes nos demais Estados do Brasil;

Considerando, entretanto, que a garantia formulada pelo artigo 3º está limitadamente referida ao exercício das funções, isto é, ressalva e abrange apenas o direito às atividades de licença, para respeitar a situação meramente de fato dos seus portadores;

Considerando assim que a escala de atribuições, colhida no exemplo vigente do Distrito Federal, figura explicativamente no texto do artigo, para os efeitos extrínsecos, restritos e precisos de distinguir e classificar as atividades deferidas aos licenciados;

Considerando que a anomalia de denominações existentes no sistema de licenciamento do Distrito Federal não se poderia generalizar e estender por todo o Brasil às demais unidades da federação que não concediam licenças sob aquela designação;

Considerando que a própria Prefeitura do Distrito Federal já havia anteriormente cogitado de corrigir e alterar a **abusiva e falsa** nomenclatura, finalmente emendada e revista com o projeto do novo regulamento de construções da Secretaria de Viação e Trabalho, já elaborado por esse departamento, conforme publicação oficial no “Jornal do Brasil”, de 1 de junho de 1935, e que será em breve proposto à decisão da Câmara Municipal;

Considerando que o Decreto n.º 23.569 não podia ter tido o pensamento, contrário aos seus intuitos, de incorporar no seu texto de lei geral revivescências extravagantes e estágios retardados das legislações locais e que, portanto, não poderia jamais consagrar, na letra

definitiva dos seus artigos, titulações excrescentes e transitórias, que decorriam de licenças anualmente renovadas, de cuja retificação impreterível já se cuidava;

Considerando que a expedição da carteira profissional aos licenciados com a indicação explícita das atividades autorizadas, mas sem a menção de títulos pessoais, de caráter científico, não restringe nem afeta as garantias e os direitos assegurados na lei e, pelo contrário, melhor os define, declara e precisa.

Se a regulamentação de 1933 não havia consolidado o uso restrito das denominações, a resolução de 1936 dá um golpe de misericórdia não só nas possibilidades de uso por parte dos não-diplomados, mas traça uma linha distintiva entre “dignidade científica”, diploma e competência contra as liberalidades abusivas e falsas dos “licenciados”, “práticos” e “leigos”. Depois de tecer as considerações, o conselho resolveu:

Art. 1º - A carteira profissional expedida aos licenciados que satisfizerem as exigências do art. 3º do Decreto n.º 23.569 deverá conter obrigatoriamente:

- a. o nome por inteiro do licenciado;
- b. a nacionalidade e naturalidade;
- c. a data do nascimento;
- d. a declaração pura e simples, uniforme e geral: - “Licenciado”;
- e. a especificação das atividades e atribuições constantes ou decorrente da licença, deferidas pelos Conselhos de Engenharia e Arquitetura;
- f. o número do registro no Conselho Regional respectivo;
- g. a indicação da data em que foi licenciado;
- h. a circunscrição dentro da qual é permitido o exercício das atividades profissionais autorizadas;
- i. o número do registro no Conselho Regional respectivo;
- j. fotografia de frente e impressão dactiloscópica (polegar);
- k. a assinatura do licenciado.

Art. 2º - As funções e atribuições definidas no art. 3º do Decreto n.º 23.569 serão especificadas e inscritas na carteira, conforme se trate respectivamente de

I – arquitetos;

II – arquitetos-construtores;

III – construtores;

Mediante as seguintes e textuais indicações das atividades correspondentes:

I – projeto de construções civis;

II – projeto de execução de construções civis;

III – execução de construções civis.

Art. 3º - **É defeso aos licenciados o uso, ressalvado ou não, dos títulos de engenheiro e de arquiteto, privativos dos profissionais diplomados**, em plantas e documentos, anúncios, placas, cartões comerciais, ou outros quaisquer meios de divulgação e publicidade, sob pena do art. 38 da lei.

§ 1º - **Não é vedado o uso de designações: projetista, projetista-construtor e construtor**, aplicáveis, respectivamente, às três categorias de licenciados, discriminadas no artigo anterior.

§ 2º - Fica, porém, concedido o prazo até 1º de janeiro de 1937 para a definitiva revisão e correção das placas e demais meios de divulgação atualmente empregados.

Art. 4º - As placas afixadas nas construções e instalações, de acordo com o que determina o art. 7º do Decreto n.º 23.569, quando o profissional responsável não for diplomado, deverão conter a inscrição: - “Licenciado”-, **desacompanhada de qualquer título ou qualificação de caráter científico.**

§ 1º - Será, entretanto, obrigatória a menção das atividades profissionais deferidas ao licenciado, de acordo com a categoria de sua carteira e com o que dispõe o art. 2º da presente Resolução.

§ 2º - Esta exigência poderá ser suprida pelo emprego das expressões projetista, projetista-construtor e construtor, na forma do § 1º do artigo precedente.

Art. 5º - Os Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura divulgarão, por meio de comunicações, publicações e editais, a presente resolução e darão conhecimento do seu texto às autoridades interessadas e às associações de classe.

Rio de Janeiro, 04 de maio de 1936.

ass) Adolfo Morales de Los Rios Filho

Presidente

Ora, se a classe da engenharia havia restringido o uso de sua designação para não-diplomados desde o início do século XX, e de maneira quase passiva assistiu a paulatina associação do “arquiteto” ao “licenciado”, a partir da resolução, e das muitas reivindicações dos institutos de arquitetos, resolveu “rebaixar” os qualificativos do “leigos” estabelecendo uma eufêmica, mas nada inofensiva, correspondência. Para os licenciados, arquiteto seria o projetista de construção civil; arquiteto-construtor seria o projetista-executor; e o construtor, o executor. Os termos “científicos” arquiteto e engenheiro são, em definitivo, vedados.

As novas denominações para licenciados indicam porque ao longo das décadas de 1940 e 50 os registros municipais de licenciados foram aos poucos “perdendo” os “arquitetos licenciados” e ganhando “construtores só para o município da Capital” ou “construtores só para cemitérios”. Melancólico outono de longas décadas de atuação profissional.

A partir dos critérios especificados, os registros da Prefeitura Municipal/CREA abarcam o período de 1934 a 1961. Configuram o último grande registro municipal que contemplou, mesmo que de forma restritiva, uma geração inteira de não-diplomados ainda vistos como “arquitetos”, mesmo que aos poucos desqualificados pela consolidação de uma outra forma de conceber a profissão. Nas tabelas abaixo apresentamos os principais nomes a partir das respectivas nacionalidades.

Tabela 7. Relação de **BRASILEIROS** habilitados pela Prefeitura Municipal/CREA

NOME	ESCRITÓRIO	RESIDÊNCIA	LOCAL LICENCIAMENTO	HABILITAÇÃO
1. A.Vidal Netto	Rua Barão de Limeira, 250	-	n/c	Construtor em cemitérios
2. Abel Persoli	n/c	Ant. (?) Aviação, 18	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
Abel Persoli	n/c	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor para a Capital
3. Abilio Silveira	Rua Voluntarios da Patria, 527	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
4. Adolfo Timm	Rua Padre João Manoel	-	Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura	Construtor na Capital
5. Adolpho Bomtempo	Rua Marina (?)	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
6. Agostinho Landi	Av. Dr. Arnaldo, 72	-	n/c	Construtor em mármore e cantaria
7. Albert Edward Holland	n/c	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto agrimensor
8. Alberto Barsuglia	Rua José Bonifácio, 154	Rua Pimenta Bueno, 24	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
9. Alcides de Castro Lima	Rua Líbero Badaró, 45	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
10. Alexandre Lombello	n/c	-	Prefeitura da Capital ⁴⁷	Projetista-construtor Capital
Alexandre Lombello	Rua Barão da Passagem, 44	-	CREA	Construtor para Capital
11. Alfredo Eduardo Corbett	Rua Morgado Matheus, 152	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 02
12. Alvaro Carlos de Arruda Botelho	Trav. do Comércio, 3	Rua Mello Alves, 121	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 243
13. Alvaro Veiga Coimbra	Rua dos Otonis, 17	-	n/c	Arquiteto
14. Amadeu Oreste Matera	Av. Angelica, 2872	-	n/c	Construtor em mármore e cantarias
15. Americo Ghiraldelli	Rua Benjamin Constant, 51	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Americo Ghiraldelli	Rua do Carmo, 18/s.1	Rua Macuco, 27	CREA	Construtor para Capital
16. Americo Giglio	Rua Barão de Paranapiacaba, 25	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto na Capital
Americo Giglio	Rua Barata Ribeiro, 57	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 538
17. Angelo de Lucia	Av. Adolfo Pinheiro, 660 (Santo Amaro)	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
18. Antenor Vaz de Lima	Rua José Bonifácio, 210/s.7	Rua Manoel da Nóbrega, 2	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 490
19. Antonio Bonini	Lgo. da Sé, 43/4º and.	Rua Miguel Isasa, 48	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 298

⁴⁷ Requereu baixa de suas atividades como licenciado projetista e construtor em 08/03/1948.

20. Antonio de Macedo Lima	Pça. da Sé, 237	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto / licença 138
21. Antonio Depieri	Rua Aurelia, 76 A	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
22. Antonio Ferreri	Rua Monte Alegre, 4	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 370
23. Antonio Marques Simões	Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 1308	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 438
24. Antonio Picagli	Rua Roma, 5	-	CREA	Construtor para Capital
25. Antonio Tosto	Al. Santaya (?), 26	-	Secretaria da Viação	Arquiteto
26. Antonio Venditto	Pça. da Sé, 20/sob.	Trav. Itaqueri, 17	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
Antonio Venditto	Rua Antonio Alcantara Machado, 588	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
27. Archangelo Romano	Rua Líbero Badaró, 16	Rua Herculano de Freitas, 23	CREA	Construtor para Capital
Archangelo Romano	Rua Paes de Andrade, 484	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
29. Archimedes Petri	Rua da Gloria, 16	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
Archimedes Petri	Rua da Gloria, 86	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
30. Armando Forlenza	Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 1305	-	n/c	Construtor em cemitérios
31. Armando Zoppe	Av. Moema, 104 (Indianópolis)	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 475
32. Armino Zuanelia	Rua Antonio Raposo, 40	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
33. Arnaldo Dumont Villares	Rua Boa Vista, 2	Rua Pirapitinguy, 204	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
34. Arnaldo Maria Lello	Rua São Bento, 36/s.15 e 16	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 57
35. Athayde Andrade	Rua General Jardim, 508	-	Secretaria da Agricultura	Agrimensor/ licença 01
36. Augusto José Avancini	Av. Rebouças, 89	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
Augusto José Avancini	n/c	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
37. Augusto Pedalini⁴⁸	n/c	-	-	-
38. Aurelio Marazzi	n/c	-	n/c	n/c
39. Avelino Leite de Aquino	Rua Girassol, 14	-	n/c	Construtor em cemitérios
40. Benedicto Bettoi	Rua Rodovalho Junior, 37	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 71
41. Benedito de Moraes Silva	Rua Benta Pereira, 46 (Santana)	-	n/c	Construtor em cemitérios
42. Benjamin N. Abreu	Rua José Bonifácio, 154	Rua Duque de Caxias 393	Secretaria da Agricultura	Agrimensor/ licença 380
43. Bruno Cocianovich	n/c	-	Secretaria da Agricultura	Projetista-construtor em todo o Estado
Bruno Cocianovich	Rua Alagoas, 8	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 199

⁴⁸ Inscrição identificada como sem efeito.

Bruno Cocianovich	Rua Senador Feijó, 64/s.24	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto no Estado
44. Caetano Ruggieri	Rua Barata Ribeiro, 238	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto / licença 10
45. Carlos Cabral	Rua Conselheiro Brotero, 124	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 113
46. Carlos Coelho Lopes	Rua Uriel Gaspar, 21	-	n/c	Construtor em cemitérios
47. Carlos Ferraci	Rua Líbero Badaró, 196	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Carlos Ferraci	Rua Líbero Badaró, 55	Rua Henrique Sertório, 27	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
48. Carlos Martins Hanck	Rua Conego Eugenio Leite, 163	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 423
49. Carlos Mess	Rua Sen.Paulo Egidio, 18	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
50. Celso Ramalho da Silva	Rua 11 de Agosto, 7 A/sob.	Rua Goiaz, 11	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
51. Daniel de Biasi	Pça. da Sé, 94B	Av. Celso Garcia, 250	CREA	Construtor para Capital
52. David Domingues Ferreira	Rua Maria Teresa, 5	Rua Nilton Prado, 38	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 294
53. Diogenes Armani	Rua Dr. Gabriel Dias, 18	-	CREA	Construtor para Capital
54. Domingos Malafronte	Rua Visconde Parnahyba, 119	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 467
55. Domingos Tortola	Av. Dr. Arnaldo, 14	Rua Conego Eugenio Leite, 1060	n/c	Construtor em cemitérios
56. Elcio Bento Silverio	n/c	-	n/c	Projetista-construtor
57. Ernesto Moreira Guedes	Rua João Moura, 102 A	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
Ernesto Moreira Guedes	Rua João Moura, 650	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
58. Ettore Arcari	Rua Scipião, 129 (Lapa)	-	n/c	Construtor em cemitérios
59. Felipe Ragusa	Rua Bairão, 4	-	CREA	Construtor para Capital
Felippe Ragusa	Rua Bairão, 54	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
60. Fernando Corazza	Rua 12 de Outubro, 101	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 175
61. Fernando Ourichio Prota	Rua São Bento, 224	Rua Alves Guimarães, 483	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Fernando Ourichio Prota	Rua São Bento, 224/s.7	Rua Alves Guimarães, 483	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
62. Fernando Simões	Rua Líbero Badaró, 35/s.6	Rua Augusta, 563	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 504
63. Flavio Neto Costa	Rua Portugal (Ouvidor), 14	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
Flavio Netto Costa	Rua Ouvidor Portugal, 106	-	Prefeitura da Capital ⁴⁹	Projetista-construtor Capital
64. Florencio Prota	Rua 15 de Novembro, 44	Rua Quintino Bocaiuva, 5	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 247

⁴⁹ Licença restrita.

65. Francisco Corazza	Rua Clemente Alvares, 113	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 104
66. Francisco d’Onofrio	Pça. da Sé, 247	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Francisco d’Onofrio	Rua João Antonio de Oliveira, 216	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
67. Francisco Di Pace	Rua Asdrúbal do Nascimento, 62	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 88
68. Francisco Ferreira Cintra	Rua São Bento, 200/s.3	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto / licença 313
69. Francisco Martins Pompêo	Pça. da Sé, 3/s.3	Rua Carlos Botelho, 60	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 43
70. Francisco Riggio	Rua Monteiro de Mello, 22	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 107
71. Frederico Fantz	Av. Rodrigues Alves, 98	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 544
72. Germano Oltramari	Av. Agua Branca, 891	-	Prefeitura da Capital ⁵⁰	Projetista-construtor Capital
Germano Oltramari	Rua Dr. Ornellas, 117	-	CREA	Construtor para Capital
73. Guerino Banzoli	Rua Francisco Dias Velho, 237	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Guerino Banzoli	Rua Francisco Dias Villa, 237	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
74. Gustavo Mazzola	Rua Campineiros, 33	-	CREA	Construtor para Capital
75. Honorato Bontempo	Rua Visconde de Parnaíba, 3122/casa 3	-	n/c	Construtor em cemitérios
76. Hugo Porta	Rua Coronel Cintra, 262	-	n/c	Construtor em cemitérios
77. Icao Marmo	Rua Abolição, 77	-	CREA ⁵¹	Arquiteto
78. Italo Bozzani	Rua Augusta, 747	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 219
79. Jacob Corazza	Rua Afonso Sardinha, 117	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Jacob Corazza	Rua Barão Jundiai, 37 A	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
80. Japir Radessa	Rua São Bento, 389/4º and.	Rua da Consolação, 205	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
81. João Antonio dos Passos	Rua da Consolação, 118/sob.	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 149
82. João B. Soares de Queiroz	Rua Pires da Mota, 839	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 278
83. João Del Nero⁵²	Rua Major Quedinho, 49	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 115
84. João Falco	Rua Tavares Bastos, 73	-	CREA	Construtor para Capital
João Falco	Rua Tucuna, 606	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital

⁵⁰ Licença restrita.

⁵¹ Em 17/05/1935 seu nome passou para o livro de registros de **diplomados**, folha 27.

⁵² Funcionário municipal.

85. João Ferreira Teixeira	Rua Conselheiro Ramalho, 413/sob.	-	Secretaria da Agricultura	Agrimensor/ licença 339
86. João Morvillo	Pça. do Patriarca, 8/3º and.	Aal. Itú, 27	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 526
87. João Perrucci	Rua Monteiro de Mello, 1	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
88. Joaquim Papa	Rua Orville Derby, 18	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
89. Jorge Delpy	Rua Toledo Barbosa, 191	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 372
90. José Augusto Avancini	Rua Conego Eugenio Leite, 153	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
91. José Augusto Bellucci	Rua Líbero Badaró, 10	Al. Itú, 161	CREA ⁵³	Arquiteto
92. José Bebber	Rua Silva Bueno, 1176	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 469
93. José Bueno de Gouveia Horta	Pça. da Sé, 53/s.252	Rua Jorge Tibiriça, 16	Secretaria da Agricultura	Agrimensor
94. José Camilo de Souza	Rua Líbero Badaró, 35	Rua Conselheiro Nébias, 1320	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
95. José Cevenini	Rua Seminário, 35/sob.	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
96. José de Paula Machado	Rua São Bento, 20/s.49	Rua Batataes, 31	Escola de Belas Artes de São Paulo	Arquiteto
97. José Ferraresi	Rua Alves Ribeiro, 6	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
José Ferraresi	Rua Mazzini, 447	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
98. José Francisco Aranha	Rua Conselheiro Brotero, 142	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 482
99. José Guardino	n/c	-	Prefeitura da Capital ⁵⁴	Projetista-construtor Capital
100. José Manoel dos Santos	Rua Antonio Lobo, 13 A	-	Secretaria da Viação	Arquiteto/ licença 21
101. José Miranda	Rua Arthur de Azevedo, 73 A	-	CREA	Construtor para Capital
102. José Monteaperto Filho	Rua Morato Coelho, 745	-	n/c	Construtor em cemitérios
103. José Monteiro	Rua Pimenta Bueno, 50	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
104. José Moraes Herling	Rua Piracicaba, 712 (Santo Amaro)	-	Prefeitura de Santo Amaro	Construtor para Capital
105. José Nappi	Lgo. do Tesouro, 21/s.12	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
José Nappi	Rua Chavantes, 37	-	CREA	Construtor para Capital
106. José Pelhón	n/c	-	Secretaria da Viação	Arquiteto / licença 23
107. José Pierri	Rua Bom Pastor, 2801	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
José Pierri	Rua Bom Pastor, 439	-	CREA	Construtor para Capital
108. José Ramos Nogueira	Av. Angelica, 2568	-	Secretaria da Viação	Arquiteto

⁵³ Registro transferido para o livro de **diplomados**, folha 27.

⁵⁴ Licença restrita.

109. José Rossi	Rua Agostinho Gomes, 2480	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
110. José Tangari	Rua Conselheiro Saraiva, 532	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto no Estado
111. José Victorio Viadana	Rua 12 de Outubro, 20	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
José Vitorio Viadana	Rua Tenente Landi, 281	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
112. Julio Albieri	Rua Boa Vista, 11	Estrada do Limão, 14	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
113. Julio Luiz Amadio	Rua Senador Flaquer, 172	-	n/c	Construtor
114. Justino de Campos Lomba	Rua Pinto Ferraz, 35	-	CREA ⁵⁵	Contra-almirante e engenheiro naval
115. Leonardo Nardini	Rua São Bento, 36/s.4	Rua Paraíso, 19	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
116. Luis Espinheira	Pça. do Patriarca, 8 (Rex Hotel)	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 156
117. Luis Salvatti	Rua Ricardo Gonçalves, 27	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
118. Luiz Asson	Pça. da Sé, 3/5º and.	Av. Guarulhos, 32 (Penha)	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
119. Luiz Bahia	Rua Quirino de Andrade, 17	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
120. Luiz Bianco	Pça.da Sé, 43	Av. Moema, 1	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
Luiz Bianco	Rua Loefgren, 1418 (?)	-	Secretaria da Agricultura	Engenheiro-arquiteto Estado
121. Luiz Mendes Gonçalves	Rua Barão de Tatuhy, 5	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 353
122. Luiz Paglinca	Rua Barão de Ladario, 186	-	Prefeitura da Capital ⁵⁶	Projetista-construtor Capital
Luiz Pagliusa	Rua Rodrigues dos Santos, 100	-	Prefeitura da Capital ⁵⁷	Construtor para Capital
123. Luiz Plantullo	Rua Lavapés, 126	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 460
124. Luiz Soares de Gouvêa	Av. Sabiá, 268	-	Secretaria da Agricultura	Projetista, construtor e agrimensor
125. Manoel Cozzolino	Rua Dep. Manoel Lacerda Franco, 18	-	Secretaria da Viação	Arquiteto
126. Manoel de Souza	Rua Jabotão, 411	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
127. Manoel Pacheco de Souza	Rua da Consolação, 292	-	n/c	Construtor em cemitérios
128. Manoel Rubessi de Faria	n/c	-	Secretaria da Agricultura	Agrimensor no Estado
129. Mennotti Pannunzio	Rua Alvares Penteado, 29/1º and.	Santo André	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
130. Miguel Lettieri Netto	Rua Condessa de São Joaquim, 50	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 19
131. Miguel Vignola	Rua Cruzeiro, 47	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital

⁵⁵ Licença precária 33.

⁵⁶ Licença restrita.

⁵⁷ Licença restrita.

Miguel Vignola	Rua Cruzeiro, 47	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
132. Natale Fabrini	Rua Olavo Egydio, 23	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
133. Nuncio Rossi	Rua Humberto I, 787	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Nuncio Rossi	Rua Humberto Primo, 111	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
134. Amancio Chiode	Rua Líbero Badaró, 35	Al. Guacurús, 6	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
135. Oscar Krug	Lgo. do Tesouro, 1/s.40	Rua Machado de Assis, 27	Secretaria da Agricultura	Arquiteto e agrimensor
136. Paschoal Blasco	Rua Augusta, 159	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Paschoal Blasco	Rua Augusta, 25	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
137. Paulo Affonso Orozimbo de Azevedo	(ilegível)	-	n/c	Construtor para Capital
138. Paulo Seixas Porciuncula	Rua das Monções, 1	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto, construtor e agrimensor
139. Pedro de Moura	Al. Barão de Limeira, 130 A	-	Escola de Bellas Artes de São Paulo ⁵⁸	Arquiteto
140. Pedro Talarico	n/c	-	Escola de Bellas Artes ⁵⁹	Arquiteto
141. Pisso Fagnani	Rua Augusto Miranda, 72	-	CREA	Construtor para Capital
142. Rafael Lanzara	Rua Direita, 36/s.3	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto / licença 92
143. Ralph Pompêo de Camargo	Rua Bahia, 720	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto e agrimensor
144. Raul de Moraes Victor	Rua Tremembé, 2 A	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
145. Raul dos Santos Oliveira	Rua Tupi, 57	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 67
146. Raul Simões	Rua São Bento, 37/s.20	Rua Catumbi 13 A	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 65
147. Ricardo Guimarães Sobrinho	Av. Paulista, 1972	-	n/c	Projetista construtor e agrimensor
148. Ricardo Pavone	Rua Cardeal Arcoverde, 1183	Rua Conego Eugenio Leite, 891	n/c	Construtor em mármore, cantaria e similares
149. Ricardo Retondini	Caminho da Água Fria (Alto Santana)	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 229
150. Rodolfo Bontempo⁶⁰	Pça. da Sé, 247	-	Prefeitura da Capital ⁶¹	Projetista-construtor Capital
151. Rodolfo Gabriel Tartari	Lgo. do Tesouro, 1/s.35	Rua Muniz de Souza, 198	Escola de Bellas Artes ⁶²	Arquiteto
152. Rodolfo Schiesari	Rua Barão de Loreto, 22	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital

⁵⁸ Registro transferido para o livro de **diplomados**, folha 248.

⁵⁹ Registro transferido para o livro de **diplomados**, folha 39.

⁶⁰ Antes achava-se registrado como **Adolpho Bontempo**.

⁶¹ Carteira cassada em 24/09/1953.

⁶² Registro transferido para o livro de **diplomados**, folha 71.

153. Rogerio Vieira Tucci	Av. Celso Garcia, 432	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 356
154. Sebastião Braulino	Rua Serra de Araraquara, 1040	-	n/c	Construtor em cemitérios
155. Sebastião da Silva Pinto	Rua Matto Seco, 21	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Sebastião Silva Pinto	Rua B, 21 (Vila Deodoro/Cambuci)	-	CREA	Construtor para Capital
156. Silvestre Antonio Granato	Rua Casimiro de Abreu, 173	-	CREA	Construtor para Capital
Silvestre Antonio Granato	Rua Maria Marcolina, 874	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
157. Tito Ronchet Pistoresi	n/c	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 530
158. Vicente Branco	Pça. da Sé, 297	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Vicente Branco	Pça.da Sé, 43/s.531	Rua Conde Sarzedas, 220	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
159. Vicente Schiezari	Rua Líbero Badaró, 23	Rua Barão de Loreto, 22	Escola de Bellas Artes de São Paulo ⁶³	Arquiteto
160. Vitor Darienzo	Rua Xingú, 99	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 473
161. Yoshimi Hachebe	Lgo. do Paissandú, 72/s.1609	-	n/c	n/c
162. Irmãos Falcone	Rua Carnot, 486	-	n/c	Construtores em mármore, cantaria e similares

Como os registros abarcam um longo período, os nomes que se repetem identificam os construtores que se registraram mais de uma vez ao longo de quase 30 anos. Ao longo das décadas, alguns licenciados passaram pela formação de ensino superior, migrando, como indicamos nas notas de rodapé, para o livro de diplomados. Mais uma vez, entre os brasileiros uma maioria de italianos naturalizados ou filhos de italianos nascidos no Brasil, casos de Vicente Branco, Francisco Corazza e Rafael Lanzara. Vejamos, adiante, a relação de italianos.

⁶³ Registro transferido para o livro de **diplomados**, folha 16, em 28/02/1935.

Tabela 8. Relação de **ITALIANOS** habilitados pela Prefeitura Municipal/CREA

NOME	ENDEREÇO ESCRITÓRIO	ENDEREÇO RESIDÊNCIA	LOCAL LICENCIAMENTO	HABILITAÇÃO
1. Abondio Umberto Gandolfo	Rua Dr. Pinto Ferraz, 53	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 310
2. Adolpho Zoccola	Rua Líbero Badaró, 46	Rua Augusta, 333	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
3. Agide Gorgatti	Al. Santos, 218	-	CREA	Construtor para Capital
4. Agostinho De Rosa	Rua Oliveira Alves, 193	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 536
5. Agostinho Morone	Rua Antonio Raposo, 247	-	Prefeitura da Capital ⁶⁴	Projetista-construtor Capital
Agostinho Morone	Rua Antonio Raposo, 51	-	CREA	Construtor para Capital
6. Alberto Tanganelli	Rua Herval, 35 A	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
7. Aldo Lanza	Rua José Bonifácio, 73	Rua Chuy, 6	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 235
8. Alexandre De Battisti	Rua Vergueiro, 674	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 96
9. Alexandre Rosignoli	Rua Ezequiel Freire, 28	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
10. Amadeu Zuolo	Rua Agostinho Gomes, 104	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
11. Amleto Nipote⁶⁵	n/c	-	-	-
12. Angelo Bitelli	Rua Parecis, 51	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 47
13. Angelo Christofaro	Av. Rebouças, 79	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 297
14. Angelo Conte	Rua Tamandaré, 190	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
15. Angelo Lodi	Rua Arruda Alvim, 136	-	n/c	Construtor em cemitérios
16. Angelo Marini	Rua Silva Bueno, 1775	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 350
17. Angelo Nappi	Estrada da Cantareira, 165	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
18. Angelo Reina	Rua Pedroso de Moraes, 40	-	CREA	Construtor para Capital
Angelo Reina	Rua Pedroso de Moraes, 430	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
19. Annibal De Saint-Aubin	Rua 14 de Julho, 11	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 20
20. Antelo Del Debbio	Rua Conego Eugenio Leite, 1092	-	n/c	Escultor em cemitério

⁶⁴ Registro cancelado conforme ofício do CREA de 01/10/1954.

⁶⁵ Inscrição identificada como sem efeito.

21. Antonio Alfonso de Simone	Rua Paula Ney, 91	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
Antonio de Simone	Rua Caramurú, 377	-	Prefeitura da Capital ⁶⁶	Projetista-construtor Capital
22. Antonio Ambrogi	n/c	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
23. Antonio Fiore	Rua Silvia, 4	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 163
24. Antonio Fugulin Junior	Rua Direita, 7	Rua Manoel Dutra, 9	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
25. Antonio Rodriguez	Rua Líbero Badaro, 10/4º and.	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
26. Aristides Finotti	Rua Vergueiro, 58	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
27. Armando Zago	Rua Bela Cintra, 478	-	n/c	Construtor em cemitérios
28. Arthur Travaglini	Rua Líbero Badaró, 10/2º and.	Rua Avandava, 48	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 360
29. Attilio Finucci	Rua Barão Ladario, 915	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Attilio Tinucci	Rua Barão de Ladario, 109	-	CREA	Construtor para Capital
30. Augusto Marchesini	Rua Wenceslau Braz, 22	Rua Lacerda Franco, 25	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 186
31. Augusto Pimazzoni	Rua Apiai, 74	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
32. Bartolomeu Coppola	Pça. Julio Mesquita, 89	-	Prefeitura da Capital	Construtor na Capital
33. Benedito Massarope	Rua Capitão Pacheco Chaves, 68	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
34. Biagio Biancardi	Rua Gomes Freire, 254	-	Prefeitura da Capital	Construtor na Capital
35. Boaventura João de Valentim	Rua Correa Dias, 489	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
36. Caetano de Léo	Rua Líbero Badaró, 314	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Caetano de Léo	Rua Teodoro Sampaio, 121	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
37. Caetano Farillo	Rua Artur Azevedo, 747	-	n/c	Construtor em cemitérios
38. Caetano Piccardi	Rua da Aclimação, 89	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 217
39. Caetano Reina	Rua Pedroso de Moraes, 131	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
Caetano Reina	Rua Pedroso de Moraes, 611	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
40. Carlos Ghiraldelli	Rua Benjamin Constant, 222/s.804	-	Prefeitura da Capital	Construtor na Capital
Carlos Ghiraldelli	Rua Juriti, 11	-	Prefeitura da Capital ⁶⁷	Projetista-construtor Capital

⁶⁶ Carteira cassada em 09/11/1953.

⁶⁷ Carteira cassada em 09/11/1953.

41. Carlos Grazia	Lgo. da Misericórdia, 6/ 4º and.	Rua Aurora, 83	Secretaria da Viação	Arquiteto/ licença 112
42. Carlos Medea	Rua Capote Valente, 98	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 463
43. Carlos Visconti	Rua Itariri, 6	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
44. Carmine Varletta	Rua Fernão Dias, 210	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Carmine Varlotta	Rua Oscar Freire, 332	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
45. Cirillo Bellettato	Av. Independencia, 69	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 365
46. Conrado Frassini	Rua Caiowas, 83	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
47. Costabile Amato	Rua Humberto I, 123	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
48. Cursio Giovannini	Rua Sargento Capistrano, 97	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Curzio Giovanini	Rua Martim Affonso, 30	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
49. Cypriano Terracuso	Al. Rocha Azevedo, 51	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
Cypriano Terracuso	Al. Rocha, 51	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
50. Daniel O Huzzi	Rua Madre de Deus, 23	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 263
51. Dante Cavazzini	Rua José de Alencar, 102/casa 3	-	Prefeitura da Capital	Construtor na Capital
52. Dante Galian	Rua Dr. Zuquim, 276	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
53. Dante Maziero	Rua Mazzini, 27	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
54. Del Cima Michele	Av. Tiradentes, 131	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 112
55. Domingos Del Papa	Rua Justo Azamabuja, 7	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 225
56. Domingos Pepe	Rua da Mooca, 501	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
57. Domingos Severino	n/c	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
58. Donato Varlota	Al. Lorena, 2127	-	n/c	Construtor em cemitérios
59. Elias Cezar	Av. Celso Garcia, 2	-	Secretaria da Agricultura ⁶⁸	Arquiteto/ licença 531
Elias Cezar	Rua Silveira Martins, 160	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto no Estado
60. Emiliano Belpiede	Rua da Consolação, 319	-	n/c	Construtor em cemitérios
61. Ernesto Misso	Rua Major Otaviano, 85	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 178
62. Eugenio Prati	Rua Conego Eugenio Leite, 1138	-	n/c	Construtor em mármore e cantarias

⁶⁸ Carteira cassada pelo CREA em 29/11/1954.

63. Evaristo de Vincenzo	Rua Cajurú, 112	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
Evaristo de Vincenzo	Rua Cajurú, 774	-	Prefeitura da Capital ⁶⁹	Projetista-construtor Capital
64. Felisberto Ranzini	Rua Santa Luzia, 31	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 539
65. Felix Zoccola	Rua 11 de Agosto, 23	-	Prefeitura da Capital ⁷⁰	Construtor para Capital
66. Fernando Bressiani	Rua Fabio, 33	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
67. Ferruccio Rosin	Rua Gabriel Piza, 312	-	CREA	Construtor para Capital
68. Fortunato Purchio	Al. Nothmann, 256	-	Secretaria da Viação	Arquiteto
69. Francisco Antonio Giorgi	Rua Jaraguá, 120	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
Francisco Antonio Giorgi	Rua Jaragua, 702	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
72. Francisco Battazzi	Rua 15 de Novembro, 23	Rua do Hipodromo, 138	Secretaria da Viação	Arquiteto/ licença 22
73. Francisco Napoli	Pça. da Sé, 247	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Francisco Napoli	Rua Agostinho Gomes, 116	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
74. Francisco Regnani	Rua Felipe de Oliveira, 61/s.4	Rua Bresser, 580	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 428
75. Francisco Santoro	Rua Padre Adelino, 1570	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Francisco Santoro	Rua Serra do Jaire, 151	-	CREA	Construtor para Capital
76. Francisco Tosto	Rua 13 de Maio, 216	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 130
77. Francisco Verrone	Av. Água Branca, 166	Av. Água Branca, 100	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
78. Franco Juliani	Rua Mairink, 20	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
79. Francisco de Cordis	Rua Bernardino de Campos, 2 A	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 78
80. Galileo Emendabili	Rua Maria Figueiredo, 369	-	n/c	Construtor em mármore e cantaria
81. Genaro Ferro	Rua Pedro Vicente, 81	-	CREA	Construtor para Capital
82. Genaro Luciano Orsini	Rua Bom Pastor, 55	Rua Labatut, 79	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 244
83. Gino Casolaro	Av. Dr. Arnaldo, 90	-	n/c	Construtor em mármore e granitos
84. Gino Pinotti	Rua José Getúlio, 328	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 137
85. Giovanni Battista Salimbeni	Rua Conde de Irajá, 50	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
86. Giovanni Bianchi	Rua São Bento, 36	Rua dos Belgas, 7	Secretaria da Agricultura ⁷¹	Arquiteto/ licença 459

⁶⁹ Licença restrita.

⁷⁰ Registro cancelado em 17/05/1954.

⁷¹ Vide registro de **diplomados**, folha 289, em 13/10/1936.

87. Guido Puccinelli	Rua Cubatão, 81	-	CREA	Construtor para Capital
88. Ignacio Ferrara	Rua Joaquim Piza, 132	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Ignacio Ferrara	Rua Joaquim Piza, 26	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
89. João Copertino	Rua Sinimbú, 245	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
90. João Furtinger	Rua Direita, 7	Rua Sena Madureira	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
91. João Galimberti	Rua Eça de Queiroz, 6	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
92. João Mischi	Rua Backer, 24	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
João Mischi	Rua Baier, 24	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
93. João Perissinotto	Rua Dr. Sergio Meira, 163	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto / licença 251
94. João Romeu Murari	Rua Conselheiro Furtado, 521	-	CREA	Construtor para Capital
95. João Strapetti	Av. Pompeia, 663	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
João Strapetti	Av. Pompeia, 75	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
96. João Victor Longo	Rua 11 de Agosto, 66/s.23	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 286
97. José Antonio Buffo	Lgo. Gal. Osório, 9	Rua Apiai, 117	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 224
98. José Boninsegna	Rua Agostinho Gomes, 83	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
99. José Calafate	Rua Mercurio, 11	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 479
100. José Camera	Rua Direita, 6	Rua Silveira Campos, 28	CREA	Construtor para Capital
101. José Chiapori	Rua José Bonifácio, 73	Rua Martiniano de Carvalho, 84	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 234
José Chiappori	Rua José Bonifácio, 250/12º and.	-	Secretaria da Agricultura ⁷²	Arquiteto/ licença 234
102. José Daidone	n/c	-	Prefeitura da Capital ⁷³	Projetista-construtor Capital
José Daidone	Rua Capitão Pacheco Chaves, 70	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
103. José de Florio	Rua Eugenio de Medeiros, 124	-	n/c	Construtor em cemitérios
104. José di Grado	Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 1082	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
105. José Fugulin	Rua São Vicente, 20	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto

⁷² Registro cancelado em 30/04/1954.

⁷³ Carteira cassada em 09/11/1953.

106. José Galvani	Rua Rodovalho Junior, 175 (Penha)		Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
José Galvani	Rua Rodovalho Junior, 815	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
107. José Lippi	Av. Jandira, 22	-	CREA	Construtor para Capital
José Lippi	Av. Jandira, 22	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
108. José Lopomo	Rua Caiowas, 108	-	CREA	Construtor para Capital
109. José Martuscelli	Rua Bella Cintra, 167	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 203
110. José Minozzi	Rua José Maria Lisboa, 172	-	CREA	Construtor para Capital
111. José Pecora	Rua Arthur de Azevedo, 38	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
112. José Rossi	Rua Lino Coutinho, 593	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
113. José Sacchetti	Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 453	-	Secretaria da Viação	Arquiteto/ licença 03
114. José Speria	Rua Anhaia, 32	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 89
115. José T. Romano	Rua Faustolo, 201	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
116. José Troise	Rua Piratininga, 57	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
117. José Zannone	Rua São Miguel, 4	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
118. Julio Fabri	Rua Silva Bueno, 894	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
119. Julio Zaveri	Rua Conselheiro Brotero, 37	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 375
120. Leonardo Testoni	Rua Waldemar Doria, 4	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
121. Leone Colombo	Av. Paes de Barros, 12	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
Leone Colombo	Av. Paes de Barros, 226	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
122. Luciano Ferreri	Rua Marconi, esquina c/Rua 7 de Abril	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
123. Luis Corona	Av. Felicio Fagundes Filho, 12	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 527
124. Luis Rossi	Rua Alfredo Pujol, 106	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 172
125. Luiz d'Amaros	Rua Piratininga, 151	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
126. Luiz Jelen	Rua Arcoverde, 1171	-	n/c	Construtor em mármore e cantarias
127. Luiz Marra Tangari	Rua Conselheiro Saraiva, 56	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
128. Mario Sterchele	Av. Jandira, 6	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
Mario Sterchele	n/c	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital

129. Mauro Perrucci	Rua Conselheiro Brotero, 338	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Mauro Perrucci	Rua Conselheiro Brotero, 58	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
130. Melchior Barbieri	Rua Joaquim (?)	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Melchior Barbieri	Rua Joaquim Piza, 22	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
131. Miguel Collarile	Pça. da Sé, 14/s.5	Rua 21 de Abril, 122	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
Miguel Collarile	Rua Antonio Fonseca, 4	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
132. Miguel Maia	Rua João Moura, 465	-	Secretaria da Viação	Arquiteto em todo o Estado
Miguel Maia	Rua São Bento, 20	Rua Eptacio Pessoa, 26	Secretaria da Viação	Arquiteto/ licença 14
133. Miguel Perfetto	Rua Carlos Meira, 124	-	CREA	Construtor para Capital
Miguel Perfetto	Rua Carlos Meira, 124	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
134. Narciso Frediani	Rua Voluntarios da Patria, 234	-	Secretaria da Viação	Arquiteto/ licença 04
135. Natale Filippi	Pça. da Sé, 43	Rua Carandirú, 20	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 157
136. Nicodemo Roselli	Rua 7 de Abril, 23	-	n/c	Construtor em mármore, cantaria e similares
137. Nicola Carratú	Al. Franca, 11	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
138. Nicolino de Gregorio	Rua Cavoca, 120	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
139. Olindo Bonomo	Pça. da Sé, 108	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Olindo Bonomo	Pça. da Sé, 34	Rua dos Trilhos, 124	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
140. Orestes Biolcati	Rua Dr. Ubaldo Amaral, 18	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
141. Palmorino Monaco	Rua Andre Leão, 152	-	n/c	Construtor em mármore, cantaria e similares
142. Paschoal Buono	Rua Tapuias, 133	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
143. Paschoal Otajano	Rua Rodrigo Silva, 24	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 455
144. Paschoal R. Purcio	Rua Líbero Badaró, 35	Rua Jaragua, 99	Secretaria da Viação	Arquiteto/ licença 28
145. Paulo d'Amore	Rua Capitães Mores, 326	-	Prefeitura da Capital ⁷⁴	Projetista-construtor Capital
146. Pedro Amadesi	Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 4201	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital

⁷⁴ Carteira cassada em 07/07/1955. Voltou a ter “livre exercício da profissão” em 24/10/1955.

Pedro Amadesi	Pça. da Sé, 247/s.121	-	Prefeitura da Capital ⁷⁵	Projetista-construtor Capital
147. Pedro Schiavetti	Rua Boa Vista, 18/s.66	Rua Amaral Gama, 19	CREA	Construtor para Capital
148. Romano Avanzini	Rua Progresso, 33	-	CREA	Construtor para Capital
149. Romano Giordano	Rua Alvaro Anes, 2	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
150. Romano Valenti	Rua Mazzini, 84	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto
151. Rosario Calabresi	Rua 13 de Maio, 285	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
Rosario Calabresi	Rua 13 de Maio, 908	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
152. Salvador de Rosa	Rua Cipriano Barata, 2011	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Salvador de Rosa	Rua Cipriano Barata, 337	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
153. Salvador Guardino	n/c	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Salvador Guardino	Rua Joaquim Antunes, 87	-	CREA	Construtor para Capital
154. Salvatore Ceraldi	Av. Conceição, 138B	-	Regio Instituto Tecnico de Cosenza, como geometra	Agrimensor
155. Santo Giovanini	Lgo. São José Maranhão, 236	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
Santo Giovanini	Rua Líbero Badaró, 41/s.11	Rua Antonio de Barros, 122	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
156. Silvino Reggi	Rua Oscar Freire, 299	-	CREA	Construtor para Capital
157. Tito Oliani	Rua Oliveira Alves, 134	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
158. Ulisses Moretti	Av. Independencia, 75	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
159. Vicente Ferrari Junior	Rua Líbero Badaró, 48	Rua Genebra, 12	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 174
160. Temistocles Marazzi (naturalizado)	n/c ⁷⁶		CREA	Construtor para Capital
161. Fernando Bressiani (naturalizado)	Rua Moraes e Silva, 125	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
162. João Romeu Murari (naturalizado)	Rua Conselheiro Furtado, 51	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
163. Leonardo Testoni (naturalizado)	Rua Waldemar Doria, 4	-	CREA	Construtor para Capital
164. Guido Puccinelli (naturalizado)	Rua Cubatão, 555	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital
165. Amadeu Zuolo (naturalizado)	n/c	-	Prefeitura da Capital ⁷⁷	Projetista-construtor Capital

⁷⁵ Licença restrita.

⁷⁶ Não é possível ver o endereço devido à imagem truncada.

⁷⁷ Licença restrita.

166. Aristides G.de Romano (naturalizado)	Rua São Bento, 36	Rua Salette, 74	Secretaria da Viação	Arquiteto agrimensor
167. Guilherme Malfatti (naturalizado)	Trav. do Comércio, 3/3º and.	Rua Fernando Albuquerque, 50	CREA ⁷⁸	Arquiteto
168. João Bertacchi (naturalizado)	Al. Gleite, 106 A	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 116
169. João Pizzini (naturalizado)	Rua Gaspar Lorenzo, 27	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 500
170. Miguel Pescuma⁷⁹ (naturalizado)	Av. Rebouças, 55	-	Prefeitura da Capital	Construtor para Capital
171. Narciso Mariotti (naturalizado)	Rua Líbero Badaró, 346/2º and.	Rua Tambaú, 15B	Secretaria da Agricultura	Arquiteto e agrimensor/ licença 227
172. Picagli Menotti (naturalizado)	Rua Brigadeiro Galvão, 146	-	Secretaria da Agricultura	Arquiteto/ licença 437
173. Temistocles Marazzi (naturalizado)	Al. Cleveland, 589	-	Prefeitura da Capital	Projetista-construtor Capital

Um pouco mais numerosos que os nacionais, os italianos (**173**) dominam o quadro da construção civil entre os não-diplomados. Entre eles, o maior número de carteiras profissionais cassadas. Tentando garantir a continuidade da atuação dos mesmos, vejamos a trajetória de Vicente Branco.

⁷⁸ Registro transferido para o livro de **diplomados**, pela Escola de Bellas Artes de São Paulo.

⁷⁹ Funcionário municipal.

3.2. O Presidente Vicente Branco

“Ontem, às 13 horas e meia, quando viajava no interior de um bonde da linha de “Santo Amaro”, o projetista-construtor Vicente Branco, de 53 anos, brasileiro, residente a rua João Paes n. 165, foi agredido e ferido, por um indivíduo desconhecido.”

(O Estado de S.Paulo, 1945)

Assim passou seu dia o respeitado, elegante e correto Vicente Branco, tal como nos lembra o “Estadão” e as memórias de sua filha Luiza Branco.⁸⁰ A agressão sofrida pelo construtor seria algo menor entre as muitas lutas que enfrentaria até sua morte em 1971. Branco, ou Bianco em algumas grafias, teve papel fundamental na campanha pela continuidade da atuação dos não-diplomados após o CREA-SP baixar a resolução n.1 de 1935, que impedia os “arquitetos licenciados” de dirigir obras que exigissem cálculos estruturais. Não foram poucos os licenciados que a partir de 1935 tiveram suas habilitações suspensas por conta do ato. Caso do toscano Alberto Tanganelli, que entrou com o seguinte “mandado de segurança” em 1936:

Mandado de Segurança

Mandado de segurança passado a favor de Alberto Tanganelli

O Doutor Antonio Bueno Barbosa, Juiz Federal da secção do Estado de S.Paulo. Attendendo ao que foi requerido e depois de ouvido os interessados, mandei passar o presente Mandado de Segurança a favor de Alberto Tanganelli para que o mesmo possa, no exercício de sua profissão de arquiteto licenciado nos limites da respectiva licença, fazer projectos e construções que exijam cálculos de resistência e estabilidade, tudo de acordo com a seguinte outorga: etc etc.

⁸⁰ Nas muitas tentativas de conseguir encontrar os familiares dos construtores, nos deparamos com a grata surpresa de conhecer a filha de Vicente Branco. Do alto de seus mais de 80 anos, narrou com maestria e comovente paixão a trajetória do pai. À dona Luiza, pela simpatia e carinho, mais uma vez os meus sinceros e afetuosos agradecimentos.

Anotado 14-07-36

Processo 102.420-36-Ofício do Juiz Federal A. Bueno Barboza, comunicando ficar suspenso, até nova comunicação o ato n.1 do CREA da 6ª Região de maneira que não sirva de embargo ao exercício da profissão do atual arquiteto.

22-12-36

Despacho:

Anote-se, devolvendo ao requerente a certidão original do mandado concedido pelo Ilm Juiz dos Feitos da Fazenda Nacional em São Paulo, para que o interessado exerça a sua profissão de arquiteto com a amplitude do dispositivo do art. 30 do Decreto Federal n.23.569 de 11 de dezembro de 1933.

30.9.38

a) Galliano

(Livro de Registro de Construtores, PMSP/CREA)⁸¹

Como já observamos tanto nos dispositivos das leis da década de 1920, quanto no decreto de 1933, a possibilidade jurídica de continuidade dos não-diplomados deve ser enquadrada não numa falha das leis que regulamentaram a profissão, mas na própria importância quantitativa, conforme evidenciamos em todos os registros analisados, e qualitativa das centenas de não-diplomados. Ora, houve pressão e luta dos mesmos contra a nova ordem. As artimanhas jurídicas passaram por um cabo de guerra que ora dava ganho de causa aos licenciados, ora lhes caçava a licença.

Nem mesmo o prestigiado José Chiappori, o antigo parceiro de Giulio Micheli na construção do Viaduto Santa Efigênia, e supostamente diplomado em engenharia industrial em Turim, escapou das sanções do supremo Conselho. Chiappori ouviu um sonoro “nada há a deferir” do diretor, e engenheiro diplomado pela Politécnica de São Paulo, Benjamin Egas:

⁸¹ Os mandados de segurança eram, geralmente, transcritos pelos funcionários da Diretoria de Obras no verso das próprias páginas de registro dos construtores.

Pelo processo 40.688-36 pediu reconsideração de despacho dado ao processo 31.885-36, alegando ser ilegal o ato n.1 do CREA da 6 região a vista do qual foi indeferido o processo 31.885. Depois do tramites legais e ouvido o Dep. Judiciario, foi pelo Sr. Benjamin Egas, Diretor do Dep de Obras o seguinte despacho: 'Nada há a deferir': 14-7-36

a) Benjamin Egas.

(Livro de Registro de Construtores, PMSP/CREA)

Com efeito, o Ato nº 1 do CREA-SP é a continuidade de uma tensão estabelecida anteriormente. Recuemos novamente à década de 1920. Na urgência dos debates liderados por Alexandre de Albuquerque no Instituto de Engenharia e nas tensões decorrentes dos discursos contra os *boçais* licenciados, um grupo de “constructores” majoritariamente composto por italianos, ou descendentes, conclama uma reunião de emergência e lança as bases do primeiro “Centro dos Constructores de S.Paulo”:

A Profissão de Engenheiros

A reunião da classe de empreiteiros e constructores

Realisou-se domingo, á rua Quintino Bocayuva, n.41, a reunião marcada dos empreiteiros-constructores, que trataram dos interesses concernentes á classe. A reunião foi presidida pelo Sr. Francisco Martins Pompêo, secretariado pelos srs. Antonio Santos Oliveira e Antonio Andrade, tratando-se da fundação de uma sociedade que zelee pelos interesses da classe e tambem de lançar um protesto contra o projecto apresentado á Camara dos Deputados. Neste sentido, foi enviada á mesa uma representação, bem fundamentada e assignada por grande numero de interessados, representação esta lida e unanimemente aprovada.

Deliberou-se nomear entre os presentes uma comissão provisoria encarregada de planear o caminho para o futuro da projectada sociedade, visando dar incremento ás justas aspirações da classe. Esta comissão está assim constituída: srs. Angelo Conte, Antonio Pugliesi; Jorge Bucchigniani, Luis Cagliati, Alfredo Alves Cabral, Julio Pereira dos Santos, Vicente Bracco, Francisco de Boni, **Vicente Branco (destaque nosso)**, Henrique Michetti e Bernardo Hnerique Valente.

Reunidos no dia 2 do próximo mez, no mesmo salão, ás 10 horas, tratarão os interessados de inculir no animo geral as bases da sociedade. No domingo 6 de novembro reunir-se-a classe para novas deliberações. Os convocadores pedem por nosso intermédio o comparecimento de

todos os interessados para, assim, dar-se mais amplo descortino aos seus designios. Foi também lançado um voto de agradecimento a “O Combate”, pela atitude que tomou em prol da grande causa liberal.

(O Combate, 31/10/1921)

No limiar entre a tramitação da lei de regulamentação e sua aprovação, a reação dos não-diplomados se fez fundamental e certamente obstruiu, com uma base sólida de construtores-projetistas que atuavam há pelo menos uma década – casos de Vicente Branco, Angelo Conte e Francisco Martins Pompêo – uma lei que sem a oposição dos mesmos teria sido ainda mais restritiva. De fato, publicar tal conclamação em “O Combate”, desvela uma renhida luta, material e simbólica, entre a classe dos “engenheiros” e a classe dos “empreiteiros-construtores”. Ainda em 1921, menos de um mês depois, o grupo lança suas eleições e define seus líderes:

Conforma fôra annunciado realizou-se domingo, no prédio 41, da rua Quintino Bocayuva a reunião dos socios desta novel agremiação, cujo unico escopo era a eleição da directoria que terá de gerir os destinos da sociedade aos membros que for confiada. A eleição decorreu bastante animada, a ella comparecendo grande numero de associados que debaixo do maior entusiasmo suffagaram os nomes dos seguintes srs.: presidente, Angelo Conte; vice-presidente: Antonio Puglisi; secretario, Jorge Bucchigniani; vice-secretario, Luis Cagliati; thesoureiro, Alfredo Alves Cabral; vice-thesoureiro, Julio Pereira dos Santos. Conselheiros: Vicente Bracco, Francisco de Boni, **Vicente Branco (destaque nosso)**, Henrique Michetti e Bernardo Valente. A directoria eleita tomou posse dos cargos que a cada um de seus membros foi confiada. Após a eleição usaram da palavra diversos oradores que com palavras repassadas de entusiasmo enaltecem o valor dos recém- eleitos, homens distintos, honestos e trabalhadores e que forçosamente farão prosperar a sociedade, fazendo com que ella extenda seus benefícios á classe dos constructores de São Paulo.

(O Combate, 23/11/1921)

A própria denominação do “centro” é a grande distinção dos “honestos” homens ali reunidos. Registrados como licenciados desde 1924, os mesmos passavam a usar o termo “constructor”, sintoma do início da interdição dos termos “científicos” engenheiro

e arquiteto destinado apenas aos diplomados. Protagonista desde o início, Vicente Branco, de conselheiro alcança a presidência do centro, tornado sindicato em 1933.

Daí decorre sua posição de destaque em 1935, quando passa a visitar constantemente o Rio de Janeiro em busca de uma solução para o impasse do Ato nº1 junto ao Ministério do Trabalho e ao Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, naquele momento presidido pelo arauto da ordem do diploma, o engenheiro e professor Adolfo Morales de Los Rios Filho. Suas visitas, além de desvelarem as tensões decorrentes da regulamentação da profissão, sintetizam a mudança dos tempos e da tecnologia. Em 1935, foi de “trem nocturno” para a Capital da República. Em 1939, ao lado de Oscar Americano, Horacio Lafer e outros figurões, toma o “1º avião”, do dia 13 de abril, da VASP (Viação Aérea São Paulo) para o Rio de Janeiro.⁸²

Como presidente do Sindicato de Construtores não só conseguiu amenizar as arbitrariedades do Ato nº 1, como aos poucos, sob os auspícios dos sindicatos patronais aparelhados pelo Governo Getúlio Vargas, já na ditadura do Estado Novo (1937-45), transformou o antigo Centro/Sindicato de Construtores no “Syndicato dos Industriaes e Construções”, que ao longo dos anos 40 se tonará o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Pequenas Estruturas. Habilidoso negociador, a partir de sua posição de presidente, acomodou tensões entre os sindicatos patronais e alçou largo voo, não demorando a ser tornar uma base de apoio ao grupo de Roberto Simonsen e a fazer parte da diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Em 1949, uma emblemática reportagem do “Jornal de Notícias” estampa uma foto de Vicente Branco numa entrevista. Discutindo, ao lado do arquiteto Eduardo Kneesse de Mello, a crise

⁸² Correio Paulistano, 13/04/1939. A VASP estabeleceu a primeira linha comercial entre São Paulo e Rio de Janeiro em 1936.

econômica brasileira e a escassez de cimento na construção civil, problema que se arrastaria até meados da década de 50.⁸³

Da luta pela continuidade dos não-diplomados - grupo do qual ele próprio fazia parte com a habilitação de “architecto” e posteriormente com a de “projetista-constructor para a Capital” - à presidência de um sindicato patronal, Branco fez sólida carreira na estreita relação entre o Sindicato da Indústria da Construção Civil e a FIESP. Nos anos 60, ainda podia ser visto no Viaduto Dona Paulina, indo para a sede do sindicato no Palácio Mauá com sua tradicional gravata borboleta.

Figura 103. Anúncio do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Pequenas Estruturas em 1966. **Fonte:** Acervo online do "Estado de S. Paulo".

⁸³ Jornal de Notícias, 10/06/1949.

Responsável pela crise de cimento a paralisação da importação do produto

A produção nacional é insuficiente — Cambio negro disfarçado — Declarações do arquiteto Eduardo Kneese de Mello e do presidente do Sindicato da Indústria de Construção Civil ao JORNAL DE NOTÍCIAS

A crise de cimento em todo o Estado e principalmente em São Paulo, onde o número de novas construções é bastante elevado, evidencia-se aos olhos de qualquer paulistano que deseja construir sua casa ou que de algum modo esteja ligado a pessoas que trabalham no ramo de construções.

Sabemos de gente que há muito tempo espera haver abundância de cimento para iniciar uma construção, e de construtores que após terem contratado a edificação de residências para determinado prazo se vêem obrigados a dilatar por tempo indeterminado o término da obra, devido unicamente à falta do elemento.

O custo da vida aumenta dia a dia. A maior parte do ordenado do trabalhador é consumida no pagamento do aluguel da casa, que, em nossa Capital atinge cifras espantosas. Qualquer aumento portanto no preço de materiais essenciais de um prédio residencial, acarretará elevação no aluguel.

O cimento está entre os materiais utilizados em grande escala nas construções e qualquer majoração em seu preço resultará em aumento do custo do prédio, e consequentemente na fixação de um aluguel mais elevado para o mesmo o que virá onerar ainda mais o custo da vida.

Segundo informações do Rio de Janeiro a Comissão Central de Preços tem sido sondada pelos produtores de cimento que pretendem aumentar o preço desse material, que, é voz corrente, é vendido bastante acima da tabela em São Paulo. Cogita-se também na elevação do preço do vidro plano, outro material de grande aplicação em construções de toda ordem, e cujo aumento de preço inevitavelmente virá também concorrendo, indiretamente, para o aumento do aluguel dos novos prédios.

Sobre a falta e aumento de preços desses dois importantes materiais que são utilizados em larga escala nas construções, a reportagem do JORNAL DE NOTÍCIAS procurou ouvir pessoas direta e indiretamente interessadas, isto é, construtores, o presidente do Sindicato da Indústria de Construção e engenheiros arquitetos.

ÚNICA SOLUÇÃO: AUMENTO DE PRODUÇÃO

Procuramos em primeiro lugar o arquiteto Eduardo Kneese de Mello, elemento de projeção em sua especialidade, autor de numerosos e notáveis projetos, que durante algum tempo foi, além do projetista, construtor.

Assim se manifestou a respeito do assunto:

— “A crise de cimento pode ser comparada à crise de habitações. Só há uma solução para o problema: aumentar a produção de maneira que ela seja suficiente para o consumo, pois até hoje temos tido falta do material. A produção tem sido inferior ao consumo e as

Em cima, o arquiteto Eduardo Kneese de Mello, e em baixo, o presidente do Sindicato da Indústria de Construção Civil, quando falavam ao JORNAL DE NOTÍCIAS

que três meses armazenado. Desse modo os particulares ficam impedidos de importar cimento. A solução seria o governo importá-lo, pois não lutaria — como os particulares — com tanta dificuldade para conseguir cambiais.

NECESSARIA A DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA

Prosseguindo as suas declarações, o sr. Vicente Branco afirma que se a produção nacional fosse distribuída equitativamente, de acordo com as necessidades dos construtores, e o governo consumisse nas obras públicas cimento importado, o problema da falta de material estaria solucionado imediatamente. Continuando, declara:

— “As obras públicas têm prioridade na requisição de cimento. De uma só vez é requisitado todo o cimento necessário para ela, o qual na maioria das vezes não é consumido integralmente e boa parte estraga-se com o tempo. Disso resulta prejuízo para todos os construtores e para o próprio governo.

Por que o Sindicato não constrói um forno para fabricar cimento?, perguntamos:

— “Já pensamos nisso. É necessário para esse empreendimento um grande capital que não possuímos. Além disso a construção levaria muito tempo e até lá talvez a situação esteja normalizada.

OBRAS ATRASADAS

O sr. Vicente Branco refere-se ao atraso que têm tido muitas construções em vista da falta de cimento. Informa-nos que ele mesmo iniciou ontem uma construção que já deveria ter sido iniciada no fim do mês passado. Disse que muitos construtores nem iniciam suas obras se não têm garantido o cimento necessário.

Não tem havido aumento de produção?, inquirimos.

— “A Votoran construiu um novo forno tendo aumentado sua produção de 25.000 sacos por mês. Esse aumento, todavia, não foi sequer sentido, pois

(Conclui na 4.ª página)

Figura 104. Vicente Branco e Eduardo Kneese de Mello falam sobre a crise do cimento em 1949.

40

PREFEITURA MUNICIPAL DE S. PAULO

DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO — 5.ª SECÇÃO

Registro No. _____

NOME Vicente Branco
 Nacionalidade Brazileira
 Em _____
 em 29 de _____
 no processo de _____
 pelo Sr. _____
 ao lado a _____
 outorgada _____
 nharia e _____
 de _____
 acordo com _____
 de 14 de _____
 do Decreto Federal No. 23.569
 5.ª Secção _____
 em _____
 da Diretoria de Obras e Viação,
 de _____
 O escrivão
Francisco de Paula
 VISTO

 Chefe da Secção

Escritório Praca da L. 43 - 5º andar / 531
 Residência Rua de S. João 220
 Assinatura Vicente Branco

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARCHITETURA

CARTEIRA PROFISSIONAL

Carteira No. 343 6.ª REGIÃO S. Paulo, 22 de Dezembro de 1934
 Registro no CREA No. 415
 Nome Vicente Bran-
co
 Nacionalidade Brazileira
 Naturalidade S. Paulo - Cap.
 Nascido a 25 de Outubro de 1892
 Repartição em que se licenciou
Prefeitura - Capital
 em 28.3.1927
 Estado São Paulo
 Título de habilitação Licença
de constr. só p/o munic. Cap.

Presidente do Conselho Regional
Ilmarino de Queiroz
 Assinatura do Profissional
Vicente Branco

NÃO É VALIDO O RETRATO SEM
 O CARIMBO DO CONSELHO E A
 RUBRICA DO PRESIDENTE

POLLEGAR DIREITO

De acordo com o art. 15 do Decreto
 carteira de identificação, substitue o

N.º 23.569 a presente servirá de
 diploma e tem fé publica.

Anotações

Vide verso

AÇÕES SOBRE MULTAS		PAGAMENTO DE IMPOSTOS (Indústrias e Profissões)	
Vide verso		Exibio os recibos referentes aos exercicios de:	
1934	1.º Semestre em <u>2/5</u> 19 <u>34</u> Recibo n.º <u>1339</u> Talão <u>48</u> a)		
	2.º Semestre em <u>-</u> 19 <u>-</u> Recibo n.º <u>-</u> Talão <u>-</u> a)		
1935	1.º Semestre em <u>20/2</u> 19 <u>35</u> Recibo n.º <u>18625</u> Talão <u>7</u> a)		
	2.º Semestre em <u>12/9</u> 19 <u>35</u> Recibo n.º <u>18625</u> Talão <u>18625</u> a)		
1936	1.º Semestre em <u>30/6</u> 19 <u>36</u> Recibo n.º <u>69</u> Talão <u>32600</u> a)		
	2.º Semestre em <u>30/11</u> 19 <u>36</u> Recibo n.º <u>653</u> Talão <u>31740</u> a)		
1937	1.º Semestre em <u>-</u> 19 <u>-</u> Recibo n.º <u>-</u> Talão <u>-</u> a)		
	2.º Semestre em <u>-</u> 19 <u>-</u> Recibo n.º <u>-</u> Talão <u>-</u> a)		
1938	1.º Semestre em <u>-</u> 19 <u>-</u> Recibo n.º <u>-</u> Talão <u>-</u> a)		
	2.º Semestre em <u>-</u> 19 <u>-</u> Recibo n.º <u>-</u> Talão <u>-</u> a)		
1939	1.º Semestre em <u>-</u> 19 <u>-</u> Recibo n.º <u>-</u> Talão <u>-</u> a)		
	2.º Semestre em <u>-</u> 19 <u>-</u> Recibo n.º <u>-</u> Talão <u>-</u> a)		
1940	1.º Semestre em <u>-</u> 19 <u>-</u> Recibo n.º <u>-</u> Talão <u>-</u> a)		
	2.º Semestre em <u>-</u> 19 <u>-</u> Recibo n.º <u>-</u> Talão <u>-</u> a)		

Figura 105. Registro municipal de averbação da carteira profissional - CREA - de **Vicente Branco**. Título de habilitação: "Licença de construtor só para o município da Capital". 04/12/1934. **Fonte:** AHMWL: Livro de Registro de construtores. p.40.

Projetos

Conforme as memórias da filha Luiza Branco, Vicente desenvolveu o talento para projetar nas aulas de composição e desenho do Liceu de Artes e Ofícios, certamente o lugar de formação de dezenas de italianos e descendentes que foram, *a posteriori*, habilitados com a licença de arquitetos. Seguem abaixo alguns projetos e a respectiva espacialização das obras das obras de Vicente Branco entre 1906 e 1915.

Figura 106. Projeto de Vicente Branco para construção de uma casa de alto padrão com recuo lateral e frontal na rua Domingos de Moraes. Vila Mariana. Ano: 1913. Proprietário: Vitor M. Genin. Fonte: OP1913.001.1905, AHMWL.

Figura 107. Projeto de uma casa alto padrão na rua da Liberdade, 128. *Liberdade*. Ano: 1913. Proprietária: Claudina Pinheiro e Prado. Fonte: Obras Particulares, AHMWL, OP1913.003.273.

Figura 108. Projeto de uma casa de classe média alta na rua Bueno de Andrade, 52. **Cambuci**, 1913. À direita da elevação, carimbo de Vicente Branco como *desenhista*. **Proprietário:** João Salgado Cesar.

**Obras de Vicente
BIANCO entre 1906-1915**

Legenda

Nº de obras por biênio

- 1912 - 1913 (30)
- 1914 - 1915 (12)

* A quantidade de obras representada na legenda corresponde ao campo de visão do mapa.
Total de obras na base: 48

Estrutura urbana Perímetros

Central
Urbano
Suburbano

Bairros
Hidrografia
Arreamento

Concepção: Leandro Braga, Lindener Pareto
Victor Ricardini.

MAPA 2

Obras de Vicente BIANCO entre 1906-1915

Fonte para espacialização:
Série Obras Particulares, AHMWL.

Legenda

Tipo de Uso

- Residencial (29)
- ▲ Misto (6)
- ▲ Anexos (3)
- n/e (2)
- Comercial/serviço (1)
- Infraestrutura (1)

* A quantidade de obras representada na legenda corresponde ao campo de visão do mapa. Total de obras na base: 48

Estrutura urbana

- Bairros**
- Hidrografia**
- Arquitetura**

Concepção: Leandro Braga, Lindener Pareto
Victor Ricardini.

MAPA 4

Obras de Vicente BIANCO entre 1906-1915

Fonte para espacialização:
Série Obras Particulares, AHMWL.

Legenda

Relação

Construtor/proprietário

- Jose Checchia (3)
- Jose de Souza Dias (2)
- Pedro Cipollari (2)
- Senibaldo Magnocavalho (2)
- ▲ Ciro Grillo (2)

Estrutura urbana Perímetros

- Bairros
- Hidrografia
- Arquitetura
- Central
- Urbano
- Suburbano

Concepção: Leandro Braga, Lindener Parcio
Victor Ricardini

3.3. Os Ranzini revisitados ⁸⁴

Em 1935 o prof. Felisberto Ranzini, junto aos seus colegas de profissão, foi convidado para o o grande baile de alunos da Escola Politécnica no glamoroso Hotel Esplanada, ao lado do Teatro Municipal, à beira do então elegante Parque do Anhangabaú. Ranzini, Alexandre de Albuquerque, Victor da Silva Freire, Felix Hegg, Bruno Simões Magro, Luiz Anhaia Mello fizeram parte da “Comissão de Honra” do baile. Contudo, é interessante perceber, nas entrelinhas dos títulos profissionais, que todos os sujeitos citados acima são precedidos pelo termo “engenheiro” ou “engenheiro-arquiteto”, menos Ranzini.⁸⁵

Ranzini é geralmente lembrado como desenhista, aquarelista, pintor e artista. O que de fato era (Ficher, 2005; Pareto Jr, 2011; Salvadore, 2015). Mas foi também um dos arquitetos-projetistas mais importantes e atuantes da cidade de São Paulo na primeira metade do século XX. Mas por que nunca é lembrado com o título de arquiteto? Por que, sintomaticamente, na ocasião social mencionada é somente professor e não o “engenheiro” ou “arquiteto” professor como de resto eram todos os colegas ali vistos?

⁸⁴ Para a trajetória de Felisberto Ranzini ver *Italiano e nosso: Felisberto Ranzini e o “Estilo Florentino”*. São Paulo: Cultura Acadêmica-Unesp, 2015, do historiador Waldir Salvadore. O estudo, o primeiro que se dedicou inteiramente à trajetória de Ranzini, faz parte da “Coleção Ecletismo Paulista” publicada em dezembro de 2015. Como já mencionamos anteriormente, mais dois volumes compõe a coleção: *Joaquim Cavalleiro: um arquiteto-construtor no Brás e na Mooca*, de Lindener Pareto Jr. e “Breve introdução à Arquitetura Clássica em São Paulo” do historiador e professor de História Antiga da Unifesp, Gilberto da Silva Francisco. A coleção foi contemplada com o Edital PROAC da Secretaria de Estado da Cultura, SP em 2014 e levada à cabo pela equipe que dirige a “Casa Ranzini”, antiga residência de Felisberto Ranzini e hoje um centro de estudos patrimoniais também voltado às pesquisas sobre o ecletismo na arquitetura paulista.

⁸⁵ Correio Paulistano, 27/11/1935.

A historicidade dos registros de construtores que analisamos, e as tensões das quais resultam, ajuda a esclarecer a posição hierárquica de Ranzini no referido baile. Assim, a questão que se coloca está além da trajetória de Ranzini e deve ser vista no quadro maior da formação dos campos da engenharia e da arquitetura na cidade de São Paulo ao longo das primeiras décadas do século XX.

A priori, Ranzini é um dos muitos imigrantes italianos que buscaram na América e nas suas metrópoles em construção um espaço de sobrevivência. Cidades que, como São Paulo e Buenos Aires, receberam centenas de milhares de italianos que encontraram, pela experiência urbana pregressa e pela tradição artística do mundo italiano, na construção civil uma estratégia de sobrevivência.

Como nos lembra Salvadore (2015, p.29-37), tal foi o caminho da *famiglia* oriunda de *San Benedetto Po* (Mântua) desde sua chegada à cidade de São Paulo em 1888. O patriarca, Sisto Ranzini anunciava seus serviços de empreiteiro desde 1889; Romeo Ranzini - filho de Sisto e irmão de Felisberto - além de construtor-projetista, foi também um dos fundadores e proprietários da “Fábrica de Louças Santa Catharina”. Em 1919, Romeo ainda sentia na pele de “gerente-proprietário” o furor dos grevistas paulistanos que desde 1917 deixavam em polvorosa a cidade e os patrões (Hardman, 2002):

A fabrica de Santa Catharina continua fechada

Uma comissão de grévistas procurou hontem o sr. Romeu Ranzini, gerente-proprietario da fabrica de louças Santa Catharina, de Água Branca, afim de propôr-lhe uma base conciliatória do conflicto. Não sendo, porém, acceita, os operarios exigiram então a entrega immediata do capital existente na Caixa Beneficente, mas nem a isso o sr. Ranzini attendeu. Por esse facto, protestam elles contra o procedimento do alludido industrial, e declaram não volver á fábrica emquanto a sua reclamação não fôr atendida.

(O Combate, 18/09/1919)

Figura 109. Projeto de Romeo Ranzini para a fábrica de louça Santa Catharina em 1912. Lapa/Água Branca.

Figura 110. Projeto de Romeo Ranzini para construção de uma casa de padrão médio na rua 14 de julho, 27. Ano: 1911. Bairro: **República**. Proprietário: Florindo Beneduci.

À revelia da resistência das elites locais e da xenofobia diante de uma colônia italiana cada vez mais numerosa, os Ranzini obtiveram relativo êxito no processo de adaptação aos conflitos da sociabilidade paulistana. Com efeito, diferente da maioria de operários italianos espalhados e ultrajados nas franjas e várzeas dos bairros centrais, a família de artífices e empreendedores encontrou entre os Puglisi e os Matarazzo um espaço de sociabilidade mais “ameno”.

Estabelecidos inicialmente na Lapa, Vila Romana, os Ranzini projetaram e construíram casas e galpões. Romeo Ranzini projetou também para as famílias Almeida Prado e Silva Prado. Antes de ser o industrial das louças finas, seus desenhos evidenciam o talento e o conhecimento da família a respeito das tendências estéticas do ecletismo europeu.

Figura 111. Projeto de Romeo Ranzini para Otávio de Almeida Prado em 1910. Rua Xavier de Toledo.

Quanto à Felisberto, desde muito cedo caiu nas graças de um circuito de profissionais liberais e artistas que participavam do círculo de sociabilidade de Ramos de Azevedo e seus consortes italianos Domiziano Rossi, Alfredo Borioni e Arturo Castagnoli (Salvadore, 2015, p.43). Menino de talento no desenho, foi aluno do Liceu de Artes e Ofícios, como tantos outros italianos, tendo sucedido o próprio Domiziano nas aulas de composição e desenho. Caminho que o levou também à Escola Politécnica.

Antes de ter se tornado um dos principais projetistas do Escritório Técnico Ramos de Azevedo, também ganhou a vida projetando casas de padrão operário para aluguel na região da Lapa e arredores. Porém, sua trajetória está diretamente relacionada aos desenhos produzidos por ele e por outros italianos no Escritório. Posição que compartilhou com Domingos Pellicciotta, Américo Giglio e outros tantos projetistas (Bueno, 2015).

No momento de recrudescimento do movimento pela regulamentação da profissão, Ranzini precisou do aval do poder simbólico de um engenheiro-arquiteto diplomado para comprovar sua competência. Entre os documentos preciosos analisados por Waldir Salvadore (2015, p.52) no estudo sobre Felisberto Ranzini e o Estilo Florentino, um atestado de competência escrito por Ramos de Azevedo evidencia as tensões em torno da “verdade” na profissão:

Certifico que o Snr. Felisberto Ranzini trabalha em meu Escriptorio tecnico há cerca de 21 annos prestando uma colaboração inteligente e zelosa na secção de desenho e composição architectonicos, de que hoje é chefe. Revela o mesmo excelente cultura artística que, sem favor, dalhe o direito ao titulo de architecto. Na Escola Polytechnica e no Lyceu de Artes e Officios, Institutos de que sou Director, exerce o Snr. Ranzini, com muita competencia o cargo de Professor de desenho e composição.

S. Paulo, 23 de novembro de 1925

(assig.) F.P. Ramos de Azevedo

Figura 112. Projeto de Romeo Ranzini para construção de sua residência na rua Clélia, **Vila Romana**, em 1908.

Entre as provas de competência para os não diplomados, certamente a de Ramos de Azevedo representa, se não um diploma, algo com uma “aura” muito próxima. Daí decorre sua posição na memória da produção da cidade e na historiografia, como um “colaborador” do maestro Ramos de Azevedo. O professor da Escola Politécnica, desde sua morte na década de 1970, levou algumas boas décadas para ser “reabilitado” como um profissional importante na produção da cidade. Como apontamos anteriormente, o “esquecimento” está relacionado ao processo de rebaixamento profissional relacionado à consagração do diploma. Está também relacionado às dificuldades de inserção dos imigrantes italianos em São Paulo e à própria valorização da produção estética dos mesmos (Salvadore, 2015, p.55).

Com efeito, a partir de sua “privilegiada” inserção no campo da arquitetura, Ranzini não foi alvo direto das maledicências da lógica do insulto, tendo prosseguido no âmago das estruturas do campo até sua aposentadoria. Não sem contradições e conflitos. Já sem as possibilidades das provas de competência de Ramos de Azevedo, morto em 1928, Ranzini também teve de se submeter à lógica dos registros do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Conflito também sentido em relação à sua atuação no Escritório Técnico Ramos de Azevedo/ Severo e Villares, uma vez que processou o mesmo na Justiça do Trabalho no idos de 1947. Prova cabal de que, na “hora da verdade”, sua posição de assalariado no escritório estava acima de seu prestígio como talentoso e competente “architecto”.

Uma vez mais, assim como Vicente Branco, Ranzini representa a dialética da exclusão/inclusão na formação dos campos da engenharia e da arquitetura. Começou a atuar num período em que ser um diplomado não era ainda “a verdade na noite dos séculos” (Foucault, 2009). No entanto, se não amargou a interdição ao longo da carreira, suas memórias mais candentes estiveram à beira do esquecimento quase completo. Na historiografia, a despeito de ter sido apontado como um dos principais difusores do ecletismo na arquitetura paulistana por Salmoni e Debenedetti (1953) e de ter sido um dos “Arquitetos da Poli” estudados por Sylvia Ficher, Ranzini não foi alvo de um estudo específico até Pareto Jr (2011) e principalmente até Salvatore (2015).

Ainda na esteira do ecletismo como vilão na história da preservação do patrimônio edificado (Puppi, 1998), além das pressões do mercado imobiliário na região central e do paulatino processo de gentrificação de alguns bairros centrais como a Liberdade, a casa florentina de Felisberto Ranzini, na rua Santa Luzia, quase veio abaixo nos idos de 2006. A história de sua preservação se confunde com a própria escrita da história dos descendentes de imigrantes italianos na cidade.

O historiador Waldir Salvatore, descendente da colônia italiana do Brás, *office boy* na década de 1970 e curioso fotógrafo do cotidiano, viu boa parte do patrimônio eclético desmoronar nas últimas quatro décadas. Numa de suas andanças pela Liberdade, viu que a casa florentina estava à venda. Num consórcio com alguns amigos, adquiriu a mesma. Com a casa, além das memórias do último morador àquela altura, Renzo Ranzini, neto de Felisberto, Salvatore recolheu objetos pessoais, fotografias, manuais de arte e arquitetura em diversas línguas. Em suma, vestígios materiais da trajetória de Ranzini em São Paulo (Salvatore, 2015, p.23-29). A partir da iniciativa, aliás um esforço individual

de bons anos para que Salvadore vencesse as barreiras muitas vezes morosas e “desinteressadas” dos órgãos de preservação, o imóvel foi preservado nos âmbitos estadual e municipal. Com a casa preservada, um núcleo de estudos sobre o ecletismo na arquitetura paulista começou a dar seus primeiros frutos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE S. PAULO
DIVISÃO DO EXPEDIENTE
Departamento de Obras e Serviços Municipais

REGISTRO N.º 530-1

Nome FELISBERTO RANZINI Endereço Rua Santa Luzia, 51
Nacionalidade Italiana Assinatura Felisberto Ranzini

Em cumprimento do despacho exarado em 13 de junho de 1955, no processo N.º 91730 de 1955 pelo Sr. Director de Obras e Viação, faço ao lado a averbação da carteira profissional autorizada pelo Conselho Regional de Engenharia e Architectura, da 6.ª Região, em 29 de dezembro de 1934 de acoráo com o Decreto Federal N.º 23.569 de 14 de dezembro de 1933, a Felisberto Ranzini

Decreto do Conselho de Engenharia e Architectura, da 6.ª Região, em 29 de dezembro de 1934, autorizando a averbação da carteira profissional de Felisberto Ranzini, engenheiro e architecto, no processo nº 91730 de 1955.

O Escripturário
[Assinatura]
Chefe da Divisão

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARCHITECTURA
CARTEIRA PROFISSIONAL

Carteira N.º 499 6.ª Região S. Paulo, 29 de 12 de 1934
Registro no CREA N.º 1941
Nome Felisberto Ranzini
Nacionalidade Italiana
Naturalidade Montova
Nascido a 12 de 8 de 1881
Títulos Arquiteto Licença de Architecto nº 539
Diplomado pela Escola Secretaria da Agricultura em 7 de 1 de 1926
Revalidou o título no _____ em _____ de 19____
Estado _____
Título de habilitação _____

a) A. Couto de Barros
Presidente do Conselho Regional

Assinatura do Profissional

CHEFE DA DIVISÃO

A N N O T A Ç Ã O

Anotações sobre Multas		Pagamento de Impostos (Indústrias e Profissões)	
Pagou C.R.T. 50,00 contos me recibo nº mod. 65T		EXHIBO OS RECIBOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS DE:	
1934	1.º Semestre	/ / 19	Recibo N. Talão a)
	2.º »	/ / 19	Recibo N. Talão a)
1935	1.º »	/ / 19	Recibo N. Talão a)
	2.º »	/ / 19	Recibo N. Talão a)
1936	1.º »	/ / 19	Recibo N. Talão a)
	2.º »	/ / 19	Recibo N. Talão a)
1937	1.º »	/ / 19	Recibo N. Talão a)
	2.º »	/ / 19	Recibo N. Talão a)
1938	1.º »	/ / 19	Recibo N. Talão a)
	2.º »	/ / 19	Recibo N. Talão a)
1939	1.º »	/ / 19	Recibo N. Talão a)
	2.º »	/ / 19	Recibo N. Talão a)
1940	1.º »	/ / 19	Recibo N. Talão a)
	2.º »	/ / 19	Recibo N. Talão a)

Figura 114. Registro de Felisberto Ranzini em 1955. Título: Licença de arquiteto nº 539. No campo “Diplomado pela Escola”: Secretaria da Agricultura. Fonte: AHMWL.

Considerações finais

Num prefácio às obras de Marcuse, Adorno e Benjamin (1969), o ensaísta e crítico literário José Guilherme Merquior (1941-1991) apontava os riscos das conclusões precipitadas: *“Evitar a ‘jumping to conclusions’, isto é, na alegre corridinha do espírito rumo às conclusões precipitadas, saltitando para a proclamação a-crítica de sedutores ‘ideias gerais’ sem se dar ao incômodo de verificar nem qualificar coisa alguma”* Na dialética entre pesquisa e o fanstasma das “conclusões precipitadas”, apresentaremos, de maneira muito breve, nossas impressões finais.

Ora, a inserção de centenas de profissionais no quadro geral da narrativa da produção do espaço urbano da cidade de São Paulo e no interior da historiografia da arquitetura e do urbanismo foi levada a cabo com crítica e cruzamento de diversas fontes primárias. Vale dizer, foi necessário inscrever os construtores não-diplomados na escrita da história a partir de um longo percurso de pesquisa entre a dissertação de mestrado, “O cotidiano em construção”, e a presente tese de doutorado. Se inicialmente, em 2011, buscávamos - na esteira da “alegre corridinha do espírito rumo às conclusões precipitadas” - categorizar os “práticos licenciados” e sua arbitrária expulsão de um campo profissional que se constituía pela lógica dos diplomados, na tese procuramos inserir tal movimento não só na lógica da sociedade disciplinar, cujas subjetividades são forjadas pelas instituições de ensino, mas principalmente no âmago das disputas pelo controle de campos profissionais em formação, cuja linha mestra não foi a mera expulsão dos não-diplomados, mas a constituição de um discurso de autoridade legítima e competência forjados pela amálgama entre instituições de ensino e Estado numa evidente

manifestação dos dispositivos de controle e segurança que Michel Foucault (2008, pp.143-144), num de seus conhecidos neologismos, denominou de *governamentalidade*:

Por ‘governamentalidade’ entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de toda uma série de saberes.

Com efeito, os embates narrados ao longo da tese se inscrevem na história geral dessa forma hegemônica de poder e de seus respectivos e naturalizados saberes, constituídos nas sociedades ocidentais desde o fim do século XVIII. Na consagração da nova ordem, a certificação simbólica emitida pela instituição de ensino superior e validada pelo Estado encontra sua síntese no diploma. A respeito da alegoria do diploma, é conhecida a observação de Foucault (2011, p.328):

O diploma serve simplesmente para constituir uma espécie de valor mercantil do saber. Isso permite também que os não possuidores de diplomas acreditem não ter o direito de saber ou não serem capazes de saber. Todas as pessoas que adquirem um diploma sabem que ele de nada lhes serve, não tem conteúdo, é vazio. Em contrapartida, os que não tem um diploma dão-lhe um sentido pleno. Acho que o diploma foi feito precisamente para os que não tem.

De fato, tal parece ser a perspectiva relativa ao diploma - para a temática ora em questão - depois de mais de um século de consolidação do ensino superior no Brasil. Todavia, consideramos que os imbróglios narrados até aqui não devem ter como premissa a inversão da lógica do diploma explicitada na observação foucaultiana. A resistência à

ordem do diploma evidenciada pelos conflitos entre os formados e os “não-formados” aponta mais para a violência do poder simbólico da “tecnologia” do diploma e sua consagração do que necessariamente para o esvaziamento do seu sentido. Em outras palavras, seria interessante enquadrar a questão na *governamentalidade* foucaltiana e na violência física e simbólica do Estado e instituições de ensino vistas pela perspectiva de Bourdieu. Nesse sentido, na esteira da “caixa de ferramentas” de Pierre Bourdieu, nos parece precisa a observação de Garry Stevens (2003, p.10) a respeito dos fundamentos sociais da distinção na arquitetura:

Utilizo a expressão ‘estudo social da arquitetura’ – em vez de algo como ‘estudo social dos arquitetos’ – porque tentarei convencer o leitor de que concentrar a atenção nos integrantes da ocupação da arquitetura, como já fizeram vários estudos anteriores, é ignorar aspectos importantes de uma entidade social muito maior, o campo da arquitetura, o qual estrutura todo o universo social do arquiteto e do qual os arquitetos são apenas uma parte.

Trata-se de inserir os *não-diplomados* no quadro da formação dos campos da engenharia e da arquitetura em São Paulo e, conforme já apontamos, compreendê-los como resultado tanto da paulatina exclusão da nova ordem profissional, quanto dos julgamentos estéticos decorrentes do grupo diplomado de modernistas. Grupo que consolidou a nova ordem na esteira do concreto armado ignorando a produção eclética que caracterizou o período de atuação dos “licenciados” (Puppi, 1998; Pareto, 2011; Francisco, 2013).

Deste modo, a narrativa dos rotulados “práticos” na historiografia e no âmbito da vida acadêmica é metalinguística, vale dizer, precisa enfrentar a resistência corporativa a partir do mesmo espaço institucional que ostracizou os não-diplomados. Precisa reivindicar o argumento da autoridade legítima – mas, diga-se, sem o “jumping to conclusion” e fundamentado em farta documentação - para inserir no interior do campo

historiográfico uma narrativa que tem rastros não só na historicidade e temporalidades dos conflitos atestados pelas fontes que utilizamos ao longo de nossa biografia de pesquisa, mas numa bibliografia que nunca foi devidamente cruzada.

A teoria da distinção do diploma, fundamentada ora nos conceitos focaultianos, ora nos bourdianos, pode associar uma larga produção historiográfica que envolve toda a temática aqui analisada. Dos trabalhos mais significativos, mas não os únicos, que se relacionam com a questão da cultura profissional, do mercado de trabalho, das instituições de ensino, em suma, dos embates e debates da profissão, destacaremos brevemente aqui aqueles com os quais estabelecemos filiação e tentamos dialogar ao longo do percurso.

Começamos pelo já clássico estudo de Salmoni e Debenedetti (1981), “Arquitetura Italiana em São Paulo”. Depois de um século de construções e demolições de edifícios e de memórias, a história dos italianos na construção civil e doméstica ainda é repleta de lacunas e de anacronismos resultantes das parcas pesquisas com fontes primárias e dos inflexíveis juízos de valor a respeito do *Ecletismo* como patrimônio e identidade de uma era. Apesar do tom ufanista e de muitas informações que não coincidem com as fontes primárias⁸⁶, as autoras demonstraram a visceral contribuição dos italianos na construção da cidade, seja nos quadros da arquitetura das classes mais abastadas, seja nas ruas dos bairros suburbanos e operários que se proliferavam a partir do loteamento das antigas chácaras no entorno do centro. Ao se valerem das fontes primárias da Série Obras Particulares, puderam verificar a presença constante de italianos assinando projetos os mais variados. Vale dizer, nos idos dos anos de 1950 as pesquisadoras apontaram de forma pertinente e pioneira a importância de construtores

⁸⁶ Alguns nomes e categorias profissionais citados pelas autoras não conferem com o levantamento documental efetuado nos Livros de Registro de Construtores do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Para mais informações ver Pareto Jr, 2011.

como Luigi Pucci, Tommaso Gaudenzio Bezzi; dos nomes de construtores esquecidos, como Miguel Marzo, Carlos Milanese e Antonio Cavichioli; assim como a presença marcante de Julio Micheli e José Chiappori. Também é verdade que Salmoni e Debenedetti encerram o levantamento documental em 1905, o que nos dá apenas uma visão parcial da maior duração da presença dos grupos de italianos no controle do mercado da construção civil. Soma-se a isso o fato de que os sujeitos citados ao longo da obra são no mais das vezes pouco investigados, e muitas informações parecem ter sido colhidas através de depoimentos saudosistas de construtores vivos até então, como é o caso do próprio Felisberto Ranzini. Contudo, o que assombra na obra das pesquisadoras é a vitalidade dos apontamentos. Após mais de 60 anos da data de publicação (1953), poucas foram as pesquisas que se debruçaram de maneira sistemática, baseadas em múltiplas fontes documentais, sobre a atuação dos construtores italianos. Além disso, os trabalhos que de alguma maneira perpassam pela questão do construtor italiano, muitas vezes repetem de forma indiscriminada os termos e as conclusões da obra “Arquitetura Italiana em São Paulo”.

Se hoje tentamos inscrever na historiografia a contribuição dos não-diplomados, na década de 1980, na esteira da ascensão dos estudos sobre o Ecletismo, Sylvia Ficher remontou a história de centenas de professores e alunos e, finalmente, pôde colocar na escrita da história a “Escola Politécnica de São Paulo (1894). Em “Os Arquitetos da Poli” (1989) seus apontamentos indicavam as conturbadas disputas pelo controle do campo profissional e do mercado de trabalho. Criou e consagrou termos como “Associação Profissional” e “Divisão da Profissão”, tendo percebido os sinais das rugas entre o corporativismo dos primeiros diplomados e as permanências do momento mais “liberal” da profissão. Obra pioneira e clássica, “Os arquitetos da Poli” foi o ponto de partida para que pudéssemos puxar os fios e rastros que nos levaram aos não-diplomados. A lógica

bourdiana do insulto como violência simbólica fundamental para o controle do *campo* já estava ali evidenciada.

No que tange à história da construção civil e doméstica na Imperial Cidade de São Paulo, nos foi de fundamental importância “Arquitetura paulistana sob o Império” (1997) de Eudes Campos. Pensando na nova ordem material e burguesa que introduziu na “modorrenta” Piratininga as “patas do progresso”, Campos apontava a proeminência dos mestres de obras alemães e portugueses na construção civil e doméstica, indicando um campo profissional ainda em construção. Os conflitos entre os engenheiros, raríssimos na Província de São Paulo, e os mestres, já estavam ali colocados. A indistinção das categorias profissionais que apontamos para o último quartel do século XIX pode ser identificada na fundamental narrativa de Eudes Campos.

Não menos importante foi “As Casas em Série do Brás e da Mooca” (2005) de Luciana Gennari. O trabalho metódico sobre as casas “espelhadas” do Brás e da Mooca evidenciou uma produção da cidade que não passava somente pelos engenheiros e arquitetos diplomados, mas sobretudo por um grupo de construtores nunca antes narrado pela historiografia, dentre eles o próprio Vicente Branco. Gennari, também de forma pioneira, evidencia uma produção privada da cidade muito mais complexa e inevitavelmente ligada aos chamados “práticos”. Entre a história e as agruras da memória, contribuiu de forma definitiva para os estudos da chamada “arquitetura menor”, que de “menor” não tem nada, a não ser por conta dos rótulos e juízos de valor estéticos e históricos que relegaram o ecletismo popular ao esquecimento.

“*O arquiteto e a produção da cidade: a experiência de Jacques Pilon, 1930-1960*” (2010), de Joana Mello, nos indicou que os caminhos da distinção, já no âmbito da arquitetura moderna e na figura do arquiteto estrangeiro na cidade de São Paulo, ainda carregavam as permanências da indistinção entre as categorias profissionais. Indistinções

que serão resolvidas no âmbito da formação do campo profissional da arquitetura em sua estreita relação com a produção da cidade. A trajetória de Pilon é emblemática por carregar as marcas das mudanças e permanências que envolvem as categorias profissionais da arquitetura e da engenharia em São Paulo desde o final do século XIX.

Finalmente, ao mesmo tempo em que pesquisávamos para a dissertação de mestrado (2011), Rita de Cássia Francisco (2013) pesquisava a atuação dos não-diplomados de Campinas. “*Construtores anônimos em Campinas (1892-1933): fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade*” é, junto com nossa dissertação de mestrado e tese de doutorado, uma contribuição urgente para a “fortuna crítica” da historiografia.

Com efeito, as obras mencionadas nos deram as pistas cruciais para a composição de uma narrativa que, com as fontes primárias elencadas, procurou deixar absolutamente em evidência as temporalidades que compõem a cultura profissional da engenharia e da arquitetura desde o ocaso dos Oitocentos. A partir delas, pudemos historicizar as ocupações da construção civil, tentando demonstrar que projetar para o início do século XX categorias profissionais hoje consagradas, não passa de um flagrante anacronismo. Escovando a história a contrapelo, no dizer de Walter Benjamin, e a partir do levantamento inédito de centenas de nomes, dezenas de nacionalidades e de conflitos flagrantes da afirmação de uma nova ordem disciplinar, apontamos que os discursos, práticas, saberes e poderes, uma vez naturalizados, devem ser esquadrihados pela lente da ciência da história, do contrário serão sempre colocados como “verdade na noite dos séculos” (Foucault, 2009, p.5).

Referências bibliográficas

AMARAL, Antônio Barreto do: *Dicionário de história de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Governo do Estado de São Paulo, 2006.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. *Barry Parker: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*. Tese FAUUSP, 1998.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. *La Casaque d'Arlequin: Belo Horizonte, une capitale éclectique au 19 siècle*. Paris: Éd. De l'École des hautes études em sciences sociales, 1997.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

BARBUY, Heloisa. *A Cidade-Exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006.

BENASSI, Karina. *Do artífice ao peão: a constituição e a quebra do reconhecimento do trabalhador da construção civil*. Dissertação FAUUSP, 2008.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar – vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo, Nobel, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: ZOUK, 2015.

_____. *O sociólogo e o historiador* /Pierre Bourdieu, Roger Chartier; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira, com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRITO, Mônica Silveira. *A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1984.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva histórica: São Paulo (1809-1950)*. São Paulo: FAUUSP, 2008.

_____. *Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo: EDUSP, 2012.

_____. Novos voos historiográficos sobre as práticas de produção material da arquitetura no Brasil. In: LOPES, João Marcos & LIRA, José. (Org.). *Memória, Trabalho e Arquitetura*. 1ed. São Paulo: CPC/FAPESP/EDUSP, 2013, v. 1, p. 97-108.

_____. Escritório Técnico Ramos de Azevedo, Severo & Villares: longevidade, pluralidade e modernidade (1886-1980). Revista CPC, [S.l.], n. 19, p. 194-204, jun. 2015. ISSN 1980-4466.

CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade. Urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo, Senac, 2002.

CAMPOS, Eudes. “Arquitetura Paulistana sob o Império - aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo”. Tese de doutorado em “Estruturas Ambientais Urbanas”- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1997. 4 v. Atualizada em **2013**.

CAMPOS, Eudes. O capitão Antônio Bernardo Quartim ou o ABC da Engenharia. INFORMATIVO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL, 5 (25-26): jul/out.2009 <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>.

COURTWRIGHT, David T. *Forces of Habit: drugs and the making of the modern world*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ªed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e brasileiro – a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CERASOLI, Josianne. *Modernização no Plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. Tese de doutorado, UNICAMP. Ano de obtenção: 2004.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república, momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DEBENEDETTI, Emma & SALMONI, Anita. *Arquitetura italiana em São Paulo*. Ed. Perspectiva: São Paulo, 1981.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, DIFEL, 1971.

DIAS, Márcia Lúcia Rebello Pinho. *Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo – 1870-1914*. São Paulo, Nobel, 1989.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

EPRON, Jean-Pierre. *Comprendre l'éclectisme*. Norma éditions, 1997.

FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo. Livraria Nobel, 1987.

_____. “Modernidade e vanguarda: o caso brasileiro”. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Modernidade e modernismo no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1994.

FAGGIN, Carlos A.M. *Arquitetos de São Paulo*: Dicionário de artífices, carpinteiros, mestres-de-obras, engenheiros militares, engenheiros civis e arquitetos nos primeiros 350 anos contados da fundação da cidade. São Paulo:FAUUSP, 2009.

FICHER, Sylvia. *Os Arquitetos da Poli*: Ensino e Profissão em São Paulo. Edusp: São Paulo, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo - trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, IPHAN, 2005.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Do governo dos vivos*. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

_____. *O corpo utópico, as Heterotopias*. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FRANCISCO, Rita de Cássia. *Construtores anônimos em Campinas (1892-1933): fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade*. Tese FAUUSP, 2013.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GENNARI, Luciana. *As casas em série do Brás e da Mooca*. Dissertação FAUUSP, 2005.

GORDINHO, Margarida. *Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo: missão excelência*. São Paulo: Marca D'Água, 2000.

GROSTEIN, Marta Dora. *A Cidade Clandestina: os mitos e os ritos. O papel da irregularidade na estruturação do espaço urbano no Município de São Paulo*. Tese FAUUSP, 1987.

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1995.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 14ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. “Mudanças espaciais na casa republicana. A higiene pública e outras novidades”. *Pós*. São Paulo, 1993, nº3.

_____. *O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira (1867-1918)*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

ILLICH, Ivan. *Sociedade sem escolas*: trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, Vozes, 1985.

LANNA, A. L. D. (Org.). *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011. v. 1.

LEFÈVRE, José Eduardo de Assis. *De Beco a Avenida: a História da Rua São Luiz*. São Paulo: EDUSP, 2006.

LEME, Maria Cristina da Silva. O urbanismo e os saberes sobre a cidade. In: Freitas, José Francisco Bernardino; Mendonça, Eneida Maria Souza (orgs). *A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar?* Vitória: EDUFES, 2012.

LE MOS, Carlos A.C. *Cozinhas, etc. – um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. 2ªed. São Paulo, Perspectiva, 1978.

_____. *Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. 2 ed., São Paulo: Nobel, 1989.

_____. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Pini, 1993.

_____. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EDUSP, 2001.

LORENZI, H.; MATOS, F.J.A. *Plantas Medicinais do Brasil Nativas e Exóticas*, Ed. Instituto Plan-tarum de Estudos da Flora Ltda., Nova Odessa, 2002.

LOYER, François. *Paris XIXe siècle : l'immeuble et la rue*. Paris: Hazan, 1997.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança - limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.); NOVAIS,

Fernando A. (dir.). (Org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 3 (Da Belle Époque à Era do Rádio). 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p. 131-214.

_____. *Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

MELLO, Joana. *Da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 44, p. 69-98. set. 2006.

_____. *O arquiteto e a produção da cidade: a experiência de Jacques Pilon, 1930-1960*. São Paulo: Annablume, 2012.

MERQUIOR, J.G. *Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*. Tempo Brasileiro, 1969.

MEYER, Regina Maria Prosperi. 'O papel da rua na urbanização paulistana'. In: *A cidade e a rua*. Cadernos de História de São Paulo N.2 Jan-Dez.1993. Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

MICELI, Sérgio. *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *SPHAN: refrigério da cultura oficial*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n.22, 1987.

MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo. Da comunidade à metrópole*. São Paulo, DEL, 1970.

MOTTA, Manoel Barros da (org.); FOUCAULT, Michel. *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina* Coleção Ditos & Escritos, vol. VII]. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2011

NOVAIS, Fernando A. e SILVA, Rogerio Forastieri da (orgs.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

OLIVEIRA, Maria Luiza ferreira. *Entre a casa e o armazém*. São Paulo: Alameda, 2005.

PARETO JR. Lindener. *O cotidiano em construção: os Práticos Licenciados em São Paulo, 1893-1933*. Dissertação de Mestrado. FAUUSP, 2011.

_____. *O cotidiano em construção: A trajetória profissional dos Práticos Licenciados em São Paulo (1893-1933)*. In: João Marcos Lopes; José Lira. (Org.). *Memória, Trabalho e Arquitetura*. 1ed. São Paulo: EDUSP, 2013, v. 1, p. 67-81.

_____. *Joaquim Cavaleiro: um arquiteto-construtor no Brás e na Mooca*. São Paulo: Cultura Acadêmica-Unesp, 2015.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PATETTA, Luciano. “Considerações sobre o Ecletismo na Europa”. In FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo. Livraria Nobel, 1987. p.9-27.

PERROT, Michelle. *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

PUPPI, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira*: questões de historiografia. Campinas: Pontes Editores, 1998.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. “Política e poder público na cidade de São Paulo: 1889-1954.” In: Porta, Paula (*) (org). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3.

RAGO, L.M. *Os Prazeres da Noite*: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAMALHO, Maria Lucia Pinheiro. “Da Beaux-Arts ao Bungalow. Uma amostragem da arquitetura eclética no Rio de Janeiro e em São Paulo.” Dissertação de Mestrado – FAU-USP-1989.

RAMINELLI, Ronald. “História Urbana”. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Elsevier, 1997, p.185-202.

REIS FILHO, Nestor Goulart: *São Paulo e outras cidades*. Hucitec, São Paulo, 1994.

_____. “Habitação popular no Brasil – 1880-1920”. São Paulo, USP, 1994.

_____. *Racionalismo e Proto-Modernismo na obra de Victor Dubugras*. São Paulo: FBSP, 1997.

_____. *Quadro da arquitetura no Brasil*. Editora Perspectiva, São Paulo, 2002.

_____. *São Paulo: Vila Cidade MetrÓpole*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, Bank Boston, 2004.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do Passado*. A instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado: Condephaat: FAPESP, 2000.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei – legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, Studio Nobel; FAPESP, 1997.

SALVADORE, Waldir. *Italiano e nosso: Felisberto Ranzini e o “Estilo Florentino”*. São Paulo: Cultura Acadêmica-Unesp, 2015.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. “O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana”. *Espaço & Debates*. São Paulo, 1994, nº37.

São Paulo (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Cadernos do IGEPAC-SP-1: Aspectos Metodológicos**. DPH, 1986.

São Paulo (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Cadernos do IGEPAC-SP-2: Liberdade**. DPH, 1986.

SCHNECK, Sheila. *Formação do bairro do Bexiga em São Paulo: loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários*. Dissertação FAUUSP, 2010.

SCOVENNA, Sandra. *Nas linhas e entrelinhas do riso: As crônicas humorísticas de Belmonte (1932-1935)*. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, 2009.

SECREST, Meryle. *Frank Lloyd Wright: A Biography*. The University of Chicago Press, 1998.

SEGAWA, Hugo.. *Prelúdio da Metrópole: Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_____. (org.). “Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In NOVAIS, Fernando A. (coord.) *História da Vida Privada no Brasil; 3. República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. ‘História das Paisagens’. In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro, Elsevier, 1997.

SIMÕES JR. José Geraldo. *Anhangabaú: História e Urbanismo*. Tese FAUUSP, 1995.

SOJA, Edward. *Taking space personally*. In: WARF, Barney; ARIAS, Santa (Editors). *The Spatial Turn: Interdisciplinary perspectives*. New York: Routledge, 2009.

STEVENS, Garry. *O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica*. Brasília: UNB, 2003.

TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. Duas Cidades, São Paulo, 1981.

WOODS, Mary N. *From Craft to Profession*. The Practice of Architecture in Nineteenth-Century America. Berkeley/Los Angeles/London, University Of California Press, 1999.

ANEXO

RELAÇÃO DOS CONSTRUTORES “LICENCIADOS” DE SÃO PAULO A PARTIR DOS LIVROS DE REGISTROS MUNICIPAIS DO CREA-SP ⁸⁷

FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL WASHINGTON LUÍS – AHMWL.

⁸⁷ Constan nas “fichas” da relação: Fotografia 3x4, nomes, nacionalidade, endereço do escritório/residência, tipo de habilitação e data do registro.

A listagem que aqui segue tem como base o livro de registros de construtores da Prefeitura/CREA entre os anos de 1934 e 1961. A ordem cronológica foi substituída pela alfabética para facilitar a consulta, sendo que alguns dos registros se repetem por aparecerem em datas distintas.

Nome: ABEL, Antonio
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Avenida Rangel Pestana, 12/ Rua Andrade Neves, 53
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: ABRAL, Alfredo Alves
Nacionalidade: n/c
Endereço escritório/residência Rua Raphael de Barros, 63
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: n/c

Nome: ABREU, Benjamin N.
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua José Bonifácio, 154/ Rua Duque de Caxias, 393
Tipo de habilitação: Agrimensor - Licença 380
Data: 1939

Nome: AFFONSO, Manoel da Encarnação
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Rio Bonito, 231
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: AFFONSO, Manoel da Encarnação
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Carlos de Campos, 305
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1943

Nome: ALBIERI, Julio
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Boa Vista, 11/Estrada do Limão, 14
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: ALAMEIDA & FILHO, Antonio Ferreira de
Nacionalidade: n/c
Endereço escritório/residência Rua Juvenal Parada, 18
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: ALVES, Augusto
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Francisco Leitão, 124
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 437
Data: 1935

Nome: ALVES, Augusto
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Francisco Leitão, 654
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: AMADESI, Pedro
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 4201
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: ALVARES, Florindo
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Conde de Porto Alegre, 26
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: AMADESI, Pedro
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 247/s.121
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: AMADIO, Julio Luiz
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Senador Flaquer, 172
Tipo de habilitação: Construtor
Data: 1938

Nome: AMATO, Costabile
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Humberto I, 123
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: AMBROGI, Antonio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: AMBROZIO, Antonio
Nacionalidade: Italiana
Rua Boa Vista, 18/Largo Cons. Moreira de
Endereço escritório/residência Barros, 07
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: ANDRADE, Athayde
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Gal. Jardim, 508
Tipo de habilitação: Agrimensor - Licença 01
Data: 1935

Nome: ANTONIO, José
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Contrutor em cemitérios
Data: 1940

Nome: AQUINO, Avelino Leite de
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Girassol, 14
Tipo de habilitação: Construtor em cemitérios
Data: 1939

Nome: ARANHA, José Francisco
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Cons. Brotero, 142
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 482
Data: 1935

Nome: ACARI, Ettore
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Scipião, 129
Tipo de habilitação: Construtor em cemitérios
Data: 1939

Nome: ARMANI, Diogenes
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Dr. Gabriel Dias, 18
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: ASSON, Luiz
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Praça da Sé 3/5º andar /Avenida Guarulhos, 32
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1935

Nome: AVANCINI, Augusto José
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Avenida Rebouças, 89
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1940

Nome: AVANCINI, José Augusto
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Cônego Eugenio Leite, 153
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: AVANCINI, Victorio
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Washington Luiz, 12
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: AVANZINI, Romano
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Progresso, 33
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: AZEVEDO, Alberto Domingues de
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Parahiba, 08 A
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: AZEVEDO, Antonio Domingues
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Parahiba, 32
Tipo de habilitação: Construtor
Data: 1926

Nome: AZEVEDO, Paulo Affonso Orozimbo

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência

Tipo de habilitação: Construtor para a Capital

Data: 1939

Nome: AZEVEDO, Antonio Domingues

Nacionalidade: Portuguesa

Endereço escritório/residência Rua Paraíba, 12

Tipo de habilitação: Arquiteto

Data: 1934

Nome: BADOLATO, Humberto

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência Rua Maria José, 50

Tipo de habilitação: Arquiteto

Data: 1925 - 1926

Nome: BAHIA, Luiz

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência Rua Quirino de Andrade, 17

Tipo de habilitação: Arquiteto

Data: 1934

Nome: Banzoli, Guerino

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência Rua Francisco Dias Villa, 237

Tipo de habilitação: Construtor para a Capital

Data: 1936

Nome: BANZOLI, Guerino
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Francisco Dias Villa, 237
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: BARBIERI, Melchior
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Joaquim Piza, 22
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: BARBIERI, Melchior
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Joaquim [?]
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: BARBOSA, José
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Canindé, 45
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: BARBOSA, José
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Canindé, 311
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1945

Nome: BARIAN, Mathias
Nacionalidade: Alemã
Endereço escritório/residência Rua Augusto de Queiroz, 110/Rua Jaguaribe, 240
Tipo de habilitação: Chefe de Montagem
Data: 1939

Nome: BARSUGLIA, Alberto
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua José Bonifácio, 154/Rua Pimenta Bueno, 24
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: BATTAZZI, Francisco
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua 15 de Novembro, 23/Rua do Hipodromo, 139
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 22
Data: 1935

Nome: BATTISTI, Alexandre de
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Vergueiro, 704
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: BEBBER, José
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Silva Bueno, 1176
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 469
Data: 1934

Nome: BEHRENDT, Ernesto
Nacionalidade: Alemã
Endereço escritório/residência Estrada de Itapecerica, 206
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: BELLETTATO, Cirillo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Avenida Independência, 69
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 365
Data: 1934

Nome: BELLEZZA, Eusebio
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua dos Andradas, 61
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 108
Data: 1935

Nome: BELLUCCI, José Augusto
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 10/Alameda Itu, 161
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1935

Nome: BELPIEDE, Emiliano
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua da Consolação, 319
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1939

Nome: BENS DORP, João Francisco
Nacionalidade: Holandesa (brasileira por lei)
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Arquiteto e Agrimensor
Data: 1954

Nome: BERTACCHI, João
Nacionalidade: Italiana (naturalizado)
Endereço escritório/residência Alameda Gleite, 106 A
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 116
Data: 1934

Nome: BERTOLAZZI, Sante
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 09/s.18/Rua Bresser, 258
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: BETTOI, Benedicto
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Rodovalho, Jr., 37
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 71
Data: 1934

Nome: BIANCARDI, Biagio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Gomes Freire, 254
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1950

Nome: BIANCHI, Giovanni
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua São Bento, 36/Rua dos Belgas, 07
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 459
Data: 1935

Nome: BIANCO, Luiz
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 43/Avenida Moema, 01
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: BIANCO, Luiz
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Loefgreen, 1418 [?]
Tipo de habilitação: Engenheiro - Arquiteto Estado
Data: 1956

Nome: BIASI, Daniel de
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 94 B/Avenida Celso Garcia, 250
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: BIOLCATI, Orestes
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Dr. Ubaldino Amaral, 18
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: BITELLI, Angelo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Parecis, 51
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 47
Data: 1935

Nome: BLASCO, Paschoal
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Augusta, 25
Tipo de habilitação: Cosntrutor para a Capital
Data: 1934

Nome: BLASCO, Paschoal
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Augusta, 159
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: BOMTEMPO, Adolpho
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Marina [?]
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: BONILHA, José Fenoy
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua São Bento, 12 B/Rua Gandavo, 52
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: BONINI, Antonio
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Largo da Sé, 46/4º Andar/Rua Miguel Isasa, 48
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 298
Data: 1936

Nome: BONINSEGNA, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Agostinho Gomes, 83
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: BONOMO, Olindo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 34/Rua dos Trilhos, 124
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: BONOMO, Olindo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 108
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: BONTEMPO, Honorato
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Visconde de Parnaíba, 3122/casa 3
Tipo de habilitação: Cosntrutor em Cemitérios
Data: 1944

Nome: BONTEMPO, Rodolfo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 247
Tipo de habilitação: Projeitista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: BOTELHO, Alvaro Carlos de Arruda
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Travessa do Comercio, 3/Rua Mello Alves, 121
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 243
Data: 1935

Nome: BOZANI, Italo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Augusta, 747
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 219
Data: 1935

Nome: BRADASCHIA, João
Nacionalidade: Austriaca
Endereço escritório/residência Rua Vergueiro, 662
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 206
Data: 1934

Nome: BRANCO, Vicente
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 42/s.531/Rua Conde de Sarzedas, 220
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: BRANCO, Vicente
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 297
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: BRAULINO, Sebastião
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Serra de Araraquara, 1040
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1939

Nome: BRESSIANI, Fernando
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Fabio, 33
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: BRESSIANI, Fernando
Nacionalidade: Italiana (brasileiro por lei)
Endereço escritório/residência Rua Moraes e Silva, 135
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: BREUER, Henrique
Nacionalidade: Alemã
Endereço escritório/residência Rua Prudente de Moraes, 1248
Tipo de habilitação: Conservador de Elevadores
Data: 1940

Nome: BREUER, Henrique
Nacionalidade: Alemã
Endereço escritório/residência Rua Prudente de Moraes, 1248
Tipo de habilitação: Conservador de Elevadores
Data: 1942

Nome: BRUNE, Walter
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 134, 2º Andar/Rua Safira, 10
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: BUCCHI, Evaristo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Frei Germano, 24
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: BUFF, João
Nacionalidade: Suíça
Endereço escritório/residência Rua Ezequiel Freite, 628
Tipo de habilitação: Arquiteto, Agrimensor e Construtor
Data: 1949

Nome: BUFFO, José Antonio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Largo Gal. Osorio, 9/Rua Apiai, 117
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 224
Data: 1934

Nome: BUONO, Paschoal
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Tapuias, 133
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1945

Nome: BURZIAFF, Walter
Nacionalidade: Alemã
Endereço escritório/residência Rua Florencio de Abreu, 121/Rua Botucatu, 20
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: CAIUBY, Abelardo Soares
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua São Bento, 40
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: CABRAL, Carlos
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Cons. Brotero, 124
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 113
Data: 1935

Nome: CALABRESI, Rosario
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua 13 de Maio, 285
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: CALABRESI, Rosario
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua 13 de Maio, 908
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1944

Nome: CALAFATI, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Mercurio, 11
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 479
Data: 1936

Nome: CALIÓ, Francisco
Nacionalidade: Italiano
Endereço escritório/residência Rua Barão de Jaguará, 63
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: CAMARGO, Ralph Pompêo de
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Bahia, 720
Tipo de habilitação: Arquiteto e Agrimensor
Data: 1936

Nome: CAMERA, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Direita, 06/ Rua Silveira Campos, 28
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: CAMILLO, Francisco
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Cons. Dantas, 51
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: CAMILLO, Francisco
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: CAPEL, Francisco
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Itaquiri, 201
Tipo de habilitação: Cosntrutor em Cemitérios
Data: 1939

Nome: CAPELLA, Antonio Pereira
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Gal. Flores, 57
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: CAPELLA, Antonio Pereira
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Gal. Flores, 57
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: CARBONI, Pedro
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua do Hipodromo, 02
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: CARDOSO, Pedro
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Alfredo Pujol, 258
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: CARLSSON, Augusto
Nacionalidade: Sueca
Endereço escritório/residência Rua Caio Prado, 24/Rua Nilo, 297
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 131
Data: 1935

Nome: CARRATI, João
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Vilella, 10
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: CARRATU, Nicola
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Al. Franca, 11
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: CASOLARO, Gino
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Dr. Arnaldo, 90
Tipo de habilitação: Construtor em mármore e granitos
Data: 1943

Nome: CATTO, Biaggio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Antonio de Barros, 116
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: CASTRO, Antonio Alberto de
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Parahyba, 04
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: CAVAZZINI, Dante
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua José de Alencar 102/casa 3
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1952

Nome: CAVICHIOLI, Antonio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Tamandaré, 62
Tipo de habilitação: Construtor
Data: 1925 - 1926

Nome: CERALDI, Salvatore
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Av. Conceição, 138 B
Tipo de habilitação: Agrimensor
Data: 1940

Nome: CEVENINI, José
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua do Smeinário, 35/sob.
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: CEZAR, Elias
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Av. Celso Garica, 02
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 531
Data: 1950

Nome: CEZAR, Elias
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Silveira Martins, 160
Tipo de habilitação: Arquiteto no Estado
Data: 1956

Nome: CEZARE GIANBARTOLOMEU & AMERICO DEL CARLLO
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Catão, 165
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: CHIAPORE, José
Nacionalidade: Italiana
Rua José Bonifácio, 73/Rua Martiniano de
Endereço escritório/residência Carvalho, 84
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 234
Data: 1935

Nome: CHIAPPORE, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua José Bonifacio, 250/12 andar
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 234
Data: 1951

Nome: CHIODE, Amancio
Nacionalidade: Brasileira
Rua Libero Badaró, 35/Alameda Guaicurus,
Endereço escritório/residência 06
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: CHISTOFARO, Angelo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Av. Rebouças, 79
Tipo de habilitação: Aruiteto - Licença 297
Data: 1935

Nome: CHRISTOFFEL, Arthur Rangel
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Libro Badaró, 30/s.08
Tipo de habilitação:
Data: 1935

Nome: CICALISE, Nicola
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Cel. Alves, Poa
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: CINTRA, Francisco Ferreira
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua São Bento, 200/s.03
Tipo de habilitação: Arquiteto, Licença 313
Data: 1941

Nome: COCIANOVICH, Bruno
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Alagoas, 08
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 109
Data: 1934

Nome: COCIANOVICH, Bruno
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor em todo o Estado
Data: 1944

Nome: COCIANOVICH, Bruno
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Senador Feijó, 64/s. 24
Tipo de habilitação: Arquiteto no Estado
Data: 1950

Nome: COLÁS, Gregorio
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua do Canário, 16
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: COIMBRA, Alvaro Veiga
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Direita, 07/Rua Vergueiro, 129
Tipo de habilitação: Cosntrutor
Data: 1925 - 1926

Nome: COIMBRA, Alvaro Veiga
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua dos Otonis, 17
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1938

Nome: COIMBRA, Alvaro Veiga
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua dos Otioni, 17
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1938

Nome: COLLARILE, Miguel
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 14/s.05/Rua 21 de Abril, 122
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: COLLARILE, Miguel
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Antonio Fonseca, 04
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: COLOMBO, Leone
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Av. Paes de Barros, 12
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: COLOMBO, Leone
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Av. Paes de Barros, 226
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: COLPAERT, Alfredo
Nacionalidade: Belga
Endereço escritório/residência Rua Monte Alegre, 673
Tipo de habilitação: Arquiteto e Agrimensor - Licença [?]
Data: 1938

Nome: CONTE, Angelo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Tamandaré, 190
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: COMPOSTO, Stefano
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Raul Pompeia, 54
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: CONTE, Angelo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Tamandaré, 190
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: COPERTINO, João
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Sinimbú, 245
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: COPPOLA, Bartolomeu
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Praça Julio Mesquita, 89
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1947

Nome: CORAZZA, Domenico [?]
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua 12 de Outubro, 36
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: CORAZZA, Fernando
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua 12 de Outubro, 101
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 175
Data: 1935

Nome: CORAZZA, Francisco
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Clemente Alves, 113
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 104
Data: 1935

Nome: CORAZZA, Jacob
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Barão de Jundiá, 37A
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: CORAZZA, Jacob
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Afonso Sardinha, 117
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: CORBETT, Alfredo Eduardo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Morgado de Matheus, 152
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 02
Data: 1936

Nome: CORDIS, Francisco de
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Bernardino de Campos, 02A
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 78
Data: 1935

Nome: CORONA, Luis
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Avenida Felicio Fagundes Filho, 12
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 527
Data: 1935

Nome: CORRAL, João
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Cardeal Arcoverde, 493
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1939

Nome: CORRÊA, Joaquim Martins
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Arnaldo, 02
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 336
Data: 1935

Nome: CORREIA, Domingos
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua 21 de Abril, 411
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: CORRÊA, Joaquim Martins
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Arnaldo, 02
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 336
Data: 1935

Nome: CORTEZ, Candido
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua João Ramalho, 59
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: COSTA, Augusto
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Lino Coutinho, 35
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: COSTA, Flavio Neto
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Portugal (Ouvidor), 14
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: COSTA, Flavio Netto
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Ouvidor Portugal, 106
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: COUTO, Antonio
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Fidalga, 03
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1939

Nome: COZZOLINO, Manoel
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Dep. Manoel Lacerda Franco, 18
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: CRUZ, José Maria da
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Bonito, 255
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1936

Nome: CUBEIRO, Bernardino Granja
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Serra da Bocaina, 150
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: D'ALESSANDRO, Alexandre
Nacionalidade: n/c
Endereço escritório/residência Rua Petropolis, 522
Tipo de habilitação: Engenheiro Civil
Data: 1944

Nome: D'AMAROS, Luiz
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Piratininga, 515
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: D'AMORE, Paulo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Capitães Moraes, 326
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: D'AZAMBUJA, Antonio Ferreira
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Felipe Camarão, 77
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 158
Data: 1934

Nome: D'ONOFRIO, Francisco
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua João Antonio de Oliveira, 216
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: D'ONOFRIO, Francisco
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 247
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: DAIDONE, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Cap. Pacheco Chaves, 70
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: DAIDONE, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1944

Nome: DAIMESI, José
Nacionalidade: n/c
Endereço escritório/residência Avenida Lacerda Franco, 545
Tipo de habilitação: Cosntutor em Cemitérios
Data: 1939

Nome: DARIENZO, Vitor
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Xingu, 99
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 473
Data: 1935

Nome: DE ROSA, Agostinho
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Oliveira Alves, 193
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 536
Data: 1935

Nome: DE BATTISTI, Alexandre

Nacionalidade: Italiana

Endereço escritório/residência Rua Vergueiro, 674

Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 96

Data: 1935

Nome: DE MARCO PARIS & ROTTERDELLI

Nacionalidade: Italiana

Endereço escritório/residência Rua do Tesouro, 05/s. 39

Tipo de habilitação: Construtor

Data:

Nome: DESIDERIO, Affonso

Nacionalidade: Italiana

Endereço escritório/residência Rua Iguatemi, 06

Tipo de habilitação: Arquiteto

Data: 1925 - 1926

Nome: DESIDERIO, Antonio Maria

Nacionalidade: Portuguesa

Endereço escritório/residência Rua Gustavo Godoy, 03

Tipo de habilitação: Construtor

Data:

Nome: DEGEN, Frederico Guilherme

Nacionalidade: Alemã

Endereço escritório/residência Al. Tietê, 30

Tipo de habilitação: Construtor para a Capital

Data: 1934

Nome: DEGEN, Frederico Guilherme
Nacionalidade: Alemã (Brasileiro por lei)
Endereço escritório/residência Rua Inglaterra, 226
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: DEL DEBBIO, Antello
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Cônego Eugenio Leite, 1092
Tipo de habilitação: Escultor em Cemitério
Data: 1941

Nome: DEL NERO, João
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Major Quedinho, 49
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 115
Data: 1935

Nome: DEL PAPA, Domingos
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Justo Azambuja, 07
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 225
Data: 1935

Nome: DELPY, Jorge
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Toledo Barbosa, 191
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 372
Data: 1935

Nome: DEPIERI, Antonio
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Aurelia, 76A
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: DORACINO, Francisco
Nacionalidade: n/c
Endereço escritório/residência Rua Anhaia, 1162
Tipo de habilitação: Conservador de elevadores
Data: 1940

Nome: DORFMUELLER, Carlos
Nacionalidade: Alemã
Endereço escritório/residência Rua Senador Feijó, 27/Rua Vergueiro, 594
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 01
Data: 1934

Nome: DUEÑAS, José Garcia
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1943

Nome: ECKMAN, Carlos
Nacionalidade: Sueca
Endereço escritório/residência Rua São Bento, 59, 3º andar
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: EMENDABILI, Galileo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Maria Figueiredo, 169
Tipo de habilitação: Construtor em mármore e cantaria
Data: 1942

Nome: ESPINHERA, Luis
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Praça do Patriarca, 08 (rex Hotel)
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 156
Data: 1935

Nome: FABRI, Julio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Silva Bueno, 894
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: FABRINI, Natale
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Olavo Egídio, 23
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: FAGNANI, Pisso
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Augusto Miranda, 72
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: FALCO, João
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Tavares Bastos, 73
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: FALCO, João
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Tucuna, 606
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: FALCONI, Irmãos
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Carnot, 486
Construtores de mármore, cantaria e similares
Tipo de habilitação:
Data: 1939

Nome: FANTZ, Frederico
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Rodrigues Alves, 98
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 544
Data: 1935

Nome: FARIA, João Baptista
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Neto Araújo, 39 A
Tipo de habilitação: Construtor
Data: 1925 - 1926

Nome: FARIA, Manoel Rubessi de
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Agrimensor no Estado
Data: 1945

Nome: FARINELLI, Arthur
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Bresser, 420
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: FERMI, Angelo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Cesario Alvim, 16
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: FARILLO, Caetano
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Artur Azevedo, 747
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1939

Nome: FAUSTO, Frederico
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Cons. Rodrigues Alves, 86
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: FERNANDES, João
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Xavier de Almeida, 467
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1943

Nome: FERNANDES, Jose
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Cipriano Barata, 198
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: FERRACI, Carlos
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 55/Rua Henrique Sertório, 27
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: FERRACI, Carlos
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 196
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: FERRARA, Ignacio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Joaquim Piza, 26
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: FERRARA, Ignacio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Joaquim Piza, 132
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: FERRARESI, Jose
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Alves Ribeiro, 06
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: FERRARESI, Jose
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Mazini, 447
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: FERRARI JUNIOR, Vicente
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 48/Rua Genebra, 12
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 174
Data: 1935

Nome: FERREIRA, Antonio
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Chavantes, 129
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: FERREIRA, Antonio
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Voluntarios da Patria, 567 A
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 212
Data: 1935

Nome: FERREIRA, Antonio José
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor em todo o Estado
Data: 1943

Nome: FERREIRA, David Domingues
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Maria Teresa, 05/Rua Nilton Prado, 38
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 294
Data: 1934

Nome: FERREIRA, João
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Ubaldino do Amaral, 03
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: FERREIRA, José Victorino
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Cons. Brotero, 118
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: FERREIRA, Manoel

Nacionalidade: Portuguesa

Endereço escritório/residência Rua do Carmo, 138

Tipo de habilitação: Arquiteto

Data: 1945

Nome: FERREIRA, Manoel Alves

Nacionalidade: Portuguesa
Rua Celso Garcia, 339/Travessa Frei Gaspar,

Endereço escritório/residência 36

Tipo de habilitação: Construtor para a Capital

Data: 1935

Nome: FERRERI, Antonio

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência Rua Monte Alegre, 04

Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 370

Data: 1935

Nome: FERRERI, Luciano

Nacionalidade: Italiana

Endereço escritório/residência Rua Marconi, esquina com Rua 7 de Abril

Tipo de habilitação: Arquiteto

Data: 1943

Nome: FERRO, Genaro

Nacionalidade: Italiana

Endereço escritório/residência Rua Pedro Vicente, 81

Tipo de habilitação: Construtor para a Capital

Data: 1935

Nome: FILIPPI, Natale
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 43/Rua Carandiru, 20
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 157
Data: 1935

Nome: FINOTTI, Aristides
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Vergueiro, 58
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1946

Nome: FINUCCI, Attilio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Barão Ladário, 915
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: FIORI, Antonio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Silvia, 04
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 163
Data: 1935

Nome: FLORIO, De Luca
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua João Boemer, 42
Tipo de habilitação: Cosntrutor
Data:

Nome: FLORIO, José de
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Eugenio de Medeiros, 134
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitério
Data: 1939

Nome: FONTES, José Fernandes
Nacionalidade: Portuguesa (Naturalizado)
Endereço escritório/residência Rua Cunha Gago, 440
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: FORLENZA, Armando
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Av. Brigadeiro Luis Antonio, 1305
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1943

Nome: FRAGATA, Carolino Antonio
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Cel. Moraes, 17
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: FRASSINI, Conrado
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Caiowaa, 83
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: FEDIANI, Narciso
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Voluntarios da Patria, 234
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 04
Data: 1935

Nome: FONTES, José Fernandes
Nacionalidade: Portuguesa (naturalizado)
Endereço escritório/residência Rua Cunha Gago, 76
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: FRITTOLI, João
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Behring, s/n
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: FUENTES, Pedro
Nacionalidade: Argentina
Endereço escritório/residência Rua Piquerobi, 11 A
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: FUENTES, Pedro
Nacionalidade: Argentina
Endereço escritório/residência Av. Celso Garcia, 2728
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: FUGULIN JUNIOR, Antonio
Nacionalidade: Rua Direita, 07/Rua Manoel Dutra, 09
Endereço escritório/residência Arquiteto
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: FUGULIN, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua São Vicente, 20
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1936

Nome: FURTINGER, João
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Direita, 07/Rua Sena Madureira, s/n
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: GALIAN, Dante
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Dr. Zuquim, 276
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: GALIMBERT, João
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Eça de Queiróz, 06
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1936

Nome: GALVANI, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Rodovalho Jr., 135 (Penha)
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: GALVANI, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Rodovalho Jr., 815
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: GALNDOLFO, Abondio Umberto
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Dr. Pinto Ferraz, 53
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 310
Data: 1936

Nome: GARCEZ, Antonio
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: n/c
Data: 1934

Nome: GARCIA, José
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Serra Jayre, 41
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: GARCIA, José
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Teodoro Sampaio, 475
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1939

Nome: GASPAR, Francisco
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Julio de Castilhos, 250
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: GHIRAIDELLI, Americo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua do Carmo, 18/s.01/Rua Macuco, 27
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: GHIRALDELLI, Americo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Benjamin Constant, 51
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: GHIRALDELLI, Carlos
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Juriti, 11
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1944

Nome: GHIRALDELLI, Carlos
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Benjamin Constant, 222/s.804
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1952

Nome: GIGLIO, Americo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Barata Ribeiro, 57
Tipo de habilitação: Arquiteto - LicenCa 538
Data: 1935

Nome: GIGLIO, Americo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Barão de Paranapiacaba, 25
Tipo de habilitação: Arquiteto na Capital
Data: 1948

Nome: GIORDANO, Romano
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Alvaro Anes, 02
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: GIORGI, Francisco Antonio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Jaraguá, 120
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: GIORGI, Francisco Antonio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Jaraguá, 702
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: GIOVANINI, Curzio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Martins Affonso, 30
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: GIOVANINI, Santo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 41/s.11/Rua Antonio de Barros, 122
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: GIOVANINI, Santo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Largo José Maranhão, 236
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: GIOVANINI, Cursio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Sgto. Capistrano, 97
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1948

Nome: GIOVANINI, Cursio
Nacionalidade: Rua Sgto. Capistrano, 97
Endereço escritório/residência Projetista - Construtor para a Capital
Tipo de habilitação: 1948
Data:

Nome: GUIRALDELLI, Carlos
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Av. Jacira, 01
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: GOLA, Francisco
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Salete, 50
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: GOMES, Joaquim Brito
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Conselheiro Carrão, 585
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1943

Nome: GONÇALVES, Luiz Mendes
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Barão de Tatuhy, 05
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 353
Data: 1934

Nome: GORGATTI, Agide
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Al. Santos, 218
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: GOUVEA, Luiz Soares de
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Sabiá, 268
Tipo de habilitação: Projetista, Construtor Agrimensor
Data: 1956

Nome: GRABENWEGER, João
Nacionalidade: Austríaca
Endereço escritório/residência Rua Ermínio Lemos
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data:

Nome: GRADO, José di
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Av. Brigadeiro Luis Antonio, 1082
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1935

Nome: GRANATO, Silvestre Antonio
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Casimiro de Abreu, 173
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: GRANATO, Silvestre Antonio
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Maria Marcolina, 874
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: GRANJA, Bernardino
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Antonio Maciel, 161
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: GRAZIA, Carlos
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Largo da Misericórdia, 06/4º andar/Rua Aurora, 83
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 112
Data: 1934

Nome: GREGORIO, Nicolino de
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Cavoca, 120
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: GUARDINO, José
Nacionalidade: Brasileiro
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: GUARDINO, Salvador
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Joaquim Antunes, 87
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: GUARDINO, Salvador
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1945

Nome: GUEDES, Ernesto Moreira
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua João Moura, 102 A
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: GUEDES, Ernesto Moreira
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua João Moura, 650
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: HACHEBE, Yoshimi
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Largo do Paissandú, 72/s. 1609
Tipo de habilitação: n/c
Data: 1961

Nome: HANCK, Carlos Martins
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Conego Eugenio Leite, 163
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 423
Data: 1935

Nome: HARADA, Masahei
Nacionalidade: Japonesa
Rua João Bricola, 02/4º andar/Rua Cardeal
Endereço escritório/residência Arcoverde, 339
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 541
Data: 1935

Nome: HARDING, Royden Mc Lellan
Nacionalidade: Canadense
Endereço escritório/residência Rua Estados Unidos, 133
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 262
Data: 1935

Nome: HERLING, José Moraes
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Piracicaba, 712 (Sto. Amaro)
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1937

Nome: HOLLAND, Albert Edward
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Arquiteto Agrimensor
Data: 1936

Nome: HORTA, José Bueno Gouveia
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Praça da Sé 53/s. 252/ Rua Jorge Tibiriçá, 16
Tipo de habilitação: Agrimensor
Data: 1936

Nome: JANUSSI, Antonio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua da Consolação, 445
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: JARDIM, José Gomes
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua José Bonifacio, 35 (Sto. Amaro)
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1938

Nome: JELEN, Luiz
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Arcoverde, 1171
Tipo de habilitação: Construtor de Mármore e Cantarias
Data: 1940

Nome: JULIANI, Franco
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Mairinque, 20
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1936

Nome: KRUG, Arthur Guilherme
Nacionalidade: Norte Americana
Endereço escritório/residência Rua Direita, 07/Rua Basilio Machado, 16
Tipo de habilitação: Engenheiro
Data: 1925 - 1926

Nome: KRUG, Oscar
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Largo do Tesouro, 01/s. 40/ Rua Machado de Assis, 27
Tipo de habilitação: Arquiteto e Arimensor
Data: 1935

Nome: LANDI, Agostinho
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Dr. Arnaldo, 72
Tipo de habilitação: Construtor em Mármore e Cantaria
Data: 1943

Nome: LANFRANCHI, Giacomo
Nacionalidade: Brasileira (naturalizado)
Endereço escritório/residência Rua Cons. Carrão, 117
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: LANG, João
Nacionalidade: Austriaca
Endereço escritório/residência
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 378
Data: 1935

Nome: LANFRANCHI, Giacomo
Nacionalidade: Brasileira (naturalizado)
Endereço escritório/residência Rua Cons. Carrão, 117
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: LANZA, Aldo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua José Bonifacio, 73/Rua Chui 06
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 235
Data: 1935

Nome: LANZARA, Rafael
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Direita, 36/s. 03
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 92
Data: 1940

Nome: LAMANA, Vicente
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua da Moóca, 403
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: LASSI, Theophilo
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Brigadeiro Jordão, 17
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: LELLO, Arnaldo Maria
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua São Bento, 36/s. 15 e 16
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 57
Data: 1935

Nome: LEMBO, Paolo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Av. Rebouças, 159
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: LEO, Caetano de
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Teodoro Sampaio, 121
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: LEO, Caetano de
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 314
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: LIMA, Alcides de Castro
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 45
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: LIMA, Antenor Vaz de
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua José Bonifácio, 210/s. 07/Rua Manoel da Nobrega, 02
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 490
Data: 1935

Nome: LIMA, Antonio de Macedo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 237
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 138
Data: 1940

Nome: LIPPI, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Av. Jandira, 22
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: LIPPI, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Av. Jandira, 22
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: LIRIN, Evaldo Augusto
Nacionalidade: Estoniana (naturalizado)
Endereço escritório/residência Rua José Bonifácio, 110
Tipo de habilitação: Arquiteto e Agrimensor
Data: 1935

Nome: LODI, Angelo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Arruda Alvim, 136
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1939

Nome: LOMBA, Justino de Campos
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Pinto Ferraz, 35
Tipo de habilitação: Contra Almirante e Engenheiro Naval
Data: 1938

Nome: LOMBELLO, Alexandre
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Barão da Passagem, 44
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: LOMBELLO, Alexandre
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1945

Nome: LONGO, João Victor
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua 11 de Agosto, 66/s. 23
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 286
Data: 1936

Nome: LOPASSO & FILHOS, Raphael
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Augusta, 362
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: LOPES, Carlos Coelho
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Uriel Gaspar, 21
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1939

Nome: LOPES, Joaquim Pereira
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua São Leopoldo, 103
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: LOPOMO, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Caiowaa, 108
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: LOUKUP, João
Nacionalidade: Austriaca
Endereço escritório/residência Rua 11 de Agosto, 25 A/2º andar/Rua Cristiano Viana, 53
Tipo de habilitação: Agrimensor - Licença 429
Data: 1935

Nome: LOURENÇO, Domingos
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Conego Eugenio Leite, 118
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitério
Data: 1939

Nome: LOURENÇO, Joaquim Luiz
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Al. Santo Amaro, 158
Tipo de habilitação: Construtor
Data: 1938

Nome: LUANELLA, Armindo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Antonio Raposo, 40
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: LUCIA, Angelo de
Nacionalidade: n/c
Endereço escritório/residência Av. Adolfo Pinheiro, 660 (Sto. Amaro)
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1939

Nome: LUCIA, Angelo de
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Av. Adolfo Pinheiro, 660 (Sto Amaro)
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: MACHADO, José de Paula
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua São Bent, 20/s. 49/Rua Batataes, 31
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: MAIA, Miguel
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua São Bento, 20/Rua Epitacio Pessoa, 26
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 14
Data: 1935

Nome: MAIA, Miguel
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua João Moura, 465
Tipo de habilitação: Arquiteto em todo o Estado
Data: 1943

Nome: MALAFONTE, Domingos
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Visconde de Parnahyba, 119
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 467
Data: 1935

Nome: MALERBI, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Conselheiro Brotero, 185
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: MALFATTI, Guilhrme
Nacionalidade: Italiana (naturalizado)
Endereço escritório/residência Trav. Do Comercio, 3/3º andar/Rua Fernando de Albuquerque, 50
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1935

Nome: MALTA, Celso
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Aracaju, 03
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: MANZINI, Adriano
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Dransfield, 05
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: MARAZZI, Henrique
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Albuquerque Lins, 16
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: MARAZZI, Temistocles
Nacionalidade: Italiana (naturalizado)
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: MARAZZI, Temistocles
Nacionalidade: Italiana (naturalizado)
Endereço escritório/residência Al. Cleveland, 589
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: MARCHESINI, Augusto
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Venceslau Bras, 22/Rua Lacerda Franco, 25
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 186
Data: 1935

Nome: MARGONI, André
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Boa Vista, 11/1º andar/Rua Turiassu, 133
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: MARINI, Angelo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Silva Bueno, 1775
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 350
Data: 1936

Nome: MARIOTTI, Narciso
Nacionalidade: Italiana (naturalizado)
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 346/2º andar/Rua Tambaú, 15B
Tipo de habilitação: Arquiteto Agrimensor - Licença 227
Data: 1937

Nome: MARMO, Içao
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua da Abolição, 77
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1935

Nome: MARQUES, Antonio Ferreira
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Correia de Lemos, 11 (Campinas)
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 537
Data: 1951

Nome: MARQUES, Joaquim Vieira
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Antonio de Queiros, 15
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: MARTINS, José Vicente Fernandes
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Av. Nazareth, 14
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 142
Data: 1935

Nome: MARTUSCETTI, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Bela Cintra, 167
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 203
Data: 1945

Nome: MASSAROPI, Benedito
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Capitão Pacheco Chaves, 68
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: MATERA, Amadeo Oreste
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Av. Angelica, 2872
Tipo de habilitação: Construtor de Mármore e Cantarias
Data: 1941

Nome: MAZIERO, Dante
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Mazzini, 27
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: MAZZOLA, Gustavo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Campineiros, 33
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: MEDEA, Carlos
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Capote Valente, 98
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 463
Data: 1935

Nome: MELLO, Heitor Mattos de
Nacionalidade: n/c
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: n/c
Data: 1937

Nome: MENOTTI, Picagli
Nacionalidade: Italiana (naturalizado)
Endereço escritório/residência Rua Brigadeiro Galvão, 36
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 437
Data: 1935

Nome: MESS, Carlos
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Sen. Paulo Egidio, 18
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: MIGLIACCI, Marco
Nacionalidade: Italiaa
Endereço escritório/residência Rua da Consolação, 550
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: MICHELE, Del Cima
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Av. Tiradentes, 131
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 112
Data: 1935

Nome: MINOZZI, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua José Maria Lisboa, 172
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: MIRANDA, Joaquim
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Frei Caneca, 67
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: MIRANDA, José
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Arthur de Azevedo, 73 A
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: MISCHI, João
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Backer, 24
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: MISCHI, João
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Backer, 24
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: MISSO, Ernesto
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Major Otaviano, 85
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 178
Data: 1935

Nome: MONACO, Palomino
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Andre Leão, 152
Tipo de habilitação: Construtor em Mármore, Cantaria e Similares
Data: 1939

Nome: MONTEFORTE, Raphael
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Antonio Carlos, 67
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data:

Nome: MONTEAPERTO FILHO, José
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Morato Coelho, 745
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1938

Nome: MONTEIRO, José
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Pimenta Bueno, 50
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: MORAL, José Rodrigues
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Benjamin Constant, 1/s. 41/Rua dos Italianos, 149
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: MORAL, José Rodrigues
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Christina Thomaz, 185
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: MOREIRA, Francisco Pinto
Nacionalidade: Portuguesa (naturalizado)
Endereço escritório/residência Rua Paraíso, 11 A
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 23
Data: 1935

Nome: MORETTI, Ulisses
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Av. Independência, 75
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: MORONE, Agostinho
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Antonio Raposo, 51
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: MORONE, Agostinho
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Antonio Raposo, 247
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: MORVILLO, João
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Praça do Patriarca, 8/3º andar/Al. Itu, 27
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 526
Data: 1935

Nome: MOURA, Pedro de
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Al. Barão de Limeira, 130 A
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1935

Nome: MUNSON, Harry Alexandre
Nacionalidade: n/c
Endereço escritório/residência Rua Xavier de Toledo, 1
Tipo de habilitação: Engenheiro Civil
Data: 1936

Nome: MURARI, João Romeu
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Cons. Furtado, 521
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: MURARI, João Romeu
Nacionalidade: Italiana (brasileiro por lei)
Endereço escritório/residência Rua Cons. Furtado, 521
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: NAPOLI, Francisco
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Agostinho Gomes, 116
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: NAPOLI, Francisco
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 247
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: NAPPI, Angelo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Estrada da Cantareira, 165
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: NAPPI, José
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Chavantes, 37
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: NAPPI, José
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Lgo. Do Tesouro, 21/s. 12
Tipo de habilitação: Projetista -Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: NARDINI, Leonardo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua São Bento, 36/s. 4/Rua Paraíso, 19
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: NETTO, Miguel Littieri
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Condessa de São Joaquim, 50
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 19
Data: 1935

Nome: NEVES, Manoel da Costa
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Barão de Itapetininga, 297
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para o Estado
Data: 1951

Nome: NILSON, Otto
Nacionalidade: Sueca
Praça da Sé - Palacete Santa Helena/Rua José
Endereço escritório/residência Maria Lisboa, 01
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: NIPOTE, Amleto

Nacionalidade: Italiana

Endereço escritório/residência n/c

Tipo de habilitação: n/c

Data: 1935

Nome: NOGUEIRA, José Ramos

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência Av. Angelica, 2568

Tipo de habilitação: Arquiteto

Data: 1936

Nome: NUNES, Manoel A. dos Santos

Nacionalidade: n/c

Endereço escritório/residência n/c

Tipo de habilitação: Construtor

Data:

Nome: OELSNER, Carlos Alexandre

Nacionalidade: Alemã

Endereço escritório/residência Rua São Bento, 25/Av. Brasil, 10

Tipo de habilitação: Engenheiro

Data: 1925 - 1926

Nome: O HUZZI, Daniel

Nacionalidade: Italiana

Endereço escritório/residência Rua Madre de Deus, 23

Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 263

Data: 1934

Nome: OLIANI, Tito
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Oliveira Alves, 134
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1936

Nome: OLIVEIRA, Raul dos Santos
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Tupi, 57
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 67
Data: 1935

Nome: OLIVIERI, João
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua São Pedro, 43
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: OLTRAMARI, Germano
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Dr. Ornellas, 117
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: OLTRAMARI, Germano
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Av. Agua Branca, 891
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1943

Nome: ORSINI, Genaro Luciano
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Bom Pastor, 55/Rua Labatut, 70
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 244
Data: 1934

Nome: OTAJANO, Paschoal
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Rodrigo ilva, 24
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 455
Data: 1935

Nome: OTTUZZI, Daniel
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua 15 de Novembro, 03/ 2º andar/Rua
Madre de Deus, 20
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: PACE, Francisco Di
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Astrubal do Nascimento, 62
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 88
Data: 1935

Nome: PAGLINCA, Luiz
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Barão de Ladário, 186
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1943

Nome: PAGLINOA, Luiz
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Henrique Dias, 40
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: PAGLIUSA, Luiz
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Rodrigues dos Santos, 100
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1938

Nome: PALNSTORFER, Frederico
Nacionalidade: Autriaca
Endereço escritório/residência Rua Vergueiro, 01
Tipo de habilitação: Agrimensor - Licença 551
Data: 1935

Nome: PANNUSIO, Mennotti
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Alvares Penteado, 29/ 1º Andar (Sto. André)
Tipo de habilitação: 1936
Data:

Nome: PAPA, Domingos del
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Justo Azambuja, 07
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: PAPA, Joaquim
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Orville Derby, 18
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: PURCHIO, Paschoal B.
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Correia de Mello, 30
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: PASSOS, João Antonio dos
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua da Consolação, 118/ sob.
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 149
Data: 1935

Nome: PASQUAL, Marco
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Lgo. Do Tesouro, 05/ s. 39
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: PAVONE, Ricardo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Cardeal Arcoverde, 1183/Rua Cônego Eugenio Leite, 891
Tipo de habilitação: Construtor em Mármore, Cantaria e Similares
Data: 1939

Nome: PECORA, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Artur de Azevedo, 38
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: PEDALINI, Augusto
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: n/c
Data: 1935

Nome: PEDALINI, Luiz
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Pedro Taques, 31
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: PELAIS, João Nunes
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Alves Guimarães, 276
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1939

Nome: PELHÓN, José
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 23
Data: 1942

Nome: PENINE, Francisco
Nacionalidade: Italiana

Nome: PEPE, Domingos
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua da Moóca, 501
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: PEREZ, Jose
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Cel. Maranhão, 11 A
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: PEREZ, Jose
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Cipriano Barata, 92
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1935

Nome: PERFETTO, Miguel
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Carlos Meira, 124
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: PERFETTO, Miguel
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Carlos Meira, 124
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1943

Nome: PERSSINOTTO, João
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Dr. Sergio Meira, 163
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 251
Data: 1939

Nome: PERUCCI, João
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Monteiro de Melo, 01
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: PERUCCI, Mauro
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Cons. Brotero, 58
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: PERUCCI, Mauro
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Cons. Brotero, 338
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: PERSOLI, Abel
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: PERSONI, Abel
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1945

Nome: PESCUMA, Miguel
Nacionalidade: Italiana (naturalizado)
Endereço escritório/residência Av. Rebouças, 55
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: PETRI, Archimedes
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua da Gloria, 16
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: PETRI, Archimedes
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua da Gloria, 86
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: PICAGLI, Antonio
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Roma, 05
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: PICCARDI, Caetano
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua da Aclimação, 89
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 217
Data: 1935

Nome: PIERRE, José
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Bom Pastor, 439
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: PIERRE, José
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Bom Pastor, 2801
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: PINAZZONI, Augusto
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Apiahy, 80
Tipo de habilitação: Engenheiro, Arquiteto, Agrimensor
Data: 1925 - 1926

Nome: PINAZZONI, Augusto
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Apiahy, 74
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: PINHEIRO, Thomaz
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Albina Barboza, 19
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: PINOTTI, Gino
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 85/Rua José Getúlio, 10
Tipo de habilitação: Construtor
Data: 1925 - 1926

Nome: PINOTTI, Gino
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua José Getulio, 328
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 137
Data: 1934

Nome: PINTO, Sebastião da Silva
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Natto Seco, 21
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: PINTO, Sebastião Silva
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua B, 21 (Vila Deodoro, Cambuci)
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: PISTORESI, Tito Ronchet
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 530
Data: 1935

Nome: PIZZINI, João
Nacionalidade: Italiana (naturalizado)
Endereço escritório/residência Rua Gaspar Lourenço, 27
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 500
Data: 1935

Nome: PLADEVALL, Jayme
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 26/Rua Brig, Machado, 14
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: PANTULLO, Luiz
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Lava Pés, 126
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 960
Data: 1934

Nome: POLACCO, Mario Silvio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró 28/Rua Castro Alves, 80
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: POLI, Miguel
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Freguesia do Ó
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: POMPEO, Francisco Martins
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 03/s. 3/Rua Carlos Botelho, 60
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 43
Data: 1935

Nome: PORCIUNCOLA, Paulo Seixas
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua das Monsões, 01
Tipo de habilitação: Arquiteto, Construtor e Agrimensor
Data: 1953

Nome: PORTA, Hugo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Cel. Cintra, 262
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitério
Data: 1939

Nome: POSTLEP, Arthur E. B.
Nacionalidade: Alemã
Endereço escritório/residência Rua Venceslau, 07
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 368
Data: 1934

Nome: PRAÇA, Manoel Monteiro

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência Rua Brig. Galvão, 262

Tipo de habilitação: Construtor

Data:

Nome: PRATI, Eugenio

Nacionalidade: Italiana

Endereço escritório/residência Rua Conego Eugenio Leite, 1138

Tipo de habilitação: Construtor em Mármore e Cantarias

Data: 1942

Nome: PROTA, Fernando Orichio

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência Rua São Bento, 224/Rua Alves Guimarães, 483

Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital

Data: 1942

Nome: PROTA, Fernando Orichio

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência Rua São Bento, 224/s.7/Rua Alves Guimarães, 483

Tipo de habilitação: Construtor para a Capital

Data: 1939

Nome: PROTA, Florencio

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência Rua 15 de Novembro, 44/Rua Quintino Bocaiuva, 05

Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 247

Data: 1934

Nome: PUCCI, José Vieira
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 46/ 2º andar
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: PROTA, Miguel
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua São Bento, 14/Rua Frei Caneca, 123 A
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: PUCCINELLI, Guido
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Cubatão, 81
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: PUCCINELLI, Guido
Nacionalidade: Italiana (Brasileiro por lei)
Endereço escritório/residência Rua Cubatão, 555
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: PULSCHEN, Eduardo
Nacionalidade: n/c
Endereço escritório/residência Rua Luis Barroso, 4455 (Sto. Amaro)
Tipo de habilitação: n/c
Data: 1938

Nome: PURCHIO, Fortunato
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Al. Nothmann, 256
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1938

Nome: PURCIO, Paschoal R.
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 35/Rua Jaragua, 99
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 28
Data: 1935

Nome: QUEIROGA, Rodrigues
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Visconde de Parnaíba, 72
Tipo de habilitação: Conservador de Elevadores
Data: 1944

Nome: QUEIROZ, João B. Soares de
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Pires da Mota, 839
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 278
Data: 1934

Nome: QUINTA, José Antonio
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua do Gasometro, 211
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: RODESSA, Japir
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua São Bento, 389/4º Andar/Rua da Consolação, 205
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1937

Nome: RAGUSA, Felipe
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Bairão, 04
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: RAGUSA, Felipe
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Bairão, 54
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: RANZINI, Sisto
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Duilio, 19
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data:

Nome: RANZINI, Felisberto
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Santa Luiza, 31
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 539
Data: 1955

Nome: REGGI, Silvino
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Oscar Freira, 299
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: REGNANI, Francisco
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Felipe de Oliveira, 61/s. 4/Rua Bresser, 580
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 428
Data: 1935

Nome: REINA, Angelo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Pedroso de Moraes, 40
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: REINA, Angelo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Pedroso de Moraes, 430
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: REINA, Caetano
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Pedroso de Moraes, 131
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: REINA, Caetano
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Pedroso de Moraes, 611
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1943

Nome: RETONDINI, Ricardo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Caminho da Agua Fria (Alto de Santana)
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 229
Data: 1935

Nome: RIBEIRO, Thomaz
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Albino Barbosa, 19
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: RIGGIO, Francisco
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Monteiro Mello, 22
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 107
Data: 1934

Nome: RIGHI, Armando
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Av. Cantareira, 170
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: ROBILOTTA, Manoel
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Ana Nery, 12 A
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data:

Nome: ROCHA, Luiz Ferreira da
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Prates, 95
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: ROCHA, Manoel
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Av. Celso Garcia, 964
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1936

Nome: ROCHA, Manoel Oliveira
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Largo do Arouche, 29
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: RODER, Samuel
Nacionalidade: Russa (naturalizado)
Endereço escritório/residência Rua São Vicente de Paula, 45
Tipo de habilitação: Arquiteto no Estado
Data: 1946

Nome: RODER, Samuel Markowitz
Nacionalidade: Russa (naturalizado)
Endereço escritório/residência Rua Alvares Penteado, 28/Rua São Vicente de Paula 1B
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 32
Data: 1935

Nome: RODRIGUEZ, Antonio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 10/4º andar
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1936

Nome: RODRIGUEZ, Julio
Nacionalidade: Portuguesa (naturalizado)
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 43/s. 607/Rua Eng. Cesar, 12 (Santana)
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1936

Nome: ROMANO, Archangelo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 16/Rua Herculano de Freitas 23
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: ROMANO, Archangelo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Paes de Andrade, 484
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: ROMANO, Aristides G. De
Nacionalidade: Italiana (naturalizado)
Endereço escritório/residência Rua São Bento, 36/Rua Salete, 74
Tipo de habilitação: Arquiteto Agrimensor
Data: 1935

Nome: ROMANO, Jose T.
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Faustolo, 201
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: ROSA, Salvador de
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Cipriano Barata, 337
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: ROSA, Salvador de
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Cipriano Barata, 2011
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1943

Nome: ROSELLI, Nicodemo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua 7 de Abril, 23
Tipo de habilitação: Construtor em Mármore, Cantarias e Similares
Data: 1939

Nome: ROSIGNOLI, Alexandre
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Ezequiel Freire, 28
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: ROSIN, Ferruccio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Gabriel Pisa, 312
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1940

Nome: ROSSI, José
Nacionalidade: Suíça
Endereço escritório/residência Rua São Bento, 14/Rua Paraíso, 119
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: ROSSI, Jose
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Lino Coutinho, 593
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: ROSSI, Jose
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Agostinho Gomes, 2480

Nome: ROSSI, Luis
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Alfredo Pujol, 106
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 172
Data: 1935

Nome: ROSSI, Nuncio
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Humberto Primo, 111
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: ROSSI, Nuncio
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Humberto I, 787
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: ROSSI, Francisco
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Lgo. Da Concordia, 15
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: ROSSI, Romulo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Peixoto Gomide, 28
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: RUGGIERI, Caetano
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Barata Ribeiro, 238
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 10
Data: 1941

Nome: SACCHETTI, Jose
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Av. Brigadeiro Luis Antoni, 453
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 03
Data: 1935

Nome: SAINT-ALBIN, Annibal de
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua 14 de Julho, 11
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 20
Data: 1934

Nome: SALIMBENI, Giovanni Battista
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Conde de Irajá, 50
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1936

Nome: SALVATTI, Luis
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Ricardo Gonçalves, 27
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: SAMESHIMA, Naoya
Nacionalidade: Japonesa
Endereço escritório/residência Rua Sampaio Viana, 60
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: SAMESHIMA, Naoya
Nacionalidade: Japonesa
Endereço escritório/residência Rua Sampaio Viana, 216
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: SANCHEZ, Pedro
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Brigadeiro Jordão, 94
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: SANCHES, Victor Lopes
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Av. Alvaro Ramos, 200 B
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1939

Nome: SANTORO, Francisco
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Serra do Jaire, 151
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1945

Nome: SANTORO, Francisco
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Padre Adelino, 1570
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: SANTOS, Antonio D.
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Mato Grosso, 26
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: SANTOS, Jose Manoel dos
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Antonio Lobo, 13 A
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 21
Data: 1935

Nome: SANTOS, Alberto Ferreira dos
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Venceslau Bras, 27/Rua Alexandre de Gusmão 398
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 497
Data: 1934

Nome: SANTOS, Manoel Ferreira dos
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Chuy, 10
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: SANTOS, Manoel Ferreira, dos
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Av. Morumbi, 330
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1951

Nome: SARDO, Luiz Lo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Av. Lins de Vasconcelos, 185
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: SAVOIA, José
Nacionalidade: n/c
Endereço escritório/residência Rua Ipanema, 207/Rua Pires da Mota, 362
Construtor em Mármore, Cantarias e
Tipo de habilitação: Similares
Data: 1939

Nome: SCHIAVETTI, Pedro
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Boa Vista, 18/s. 66/Rua Amaral Gama, 19
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: SCHIESARI, Rodolfo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Barão de Loreto, 22
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: SCHIEZARI, Vicente
Nacionalidade: Brasileira
Rua Libero Badaró, 23/Rua Barão de Loreto
Endereço escritório/residência 23
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1935

Nome: SCHWARK, Paulo
Nacionalidade: Alemã
Endereço escritório/residência Rua Quintino Bocaiuva, 176
Tipo de habilitação: Conductor de Trabalhos
Data: 1942

Nome: SENICE, João
Nacionalidade: Iugoslava
Endereço escritório/residência Jardim Albertina, casa 9
Tipo de habilitação: Conservador de Elevadores
Data: 1941

Nome: SERRATO, João
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Barata Ribeiro, 53
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1925 - 1926

Nome: SEVERINO, Domingos
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1936

Nome: SEYLAZ, George Edward
Nacionalidade: Francesa
Endereço escritório/residência Rua do Carmo, 3/Rua V. De Ruó Branco, 688
Tipo de habilitação: Arquiteto e Agrimensor - Licença 458
Data: 1936

Nome: SILVA, Antonio Rebello da
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Venancio Aires, 59
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: SILVA, Benedito de Moraes
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Benta Pereira, 49 (Santana)
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1939

Nome: SILVA, Celso Ramalho da
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua 11 de Agosto, 07 A/Sob/Rua Goiás, 11
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: SILVA, Francisco de Oliveira e
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua da Consolação, 08
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: SILVA, Jacintho Teixeira da
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Turiassu, 114
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 466
Data: 1934

Nome: SILVA, José Rebello da
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Pompeia, 52
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 483
Data: 1934

Nome: SILVA, Manoel Pereira da
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua 13 de Maio, 208
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: SILVA, Manoel Pereira da
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua 13 de Maio, 862
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1944

Nome: SILVEIRA, Abilio
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Voluntarios da Patria, 527
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1935

Nome: SILVEIRA, Elcio Bento

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência n/c

Tipo de habilitação: Projetista - Construtor

Data: 1957

Nome: SIMÕES, Antonio Marques

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência Av. Brigadeiro Luis Antonio, 232

Tipo de habilitação: Construtor

Data:

Nome: SIMÕES, Antonio Marques

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência Av. Brigadeiro Luis Antonio, 1308

Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 438

Data: 1935

Nome: SIMÕES, Fernando

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 35/s.06/Rua Augusta, 563

Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 504

Data: 1934

Nome: SIMÕES, Raul

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência Rua São Bento, 37/s. 20/Rua Catumbi, 13A

Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 65

Data: 1934

Nome: SIMONE, Antonio Alfonso de
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Paula Ney, 91
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: SIMONE, Antonio de
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Caramuru, 377
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1944

Nome: SIMONETTI, Emilio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Netto de Araujo, 21
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: SOARES, Rodrigo Sayago
Nacionalidade: Espanhola (naturalizado)
Endereço escritório/residência Rua Machado de Assis, 15
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 145
Data: 1935

Nome: SOBRINHO, Ricardo Guimarães
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Av. Paulista, 1972
Tipo de habilitação: Projetista, Construtor e Agrimensor
Data: 1938

Nome: SOUZA FILHO, Manoel de
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Glete, 60
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: SOUZA, João de Oliveira
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Traipu, 22
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 488
Data: 1936

Nome: SOUZA, José Camilo de
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 35/Rua Cons. Nebias, 1320
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1935

Nome: SOUZA, Manoel de
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Jabotão, 411
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: SOUZA, Manoel Pacheco de
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua da Consolação, 292
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1939

Nome: SORRENTINO, Antonio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Cirino [?] Abreu, 07
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: SPERIA, Jose
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Anhaia, 32
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 89
Data: 1935

Nome: STEFFEN, Hermann
Nacionalidade: Alemã
Endereço escritório/residência Rua Marselhesa, 52 B
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: STERCHELE, Mario
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Av. Jandira, 06
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: STERCHELE, Mario
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1943

Nome: STOPIGLIA, João
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Joaquim Piza, 25
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: STRAPETTI, João
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Av. Pompeia, 75
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: STRAPETTI, João
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Av. Pompeia, 663
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: TADEI, João Rodrigues
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Jorge Dransfield
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: TALARICO, Pedro
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1935

Nome: TANGANELLI, Alberto
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Herval, 35 A
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: TANGARI, José
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Cons. Saraiva, 532
Tipo de habilitação: Arquiteto no Estado
Data: 1950

Nome: TANGARI, Luiz Marra
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Cons. Saraiva, 56
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: TANNONE, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua da Consolação, 280
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: TARTARI, Rodolfo Gabriel
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Lgo. Do Tesouro, 01/s. 35/Rua Muniz de Souza, 198
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1935

Nome: TAVARES, José
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Aimbere, 76
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: TAVARES, Jose
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Aimbere, 406
Tipo de habilitação: Prijetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: TEIXEIRA, João Ferreira
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Cons. Ramalho, 413/sob.
Tipo de habilitação: Agrimensor - Licença 339
Data: 1949

Nome: TERRACUSO, Cypriano
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Al. Rocha Azevedo, 51
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: TERRACUSO, Cypriano
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Alameda Rocha, 51
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1945

Nome: TESTONI, Leonardo
Nacionalidade: Italiana (brasileiro por lei)
Endereço escritório/residência Rua Valdemar Doria, 04
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: TESTONI, Leonardo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Valdemar Doria, 04
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: THIELEK, Guilherme
Nacionalidade: Alemã (naturalizado)
Endereço escritório/residência Rua Pelotas, 95
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 03
Data: 1934

Nome: TIMM, Adolfo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Padre João Manoel
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1944

Nome: TINUCCI, Attilio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Barão de Ladario 109
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: TOLEDO, Humberto

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência Al. Olga, 36

Tipo de habilitação: Construtor

Data:

Nome: TORTOLA, Domingos

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência Av. Dr. Arnaldo, 14/Rua Conego Eugenio Leite, 1060

Tipo de habilitação: Construtor em Cemitério

Data: 1939

Nome: TOSTO, Antonio

Nacionalidade: Brasileira

Endereço escritório/residência Al. Santaya [?], 26

Tipo de habilitação: Arquiteto

Data: 1936

Nome: TOSTO, Francisco

Nacionalidade: Italiana

Endereço escritório/residência Rua 13 de Maio, 216

Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 130

Data: 1934

Nome: TRAVAGLINI, Arthur

Nacionalidade: Italiana

Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 10/2 º andar/ Rua Avanhadava, 48

Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 360

Data: 1935

Nome: TROISE, Jose
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Piratininga, 57
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: TROVÕES, Ederito de Souza
Nacionalidade: Portuguesa
Endereço escritório/residência Rua Itaqui, 371
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1956

Nome: TRUEVAS, Antonio Puertas
Nacionalidade: Espanhola
Endereço escritório/residência Rua Andre Lamas, 35
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: TUCCI, Rogerio Vieira
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Av. Celso Garcia, 432
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 356
Data: 1935

Nome: VALENTE, Romano
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Mazzini, 84
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1935

Nome: VALENTIN, Boaventura João de
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Correa Dias, 489
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: VALORI, Adolpho
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua dos Alpes, 05
Tipo de habilitação: Construtor
Data:

Nome: VARLETTA, Carmine
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Fernão Dias, 210
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: VARLETTA, Carmine
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Oscar Freira, 332
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: VARLOTA, Donato
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Alameda Lorena, 2127
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1939

Nome: VENDITTO, Antonio
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Praça da Sé, 20/sob/Travessa Itaquiri, 17
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: VENDITTO, Antonio
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Antonio Alcantara Machado, 588
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: VERRONI, Fracisco
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Av. Agua Branca, 166/Av. Agua Branca, 100
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: VIADANA, Jose Victorio
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua 12 de Outubro, 20
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: VIADANA, Jose Victorio
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Ten. Landi, 281
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1944

Nome: VICENZO, Evaristo de
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Cajuru, 112
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: VICTOR, Raul de Mores
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Tremembé, 2 A
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: VIDAL NETTO, A
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Barão de Limeira, 250
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1939

Nome: VIEWEG, Roberto Germano
Nacionalidade: Alemã
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 06/s. 21
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1936

Nome: VIEWEG, Roberto Hermann
Nacionalidade: Alemã
Endereço escritório/residência Rua Cristovão Pereira, 1432 (Sto. Amaro)
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: VIEWEG, Roberto Hermann
Nacionalidade: Alemã
Endereço escritório/residência Rua Capitão Salomão, 40/s. 601
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1953

Nome: VIGNOLA, Miguel
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Cruzeiro, 47
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: VIGNOLA, Miguel
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Cruzeiro, 47
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: VILLARES, Arnaldo Dumont
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Boa Vista, 02/Rua Piratinguy, 204
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1935

Nome: VINENZO, Evaristo de
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Cajuru, 774
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942

Nome: VISCONTI, Carlos
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Itariri, 06
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: WAGNER, Waldemar
Nacionalidade: Lituana
Endereço escritório/residência Rua Bibi, 44
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: ZAGO, Armando
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Bela Cintra, 478
Tipo de habilitação: Construtor em Cemitérios
Data: 1939

Nome: ZANNONI, José
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua São Miguel, 04
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: ZAVERI, Julio
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Cons. Brotero, 37
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 375
Data: 1935

Nome: ZOCCOLA, Adolpho
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Libero Badaró, 46/Rua Augusta, 333
Tipo de habilitação: Arquiteto
Data: 1934

Nome: ZOCCOLA, Felix
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua 11 de Agosto, 23
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: ZOPPI, Armando
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Av. Moema, 104 (Indianopolis)
Tipo de habilitação: Arquiteto - Licença 475
Data: 1935

Nome: ZUANELLA, Armindo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço escritório/residência Rua Antonio Raposo, 40
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1934

Nome: ZUOLO, Amadeo
Nacionalidade: Italiana
Endereço escritório/residência Rua Agostinho Gomes, 104
Tipo de habilitação: Construtor para a Capital
Data: 1935

Nome: ZUOLO, Amadeo
Nacionalidade: Italiana (brasileiro por título de decl.)
Endereço escritório/residência n/c
Tipo de habilitação: Projetista - Construtor para a Capital
Data: 1942